

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LIVIA MARIA ORSATI CLARA

O discurso dos métodos na profissionalização da História no Brasil (1950-1960)

Versão Corrigida

São Paulo
2023

LIVIA MARIA ORSATI CLARA

O discurso dos métodos na profissionalização da História no Brasil (1950-1960)

Versão Corrigida

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Soares Palmeira

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Cd Clara, Livia Maria Orsati
O discurso dos métodos na profissionalização da História no Brasil (1950-1960) / Livia Maria Orsati Clara; orientador Miguel Soares Palmeira - São Paulo, 2022.
165 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Metodologia da História. 2. Historiografia. 3. Gênero. 4. Mulheres na Ciência. 5. História Social das ideias. I. Palmeira, Miguel Soares, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Livia Maria Orsati Clara

Data da defesa: 06/05/2022

Nome do Prof. (a) orientador (a): Miguel Soares Palmeira

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 10/04/2023



(Assinatura do (a) orientador (a))

RESUMO

A constituição da História como disciplina específica apoiou-se, desde o século XIX, na difusão de discursos sobre os seus métodos. Tais discursos serviram como instrumentos práticos, simbólicos e retóricos para definir e diferenciar interna e externamente os praticantes da disciplina. Esta dissertação tem como objetivo a reconstrução histórica e a discussão sobre os sentidos do discurso dos métodos na historiografia brasileira. Pretende-se compreender os efeitos coletivos que estes discursos produziram no regramento da prática historiográfica e na identidade dos historiadores. Para tanto, analisamos as condições sociais e institucionais de transmissão dos discursos meta-históricos especificamente entre década de 1950 e 1960, contexto fundamental para a consolidação da História como disciplina universitária. Objetiva-se, assim, examinar como o discurso dos métodos atuou na constituição simbólica da autoridade intelectual dos historiadores como pesquisadores no contexto de profissionalização da História no Brasil.

Palavras-chave: metodologia da história, historiografia, gênero, mulheres na ciência

ABSTRACT

The constitution of History as a specific discipline was based, since the 19th century, on the dissemination of discourses about its methods. Such discourses served as practical, symbolic and rhetorical instruments to define and differentiate internally and externally the practitioners of the discipline. This dissertation aims at the historical reconstruction and discussion about the meanings of the discourse of methods in Brazilian historiography. It is intended to understand the collective effects that these discourses produced in the regulation of historiographical practice and in the identify of historians. In order to do so, we analyzed the social and institutional conditions of transmission of meta-historical discourses specifically between the 1950s and 1960s, a fundamental context for the consolidation of History as a university discipline. The objective is, therefore, to examine how the discourse of methods acted in the symbolic constitution of the intellectual authority of historians as researchers in the context of the professionalization of History in Brazil.

Keywords: methodology of history, historiography, gender, women in science

“ Nunca tive vocação para turista do passado, nem para colecionadora de memórias.” *Emília Viotti da Costa, 1999.*

Agradecimentos

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa iniciada em 2015 nos quadros da Iniciação Científica e entre 2018 e 2022 no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. Agradeço, primeiramente, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo fomento que permitiu a minha dedicação integral durante dois anos à pesquisa (Processo nº 134413/2018-0).

Agradeço aos professores e aos funcionários do Departamento de História da USP pela estrutura e formação inigualável e, em especial, ao professor José Geraldo Vinci de Moraes pelo suporte fundamental durante a Iniciação Científica para que esta pesquisa florescesse e pudesse tomar fôlego.

Agradeço imensamente ao professor Miguel Soares Palmeira pela orientação cuidadosa e tão exigente, o que consistiu em uma alquimia delicada e ímpar. Obrigada por me entregar novas lentes para o mundo e me fazer acreditar nos rumos que tomei neste trabalho com tanto respeito. Da orientação, levo não apenas uma formação intelectual, mas também a compreensão do significado de profissionalismo, rigor, franqueza e humildade, que você carrega tão bem. Os meus débitos são inestimáveis. Se a academia é sinônimo de luta e competição para alguns, para mim, tornou-se o que hoje entendo por família.

Sobre a configuração de um espaço familiar, eu me refiro ao grupo de orientação. Eu sempre soube que estava acompanhada de historiadores precisos, sensíveis, críticos e surpreendentes. Agradeço aos meus colegas pelas incansáveis leituras que realizaram deste texto, pela sinceridade que me ofereceram durante tantos anos. Seria impossível nomear o que cada um de vocês representa para mim e o quanto esta pesquisa avançou com vocês. Agradeço à Adriana Salay Leme, à Branca Zilberleib, ao Bruno Galeano de Oliveira, ao Julio Cesar Pereira da Silva, ao Franco Della Valle, à Mariana Ladeira Osés e à Isabela Mouradian Amatucci. Nesta trajetória, tive os melhores interlocutores e ganhei verdadeiros amigos.

Agradeço à professora Lidiane Soares Rodrigues pela leitura atenta deste trabalho durante a banca de qualificação e pelas contribuições que foram decisivas para os caminhos e recortes desta pesquisa. Agradeço ao Thiago Nicodemo pelo encorajamento e pelos comentários oferecidos ao texto, fundamentais para a versão que

apresento. Estendo meus agradecimentos à Daiane Vaz, cujo trabalho acompanho e admiro há muito tempo e tenho o prazer de contar na banca de defesa.

Na realização desta pesquisa, as funcionárias Cida e Bethe foram essenciais na disponibilização das fontes do “Centro de Apoio à Pesquisa Histórica “Sérgio Buarque de Holanda” (CAPH)”, trata-se de um trabalho magnífico, ainda que realizado em condições tão nefastas. Estendo os agradecimentos aos funcionários do “Arquivo Geral da USP” e da “Administração da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo”. Agradeço a generosidade da Márcia Basseto Paes por disponibilizar uma documentação original sobre a professora Emília Viotti da Costa, primordial para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Agradeço à Laís Olivato por ter me auxiliado a conquistar o meu sonho que era ser historiadora. Obrigada por ter sido a minha referência de que ser jovem, pesquisadora e mulher eram três pontos que poderiam coexistir. Há 10 anos, fui presenteada com *Apologia da História ou o Ofício do historiador* do Marc Bloch por você. Ali estavam algumas das pistas cujas senhas consegui resolver para mim mesma durante a pesquisa. Obrigada pela constelação de amigos que ganhei com você.

Agradeço à Luiza Olivato pelas conversas e alegrias que compartilhamos no caminho. À Vivian Wolf Krauss (*in memoriam*), ao Márcio Botelho, ao Ricardo Streich e ao Roman Ordonhes pela escuta sempre atenta e pelas trocas ao longo dos anos. Aproveito para agradecer os colegas do Seminário de Pesquisa História, organizado por Miguel Palmeira, principalmente: Anita Fattori, Bruno Zorek, Carlos Suárez, João Paulo Martins Faria, Julio Canhada, Maria Carolina Gonçalves Rodrigues, Renato Mesquita Rodolfo. Além deles, agradeço aos amigos que ganhei na Graduação, Caio Henrique Covo, Bruno Bosso e Julia Zapata.

Estendo os meus agradecimentos às minhas melhores amigas que por acaso também são grandes historiadoras. Com vocês, eu entendi o que era lealdade. Apesar de todas as nossas diferenças, o respeito sempre pairou entre nós. Obrigada pelas noites incansáveis que conversamos sobre a nossa paixão compartilhada, pelas risadas eternizadas, pelas experiências inomináveis e pelas críticas tão necessárias. À Ana Beatriz Mauá, Rafaela Altran, Ana Luiza Roque, Laíza Santana, Maria Olivia Barrence, Ana Fukumar, Isabella Tramontina e Letícia Lucato. Agradeço ainda à Isadora

Fernandes Pessoa, Bianca Matteucci e Camilla Pinheiro, minhas eternas amigas, pelo companheirismo de uma vida.

À Erika Bordoni, agradeço por respeitar todos os meus processos. Obrigada pela entrega incondicional e por nunca ter questionado as minhas ausências, pelo contrário, sempre ter oferecido as melhores condições para que eu pudesse alcançar os meus desejos e sonhos. Obrigada por tanto.

Agradeço aos meus pais pelo apoio e por me auxiliarem para que eu pudesse realizar os meus objetivos. Ao meu pai, pelo exemplo e por me oferecer o suporte para que eu pudesse alçar vôo. À minha mãe, pelas abdições inestimáveis, pela alegria e humildade, em suma, pelo exemplo do que é ser humano. Ao Renan Orsati Clara, à Raquel Orsati Clara e ao Vitor Manuel Clara por serem o meu norte, a minha maior e melhor fonte de segurança, por se fazerem além de meus irmãos, os meus maiores confidentes. Vocês são a minha bússola.

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo 1: Os <i>métodos</i> entre as virtudes do historiador	22
1. A metodização da História e dos historiadores entre o século XIX até meados do século XX	22
2. A transmissão dos métodos e a rotina de trabalho dos historiadores.....	37
3. Os advogados dos métodos históricos	44
José Honório Rodrigues e a defesa pela institucionalidade do método histórico ...	46
Sérgio Buarque de Holanda, o método e o impressionismo	51
Conclusão.....	61
Capítulo 2: A universitarização dos métodos históricos	62
1. Um estudo de Caso: A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL /USP)...	64
2. Uma breve história sobre o Curso de História da USP (1934-1955).....	72
3. A criação das disciplinas de Introdução à História no Brasil	80
4. A “meta-história”: valores e agentes	85
5. As disciplinas meta-históricas na USP (1957-1968)	92
6- Uma introdução aos estudos históricos: da disciplina ao manual	102
7. Uma escola metodológica uspiana?	114
Conclusão.....	120
Capítulo 3: As mulheres, os métodos e a profissionalização da História	121
1. A reinvenção do método no I Simpósio da APUH.....	125
2.O método, os temários e as disputas na APUH	126
3. Historiadoras e o método como estratégia de distinção.....	141
Conclusão.....	158
Considerações finais.....	168

Introdução

Em 1964, a historiadora Emília Viotti da Costa (1928-2017) prestou concurso de livre docência para a cadeira de “História da Civilização Brasileira” na Universidade de São Paulo (USP). Na ocasião, ela foi questionada por Brasil Pinheiro Machado, um dos membros da banca, a respeito do que significava afirmar que seu trabalho era uma tentativa metodológica de fundir tendências e orientações para conseguir uma explicação total dos fenômenos. No registro do concurso foi transcrita a resposta da candidata (sempre em terceira pessoa): “quanto ao objetivo da tese responde afirmando ter pretendido com seu trabalho criar um método próprio, embora sem a idéia de considerá-lo o método histórico, pois êste variaria de acôrdo com o historiador e a época”.¹

Trata-se de uma resposta emblemática. Nela, é possível identificar duas concepções de método: o “método próprio”, que caracterizaria individualmente a historiadora e o seu trabalho, e o “método histórico” que regularia coletivamente a prática dos historiadores e historiadoras. Essa afirmação não impediria que a evocação de um método fosse (e continue sendo) utilizada como argumento de legitimidade do pesquisador e do seu objeto de pesquisa. O método se tornou uma etiqueta capaz de expressar simultaneamente um indivíduo e a coletividade a qual pertence, operando como marcador de sentido para a pesquisa em História. A manifestação de Viotti soa plausível até os dias de hoje e parece dispensar qualquer exercício de qualificação mais precisa sobre o que seria esse “método” justamente pelo efeito de identificação que exerce sobre os historiadores.

Toda investigação parece surgir do fascínio que determinado fenômeno exerce sobre um contexto social. Esta pesquisa não parte de algo diferente disso. No Brasil, nas últimas duas décadas, observou-se o adensamento dos estudos da História da Historiografia, que tem se consolidado por meio do compromisso com preocupações de

¹ ANDRADE E SILVA, Raul de; CASTRO, Luís Antônio de Moura. Livre-docência na cadeira de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, v. 33, n. 67, p. 263-284, 1966.

ordem teórica, metodológica e historiográfica concernentes à disciplina.² Tais estudos se institucionalizaram a partir da criação de revistas especializadas, da promoção de eventos acadêmicos e da constituição de uma associação profissional própria.³ O impacto da História da Historiografia na organização disciplinar da História também se faz visível através de importantes trabalhos publicados na área, como o de Maria da Glória de Oliveira, intitulado “Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu” e “Um metódico à brasileira: a História da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)”, de Karina Anhezini, ambos defendidos em 2006, bem como de Rodrigo Turin, “Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista”, de 2009, entre outros. A partir de diferentes lentes e instituições, essas pesquisas privilegiaram decodificar a trajetória individual dos historiadores citados com ênfase em seus métodos.

Ao longo desses vinte anos, a História da Historiografia se tornou no Brasil um terreno fértil de centralização dos discursos sobre a prática historiográfica. Isso também era visível no contexto acadêmico de minha formação na USP, entre 2012 e 2016, com a primazia de abordagens sobre os métodos historiográficos na formação dos historiadores. O “método histórico” era vocalizado sempre no singular, nos mais distintos contextos disciplinares e o seu significado parecia variar, contradizer-se, ser pouco preciso ou demasiadamente abstrato. A ideia de estar amparado por algum método, noção estrategicamente imprecisa conferia (e ainda confere) respeitabilidade aquilo que dizem os historiadores sobre si mesmos e sobre seus objetos de pesquisa.

A decodificação do signo “método” apareceu como um prisma precioso a partir do qual seria possível desmistificar os significados atribuídos (e muitas vezes pouco questionados) à História. O método figurava como uma espécie de condição iniciática às regras do ofício, bem como um marcador de distinção entre os pesquisadores. É, ao mesmo tempo, ponto de partida e de chegada da pesquisa do historiador. Confrontar o enigma dos métodos colocava em questão os códigos da pesquisa na área e tornava

² ARAUJO, Valdeí Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. *História da Historiografia*, v. 12, p. 34–44, 2013; TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: questões sobre um gênero. *História da Historiografia*, v. 6, n. 13, p. 78-95, 2013.

³A associação aqui referida é a Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH) criada em 2009. No que diz respeito às revistas, destaca-se a criação da *Teoria da História* (2009), da Universidade Federal de Goiás, e principalmente da *História da Historiografia* (2008), pela própria (SBTHH). Quanto aos eventos acadêmicos, eles são inúmeros, dentre os quais podemos destacar o Seminário Brasileiro de História da Historiografia.

tangível aquilo que os historiadores nomeavam como parte de seu ofício. Foi a partir desse contexto que as inquietações dessa pesquisa começaram a se materializar.

Em um primeiro momento, ainda na Iniciação Científica realizada em 2015-2016, sob orientação do Prof. Dr. José Geraldo Vinci de Moraes, a investigação partiu da diferenciação das disciplinas de “Teoria da História” e “Metodologia da História”. Nela, buscamos pela concretude e historicidade dos entendimentos de “Teoria” e “Metodologia” nos programas de disciplinas do curso de História da USP. A pesquisa levantou as ementas e deu visibilidade aos projetos disciplinares então em voga, bem como aos docentes responsáveis por essas disciplinas na universidade. A partir daí, as décadas de 1950 e 1960 foram analisadas como um período privilegiado, ainda que pouco estudado, na institucionalização e no desenvolvimento dessas disciplinas e dos métodos no currículo do curso de História na USP.

Essas duas décadas foram reiteradamente tratadas na genealogia dos cursos de História como um período intermediário entre duas práticas do historiador: a história como vocação (praticada pelos autodidatas nos institutos geográficos, academias, etc) e a história como profissão (a história universitária, profissionalizada, com o seu auge na criação da Pós-Graduação no Brasil na década de 1970). A linha evolutiva traçada pela historiografia entre o historiador *amador* e o *erudito* até o trunfo do *acadêmico* foi frequentemente justificada pelas novas condições sociais proporcionadas pela criação das universidades no país. Todavia, tornava-se evidente, à medida que avançava a pesquisa de Iniciação Científica, que essa divisão era insuficiente e o período de 1950 e 1960, longe de ser um hiato nesse processo histórico, foi justamente o contexto-chave em que ocorreram intensas modificações não apenas nas disciplinas em questão, mas ainda na identidade dos historiadores em geral.

As disciplinas meta-históricas se apresentavam, enquanto iniciava a pesquisa de Mestrado, sob orientação do Prof. Dr. Miguel Soares Palmeira, como sintoma de um processo disciplinar bem mais amplo e profundo. Nele, a própria identidade profissional dos historiadores estava em disputa e isso se daria, majoritariamente, a partir da década de 1950. Havia nesse momento a reivindicação da pesquisa como eixo profissionalizante e dos métodos como fundamentais aos historiadores de formação, o que ficou visível na publicação de revistas acadêmicas, nos encontros das associações de historiadores e na institucionalização curricular de disciplinas especializadas em

teoria e método. Em geral, essas discussões atravessavam a sociabilidade dos historiadores do período.

Interessava, portanto, compreender *o método* não mais como categoria abstrata que permearia genericamente o conjunto dos historiadores, mas como discurso a ser examinado na concretude das suas articulações, reivindicado por determinados atores em meio às transformações sociais, institucionais e disciplinares da História no Brasil. Assim, o objetivo desta dissertação tornou-se o exame das atribuições discursivas dos métodos históricos, bem como os aspectos sociais envolvidos na evocação dos métodos ganhou corpo. Trata-se de entender os aspectos materiais que efetivamente permearam a constituição da disciplina de História e o seu papel na atividade intelectual e institucional dos historiadores no Brasil, sobretudo para aqueles que reivindicaram o exercício dos métodos como caminho e distinção.

A escolha da expressão “o discurso dos métodos” para designar esse ato específico de enunciação tornou-se, para nós, a melhor tradução do fenômeno que se apresentava. “Discurso dos métodos” é utilizado neste trabalho para se referir às diferentes elaborações e aplicações do que seriam os métodos históricos, evocados pelos historiadores no Brasil em contextos temporais, sociais e institucionais distintos. Não pretendemos apresentar uma definição sobre os métodos históricos, mas demonstrar os efeitos da circulação desse discurso e as suas consequências para a vida intelectual dos historiadores. Pautamo-nos pela análise das evocações assíncronas desse discurso cuja compreensão era garantida pela inteligibilidade mínima e genérica de sua reivindicação, por isso, a opção de tratar *o discurso* no singular.

A análise de sua evocação abriu a possibilidade de investigar o discurso dos métodos como normatizadores da prática que se fazia dentro de uma rede de cálculos, jogos, racionalidades. Trata-se, portanto, de encarar um xadrez complexo em que a questão principal não se reduzia a identificar as peças que formam o jogo, mas também analisar os recursos, as estratégias e as ações dos jogadores, em suma, de quem se dispunha (e se impunha) às regras.

Ainda no nível da análise dos discursos, a pesquisa examinou os mecanismos de transmissão dos métodos, seus enunciadores e modos de enunciação. Em suma, procurou-se responder duas perguntas diretas: afinal, a que se referem os historiadores quando convocam o discurso dos métodos e quais os efeitos que essa reivindicação

produz em seus praticantes? À primeira vista, a resposta parecia simples. Trata-se de legitimar ou reafirmar o conhecimento histórico como disciplina científica. Contudo, a recorrência da evocação dos métodos em variados contextos temporais, espaciais e institucionais não nos convencia de que essa simples resposta seria suficiente. A ritualização do discurso não pode ser esclarecida apenas por uma ideia de objetividade ou de controle das práticas intelectuais, já que os métodos se converteram em valor dentro de uma constelação de ideais e é parte crucial da autoimagem que os historiadores constituíram sobre o seu ofício.

Isso fica bem visível no Brasil entre as décadas de 1950 e 1960, quando uma série de esforços coletivos foi orientada para a criação de revistas, encontros e associações com vistas à socialização do conhecimento histórico e a implementação da carreira do historiador como pesquisador. É nessa ocasião que as disciplinas meta-históricas emergem no currículo para capacitar os historiadores e historiadoras em formação nos procedimentos teóricos e práticos da História, entendida como campo da pesquisa. Nossa hipótese, que justifica o recorte cronológico desta investigação, é justamente que as décadas de 1950 e 1960 foram fundamentais, em primeiro lugar, para a sistematização do conhecimento histórico universitário, para a legitimação da História como disciplina academicamente autônoma e, em terceiro lugar, para o regramento da atividade intelectual dos historiadores. Defendemos, assim, que a difusão do discurso dos métodos foi central para profissionalização da História no Brasil.

Por profissionalização entendemos aqui a vigência de um regramento mínimo das operações de produção do conhecimento e de certo domínio intelectual. Essa profissionalização pode ser tanto explícita, ou seja, institucionalizada por determinados organismos, como implícita, isto é, inscrita em pressupostos e expectativas fiadoras de credibilidade amplamente aceitas entre os praticantes do domínio intelectual em questão.⁴ Tal formulação convida ao estudo de contextos históricos específicos de profissionalização, e no caso desta dissertação, ao papel desempenhado pelo discurso dos métodos nas estratégias pedagógicas de regramento da atividade do historiador

⁴ A concepção de profissionalização mobilizada neste trabalho foi extraída de entrevista com Lidiane Rodrigues, em 2020, no História da Historiografia Podcast. Para mais informação, conferir: HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA PODCAST: a (In)disciplina obediente dos historiadores. Entrevistadora: Luísa Rauter Pereira. Entrevistada: Lidiane Soares Rodrigues. 17 jul. 2020. Disponível em: <https://hhmagazine.com.br/aindisciplina-obediente-dos-historiadores-entrevista-com-lidiane-soares-rodrigues>. Acesso: 04 fev. 2022.

como pesquisador. Analisaremos então como a normatização dos métodos históricos atuaram na racionalização das etapas de trabalho intelectual em História, sobretudo dentro do recorte cronológico proposto.

Assim sendo, não nos interessa esgotar as aparições do termo “métodos” na historiografia brasileira, nem rastrear a sua mobilização em determinada obra ou historiador. São as impressões e os efeitos que esse discurso exerceu dentro do sistema de relações sociais e institucionais que nos interessa examinar. Nessa investigação sobre a historicidade do padrão de regramento entre historiadores, entendemos o discurso dos métodos como parte da moral e da configuração de um dever, o que se tornou parte do estilo intelectual de produção historiográfica. A novidade do período em questão está intimamente ligada ao estabelecimento dos métodos como pedagogia da pesquisa histórica, evocada em um contexto específico que nomeamos de profissionalização do historiador como pesquisador de carreira.

Historicizar o discurso dos métodos é, portanto, distanciar-se de um imaginário universal, singular, atemporal que parece pairar em torno dos métodos históricos, aos quais se costuma dispensar qualquer exercício mais aprofundado de explicação histórica justamente porque estaria interiorizado no corpo dos historiadores. Acreditamos que seja apenas desencantando as nossas familiaridades conceituais que nos tornamos capazes de nomear as forças que nos conduzem à reprodução programada de um tipo específico de fazer historiográfico. E para que possamos refletir sobre os hábitos mentais, gestos e atitudes alimentados por um imaginário cultuado, é indispensável considerar as alterações sócio-históricas que fundamentam os seus discursos.

A despeito de sua associação às crenças científicas e à racionalidade, os métodos não prescindem de conteúdo moral, emocional e sensível. Inserindo o discurso dos métodos numa espécie de antropologia das crenças historiográficas, nos aproximamos ao longo desta pesquisa da “epistemologia histórica” de Lorraine Daston⁵ e das “virtudes epistêmicas” de Herman Paul.⁶ Mitos e símbolos podem ser investigados como recursos historiográficos que, longe de universais, iluminam as articulações

⁵Daston, Lorraine. *Historicidade e objetividade*. São Paulo: LiberArs, Trad. Alves, Derley Menezes; Iegelski, Francine, 2017.

⁶PAUL, Herman. Historicismo fraco: sobre hierarquias de virtudes e de metas intelectuais. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 9, n. 21, 2016; PAUL, Herman. Virtue Ethics and/or Virtue Epistemology: a response to Anton Froeyman. *Journal of the Philosophy of History*, v. 6, n. 3, p. 432-446, 2012a.

específicas de grupos particulares de historiadores e informam sobre como eles/elas contextualizam o seu trabalho. Além disso, a referência edulcorada do mundo intelectual foi se diluindo paulatinamente no decorrer da pesquisa graças às leituras na área da Sociologia Intelectual, sobretudo de Pierre Bourdieu, o que permitiu analisar as regras próprias que estruturam e ordenam o mundo intelectual em termos de competição, socialização e estratégia.⁷

Nesse sentido, dialogamos com a produção historiográfica brasileira das últimas décadas, ao passo que esta também se tornou a nossa fonte, afinal os próprios historiadores da História da Historiografia trataram de rotinizar os discursos dos métodos como argumento de autoridade intelectual. Em outras palavras, a mobilização desses discursos se tornou a retina pela qual pesquisadores justificam temas, estruturas e escolha de autores. É, sobretudo, a alquimia que o discurso dos métodos provocou na disciplina da História, mais ainda, sobre os historiadores, que tratamos nesta dissertação.

A partir do exame de como o discurso dos métodos atuou na constituição simbólica da autoridade intelectual dos historiadores, sobretudo entre as décadas de 1950 e 1960, que organizamos a dissertação em três eixos que estruturam diacronicamente os capítulos: 1) o discurso dos métodos como virtude; 2) a universitarização do discurso dos métodos; 3) o discurso dos métodos como estratégia de profissionalização.

No primeiro capítulo, intitulado “Os métodos entre as virtudes do historiador”, examinamos a trajetória de tais discursos nos estudos históricos no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX. Sem a pretensão de esgotá-lo, esse recuo temporal se faz necessário posto que, no século XIX, os métodos eram compreendidos como recursos fundamentais da organização do saber histórico no país e fora dele. Acreditamos que a fotografia desse contexto historiográfico auxiliará na compreensão da emergência dos métodos como parte da moral que configurou a identidade dos historiadores do período.

⁷BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva; 2004; BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução*. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

Para isso, cotejamos documentos trabalhados em análises historiográficas e tomamos como fontes primárias e secundárias as obras de alguns historiadores, como Francisco Adolfo de Varnhagen, Capistrano de Abreu, Sílvio Romero, Afonso Taunay, entre outros. A partir desse material, analisamos as imbricações do modelo jurídico na configuração dos métodos, bem como o papel dos bacharéis em Direito na conformação daquilo que os historiadores alegam como sua especialidade: os métodos e a crítica histórica.

As mudanças efetivas provocadas pela normatização dos métodos não ocorreram apenas no plano simbólico ou discursivo, mas também no regime de produção e racionalização do trabalho historiográfico. Verificam-se, paulatinamente, as suas modificações com o monopólio da transmissão do conhecimento a partir da criação das universidades. Ainda assim, não bastou o advento da universidade no Brasil para que esse discurso fosse de pronto universitarizado, isto é, para que as discussões metodológicas fossem absorvidas nas estruturas habituais dessa nova instituição. Mostramos como não se pode ignorar a centralidade da circulação de pessoas, obras e ideias na difusão dos métodos no Brasil. Para tanto, indicamos como as viagens internacionais e o contexto de criação do curso universitário de História alteraram o papel exercido pelo discurso dos métodos, com base em artigos publicados por Sérgio Buarque de Holanda e José Honório Rodrigues entre 1945 e 1951.

No segundo capítulo, intitulado “A universitarização dos métodos históricos: um estudo de caso”, investigamos a formação do curso de História na USP. Nele, a sua evocação será investigada não apenas como exclusiva dos historiadores, mas ainda como parte de um momento de consolidação de uma imagem científica das ciências humanas. Nesse contexto, o entendimento dos métodos como fatores de “modernização” disciplinar refratava as condições sócio-políticas de um Brasil em ampla transformação durante as décadas de 1940 e 1950.

A partir do curso de História da USP, perscrutamos a apropriação do discurso dos métodos pelo meio universitário, especificamente no âmbito de disciplinas especializadas. Com a separação do curso de História e de Geografia, em 1955, o currículo foi reformulado e novas disciplinas foram inseridas na grade curricular dos historiadores. Chamada de “Introdução aos Estudos Históricos”, a disciplina se pautava nas discussões sobre metodologias, teorias e historiografias e se tornou parte obrigatória

da formação dos jovens pesquisadores. Optamos pela caracterização dessa e de outras disciplinas desse tipo, como Teoria da História e Metodologia da História, de *meta-históricas* em razão do conteúdo oferecido por elas ser justamente teórico, metodológico e historiográfico, assim como pelo papel importante dessas disciplinas na autorreflexão sobre a identidade dos historiadores. O termo “meta-histórico” está vinculado diretamente às disciplinas cujo exercício intelectual é de autodeterminação sobre a prática historiográfica, ou seja, aquilo que passa a definir os historiadores internamente e aquilo que os diferencia externamente. Sendo assim, as disciplinas meta-históricas estabeleciam um elo comum de historiadores de diversas tradições intelectuais, ao passo que os legitimavam entre as outras áreas de conhecimento.

Examinamos a lógica da eleição de docentes, a condução das disciplinas e o conteúdo das ementas, com foco nas disputas em torno da representação do seu ofício. Para isso, mobilizamos os programas de curso disponíveis na “Administração da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas” da USP, além dos documentos oficiais do “Arquivo Geral” da universidade para examinar o currículo e a trajetória dos docentes e da assistente das disciplinas meta-históricas da instituição, respectivamente, Jean Glénisson, Yves Bruand e Emília Viotti da Costa.

Embora as contribuições intelectuais da historiadora estejam associadas à historiografia sobre o Brasil, Viotti foi protagonista no processo de institucionalização e desenvolvimento das disciplinas meta-históricas na USP. Ela foi, entre outras coisas, a única assistente das três disciplinas dessa natureza no curso de História da USP entre 1957 e 1968. A partir daí, enveredamos pela análise do gênero como marcador da diferenciação das carreiras de historiadoras e historiadores dentro de uma estrutura acadêmica androcêntrica. Analisamos como as disciplinas meta-históricas foram estratégicas para a modificação e o desenvolvimento da trajetória acadêmica de Emília Viotti, aproximando a historiadora dos professores franceses, Jean Glénisson e Yves Bruand, contratados pela USP para lecionarem essas disciplinas. Em poucas palavras, acreditamos que o investimento no discurso dos métodos se tornava parte da linguagem profissional, um recurso nas disputas sociais de legitimação da História e das posições dos agentes no universo acadêmico.

Além das disciplinas meta-históricas, os manuais historiográficos se tornavam a plataforma do discurso dos métodos por excelência. No Brasil, examinamos dois deles,

publicados por estrangeiros. Referimo-nos a “Introdução aos Estudos Históricos”, escrito por José van den Besselaar, publicado em 1957 e “Iniciação aos Estudos Históricos” de Jean Glénisson, escrito em coautoria com Emília Viotti da Costa e Pedro Moacyr Campos, publicado em 1961. Não atribuímos a esses manuais a exclusividade da discussão teórica e metodológica no país, mas acreditamos que esse tipo de publicação sinalizava a crescente regulamentação da ação dos historiadores em relação aos seus objetos de pesquisa, assim como trazia representações sobre a pedagogia dos métodos para os historiadores em formação.

No caso da USP, investigamos como a incorporação da crença no discurso dos métodos difundido pela memória institucional do curso de História, de que haveria um método exclusivo e, mais importante, chancelado pelo signo/presença dos “Annales”, caracterizaria os historiadores da casa. A partir do material analisado, problematizaremos essa imagem propagada sobre os métodos como símbolos de distinção nos discursos memorialistas da instituição.

O terceiro e último capítulo da dissertação, intitulado “As mulheres, os métodos e a profissionalização da História” traz à tona as formas plurais e em disputa de se evocar e dar sentido ao discurso dos métodos. Em complemento, analisaremos os modos de transmissão do discurso dos métodos, a centralidade dele na trajetória intelectual de determinados agentes, a construção de objetos, a definição de posicionamentos e investimentos de pesquisa no campo acadêmico. A centralidade destes discursos fica particularmente visível na ocasião do “I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior”, realizado na cidade de Marília (SP) em 1961 que se desdobrou na criação da “Associação de Professores Universitários de História” – a APUH, posteriormente conhecida pela sigla ANPUH.

Examinamos a polaridade de projetos acerca do currículo comum de História com vistas à posição que os métodos assumiram neste debate. Nesse encontro, destacamos como, tal qual Emília Viotti, as estratégias de profissionalização da carreira de Alice Canabrava, Olga Pantelão e Cecília Westphalen também passaram pelo investimento no discurso dos métodos e nos símbolos a ele evocados. Levaremos em consideração como as assimetrias das relações de gênero atuaram no sistema das “escolhas intelectuais”, analisaremos o percurso acadêmico destas historiadoras através do impacto dos padrões dominantes de escrita historiográfica e das regras implícitas no

desenvolvimento de uma carreira sob o regime catedrático. A partir daí, buscamos mostrar como a homologia de posições em relação ao discurso dos métodos pode ser lida pela chave da análise de gênero. Esta investigação está fundamentada nos anais do simpósio (disponíveis no site da instituição) e a partir dessa documentação pudemos recuperar as disputas na ocasião acerca do entendimento de teoria, metodologia e historiografia entre professores universitários diversos.

Tendo em vista essas disputas, percebemos ainda como o discurso dos métodos escamoteia a pluralidade de sentidos que mobiliza, produz um efeito uniformizador e uma ilusão de atemporalidade. Ao mesmo tempo em que a sua incorporação se tornou estratégica para o desenvolvimento da carreira de determinados agentes, os quais lidavam com condições assimétricas de competitividade acadêmica. Assim, no último capítulo, investigaremos como o discurso dos métodos se tornou um recurso de distinção para as mulheres durante o regime catedrático.

Nosso trabalho, portanto, visa historicizar o papel e os efeitos dos métodos como parte crucial da autoimagem do saber histórico. Desnaturalizar discursos que soam umbilicais à constituição do ofício dos historiadores e historiadoras revela transformações, descontinuidades e disputas e permite a nós compreender como somos reféns e perpetuadores de mitologias disciplinares. O que fazemos aqui é oferecer uma fotografia desse exercício inesgotável de fabricar sentidos sobre o que é e o que fazemos quando nomeamos isto de História.

Capítulo 1: Os métodos entre as virtudes do historiador

Neste capítulo pretende-se investigar os efeitos do discurso dos métodos históricos na configuração da História no século XIX até meados do século XX. Nosso objetivo é apresentar uma genealogia dos usos sociais dos métodos na configuração do saber histórico, no Brasil. Na seção I, *A metodização da História e dos historiadores* examinaremos como este discurso se torna parte de uma constelação de virtudes projetadas pelos historiadores oitocentistas. O recuo estratégico para o século XIX tem a pretensão de assinalar as diferentes enunciações do que se entendia por “métodos”, no espectro de flutuações terminológicas imprecisas e intercambiáveis ao termo. Em *A transmissão dos métodos e a rotina de trabalho dos historiadores*, analisaremos os modelos argumentativos que justificam a transmissibilidade dos métodos históricos entre o século XIX e o início do XX no Brasil. Por fim, em *Os advogados dos métodos históricos* pesquisaremos o sentido que o discurso dos métodos assume em Sérgio Buarque de Holanda e José Honório Rodrigues, majoritariamente através de artigos publicados por ambos no final da década de 1940 e 1950. A partir de uma análise acerca de seus itinerários, diagnosticaremos como a circulação destes intelectuais, especificamente a partir de viagens internacionais alterou os modos de enunciação sobre os métodos. Como pano de fundo, demonstraremos como a criação das universidades alterou o registro de evocação e a plataforma de enunciação dos métodos com base, na trajetória destes bacharéis em Direito que se converteram em historiadores de profissão.

1. A metodização da História e dos historiadores entre o século XIX até meados do século XX

No século XIX, a constituição da História como saber correspondeu *pari passo* à edificação dos estados nacionais modernos. Isso significou, em termos pragmáticos, que a História estivesse a serviço da “arte do bem governar”. O historiador¹, portanto,

¹ Uma ressalva merece ser feita: a adoção do termo “historiador” para o século XIX não corresponde à titularidade universitária, a qual no Brasil passou a ser concedida apenas com a criação dos cursos de História e Geografia, a partir da década de 1930. De toda maneira, o termo historiador faz referência ao

orientava a narrativa do passado por meio de análises políticas e sociais, amparadas pelo Estado Imperial.² Para tanto, criou-se o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) chamado de “Casa da Memória Nacional”, em 1838. Sob o mecenato de Dom Pedro II, no IHGB circulavam intelectuais da elite cultural e política, ocupantes de cargos centrais da administração pública.³ Os princípios norteadores do Instituto eram enunciados pela súmula de quatro funções essenciais: “coligir, metodizar, arquivar e publicar” os documentos para a escrita das histórias sobre o Brasil.⁴

Os discursos que afirmaram a multiplicidade dos objetivos defendidos pelo IHGB se encontram nos elogios biográficos, discursos, pareceres e necrológicos que reiteravam sobre como deveria ser a escrita da história e o que deveriam comportar as virtudes dos historiadores. Em 1840, o IHGB tratou de formular um concurso para eleger o texto que serviria de programa para a elaboração da escrita da História no Brasil. O vencedor do concurso foi o texto de Karl Friedrich Von Martius: “Como se deve escrever a história do Brasil” (1844). Apesar da centralização do IHGB como espaço de difusão e sociabilidade historiográfica, as academias, as associações, os museus e os grupos de estudos informais foram redutos essenciais na circulação das letras e dos estudos históricos.⁵ A isto se deve a especificidade da prática da História no Brasil, já que não havia uma formação universitária para historiadores até o início do século XX.⁶ Ainda que a História não estivesse profissionalizada e nem disciplinarizada⁷

grupo de pesquisadores interessados nos estudos históricos, que se identificavam e se entendiam por partilharem um conjunto de saberes específicos.

² “Ninguém duvida da utilidade da história, a que um ilustre antigo denominou luz da verdade e mestra da vida” (ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 57, n. 90, p. 259, 1894).

³ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaxo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 388, p. 459-613, 1995. GUIMARÃES, Manoel. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 93-122.

⁴ “Extrato dos estatutos”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro: 1: 18-19, 1839.

⁵ Capistrano de Abreu participou de associações literárias como a Academia Francesa, fundada por ele ao lado de Rocha Lima, Clóvis Bevilacqua e Araripe Júnior, na qual circulavam obras de Taine, Comte, Buckle e Spencer. Para mais informações, conferir: COUTINHO, Afrânio. *Euclides, Capistrano e Araripe*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.

⁶ NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)*. Rio de Janeiro: FGV, 2018. p. 39.

⁷ Entendemos *disciplinarização* como um regime intelectual historicamente específico, de regramento comum a partir de estruturas predominantes da vida acadêmica. Neste sentido, será fundamental apresentamos a definição de disciplina que nos pautamos nessa pesquisa: “O termo disciplina normalmente designa um domínio de conhecimento com certo grau de especialização e formas definidas de controle sobre a produção e a difusão do conhecimento. Controle – como na própria palavra *disciplina*

no país, isto não significa que não tivessem profissionais especializados neste saber. Como veremos as disputas em torno da elaboração da narrativa histórica, da valorização das fontes e das estratégias de consagração dos historiadores marcaram a atuação destes estudiosos no período.

O sentido da escrita da História também deveria servir à consolidação da “nação”, portanto, naturalistas, geógrafos, engenheiros, mineralogistas (que por vezes também faziam análises históricas, tal como Martius) atuaram na construção dos discursos da “nacionalidade”. A preocupação imperial era de criar uma memória comum ao “povo brasileiro”, visando estabelecer um senso de passado e presente aos “brasileiros”.⁸ Neste sentido, os recursos para promoção da narrativa historiográfica não se reduziam ao conteúdo ou ao estilo de escrita, mas a modelos de conduta que regeriam o domínio dos historiadores. A formação da ética de trabalho do historiador oitocentista pode ser analisada através de três *topoi*: a *sinceridade* (sentimento pátrio), a *cientificidade* (domínio técnico-científico) e *instrumentalidade* (pertinência do produto em relação ao seu uso). A utilidade da escrita nacional era garantida justamente pela sinceridade e cientificidade. No século XIX, o rigor da investigação fundia-se com funções da retórica e estético-afetivas da poesia, que designavam a figura autoral do historiador oitocentista.⁹ É neste panorama de normatização de virtudes, significados atribuídos ao conhecimento histórico e a postura de seu praticante, que o discurso dos métodos passou a ser difundido como o crédito científico. Francisco Adolfo de Varnhagen foi considerado um dos precursores na defesa de métodos ao saber histórico, em 1854 argumentava na obra “História Geral do Brasil”:

Cada dia nos convencemos mais de que a **história é um ramo da crítica**, não da eloquência; e que perante o tribunal dela, o historiographo não é um advogado verboso e florido, mas antes um verdadeiro juiz, que, depois de averiguar bem os factos, ouvindo as testemunhas, com o devido critério, deve, feito o seu allegado com o possivel laconismo, sentenciar na

– refere-se tanto a controle externo quanto a autocontrole.”Johan Heilbron, “A Regime of Disciplines: Toward a Historical Sociology of Disciplinary knowledge”, in Charles Camic et Hans Joas (eds.), *The Dialogical Turn: New Roles for Sociology in the Postdisciplinary Age : Essays in Honor of Donald N. Levine*, Lanham, Oxford : Rowman & Littlefield Publishers, 2004, p. 26.

⁸ CEZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. In: GUIMARÃES, Manoel (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2006. p. 29-41.

⁹TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. *História da Historiografia*, v. 2, n. 2, p. 12-28, 2009.

conformidade das leis equitativas da sociedade e humana justiça.¹⁰(grifo nosso)

Varnhagen é considerado umas das figuras que mais contribuíram para que se fixassem as regras de conduta e se criassem metodologias de trabalho para a prática daquele que tinha por objetivo tornar-se historiador. Apesar de sua inegável contribuição, os procedimentos da autópsia documental não eram de sua exclusividade, mas parte de um estilo intelectual vigente no Brasil na época, o que se convencionou chamar de “metodologia moderna da história”.¹¹ Com a grande quantidade de bacharéis em Direito que escreviam História, como o próprio Varnhagen, é revelador que a cidadania da História passasse a ser reconhecida na relação com o saber jurídico, atestando o lugar de prestígio que a crítica exercia entre os letrados. Visível, por exemplo, no léxico jurídico no trecho citado acima: “tribunal”, “advogado verboso e florido”, “verdadeiro juiz”, “averiguar os fatos e ouvir as testemunhas”, “sentenciar” “leis equitativas”, “humana justiça”, bem como na ação jurídica que foi instrumentalizada no século XIX como um modelo de operação para as ciências empíricas.¹² É claro que, na realidade, a aplicação integral destes procedimentos se distanciava das súmulas metódicas. Os juízos de valor acompanhavam as narrações subjetivas e as posições declaradamente emocionadas de Varnhagen sobre a História.¹³

Se o modelo jurídico estava imbricado nas definições da História, outras disciplinas como a crítica literária, a antropologia e a sociologia, eram incorporadas à narrativa historiográfica. Sílvio Romero buscava a incorporação de múltiplas metodologias, como por exemplo, a sociologia e etnografia como meio racional e arma de legitimação de seu trabalho. Se não era especificamente nos métodos históricos que Sílvio Romero procedia, ele não deixou de se fundamentar em métodos de pesquisa: “é pelo método que o autor procura garantir a verdade de sua enunciação e que pode

¹⁰ VARNHAGEN, Adolfo de. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854, Tomo 1, Prólogo XII. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01819210#page/1/mode/1up> [link não funcionou]. Acesso: 10/06/2017 [acesso muito antigo; atualizar].

¹¹ Sobre a narrativa historiográfica em Varnhagen, conferir: CEZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

¹² Agradecemos a Felipe Brandi pela leitura e considerações ao texto, justamente por nos chamar a atenção sobre o imbricamento do modelo jurídico nas formulações de Varnhagen.

¹³ A respeito da subjetividade como fator da escrita historiográfica de Varnhagen, conferir: CEZAR, Temístocles. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. *História*, v. 24, n. 02, p. 207-240, 2005.

nomear-se *histor*: eu digo e baseio no que digo pelo método”.¹⁴ O caso de Romero é interessante porque demonstra que não era o “método histórico” que sancionaria se um texto seria ou não historiográfico, mas pelo investimento no seu caráter científico, garantido por uma retórica científica, pela mobilização de uso de teorias europeias e pela afirmação de uma metodologia de pesquisa comum a sua época.¹⁵

Ainda que a metodização dos saberes correspondesse ao processo de organização e controle da atuação dos historiadores, é visível como a afirmação dos métodos passa a ser compreendida como um ato de identificação e como veremos, de sujeição dos agentes. Vejamos como isto aparece uma carta enviada por Capistrano de Abreu (1853-1927), em 1904 destinada a Guilherme Studart, médico destacado que se dedicava à publicação de documentos primários:

Tu não és Varnhagen. **Por que motivo, portanto, te insurges contra uma obrigação a que se sujeitam os historiadores**, principalmente desde que, com os estudos arquivais, com a criação **da crítica histórica, com a crítica das fontes**, criada por Leopold Von Ranke, na Alemanha, foi renovada a fisionomia da História? (grifo nosso)¹⁶

Em 1904, Capistrano de Abreu já ocupava uma posição consagrada entre os letrados se incumbindo da prerrogativa de arbitrar sobre o gerenciamento da História, convertendo os infiéis ao exercício da crítica histórica. Neste sentido, o descumprimento ou a não assimilação do método crítico previa uma penalidade, quiçá a excomunhão simbólica dos seus dissidentes. Com isso, assinalamos como a prescrição e a justificativa de normas que deveriam formar a conduta dos historiadores se tornam parte da autoimagem do ofício.

O reconhecimento da faceta metódica de Capistrano de Abreu é notável pela extensão de trabalhos que tratam do tema, além de despertar incansavelmente o interesse dos historiadores da historiografia, preocupação esta que acaba por atualizar a própria função que os métodos exercem no estado da disciplina atualmente. A sua versão metodológica é reconhecida pelo papel “inovador”, sob signos de “renovador da metodologia” e da “historiografia brasileira”, o que levou que o apelido de “Ranke

¹⁴ Para mais sobre Sílvio Romero, conferir: TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p.102.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ ABREU, Capistrano de. Carta a Guilherme Studart em 20 de abril de 1904. In: RODRIGUES, José Honório (org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/INL/MEC, 1977. v. 1.

Brasileiro”.¹⁷ A associação com o Leopold Von Ranke¹⁸ é tratada pela sua filiação ao historicismo alemão, além da aproximação com outros autores como Friedrich Ratzel, Eduard Meyer, etc.¹⁹ A ambição científica forjada pela leitura metódica, apoiada pelo aparato crítico, configuraria uma das funções dos historiadores a partir do século XIX, leitor/pesquisador e editor/compilador como determinantes ao projeto historiográfico de Capistrano de Abreu.²⁰ O “método crítico” de Capistrano de Abreu também foi considerado pelos pesquisadores como parte da “moderna concepção de História”.²¹ Seria a “consciência” presente em Capistrano de Abreu que acabou por reificar os métodos como uma máquina, “aparelho intelectual” que “fundou a profissão do historiador moderno”.²² A legislação dos rumos metodológicos e temáticos para a escrita sobre o Brasil projetava um ideal de História e historiador que se confundia, é

¹⁷ Robert Conrad considerava Capistrano o “Ranke brasileiro”, sustentando que a “emoção, devoção às fontes, senso crítico, metodologia e cientificidade” tornavam a comparação possível. Para mais, conferir: CONRAD, Robert. João Capistrano de Abreu: Brazilian historian. *Revista de História da América* v. 59, p. 162, 1965.

¹⁸ José Honório considerava Capistrano a figura que “renovou todo o método e o espírito da historiografia brasileira”, particularmente pela edição crítica que fez da *História do Brasil* do Frei Vicente Salvador. Tratava-se do “o mais sério e o mais perfeito exemplo de crítica histórica, com todo o rigor da metodologia alemã”. Para mais, conferir: RODRIGUES, José Honório. *História e historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970. p. 178.

¹⁹ Sobre a relação de Capistrano com a hermenêutica, Arno Wehling argumentou: “essa epistemologia historicista, que se definiu com Ranke, cuja obra conhecia, e que se aperfeiçoaria com Dilthey e Weber, Capistrano desenvolveu sem que para isso necessitasse escrever um manual de metodologia histórica – necessidade, aliás, que Ranke sentira.” (WEHLING, Arno. Capistrano de Abreu e o descobrimento do Brasil: os ensaios e estudos. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 34, 1999).

²⁰ OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853–1927)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. p. 92-94. Posteriormente, a dissertação foi publicada em livro: OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

²¹ Articulada por Ricardo Benzaquen, a ideia de “moderna concepção de história” é frequentemente citada em trabalhos historiográficos sobre o tema. Diz ela o seguinte: “quando nos aproximamos do surgimento da concepção moderna de história, o que entra em cena é precisamente o ideal de uma verdade exata, rigorosa, que pretende se relacionar com as ações dos homens não mais em função dos seus valores, dos debates éticos que eles propiciam, mas apenas pela preocupação em verificar se, quando e onde elas efetivamente existiram [...] Tais exigências de imparcialidade e de objetividade, por sua vez, levaram a concepção moderna de história a incorporar, a partir do final do século XVIII, toda série de procedimentos críticos, em constante intercâmbio com a filologia (cf. Cassirer, 1948). Esses procedimentos, pelo menos em princípio, seriam capazes de determinar a 'verdade dos fatos' com a mais infinita precisão, analisando documentos, confrontando testemunhos, estabelecendo, enfim, quais textos eram ou não confiáveis para se conseguir uma visão realista do passado. Com isso, o exame crítico da tradição passou de relativo, na concepção clássica, a absoluto, na moderna” (ARAUJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, p. 31, 1988).

²² “É evidente que, para que isto possa acontecer, tal método terá que supor a existência - ou a invenção - de um tipo especial de intelectual - o historiador -, um intelectual capaz de se desligar inteiramente dos seus laços de sangue, das suas lealdades políticas e religiosas e, neste momento da pesquisa, até mesmo das suas convicções intelectuais, para aderir a uma ocupação que, em troca, oferece-lhe, pelo método, um acesso privilegiado à verdade dos fatos” (Ibidem, p. 38-39).

claro, com o próprio Capistrano de Abreu.²³

Apesar do discurso dos métodos integrar os recursos mobilizados por Abreu, o historiador também reivindicava outros métodos disciplinares, como o da nascente Sociologia para o desenvolvimento da escrita histórica. O texto do Necrológico escrito em 1878 por ocasião da morte de Francisco Varnhagen é revelador, para além do conteúdo laudatório, de sua concepção de História. Os méritos sublinhados por Capistrano de Abreu sobre Visconde de Porto Seguro se referiram especificamente ao levante de novos temas e ao trabalho documental.²⁴ Ainda assim, em relação às deficiências necessárias ao trabalho do historiador, Capistrano de Abreu destacou a importância da sociologia e da erudição histórica: “esperemos que alguém, iniciado no movimento do pensar o contemporâneo, conhecedor dos métodos novos e dos instrumentos poderosos que a ciência põe à disposição de seus adeptos, eleve o edifício, cujos elementos reuniu o Visconde de Porto Seguro.”²⁵ A função metodológica seja ela entendida como historiográfica, sociológica, etnográfica, se tornava um recurso de credibilidade da narrativa científica. Com este diagnóstico, é possível afirmar que o discurso dos métodos longe de ser uma estratégia de afirmação exclusivamente historiográfica, tornou-se um dos modos de organizar, controlar e seriar a produção de conhecimento.

Sendo assim, os métodos históricos eram reconhecidos como parte das operações de regramento da atividade intelectual dos historiadores. O que queremos dizer é que apesar dos historiadores instituírem regras, domínios, métodos e estilos de elaboração da narrativa historiográfica, isto não quer dizer que a História estivesse disciplinarizada ou profissionalizada no final do século XIX e início do século XX no Brasil. Como demonstraremos neste trabalho, grosso modo, a disciplinarização da História ocorreu com o processo de criação e desenvolvimento das Universidades, uma vez que o Estado e a Universidade passaram a tutelar sobre formas específicas de organização dos currículos, gerenciando por meio da concessão de títulos. Já a

²³ GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. p. 250-251. Este trabalho também foi publicado em livro: GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927)* memória, historiografia e escrita de si. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

²⁴ PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. Odisseias do conceito moderno de história: Necrológico de Francisco Adolfo de Varnhagen de Capistrano de Abreu e O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos de Sérgio Buarque de Holanda revisitados. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 50, p. 27-78, set./mar. 2010.

²⁵ *Ibidem*, p. 62.

profissionalização foi um processo mais extenso, que contou com esforços amplos da categoria dos historiadores, fundamentalmente através da institucionalização de revistas, associações, encontros, ampliando o escopo de produção e das saídas profissionais. Assim, no processo de investigar a historicidade do padrão de regramento, especificamente com vistas ao discurso dos métodos, buscaremos compreendê-lo como parte de um estilo intelectual de produção historiográfica.

Neste sentido, os métodos se transformavam em uma *virtude epistêmica*, na medida em que neles se reconhecia um modelo normativo, um código de conduta. Segundo Lorraine Daston e Peter Galison, as virtudes epistêmicas científicas atuam conduzindo e ambientando as relações práticas dos agentes, definidas como: “normas que são internalizadas e aplicadas [enforced] por apelo a valores éticos, assim como eficácia pragmática em assegurar o conhecimento”.²⁶ As virtudes científicas carregam consigo valores específicos e técnicas que orientam a ação dos sujeitos, a coexistência de múltiplas virtudes pode acarretar a acusação, eliminação e sobreposição de certas virtudes sobre os então, *outsiders*.²⁷ Neste sentido, argumentamos que os discursos dos métodos designavam virtudes epistêmicas, alterando formas práticas de trabalho dos historiadores com as suas fontes.

Além de instituir virtudes intelectuais, este discurso se tornou um argumento de autoridade intelectual. Afonso d'Escragnoille Taunay (1876-1958) que havia sido aluno de Capistrano de Abreu, no Colégio Pedro II é reiteradamente vangloriado pelo seu trato com a metodologia, prescrito como uma qualidade singular do autor. Não obstante, não é de desconhecimento que Taunay dispensasse o tal rigor nas citações de suas fontes, com transcrições esporádicas de documentos sem a indicação da procedência.²⁸ O que verificamos é que a encarnação das operações metodológicas é muito mais complexa e, tantas vezes dissonante da forma com que os seus apologetas, enunciavam e cobravam. Não se trata aqui de produzir juízos de valor e nem de fiscalizar a adoção de

²⁶ DASTON, Lorraine; GALISON, Peter. *Objectivity*. New York: Zone Books, 2007, p. 40-41. A tradução do excerto foi retirada de: OHARA, João Rodolfo Munhoz. Virtudes epistêmicas na prática do historiador: o caso da sensibilidade histórica na historiografia brasileira (1980-1990). *História da Historiografia*, v. 9, n. 22, p. 170-183, dez. 2016.

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ “Como Capistrano, Taunay não tinha dúvida sobre a necessidade imprescindível de obedecer a esta regra metodológica. Quem o suceder na obra e no conhecimento do bandeirismo e do café poderá restaurar as citações, embora seja este um dos trabalhos mais difíceis e árduos e dos menos apreciados”. RODRIGUES, José Honório. Afonso Taunay e o revisionismo histórico. *Revista de História*, São Paulo, v. 17 n. 35, p.97-105, jul./set. 1958, p.104.

procedimentos metodológicos em determinados autores, mas compreender os efeitos que o discurso dos métodos expressava entre os historiadores especificamente entre o final do século XIX e o início do século XX.

Tal como Capistrano de Abreu, Afonso Taunay foi batizado pela sua relação com os métodos, como “metódico à brasileira”.²⁹ A referência é justificada pelos “princípios gerais da moderna crítica histórica”, a partir da combinação da historiografia francesa com a historiografia brasileira das primeiras décadas do século XX. Este vínculo fica evidente na conferência inaugural do curso de História Universal em 1911, em que Taunay rastreou os caminhos que os recém ingressantes e interessados em História deveriam percorrer. Na conferência, inundaram citações indiretas ao manual “Introduction aux études historiques” de Charles V. Langlois e Charles Seignobos publicado em 1897.³⁰ Nesta primeira “tradução” da obra, Taunay apresentava o mesmo fim pedagógico que seus “mentores”, o de instruírem os seus alunos no percurso da “dúvida metódica” através da crítica interna e externa. As citações indiretas ao manual percorriam o caminho de argumentação do texto proferido na conferência, que sinalizava não apenas os franceses, mas os alemães como referência no trato metodológico:

Deve o historiador moderno começar por investigar e recolher documentos, cultivar intensamente essa ciência a que os alemães batizaram Heurística. Ninguém pode hoje descrever uma época fazendo trabalho original sem se dar a um trabalho imenso de pesquisa e de cotejo. **É na obediência dessa ordem de idéias que reside força, a superioridade e a convicção dos historiadores** e eruditos hodiernos. (grifo nosso)³¹

A submissão à heurística aparece neste trecho como manutenção da “força”, “superioridade” e “convicção” reiterando os laços de Taunay com a teoria evolucionista.³² As palavras como “dever” e “obediência” são associadas ao trabalho de pesquisa e cotejo, o que indica a prescrição de uma conduta. O que podemos observar é que apesar da cobrança da postura metódica, não existia um esforço intenso de

²⁹ ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira: a historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006, p. 28.

³⁰ A primeira faculdade de Filosofia e Letras no Brasil foi criada em 1908 por Dom Miguel Kruse no Mosteiro de São Bento. O curso de História Universal teve a sua primeira turma em 1911 e o professor era o jovem engenheiro Afonso de Taunay.

³¹ TAUNAY, Afonso d’Escragnolle. Os princípios gerais da moderna crítica histórica. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 26, p. 323-344, 1914.

³² MARIN, Jérri Roberto; MARIN, Ana Paula. Alfredo Maria Adriano D’Escragnolle Taunay e seus múltiplos olhares sobre Mato Grosso: entre a civilização e o sertão. *História & Perspectivas*, v. 31, n. 58, p. 119-134, 2019. RODRIGUES, José Honório Rodrigues. Afonso Taunay e o Revisionismo Histórico. *Revista de História*, v. 17, n. 35, p. 97-106, 1958.

teorização ou conceitualização sobre esta prática. A definição sobre os métodos estava longe de cravar qualquer sentido pronto e escolar, mas se sedimentava para o historiador no trato com as fontes. O investimento de Afonso Taunay nas citações dos manuais e na articulação com a metodologia estrangeira demonstrava não apenas o reconhecimento da atribuição aos métodos, bem como se desdobrava em uma estratégia em benefício da sua posição de distinção.

A identificação da relevância de Taunay como o expoente metódico brasileiro revela como as insígnias metodológicas se inscrevem em uma rede de atribuições, que ainda produzem, sustentam e garantem valor social entre os historiadores. Portanto, o discurso dos métodos se tornou uma virtude epistêmica reconhecida entre os historiadores promovendo e interagindo com fatores de mobilidade e distinção dos seus enunciadores. O estabelecimento dos métodos históricos ainda que seja lido como um fator de distinção, como demonstramos sobre Francisco Adolfo de Varnhagen, Capistrano de Abreu, Afonso Taunay, etc, expressava menos a exclusividade de um autor, mas parte de uma praxe intelectual que foi sendo incorporada pelos historiadores.

Como apresentamos no caso de Varnhagen, a relação entre os métodos históricos e o léxico jurídico Direito também é recorrente entre os autores do início do século XX. Isto fica visível, por exemplo, na aproximação entre Afonso Taunay, Ellis Júnior e Alcântara Machado pelo culto a fonte documental oficial, em sua forma jurídica.³³ Apesar de contemporâneos nas temáticas e no trânsito no Instituto Histórico Geográfico de São Paulo (IHGSP), estes três historiadores produziram trabalhos muito distintos, o que dificulta que se atribua ao Instituto qualquer homogeneização dos métodos destes autores. A relação com a metodologia da História estava mais próxima da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco do que das ditas “influências” francesas ou formalmente do IHGSP. Ainda que Ellis Jr e Alcântara fossem advogados de formação e Taunay engenheiro, a prática jurídica acompanhava o trato destes historiadores com os documentos.

Rodolfo Augusto de Amorin Garcia (1873-1949) nos apresenta outro papel que os métodos assumiam entre os intelectuais. O historiador recifense se tornou um dos responsáveis pelo empreendimento de “corrigir as provas” junto com Capistrano de

³³ DELLA VALLE, Franco. *Vida e morte do bandeirante: Alcântara Machado e a produção da história paulista*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p. 92.

Abreu da obra “História Geral do Brasil”, de Varnhagen. Sobre o trabalho do Visconde de Porto Seguro, Garcia sinalizava: “era diferente das outras histórias: mais fatos, mais pormenores, mais críticas, mais lúcida interpretação, mais ciência, mais história, em suma”.³⁴ Para além do tom elogioso, a descrição revela a projeção das formulações ao que ele entendia como centrais para a História verificadas em Varnhagen. A postura crítica de Rodolfo Garcia o posicionava como o modelo do historiador com “tirocínio metodológico”.³⁵ Apesar de ser tratado como um fator de destaque do autor, a incorporação dos dispositivos metodológicos fazia parte do grupo de virtudes epistêmicas. Logo que migrou para o Rio de Janeiro, no IHGB e na Associação Brasileira de Letras (ABL) se aproximou de figuras como Capistrano de Abreu e Afonso Taunay. Garcia ocupou importantes cargos na administração de acervos, como diretor do Museu Nacional (1930-1932) e da Biblioteca Nacional (1932-1945). Muito próximo de Taunay, ambos comungavam à sua maneira a práxis da crítica histórica e elegiam o discurso dos métodos como meio de legitimação da História como ciência. Um aspecto interessante, contudo, na trajetória de Garcia é a sua defesa pela institucionalização universitária da Biblioteconomia e Museologia no Brasil, na década de 1930. O historiador investiu na gestão das grades destes cursos a partir de um conjunto de saberes técnicos como Numismática, Epigrafia, Cronologia, Paleografia, Diplomática entre outros, que indicavam a expressão das ditas “ciências auxiliares” como conhecimentos obrigatórios aos cursos. Mais do que isso, os saberes que Garcia incorporava como centrais para a arquivística e biblioteconomia comungavam com a tecnicidade dos procedimentos dos métodos históricos.

As “ciências auxiliares” se tornavam, assim, indispensáveis ao aparato dos métodos. Tanto Garcia quanto Taunay (diretor do Museu Paulista entre 1917-1945) lecionaram “História do Brasil” em cursos da época, ocuparam a diretoria de importantes acervos do país e orientavam o método crítico como instrumento de elaboração do *status* científico da História. Com isso, sublinhamos que estes saberes estavam longe de representarem uma propriedade dos historiadores/pesquisadores, mas estavam vinculados aos trabalhos que demandavam o contado direto com documentação

³⁴ BRÖNSTRUP, Gabriela D’Ávila. *Um ofício polivalente: Rodolfo Garcia e a escrita da história (1932-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015, p. 56.

³⁵ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. *O triunfo do fracasso: Rüdiger Bilden o amigo esquecido de Gilberto Freyre*. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p.169.

histórica, o que justifica o intenso investimento de Garcia nos cursos de Biblioteconomia, Arquivística. Ao ocuparem estes cargos, os historiadores estariam se apropriando de um conjunto de expectativas não apenas sobre estes postos, mas sobre o conjunto de regras que deveriam professar.

Apesar da consagração dos historiadores não depender exclusivamente da mobilização dos métodos históricos, nas primeiras décadas do século XX, observamos a intensificação de citações em discursos, palestras e em obras que buscaram dar um destaque à variedade dos procedimentos críticos. No entanto, o que se verifica é o uso descontinuado e pulverizado dos rótulos metodológicos. Apesar da variabilidade de conteúdos a que o discurso dos métodos se referia e de procedimentos que eram fagocitados pelo termo, existia um denominador comum entre estas mobilizações aparentemente tão pluriformes.

Primeiramente, a referência dos métodos como paradigmas da prova, regime probatório de legitimidade da fonte validando a enunciação historiográfica. Como vimos, as imagens judiciárias aparecem de maneira corriqueira no léxico e nos modos de enunciação sobre a prática dos historiadores. Rodolfo Garcia em uma visita a casa de Capistrano de Abreu, noticiava sobre o episódio: “inesquecível, que fiz aquele estranho laboratório de ciência e verdade, o tribunal supremo da história brasileira”.³⁶ O Direito representava o modelo de normatividade e cientificidade no século XIX, em que a historiografia buscou reivindicar o seu status de ciência. Assim, era no universo jurídico que o historiador buscava um conjunto de imagens para configurar os seus métodos de trabalho.³⁷ É justamente no processo metodológico, na criação de pistas, vestígios e indícios que o historiador levantaria os elementos probatórios do fato. A narrativa, a arte da retórica e a elaboração da operação da prova também se tornaram instâncias de investimento no estatuto científico da História. Portanto, a sintonia entre as práticas judiciais e modalidade dos métodos aproximava a História de um papel judiciativo.³⁸ A preocupação comum entre juízes e historiadores na definição de fatos, busca por provas e verificação dos documentos tornou a retórica judiciária central para as discussões

³⁶ Ibidem, p.31.

³⁷ Para Durval Muniz, a semelhança entre os dois campos era aquilo que definiria a cientificidade, ou seja, a existência de um método. Para mais, conferir: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A história tem juízo: o juiz e o inquérito como modelos de autoria e procedimento analítico na escrita historiográfica. *História da Historiografia*, v. 13, n. 34, 2020, p.17-34.

³⁸ Ibidem.

sobre a metodologia da história.³⁹ Neste trabalho, pensamos justamente como as práticas judiciárias se tornaram parte do léxico e dos sentidos conferidos aos métodos.

Apesar de cultura do fato que procedeu do campo jurídico ter se popularizado no século XIX, esta prática é muito anterior, ainda que sob outras formulações, presentes, por exemplo, desde o século XVI.⁴⁰ Um contexto importante que contribuiu para o desenvolvimento dos princípios dos métodos históricos incorporados pelos historiadores foi o antiquariado moderno (fenômeno marcado entre final do século XVI até XVIII).⁴¹ A pesquisa antiquária encontrava um precedente na prática legal, no cultivo de um arsenal de saberes que auxiliavam a transformação de vestígio em prova histórica.⁴² O enaltecimento da formulação de regras da crítica, interpretação e autenticação organizadas pelo “método histórico” desde o século XVIII evidenciam, na realidade, as contribuições dos antiquários à “ética” dos historiadores.⁴³ Apesar de muito comparáveis, as práticas do erudito antiquário e a do historiador moderno são distintas: o primeiro tornava a presença dos objetivos materializada em suas análises, já o historiador tornava o passado um objeto de reflexão científica, cognoscível através de procedimentos intelectuais.⁴⁴

As associações entre os métodos históricos e as práticas legais eram fortalecidas pela extensa quantidade de bacharéis em Direito que se especializaram em História, especificamente no século XIX e no século XX no Brasil. No entanto, o termo “moderno” foi eleito como a referência de autenticação de fontes históricas. Referimo-nos a outra versão popular do discurso dos métodos como parte das faculdades

³⁹ O historiador italiano Carlo Ginzburg analisa como a retórica judiciária é fundamental para a discussão de concepções sobre o método histórico. Para mais, conferir: GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 62-63.

⁴⁰ Barbara Shapiro apresenta as raízes de uma “cultura do fato” na Inglaterra entre 1550 e 1720. Ela demonstra como o fato, no contexto da *common law* transformou-se dentro desse recorte cronológico: das práticas testemunhais, à incorporação do fato por Francis Bacon como componente científico até, por fim, a adoção do termo pela historiografia. Para mais, conferir: SHAPIRO, Barbara J. *A culture of fact: England 1550-1720*. Ithaca: Cornell University Press, 2000.

⁴¹ MOMIGLIANO, Arnaldo. História antiga e o antiquário. *Anos 90*, v. 21, n. 39, p. 19-76, jul. 2014.

⁴² SILVEIRA, Pedro Telles da. Gloriosos bastardos e casamentos desfeitos: antiquariato, prova e o sublime em Horace Walpole, Clara Reeve e Ann Radcliffe (1764-1791). *História e Cultura*, v. 4, n. 3, p. 304-326, dez. 2015.

⁴³ MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: Edusc, 2004, p.111.

⁴⁴ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da história. *Humanas*, v. 23, n. 1/2, p. 111-143, 2000.

necessárias ao “historiador moderno”, ou da “moderna prática do historiador”,⁴⁵ termos que até hoje são mobilizados por muitos historiadores da historiografia brasileira.⁴⁶ Neste sentido, o recurso de marcar o procedimento como “moderno” se referia aos traços de uma tradição intelectual identificada com o exercício de validação e interpretação de fontes. Os métodos históricos são frequentemente caracterizados como parte dos “princípios da moderna história”, que contava também com formas específicas de narrar e organizar a cronologia. Neste sentido, não pretendemos aqui exaurir um amplo debate sobre a “concepção moderna de história” e os seus significados, mas sublinhar como entre o discurso dos métodos é recorrente a associação entre os seus “princípios” e a tal “consciência historiográfica moderna”.⁴⁷ A associação do “moderno” como esteio da acurácia, em outros termos, da precisão é fruto da fabricação do período posterior à “Modernidade”, ainda que tenha se tornado marco representativo deste contexto.⁴⁸

É neste sentido, que a estratégia de reivindicar os procedimentos metodológicos como parte do arsenal “moderno” revela como os saberes como Filologia, Cronologia, Numismática, entre outros se tornaram, dentro deste discurso no século XIX, as ditas

⁴⁵ Para François Hartog, o historiador moderno estaria mais próximo do comentador, do compilador e do escritor do que apenas do autor. A “moderna cultura do comentário” se justificaria pelo aumento dos procedimentos impostos pelo método filológico, de modo que a História passaria da “era da retórica” para entrar, conduzida pelas ciências, na “era do comentário” e da análise. Para mais, conferir: HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2003, p. 127-129.

⁴⁶ A “concepção moderna de história” é uma expressão utilizada pelos historiadores com vistas à orientação metodológica e que serve como insígnia da Modernidade. A expressão é invariavelmente aplicada de maneira irrefletida, ocultando as especificidades na utilização de diferentes métodos e procedimentos críticos, que ficam recobertos pela aplicação do termo “moderno”. O perigo proveniente da elasticidade da “concepção moderna de história” consiste em fazer a própria história da historiografia cair em generalizações que não depuram as especificidades dos significados históricos dos diferentes métodos e procedimentos empregados pelos historiadores do passado. A expressão se tornou uma espécie de equação matemática, capaz de definir a prática metodológica/crítica apenas pelo seu efeito. Dois exemplos disso: (1) “da mesma forma que Garcia, Taunay integrou um grupo de letrados dedicados à busca documental e à escrita metódica conforme a **concepção moderna de história**, orientada por Capistrano de Abreu na historiografia brasileira” (BRÖNSTRUP, Gabriela D’Avila. Rodolfo Garcia esboçado em cartas: tensões entre o erudito e o intelectual. *História da Historiografia*, v. 24, 2017, p.117 grifo nosso); (2) “desde seu ingresso no INL, 26 os textos produzidos por José Honório e publicados em diferentes ocasiões enfatizavam a **crítica histórica e os modernos procedimentos técnicos envolvidos** na elaboração de edições de documentos raros como um diferencial determinante sobre a confiabilidade que se poderia depositar sobre tais documentos” (FREIXO, André de Lemos. José Honório Rodrigues na Biblioteca Nacional (1946-1953): (re)considerando as relações entre memória e história. *Escrita da História*, v. 1, n. 2, 2015, p.57-58 grifo nosso).

⁴⁷ Para uma discussão mais ampla sobre o tema, conferir: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

⁴⁸ HANSS, Stephen. The fetish of accuracy: perspective on early modern time(s). *Past and Present*, n. 243, mai 2019.

“ciências auxiliares”. Em outras palavras, os procedimentos de pesquisa denominados como parte da “concepção moderna” provenientes de tradições epistemológicas muito anteriores ao estabelecimento dos métodos históricos, tornaram-se *auxiliares* na medida em que se reconhecia nos métodos, a instância legítima, ou seja, de gestão e síntese destes saberes.

O que verificamos entre os autores, no entanto, é que os significados dos “métodos” estavam em processo de assentamento de sentido no século XIX e XX, portanto, os métodos fluíam em expressões intercambiáveis como “método crítico”, “crítica”, “método”, “método histórico”, “moderna crítica histórica”. Apesar da “crítica histórica” fazer parte dos procedimentos referentes aos “métodos históricos”, é visível sua correspondência terminológica com o “método crítico”.⁴⁹ Lembremo-nos que a tradição da crítica é anterior à formulação de um “método histórico” no século XIX. Apesar de ter sofrido diversas variações, a crítica textual se difundiu com a Reforma Protestante formulando o cultivo da dúvida documental.⁵⁰ A diferença entre a crítica textual clássica e a moderna não está na sofisticação dos seus métodos, mas no volume dos seus dados e na disponibilidade de outras ferramentas de análise.⁵¹ No século XIX, a crítica não era entendida como propriedade exclusiva dos pesquisadores em História ou eixo de especialização, mas uma abertura reflexiva para as questões “nacionais” próprias do período.⁵²

Nesta breve apresentação, demonstramos que os discursos dos métodos não apresentaram sentidos acabados para a pesquisa histórica, ainda que tornassem a sua enunciação inteligível entre os pares. Neste sentido, ressaltamos a sua associação com a incorporação ao fato, do regime de comprovação legal de fontes, da posição a que são inscritas as ditas “ciências auxiliares”, dos princípios da “moderna concepção de histórica”, e por fim, da associação com a crítica textual. É claro que, pela complexidade e amplitude que cada uma destas camadas incorporadas por esse discurso nos possibilita investigar, buscamos demonstrar como no plano retórico e prático dos

⁴⁹ Afonso Taunay dizia, em 1934, o seguinte ao se referir à obra de Charles-Victor Langlois: “assim, começando por notável estudo do reinado de Filipe III, o ousado, muito escreveu sobre os métodos de crítica histórica e versou assuntos pedagógicos e bibliográficos sempre com rara felicidade” (apud ANHEZINI, Karine. *Op. cit.*, p.193).

⁵⁰ XAVIER, Luiz Felipe. O método histórico-crítico: origem, características e passos metódicos. *Davar Polissêmica*, v.3, 2012, p.19.

⁵¹ GRAFTON, Anthony. *Falsários y críticos: creatividad e impostura en la tradición occidental*. Barcelona : Crítica, 2001, p.111-112.

⁵² OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Op. cit.*, p.11.

métodos, são muitos signos que compõe essa constelação de sentidos que só se tornam inteligíveis quando o relacionamos com outros saberes que o compunham.

Portanto, longe de nós exaurirmos toda a complexidade destas discussões, no entanto, nos interessa compreender os efeitos do discurso dos métodos no processo de regramento da atividade profissional dos interessados no fazer histórico. Resta-nos, contudo refletir sobre as interpretações historiográficas acerca dos mecanismos de transmissão dos métodos históricos no Brasil.

2. A transmissão dos métodos e a rotina de trabalho dos historiadores

No contexto de institucionalização universitária da História na Europa, os espaços de transmissão do discurso dos métodos foram fundamentais para o estabelecimento de critérios mínimos para a atividade dos historiadores no século XIX. Um dos fatores de destaque foi a transnacionalização da experiência do seminário, isto é, de recorrentes viagens de historiadores estrangeiros para universidades estratégicas da Prússia.⁵³ Isto fica visível nas experiências universitárias de Herbert Baxter Adams, Paul Fredericq, Ernesto Quesada, Charles Seignobos na Prússia. Quando estes historiadores retornaram para seus países de origem traduziram suas viagens em diferentes modos de circulação das propostas metodológicas e dos seminários, como a publicação de obras e manuais, constituição de laboratórios, reformas curriculares, criação de disciplinas, etc. A circulação internacional promovida pela atração dos estrangeiros ao modelo seminários prussianos acabou por configurar um *habitus* acadêmico, que contribuiu para a constituição de uma comunidade acadêmica internacional.⁵⁴ Além dos espaços de socialização do conhecimento histórico, os manuais historiográficos estabeleceram balizas na pedagogização dos métodos colaborando para a massificação de um corpo

⁵³ Para Bonnie Smith, os seminários eram laboratórios e cooperativas metodológicas, voltados para técnicas especializadas e ao trabalho de crítica. Neles não se revelava a ritualística industrial de divisão do trabalho, dado que o historiador deveria controlar todas as etapas de “produção” da história, o que não deixava de fazer do historiador um *homo faber*. Para mais informações, conferir: SMITH, Bonnie G. *The gender of history: men, women and historical practice*. Cambridge, London: Harvard University Press, 1998; SMITH, Bonnie G. Gender and the practices of scientific history: the seminar and archival research in the nineteenth century. *The American Historical Review*, v. 100, n. 4, p. 1150-1176, 1995.

⁵⁴ O conceito de formalização de um *habitus* acadêmico é mobilizado pelo autor neste artigo: OLIVEIRA, Itamar Freitas de. Seminário e método entre historiadores que visitaram a Alemanha (1877 - 1909). *Varia historia*, v. 33, n. 62, p. 491-521, mai-ago 2017.

profissional de historiadores.⁵⁵ Sendo assim, a difusão do discurso dos métodos foi garantida justamente porque contou com pedagogias bem estabelecidas como os manuais e os seminários.

Se a História estava em vias de institucionalização universitária na Europa do século XIX, no Brasil, a aproximação com o fazer histórico, como vimos era marcada pelo autoditismo, circulação de obras, cartas e socialização entre as pessoas nos Institutos e grupos. Todavia, faltam dados empíricos que nos auxiliem no rastreamento da recepção de obras metodológicas no país. Apesar dos trabalhos historiográficos citados investigarem a importância do expediente crítico como parte das faculdades dos historiadores, carecemos de investigações que revelem aspectos sobre a recepção, tradução e circulação dos manuais. Nosso interesse vai além de como os historiadores brasileiros citaram, mas sim como circularam, receberam e negociaram com as variadas obras e traduções. Assim, verificamos dois argumentos recorrentes que justificam a transmissibilidade dos métodos históricos por parte da historiografia brasileira: o papel dos institutos históricos (fundamentalmente do IHGB) como espaço de difusão do discurso dos métodos e as relações discipulares como parte da socialização intelectual entre os historiadores.

Começamos então, com a primeira afirmação. O Instituto Histórico Brasileiro é considerado como a instituição de monopólio da prescrição sobre as formas legítimas da escrita nacional. Como apresentamos no início do capítulo, a palavra “metodizar” aparecia como um dos papéis enunciados pela *Casa da Memória Nacional*. No discurso inaugural do Instituto, Januário da Cunha Barbosa evocou Jules Michelet e anunciou um “tratado” teórico-metodológico, contando com o apoio do método crítico, que segundo

⁵⁵ Na Europa, os jovens historiadores contaram com os três manuais mais difundidos na época, a saber: o *Grundriss der Historik* (1857-8), de Johann Gustav Droysen; o *Lehrbuch der Historischen Methode* (1889), de Ernest Berheim; e o *Introduction aux études historiques* (1898), de Charles Langlois e Victor Seignobos. Para Arthur Alfaix, isso demonstraria que, apesar das escolas nacionais serem diferentes e por vezes conflitantes, os livros se popularizaram pelas universidades, estabelecendo critérios mínimos para a história científica, projetando as formas de como os historiadores atuariam ou deveriam atuar. A noção de “método histórico” concebida por eles gerou autonomia, uma relativa homogeneização e também certa comunidade acadêmica transatlântica. Apesar do apelo ao método histórico, ao conhecimento crítico e à objetividade científica, os limites da História se referiam ao processo de construção do Estado nacional e se justificavam por ele. Logo, o ideal de método histórico vinha combinado, em vários níveis, com ideologias nacionalistas típicas do período de ouro do imperialismo. Para mais, conferir: ASSIS, Arthur Alfaix. Schemes of historical method in the late 19th century: cross-references between Langlois and Seignobos, Bernheim, and Droysen. In: FERNANDES, Luiz Estevan de Oliveira; PEREIRA, Luísa Rautner; MATA, Sérgio da (org.). *Contributions to theory and comparative history of historiography: German and Brazilian perspectives*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2015. p. 105-125.

ele, dispunha os fatos relevantes em ordem cronológica, demarcando leis necessárias para a História. Este discurso se tornou um eixo de orientação da prática dos historiadores vinculados ao Instituto.⁵⁶ Januário da Cunha não foi o primeiro e nem o último sócio do IHGB a discursar sobre a importância dos métodos históricos. Fred. Boissière anunciava, na primeira edição da Revista do Instituto, em 1834, que era função do método a configuração da historicidade do texto, com o objetivo de: “iniciar o público nos diferentes métodos históricos pela análise crítica das obras”.⁵⁷

O papel dos Institutos como espaços de produção e difusão dos métodos chegou a ser defendida como uma “exigência”, uma “imposição” das regras da metodologia da histórica aos membros do IHGB.⁵⁸ Já no século XX, no “1º Primeiro Congresso de História Nacional” promovido pelo IHGB, em 1914, é evidente a familiaridade da historiografia brasileira com as tendências europeias, em geral com a obra “Introduction aux études historiques”, de Langlois e Seignobos, pelos métodos de trabalho, sobretudo pelas formas de se pensar o conhecimento histórico, na chave dos grandes acontecimentos históricos.⁵⁹

Como podemos averiguar é comum na historiografia a ideia de que o IHGB exigia de seus membros a mobilização de métodos históricos. Ainda que os Institutos Históricos e Geográficos possuíssem normas e técnicas para a História, a incorporação destas prescrições não era integral e nem muito menos homogênea entre os estudiosos.⁶⁰ Em suma, havia muito mais uma adaptação de métodos, teorias e práticas do ofício do que uma formulação compulsória do Instituto aos seus membros.

Sobre o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), as indicações e orientações comportavam poucos autores como filósofos evolucionistas, intelectuais brasileiros em geral. As próprias publicações do IHGSP entre 1870-1940 demonstram

⁵⁶ Para uma análise apurada, ver: CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história da historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004.

⁵⁷ PASCHOAL, Máira Guimarães. Por uma história geral e filosófica do Brasil: o IHGB nos limites da modernidade europeia. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2013. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/201901/1548875176_bdcf34fdd5f65440407c5faea782ae72.pdf. Acesso: 05-02-2021.

⁵⁸ José Honório Rodrigues argumentou o seguinte a respeito do fator de imposição das regras: “procurar os documentos, coligi-los, classificá-los e publicá-los, *era impor aos membros do Instituto* a mais perfeita e atual regra de metodologia histórica” (RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978, p. 37-38 grifo nosso).

⁵⁹ GUIMARAES, Lúcia Maria Paschoal. Primeiro congresso de história nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. *Tempo*, v. 9, n. 18, p. 147-170, 2005.

⁶⁰ NASCIMENTO, Bruno César. *Revista de História: trajetórias historiográficas na Universidade de São Paulo*. Serra: Editora Milfontes, 2018.

como era ínfima a participação dos historiadores metódicos, com exceção, algumas vagas citações de Fustel de Coulanges, o que levaria a supor que eles não estariam incluídos no repertório de leituras do Instituto. A referência maior estaria entre Capistrano de Abreu, Varnhagen e a filosofia de Comte e Spencer.⁶¹

O compartilhamento de referências e a familiaridade com textos metodológicos não conjugavam uma prática metódica obrigatória e nem equivalente entre os historiadores. O esforço de evocar a importância de metodizar a História, não necessariamente caminhava com um projeto específico de regramento institucional. Ainda que os discursos metodológicos fizessem parte da grade de referências dos historiadores vinculados ou não ao Instituto, a prática metodológica era tão distinta quanto o número de praticantes, o que dificulta que se fale em um método unificado, regulamentado e doutrinado pelo IHGB. O discurso dos métodos surgia como uma virtude epistêmica mobilizada pelos historiadores, evocada de maneira esporádica e diversa, o que impossibilita que se atribua ao IHGB ou do IHGSP, a chancela de difusão dos métodos históricos no século XIX e XX.

O segundo argumento recorrente é a tendência de justificar a transmissão do método via relação pessoal ou discipular. Neste sentido, aciona-se o esquema da genealogia, em que o discurso dos métodos é instrumentalizado como parte de um conhecimento hereditário. Segundo José Honório, a herança da historiografia brasileira descendia de Varnhagen (“pai), reabilitada por Capistrano de Abreu e difundida para ele próprio. Na composição da linhagem historiográfica estariam os historiadores que teriam contribuído para a História do Brasil, especificamente contando com a transmissão metodológica no estabelecimento da relação entre mestres e discípulos.⁶² A submissão aos ditames dos “mestres” se torna um argumento recorrente para justificar a transmissão do conhecimento histórico. Este argumento é mobilizado até os dias de hoje. Como por exemplo, sinalizou a historiadora Gabriela D’Avila Bronstrup, “Rodolfo Garcia *seguiu as indicações de Capistrano* no trabalho de divulgação e crítica documental, no entanto, seus escritos pouco assimilaram as novas temáticas sugeridas pelo mestre”.⁶³ Já para Karina Anhezini, “Charles-Victor Langlois foi apontado pela

⁶¹ FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: UNESP, 2002, p.123-125.

⁶² RODRIGUES, José Honório. Novos rumos da metodologia da história. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1946.

⁶³ BRÖNSTRUP, Gabriela D’Avila. *Op. cit.*, p. 29.

primeira vez na obra de Taunay como um dos maiores eruditos do período, confirmando as escolhas feitas em 1911, e Capistrano de Abreu, ao lado de autores contemporâneos como Rodolfo Garcia, *que pactuaram o mesmo direcionamento temático e metodológico*.⁶⁴ As figuras exemplares, destacadas nas narrativas genealógicas da disciplina da História seriam aquelas que melhor performavam as regras projetadas ao ofício. A estratégia de enaltecimento da figura do “mestre” situaria o enunciador, como herdeiro legítimo da tradição historiográfica brasileira.

Neste mesmo regime argumentativo, adiciona-se a manifestação de termos como “influência” e “fidelização” como mecanismos de relação com o conhecimento metodológico. Como Maria da Gloria Oliveira, por exemplo, pontua: “Assim, sob a *influência* de autores como B. G. Neibuhr (1776-1859), Leopoldo Von Ranke (1795-1885) e Alexandre Von Humboldt (1769-1859), Capistrano assumiria as concepções do “realismo histórico”, baseado nas observações dos fatos, apurados em fontes autênticas e fidedignas e na preocupação de “narrar o que realmente aconteceu”.⁶⁵ Apesar da enorme quantidade de livros etnográficos que foram traduzidos por Capistrano de Abreu do alemão para o português, não há referência de tradução de algum livro ou texto metodológico, o que é claro, não invalida o conhecimento de Abreu da tradição historicista alemã.⁶⁶ Ainda assim, o que verificamos como argumento recorrente nos trabalhos historiográficos citados, é que a aproximação dos historiadores brasileiros ao “método histórico” é resultado das “influências”, “pactos”, “indicações”, no regime dos contatos com as obras e autores estrangeiros. A dificuldade de rastrear especificamente como se dava a circulação das obras metodológicas no contexto pré-universitário acarreta outra chave explicativa: o pacto com a “moderna historiografia”, que paira como um *tópos* comum, por onde se dispensa a investigação dos mecanismos de transmissão dos métodos históricos.⁶⁷

No modelo da “moderna historiografia”, há um panteão de historiadores nacionais eleitos, que “compactuam” com um tipo de escrita historiográfica. Nestes

⁶⁴ ANHEZINI, Karina. *Op. cit.*, p. 224.

⁶⁵ OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Op. cit.*, p. 33.

⁶⁶ *Ibidem*.

⁶⁷ Esse argumento aparece com destaque em Temístocles Cézar: “sem pretender situá-lo em uma difícil e duvidosa história das influências podemos, ao menos, afirmar que Varnhagen compartilha uma série de noções gerais e difusas da moderna historiografia oitocentista que *surge um pouco por todos os lugares à revelia da identificação com uma corrente teórica determinada*” (CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, v. 8, n. 15, jul-dez. 2007, p. 161 grifo nosso).

casos, os métodos eram considerados virtudes herdadas através da relação entre mestres-discípulos, como geralmente se argumenta no caso de Francisco Varnhagen, Capistrano de Abreu, Afonso Taunay, Rodolfo Garcia para ficarmos entre alguns. O que há em comum entre os historiadores canonizados pela genealogia histórica é muito mais uma preocupação com o trato de fontes do que metodologias equivalentes. É parte da construção da mítica de uma disciplina, a composição de uma genealogia, baseada em técnicas de classificação, segundo narrativas que providenciam propósito e identidade entre os classificados.⁶⁸ Neste sentido, o discurso dos métodos atua na patrimonialização do que é a obra e a *persona* do historiador.

É claro que é parte da socialização intelectual o compartilhamento de tendências epistêmicas, recortes e temas, os trabalhos que justificam a transmissão dos métodos no período atribuem aos Institutos ou as relações pessoais/disciplinares, os mecanismos de transmissão do conhecimento metodológico. Fato é que muitos destes historiadores sequer se conheceram pessoalmente, ou seja, a natureza da relação entre eles era muito mais de trocas cartas, ou apenas de leituras específicas de obras, sem nenhum contato pessoal entre si. Contudo, as prescrições do discurso dos métodos eram difusas, marcadas pelo compartilhamento de um horizonte de expectativas com relação à organização e classificação das fontes. Na falta de estudos empíricos sobre os mecanismos de circulação dos métodos históricos no século XIX e início do século XX no Brasil, o argumento dos Institutos e das relações disciplinares é acionado.

Em suma, a longevidade do discurso dos métodos entre os historiadores contou com o chamado à ordem para a elaboração de narrativas historiográficas em um contexto de padronização do conhecimento histórico. As estratégias e os modos de reivindicação da importância dos métodos eram múltiplos, muitas vezes não correspondiam aos mesmos referenciais, mas acabavam por se expressar por rótulos que se intercambiavam. Neste sentido, acompanhamos a reflexão proposta por Rafael Benthien, de que quando os rótulos disciplinares são levados à exaustão, mesmo quando evocados nos mais diferentes registros, representam garantias de força e a vitalidade ao termo. À medida que os historiadores logravam conquistar postos de prestígio,

⁶⁸ PAUL, Herman. Self-images of the historical profession: idealized practices and myths of origin. *Storia della Storiografia*, n. 59-60, 2011, pp. 157-170.

receitavam formas específicas sobre a configuração da narrativa histórica.⁶⁹ Visto por este ângulo, a incorporação do discurso dos métodos, no século XIX e XX passa a ser reivindicada para aqueles que pretendiam fazer parte da comunidade de historiadores profissionais. Ainda que, como demonstraremos, os graus e as formas de reivindicação do discurso dos métodos tenham se modificado nestes dois séculos.

No desenho de uma comunidade historiográfica, o discurso dos métodos passou a garantir um efeito de ordenamento da relação dos historiadores com as fontes de pesquisa. A gestão da História passava pelo esforço de policiar, avaliar e cobrar posturas metodológicas, o que partia dos historiadores mais consagrados, que não apenas legislavam sobre os rumos da história do Brasil, mas ditavam sobre os meios legítimos com que esta deveria ser feita. A partir do material apresentado, é possível diagnosticar a emergência de uma polícia historiográfica que administrava punições simbólicas sobre quem procedia ou deixava de proceder no quadro das virtudes que os notabilizavam. Com isso, verificamos como no discurso dos métodos surgia uma rede de palavras imperativas, na cobrança de um “dever” de incorporação destas práticas entre os historiadores. O discurso dos métodos não apenas incidiu no plano das virtudes epistêmicas e nos modelos retóricos, mas alterou materialmente as suas rotinas de trabalho. Assim, as operações práticas de pesquisa modificaram a racionalização do trabalho intelectual, diversificando as etapas de fabricação do conhecimento histórico: seriando as investigações documentais, com os procedimentos de crítica de fontes, sobretudo, marcando o esforço de garantir que a narrativa imprimisse credulidade ao objeto investigado. A alteração dos regimes de produção vinculados aos métodos históricos contou com a europeização da historiografia brasileira. Fato é que os graus desta europeização precisam ser investigados para que não sejam reduzidos em meras incorporações. Apesar do campo lexical referente aos procedimentos metódicos ser amplo, preconizados dentro de uma rede de valores e condutas, esta passou a se tornar parte da construção identitária dos historiadores. As sentenças metodológicas tornavam-se argumentos de autoridade, ao passo que se expressavam como exercício de poder. A partir da difusão dos métodos históricos, os historiadores contaram com os dispositivos da crítica documental e da interpretação das fontes, além de outras coerções na operação

⁶⁹ BENTHIEN, Rafael Faraco. Por uma história cruzada das disciplinas: ponderações de ordens prática e epistemológica. *Revista de História*, n.179, p.1-23, 2020.

de escritura da História.⁷⁰ A racionalização do trabalho historiográfico acabou por modificar o senso prático das formas de se autenticar e classificar a História.

Por fim, a pluralidade dos sentidos atribuídos ao “método” e os efeitos de ordenamento da narrativa historiográfica propiciaram a durabilidade do rótulo. Apesar de o “método histórico” garantir um consenso sem necessariamente fundar uma cristalização de operações universais, os seus discursos se amparavam em referenciais que tornavam a sua mobilização inteligível entre os pares. As partilhas de interesses comuns entre os evocadores dos métodos não necessariamente apagavam as relações de força entre eles. Como vimos, a polícia metodológica estava fortalecida pelas posições de consagração no campo. E o que estava em jogo não era apenas o armamento metodológico, mas a gestão do exercício legítimo da atividade historiadora. Analisaremos, na próxima seção, o investimento no discurso dos métodos como estratégia em benefício intelectual e social que será visível particularmente até a metade do século XX. Assim, investigaremos o papel da circulação intelectual no desenho das formas de engajamento dos métodos entre Sérgio Buarque de Holanda e José Honório Rodrigues, a partir de um novo contexto profissional, a institucionalização universitária da História no Brasil.

3. Os advogados dos métodos históricos

O casamento antigo de advogados e estudiosos da história é expressivo entre os nomes citados na seção anterior: Francisco Adolfo de Varnhagen, Sílvio Romero, Alcântara Machado, entre tantos outros. O itinerário comum a época ganhou desdobramentos específicos logo se deu a criação das Faculdades de Filosofia na década de 1930. Com a titulação específica em História, o vínculo da disciplina emergente com o Direito não cessou. Apenas se abria um novo campo profissionalizante para os então historiadores diplomados. Isto fica evidente logo nos primeiros quadros discentes e docentes do curso de História e Geografia na Universidade de São Paulo, a partir dos nexos motivacionais da Faculdade de Direito (FD) do Largo São Francisco e da elite

⁷⁰ OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Op. cit.*, p. 116.

mentora da FFCL/USP, “em especial da 5ª seção de história e geografia”.⁷¹ A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL/USP), em especial o curso de História abria um sedutor caminho para uma elite em descenso social, desmoralizada pela derrota da “Revolução Constitucionalista de 1932”. Dessa maneira, o conhecimento histórico era entendido na FD como instrumento de intervenção social. Sobre a fotografia do perfil dos seus alunos da 5ª seção, o jovem estrangeiro Fernand Braudel, em 1935 apontava: “não é de espantar que conhecedores das fortes disciplinas do direito, esses estudantes se tenham regular e automaticamente posto à frente dos seus companheiros”.⁷² Isso indicava não apenas o interesse dos diplomados em Direito ao curso de História e Geografia, como também revelava que o conhecimento jurídico era entendido como capital intelectual e social para os historiadores.⁷³ Longe de ser uma especificidade paulista, entre treze professores da seção de História na recém criada Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935, seis deles eram bacharéis em Direito: Afonso Arinos de Melo Franco, Carlos Miguel Delgado de Carvalho, João Batista de Melo Sousa, José Maria de Albuquerque Bello, Roberto Bandeira Accioli, Sérgio Buarque de Holanda.⁷⁴ Nesta universidade, como veremos circularam Sérgio Buarque de Holanda e José Honório Rodrigues, um como assistente e depois diretor da cátedra, outro como ouvinte em disciplinas das ciências humanas. Neste novo cenário de criação das Faculdades de

⁷¹ RODRIGUES, Lidiane Soares. Armadilha à francesa: homens sem profissão. *História da Historiografia*, v. 6, n. 11, p. 85-103, 2013.

⁷² Ibidem. E para mais informações, conferir: BRAUDEL, Fernand. O ensino de história e suas diretrizes. In: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1935)*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1937.

⁷³ Lembremo-nos da justificativa que o processo (dirigido na realidade por Jorge Americano, jurista e professor catedrático da Faculdade de Direito da USP) de indicação de Astrogildo Rodrigues de Mello em detrimento de Alice Canabrava, então candidata com a melhor pontuação no concurso de História da Civilização Americana: “entre os Srs. Astrogildo Rodrigues de Mello e Alice P. Canabrava há, a favor do primeiro, a circunstância de ocupar o cargo de Professor em comissão de H. da Civilização Americana e possuir o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, enquanto a Profa. Alice Canabrava é assistente do mesmo, não tendo feito o curso jurídico, que é de grande auxílio para melhor entendimento dos problemas históricos, como, por exemplo, no tocante ao estudo das instituições políticas, sociais e econômicas”. Jorge Americano, como professor da Faculdade de Direito, não deixava de proteger, privilegiar e destacar a formação em Direito, porém isso não basta para justificar sua posição. Como demonstra Otávio Erberelli Júnior, ocultava-se nesse processo uma articulação masculina para impedir Alice Canabrava de obter o cargo almejado. A formação em Direito não era pré-requisito para a conquista da cadeira, porém ela se revela não apenas como capital vantajoso a um candidato, mas se apresentava como mais uma constrição para as mulheres na construção de suas carreiras acadêmicas. Para mais, conferir: ERBERELLI JÚNIOR, Otávio. *A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava: um ofício como sacerdócio (1935-1997)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

⁷⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013, p.141-149.

Ciências e Letras no Brasil, veremos o papel da circulação intelectual no reconhecimento da função dos métodos/crítica histórica para estes dois bacharéis em Direito convertidos em historiadores profissionais. Contando com uma análise de suas trajetórias, demonstraremos como o discurso dos métodos chegou aos jornais na década de 1940.

José Honório Rodrigues e a defesa pela institucionalidade dos métodos históricos

“Este era o grande problema do curso de história: havia uma atitude antimetodologia. Quem protestava, fazia campanha em prol da metodologia, era José Honório Rodrigues, mas fora da Universidade”. (Eulália Maria Lahmeyer Lobo, 1992)

Carioca, nascido em 1913, José Honório Rodrigues estudou nas melhores escolas da época, entre elas, o Colégio São Bento. Entre 1932-1937 cursou “Ciências Jurídicas e Sociais” na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Já muito interessado nos estudos históricos, no mesmo ano de formação escreveu um texto em colaboração com Joaquim Ribeiro, que foi vencedor do “1o Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras”, intitulado “Introdução ao estudo do período holandês de Maurício de Nassau”.⁷⁵ Entre 1939-1944, José Honório passou a trabalhar no Instituto Nacional do Livro (INL), criado com o objetivo de incentivar a produção de livros e no aprimoramento do serviço bibliotecário no Brasil. Ficou à frente das publicações como assistente de Sérgio Buarque de Holanda. Enquanto José Honório trabalhava com o período holandês, cotejando edições e revisando os estudos clássicos, Sérgio Buarque elaborava catálogos bibliográficos.⁷⁶ Em 1943, Honório recebeu uma bolsa da Fundação Rockfeller para pesquisar em arquivos, bibliotecas e universidades norte-americanas na condição de funcionário e técnico da INL. O propósito da viagem

⁷⁵ GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976, p. 95.

⁷⁶ A aproximação de José Honório Rodrigues com a História é descrita pela sua participação como ouvinte das aulas na UDF e pela sua participação nas reuniões do Clube de Sociologia, fundado pelo jovem Gilberto Freyre, em 1935. Em 1937, José Honório foi laureado pela Academia Brasileira de Letras com o primeiro prêmio de erudição pela monografia *Introdução aos estudos do período de Maurício de Nassau*. O trabalho de “erudição” com a documentação foi muito elogiado pela crítica, bem como sua abordagem do assunto. Para mais, conferir: FREIXO, André de Lemos. José Honório Rodrigues (1913-1987). In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (org.). *Os historiadores: clássicos da história do Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, Editora PUC, 2018, v. 4

era de que pudesse aprimorar os seus estudos metodológicos, intensificando os conhecimentos de fontes, bibliografias e edições. Na Universidade de Harvard, pesquisou nas bibliotecas em Widener e Houghton. Na Universidade de Columbia, como “visiting scholar” tratou de aprofundar o seu conhecimento metodológico na crítica de textos raros e assistiu como ouvinte o curso de “Introdução aos estudos históricos” com o professor Charles W. Cole. Esta experiência foi central para a formulação de suas críticas em torno da formação dos historiadores.

No mesmo ano do seu retorno e de demissão da ANL, José Honório passou a lecionar no Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores (1945-1956), (IRBr/MRE) e a trabalhar na Biblioteca Nacional (1946-1955).⁷⁷ Além disso, o historiador passou a contribuir para o suplemento literário de um periódico de ampla circulação, “O Jornal”. Desde o seu retorno do exterior, seus artigos se orientaram pelo estímulo à regulamentação do estudo metodológico em prol da “modernização do estudo histórico no Brasil”.⁷⁸ Rodrigues iniciou as suas denúncias daquilo que considerava como “uma falha no nosso currículo universitário”. De acordo com ele, nas universidades americanas e europeias, os cursos de História se iniciavam com a “Introdução à ciência histórica” com estudos sobre a natureza da disciplina, filosofia, métodos e contribuições de ciências como “formadoras do espírito”. Só assim, os historiadores estariam aptos a compreender a pesquisa história, os fundamentos da crítica interna e externa habilitando-se para especialização. Para Honório, sem metodologia e sem noções de historiografia, o ensino da História não poderia ser concluído.⁷⁹

Em “A necessidade da metodologia histórica”, em 1946, José Honório (então diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional) empreendeu uma longa apreciação sobre o estatuto dos métodos nos países europeus, levantando o número de universidades que regulamentaram as cadeiras de metodologia da história: “apenas Portugal e o Brasil, afora os países mais atrasados da América do Sul, não

⁷⁷ A familiaridade de José Honório com o trato documental propiciou não apenas a sua produção autoral, mas ainda garantiu a ele acesso a postos de preparação, edição, coordenação e divulgação de coletâneas e fontes históricas nos principais arquivos e bibliotecas da época. Entre 1958 e 1964, José Honório trabalha junto ao Arquivo Nacional. Para mais, conferir: FREIXO, André de Lemos. *Op. cit.*, p.40.

⁷⁸ RODRIGUES, José Honório. A universidade norte-americana trabalha para o bem comum do país. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 de junho de 1944.

⁷⁹ *Ibidem*.

decidiram inaugurar um curso tão universalmente adotado e aprovado”.⁸⁰ Para o historiador, aquele que não tivesse lido ao menos um texto elementar de metodologia e concluído uma “pesquisa erudita” estaria despreparado para ser professor. As noções sobre o “método histórico” seriam, então fundamentais para formação do docente e não apenas do pesquisador. Na contramão do “autodidatismo”, que imperava na “crença popular”, Honório argumentava que qualquer pessoa que pudesse ensinar ou escrever História sem treino metodológico seria afastada “em benefício de outra cultura histórica”, ainda que ele não tivesse explicitado a condição deste “afastamento”.⁸¹ À medida que o José Honório galgava postos em arquivos e instituições centrais no espaço historiográfica da época, percebe-se a intensificação do tom crítico à formação dos historiadores nas universidades brasileiras. No ano de 1945, acumulou o cargo na Biblioteca Nacional, tornando-se membro da “Comissão de Estudo de Textos de História” do Ministério das Relações Exteriores, porta esta que o garantiu três anos depois, a chefia da “Seção de Pesquisas do Instituto Rio Branco” (1948-1953).⁸²

A relação pessoalizada entre mestres e alunos aparecia novamente nos artigos de defesa do historiador pela difusão do conhecimento metodológico nas universidades: “o ensino metodológico preparará novas gerações que, orientadas pelos mestres, poderão repartir os problemas e unir as forças de trabalho. O trabalho histórico atingirá, então, madureza e aperfeiçoamento incalculáveis.”⁸³ José Honório construía o seu projeto e suas aspirações profissionais justificando a sua aproximação com a “verdadeira” historiografia no estabelecimento das normas metodológicas espelhando como se deveria ser a formação profissional e a escrita da História. Ainda no ano de 1946, Honório fortalecia as suas críticas no artigo “Novos Rumos da Metodologia da História”. O que o José Honório advogava era que seria de responsabilidade do ensino universitário da História demonstrar como se pesquisava e como se aplicavam os métodos e a crítica em cada caso estudado. Isso se daria por meio de um curso técnico de caráter prático como um seminário. Assim, seria possível romper com o autodidatismo das regras do método histórico e do criticismo sem deixar a aproximação

⁸⁰ “A metodologia histórica consiste no estudo das fontes (heurística, descoberta e criticismo das fontes), na explicação das fontes (interpretação, ou tentativa de encontrar o verdadeiro sentido das fontes) e na síntese dos fatos encontrados, criticados e interpretados” (RODRIGUES, José Honório. A necessidade da metodologia da história. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1946).

⁸¹ *Ibidem*.

⁸² FREIXO, André de Lemos. *Op. cit.*, 2018.

⁸³ RODRIGUES, José Honório. *Op. cit.*, 22 de dezembro de 1946.

teórica com outras disciplinas “vizinhas” e nem a filosofia, suas questões do mundo e dos homens. Além disso, o historiador alertava sobre os problemas da excessiva especialização, com vistas ao modelo norte-americano convertendo a caça do documento e o método como fim. Para ele, o método histórico deveria ser uma “matéria-prima” e não o seu objeto em si:

O curso de método e crítica histórica deve ter caráter prático de seminário. O exclusivamente doutrinário como se fazia nos começos do século XIX devia ser abandonado. **É lógico concluir deste esboço da evolução moderna do ensino da metodologia histórica que no Brasil não podemos prescindir daquela parte da metodologia que se refere as ciências auxiliares e o criticismo histórico.**⁸⁴

José Honório Rodrigues pleiteava uma cadeira de “Introdução aos Estudos Históricos” para os cursos de História e Geografia tal como ele conhecera em sua experiência no exterior. O que o historiador anuncia como uma transformação para os estudos históricos, na realidade, se baseava na esteira da tradição promovida pelas suas experiências europeias e norte-americanas. Isto que começa como uma denúncia do historiador vai paulatinamente se transformando em seu projeto historiográfico. Em 1949, publica o então considerado “primeiro manual de método histórico” brasileiro, *Teoria da História do Brasil*: uma introdução metodológica com vistas a “oferecer aqueles que desejassem escrever a história meios de fazê-la de maneira profissional dentro das diretrizes do método próprio, peculiar e específico da história”.⁸⁵ Este livro anuncia a produção do historiador na delimitação da História como ciência, na formulação de matérias fundamentais da historiografia baseadas nas questões de diversos gêneros da história, disciplinas auxiliares, crítica, edição de documentos, entre outros.⁸⁶ Esta obra foi lida como uma resposta às deficiências do ensino metodológico nas instituições e universidades brasileiras. Se o historiador havia organizado e publicado um manual metodológico, o seu engajamento no início de 1950 se desdobrou no planejamento de outra proposta audaciosa. José Honório idealizou o que chamou de “Instituto de Pesquisa Histórica”, “tendo como programa a pesquisa erudita, a salvação do precioso legado documentário da pátria ou relativo à pátria e a elaboração dos instrumentos científicos do trabalho histórico”.⁸⁷ A partir das inspirações e experiências

⁸⁴ Ibidem.

⁸⁵ RODRIGUES, José Honório. *Op. cit.*, 1979 [1949].

⁸⁶ IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, 1988, p. 62.

⁸⁷ RODRIGUES, José Honório. *Op. cit.*, 1952, p.181-182.

no estrangeiro, o historiador projetava uma instituição a partir de três eixos principais: “Comissão de Pesquisa Histórica no Brasil, a Comissão de Pesquisa Histórica no Exterior e a Comissão de Formação de Pesquisadores”.⁸⁸ O seu projeto respondia ao diagnóstico de que, para ele, as Faculdades de Filosofia não formavam historiadores versados na pesquisa e nem muito menos nos “métodos modernos e na teoria”. Segundo Honório, o problema se estendia para o trato com a documentação em acervos e outras instituições históricas. Este programa trataria de se ocupar das deficiências que acreditava que pairavam no ensino e na formação daqueles que se dedicavam à investigação histórica. Se o seu Instituto acabou por não ter se concretizado, a sua dedicação ao trabalho em arquivos, instituições de pesquisa e na publicação de diversas obras acompanhava o movimento da historiografia brasileira do período. A disciplina tão defendida por Honório, “Introdução aos Estudos históricos” seria institucionalizada em 1956 nos currículos dos cursos de História no Brasil (trataremos dela, no capítulo 2 desta dissertação). Ainda que ele não tenha lecionado especificamente nesta disciplina, sua trajetória foi marcada pela defesa incansável da centralidade dos métodos entre os historiadores.⁸⁹

A contribuição de José Honório para o debate teórico, metodológico e historiográfico é quase tão extensa quanto as obras que se destinaram e se destinam a investigá-lo. O historiador, acima de tudo, entregou grande parte de sua vida à promoção de mudanças efetivas das condições sociais da pesquisa histórica no país.⁹⁰ Nesta seção, tratamos dos primeiros passos do historiador na crítica das deficiências do ensino universitário e na sinalização do conhecimento metodológico como condição incontornável do desenvolvimento disciplinar. A sua contribuição, contudo se amplificava através dos espaços sociais em que circulava. A Faculdade de Direito, as viagens para o estrangeiro, a passagem pela ANL, Biblioteca Nacional, Ministério das Relações Exteriores, Arquivo Nacional, entre outros, tornaram o historiador um dos principais defensores do discurso dos métodos e do aprimoramento

⁸⁸ FREIXO, André de Lemos. Ousadia e redenção: o Instituto de Pesquisa Histórica de José Honório Rodrigues. *História da Historiografia*, v. 6, n. 11, p. 140-161, 4 mar. 2013.

⁸⁹ GLEZER, Raquel. *Op. cit.*

⁹⁰ UHIARA, Érika. *Ensaio de José Honório Rodrigues: em busca de uma historiografia brasileira*. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Social) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2014; MARQUES, Ana Luiza. *José Honório Rodrigues: uma sistemática teóricometodológica a serviço da história do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2000.

da arquivística no país. O bacharel em Direito acreditava no regramento metódico como processo de validação da prova histórica. No entanto, alertava sobre o perigo de o método se tornar o objeto histórico: “alguns historiadores perderam a noção e passaram a considerar mais importante o método utilizado no trabalho do que a própria contribuição trazida pelo historiador”.⁹¹ Na sua concepção, o método deveria estar a serviço do historiador e não ao contrário.

Sérgio Buarque de Holanda, os métodos e o impressionismo

Sérgio Buarque de Holanda nasceu em 1902, em São Paulo. Estudou na Escola Caetano de Campos e no Ginásio São Bento, onde foi aluno de Afonso d'Escragolle Taunay. Em 1921, com a migração da sua família para o Rio de Janeiro, Buarque matriculou-se no mesmo curso que José Honório viria a diplomar-se quase uma década depois, “Ciências Jurídicas e Sociais” na Universidade do Brasil. Foi correspondente do “O Jornal”, tal como José Honório, mas de Berlim, onde permaneceu por dois anos, entre 1929 e 1930 em contato direto com as ciências sociais assistindo às aulas de Friedrich Meinecke.⁹² Neste período, esboçou a obra que viria a ser publicada em 1936, “Raízes do Brasil”.⁹³ No mesmo ano foi contratado como professor de “História Moderna e Literatura Comparada” na recém-criada Universidade do Distrito Federal. A convite de seu colega Prudente de Moraes Neto tornou-se assistente de Henri Hauser na cátedra de “História Moderna e Econômica da UDF”, onde permaneceu por um ano. Após o retorno de Hauser à França, ficou encarregado pela direção da cadeira durante dois anos. Esta cátedra foi “planejada pelo professor francês [Henri Hauser] com o intuito de vulgarizar o método histórico entre os estudantes, reservando 2 horas

⁹¹FREIXO, André de Lemos, p. 89.

⁹² Para mais informações, conferir: FRANÇOZO, Mariana. *Um outro olhar: a etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

⁹³ No início da década de 1940, Sérgio Buarque estava imerso nas pesquisas documentais que forneceriam subsídios para *Monções e Caminhos e Fronteiras*. Esse trabalho se faz presente, por exemplo, na reedição de *Raízes do Brasil*, em 1948, que trazia a marca do “adensamento da erudição histórica”: senso de concretude, imenso cabedal de informações, utilização de fontes variadas. Mas foi substancialmente, o aparato da crítica, a adição e revisão de trechos e investimento nas notas de rodapé. Para mais, conferir: EUGÊNIO, João Kennedy. *Um ritmo espontâneo: o organicismo em Raízes do Brasil e Caminhos e Fronteiras de Sérgio Buarque de Holanda*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, p. 297-305.

semanais (um terço) do curso a exercícios práticos, para as leituras críticas de documentos e investigações nos arquivos”.⁹⁴ Quando chegou ao Brasil para auxiliar na estruturação do curso de História da UDF, Henri Hauser (1866-1946) já era um historiador consagrado, beirando os seus 70 anos. Ele havia participado intensamente dos movimentos de universitarização da História na França, apadrinhado por Gabriel Monod, além disso, defendia a escrita da História ancorada em diversas metodologias de pesquisa. Em um texto publicado em 1937, Henri Hauser situando a historiografia brasileira contemporânea destacava que testemunhava a “nova era da crítica”.⁹⁵ Segundo o historiador francês, havia ainda muito a ser feito no Brasil, não só no tratamento dos documentos (e na organização dos arquivos), sobretudo nas técnicas próprias ao trabalho histórico. Em um documento enviado aos diretores da UDF, Hauser impulsionava o aumento das horas destinadas aos “exercícios práticos” de pesquisa histórica: “percebe-se que a tarefa é dura, e que é tempo, se nós queremos abordá-la, de formar nas universidades brasileiras mais equipes de trabalho iniciadas no método sólido, capazes de impor regras severas. O jogo vale a pena”.⁹⁶

Sobre a convivência de Sérgio Buarque e Henri Hauser, a documentação permanece escassa. Em 1979, Buarque salientava que as obrigações como assistente de Henri Hauser, “me haviam forçado a melhor arrumar, ampliando-os consideravelmente, meus conhecimentos neste setor (estudos históricos)”, por ter uma “curiosidade dispersiva e mal educada”.⁹⁷ Nestas considerações memoriais, o historiador retomava o argumento de que a presença de Hauser foi fundamental na sua relação com os métodos, “onde aprendeu as práticas que competem ao ofício do historiador”. José Adil argumenta que após o convívio entre ambos, a produção intelectual de Sérgio Buarque se converteu para incursões mais “monográficas”, marcadas por registros documentais e afirmações “acompanhadas pela cautela típica do pesquisador metódico e exigente”.⁹⁸

O argumento da conversão da *persona* historiadora de Sérgio Buarque pelo contato com Henri Hauser se tornou uma espécie de pedra de toque dos discursos profissionalizantes sobre ele. Em uma conferência realizada em 2011, Antônio Cândido

⁹⁴ LIMA, José Adil Blanco de. *A obra de Henri Hauser e sua trajetória intelectual no Brasil (1866-1946)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 264.

⁹⁵ HAUSER, Henri. Brésil: au payz des chercheurs d’or. *Revue Bleue: Politique et Littéraire*, 1937, p. 96.

⁹⁶ Ibidem.

⁹⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 14.

⁹⁸ LIMA, José Adil Blanco de. *Op. cit.*, p. 250-256.

alegou que o autor de “Raízes do Brasil”: “trouxe a história rigorosa dos historiadores do Rio para a cidade onde não havia essa tradição”.⁹⁹ Afinal, como declarou, isto só foi possível através da “semente plantada por Hauser”, que fez com que Sérgio Buarque trouxesse a “semente carioca” para São Paulo. O autor da “Formação Literária Brasileira” afirmava que Buarque relatava que com Hauser havia aprendido os procedimentos mais rudimentares da pesquisa, especificamente sobre como fazer fichas, preparar uma aula, planos de pesquisa e como se montava uma bibliografia. Apesar da parca documentação, o contato com Hauser é rotineiramente tratado como um ponto de amadurecimento da trajetória intelectual de Sérgio Buarque, como uma porta de entrada para o molde formador do dito “historiador de ofício”. Ainda que a relação entre ambos não seja citada diretamente nem na obra de Buarque e nem em textos posteriores a visita de Hauser. Ainda assim, o comentário de Antonio Cândido elucida um movimento que vai muito além de Buarque: a universidade consagrou os princípios organizativos do trabalho intelectual dos historiadores como rudimentos da pesquisa, críticas de fontes, em outras palavras, de uma gestão do cotidiano dos historiadores universitários. O que observamos é que, apesar de Buarque ser tratado como o símbolo da transformação do historiador ensaísta no historiador acadêmico, a sua trajetória personifica uma modificação do estilo intelectual da produção historiográfica promovida, entre outros fatores, pela universitarização da História.

Com o fim da UDF, Sérgio Buarque, em 1939 é convidado para trabalhar no “Instituto Nacional do Livro” ao lado de Augusto Meyer, Mario de Andrade, José Honório Rodrigues.¹⁰⁰ Em 1941, se torna “visiting scholar” em diversas universidades dos Estados Unidos da América. No período entre 1944-1946, trabalhou como diretor da “Biblioteca Nacional”. No ano seguinte, retorna a sua cidade de nascença, São Paulo encarregado agora da direção do Museu Paulista. O seu antecessor neste cargo foi o seu então professor do ginásio, Afonso Taunay. O contato intelectual e institucional de ambos estava longe de accidental ou de uma relação de “trocas de cadeiras”. Referimo-nos a ocupação de ambos como docentes na cátedra de “História da Civilização Brasileira na FFCL/USP” e na direção do Museu Paulista em períodos distintos.

⁹⁹ CÂNDIDO, Antônio. Um homem, duas cidades. *In*: A ATUALIDADE DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 2011. Disponível em: <http://iptv.usp.br/portal/video.action?idItem=8867>. Acesso em: 05 fev. 2022.

¹⁰⁰ FREIXO. André de Lemos. *Op. cit.*, 2013, p.114.

Buarque teve apoio da complexa intervenção social e familiar a seu favor e de seu contato com Taunay para entrada do cargo de direção do Museu.¹⁰¹ A relação entre Taunay e Buarque, ou seja, o vínculo entre ambos estava para além da verossimilhança de trajetória, mas se correspondia em razão da “sociabilidade intelectual e escrita da história”. Apesar de a crítica formular um antagonismo na visão dos historiadores sobre os bandeirantes, o autor de “Caminhos e Fronteiras” não afrontava o seu velho professor, ainda que estivesse empenhado em revisitar a relação e a forma de abordar o sertão.¹⁰² Não era apenas a sociabilidade e nem a temática bandeirante que torna possível uma aproximação entre ambos. Buarque se admitia como herdeiro do “trato metodológico” de Taunay.¹⁰³ Com isso, queremos chamar atenção para como os procedimentos teóricos e metodológicos eram acionados nesta complexa rede de interações e interesses sociais que se vestiam de práticas intelectuais. Alberto Schneider e Renato Martins esclarecem que “o autor de *Visão do paraíso* não deixa de trazer inovação metodológica à cadeira (de História da Civilização Brasileira), como veremos. A questão é que a inovação se combina com os requisitos preexistentes, sendo preferível encará-la como uma reforma gradativa destes”.¹⁰⁴

A intensificação da relação de Buarque com os procedimentos da crítica é visível já no início da década de 1940. O historiador estava imerso nas pesquisas documentais, apoiado na crítica, adição e revisão de notas que desdobrariam em fontes exploradas nas obras “Monções” e “Caminhos e Fronteiras”. Além disso, a revisão de “Raízes do Brasil”, em 1948 é exemplar, justamente por trazer a marca do “adensamento da erudição histórica”: senso de concretude, imenso cabedal de informações, utilização de fontes variadas e de investimentos nas notas de rodapé.¹⁰⁵

Buarque que já tinha iniciado a sua trajetória intelectual como crítico literário passou a contribuir com a coluna “Vida Literária” em 1948, no “Diário de Notícias”. O historiador estabeleceu o seu programa crítico logo no texto inaugural “Missão e Profissão” visando apresentar um panorama do mundo intelectual conectando a crítica literária as “transformações operadas pelo “ensino universitário” e pelo “método

¹⁰¹ SCHNEIDER, Alberto Luiz; MARTINS, Renato. A expansão paulista em Afonso de Taunay e Sérgio Buarque de Holanda. *Revista de História*, n. 178, p. 1-27, 2019.

¹⁰² Ibidem.

¹⁰³ Ibidem, p. 21.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 3-27.

¹⁰⁵ Para mais a respeito do adensamento do aparato da crítica nas obras de Sérgio Buarque, conferir: EUGÊNIO, João Kennedy. *Op. cit.*, p. 297-305.

científico”.¹⁰⁶ A escrita científica de Sérgio Buarque é marcada pelo “adeus do ensaio”, sobretudo nestes artigos, entre 1948 e 1950 na defesa da despersonalização do autor no texto. A crítica literária, para Buarque, ganhava os apelos da institucionalização da História e das Ciências Sociais ainda não tão estabelecidas no período. Apesar da sua versão como ensaísta, o historiador paulatinamente passou a defender a forma “profissionalizada” dos estudos acadêmicos argumentando que estes renovariam a vida intelectual do país rompendo com o bacharelismo e o ensaísmo. No artigo de 1948, Sérgio Buarque sinalizava:

Neste ponto, ainda caberia uma referência particular à afinidade que existe indiscutivelmente entre esses rumos e a ação que vêm exercendo sobre certas inteligências o método e o ensino universitário, sobretudo o das Faculdades de Filosofia. **A eles se deve, em parte considerável, desconfiança crescente, em toda essa geração de estudiosos pelo autodidatismo e pelo personalismo exacerbado** (grifo nosso).¹⁰⁷

Neste artigo, o crítico literário/historiador se referia à escrita científica, que estaria sob a “liberdade imoderada” e a “despersonalização”. A polarização entre o autodidatismo/personalismo contra as “inteligências” do método e do ensino universitário revela como o discurso dos métodos passou a ser dirigido a um espaço institucional específico, como função pedagógica das universidades. A querela entre Sérgio Buarque e Gilberto Freyre no mesmo periódico, ocorreu em torno dos limites do ensaísmo, especificamente na obra “Ingleses no Brasil” (1948) de Freyre. Sobre as críticas que havia recebido de Buarque sobre o livro, Freyre rebatia em sua coluna; “parte do crítico convencionalmente acadêmico, a correção, a elegância” como se fossem “virtudes [...] sagradas”, “embora taxada de impressionista por censores”.¹⁰⁸ O adjetivo “impressionista” foi inserido por Freyre, porque quase dez anos antes, Buarque havia utilizado o mesmo termo para adjetivar os seus ensaios. Sérgio Buarque logo respondeu o “chamado” em outro artigo no mesmo periódico: para ele, a expressão “impressionismo” estaria entre as mais “aptas para descrever seu [Freyre] método de historiador”. As críticas de Sérgio Buarque sobre a obra do seu até então colega denunciavam as fissuras de uma História que escamoteava fontes, forjando dados e

¹⁰⁶ VENANCIO, Giselle; WEGNER, Robert. Uma vez mais Sérgio e Gilberto: debates sobre o ensaísmo no suplemento literário do Diário de Notícias (1948-1953). *Varia Historia*, v. 34, n. 66, p. 729-762, set-dez. 2018.

¹⁰⁷ HOLANDA, Sergio Buarque de. Missão e profissão. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 ago. 1948, quarta seção p.1.

¹⁰⁸ VENANCIO, Giselle; WEGNER, Robert. *Op. cit.*, p. 736.

generalizando informações.¹⁰⁹ O termo “impressionista” referia-se ao movimento artístico que rompeu com os preceitos de fidelidade ao real. Assim, foi traçado por Buarque como antônimo de uma História ancorada no “método”, sinalizando-a como força de lei e esteio profissional dos historiadores. Fato é que estas controvérsias abalaram as relações entre Sérgio Buarque e Gilberto Freyre. Giselle Venancio e Robert Wegner argumentam que Buarque ia cada vez mais se identificando com a prática do historiador acadêmico do que com a do ensaísta.

O ensaio apresentava-se como mote das disputas características de períodos de modificação das condições de produção intelectual.¹¹⁰ Como vimos, a transformação das práticas intelectuais do historiador é analisada após a publicação e revisão de “Raízes do Brasil”, reforçada pelas suas experiências universitárias até a sua conversão para “obras monográficas”, a partir da publicação da obra “Monções”, em 1945.¹¹¹ A partir do exame da inflexão do discurso historiográfico de Buarque entre o final da década de 1940 e ao longo da década de 1950, é possível diagnosticar majoritariamente que estas modificações com base na obra “Visões do Paraíso” publicada em 1959, onde: “o passado modernista do intelectual permaneceu presente até o desenvolvimento do historiador profissional”.¹¹² A própria inflexão da literatura foi instrumentalizada nos estudos históricos, mesmo que Buarque tenha buscado constantemente um conhecimento confiante nos benefícios da especialização, investiu na integração da História com as outras ciências sociais. Sérgio Buarque foi um importante legitimador do discurso acadêmico em um período de envelhecimento do ensaísmo na História.¹¹³

Até o início da década de 1950, tal como José Honório Rodrigues, o autor de “Caminhos e Fronteiras” denunciava o fervor dos “profetas” das fórmulas que se convertiam em dogmas definitivos e inapeláveis fruto do “tirocínio universitário”, tornando o conhecimento sem o “rigor crítico” e sem “rancor dogmático”.¹¹⁴

¹⁰⁹ Ibidem, p. 742.

¹¹⁰ RODRIGUES, Lidianne Soares. Um desejo chamado ensaio. *História da Historiografia*, v. 7, n. 16, p. 258-264, 2014.

¹¹¹ NICODEMO, Thiago Lima. Sérgio Buarque de Holanda (1902- 1982). In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (org.). *Os historiadores: clássicos da história do Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, Editora PUC, 2018, p. 220.

¹¹² NICODEMO, Thiago Lima. *Urdidura do vivido: Visão do Paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*. São Paulo: EDUSP, 2008, p. 221.

¹¹³ NICODEMO, Thiago Lima. O cânone da impermanência. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 49, mar-set. 2009, p. 162.

¹¹⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Para uma nova História. In: COSTA, Marcos (org.). *Para uma nova história*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p.132.

Crítica interna, crítica externa, *toilette* dos documentos – tudo, enfim, quando aprendemos em manuais clássicos – fazem parte da erudição e não verdadeiramente da história. Mas não se segue daí que devam ser desprezados: o que importa é subordiná-los a visão ampla e alta.¹¹⁵

Neste mesmo artigo de 1948, o historiador se referia ao perigo do trabalho documental revestindo-se em caráter sacramental, que de modo algum poderia abafar o papel da imaginação. Para Buarque, a demissão da inteligência e da “imaginação que escolhe, que simplifica, se necessário que recria associada a uma exaltação do fato puro e mensurável” sinalizaria um regresso da historiografia. O historiador apontava que era fundamental a integração entre o abstrato e a imaginação, que geraria a “inteligência”. Além disso, segundo ele, a escrita da História não poderia ficar refém dos “vassalos positivistas”.

Já em 1950, na “Folha da Manhã”, em um artigo intitulado “Apologia da História”, Sérgio Buarque propôs um ensaio sobre o estudo da História no Brasil, indicando que a “reabilitação dos estudos históricos” se beneficiaria com um olhar para os problemas da historiografia. Ao comentar a obra já citada de José Honório Rodrigues, “Teoria da História do Brasil” assinalou:

sejam quais forem as divergências que possa suscitar essa obra- divergências relativas sobretudo sobre o método de exposição, que nem sempre deixa transparecer com clareza os pontos de vista do autor - parece certo que a sua simples presença constitui passo importante para o estudo daqueles problemas. **Até recentemente ainda dependíamos em grande parte, por esse aspecto, do velho manual de Langlois e Seignobos,** publicado ainda no século passado e só há pouco traduzido para o português.¹¹⁶

Buarque se referia a primeira e única tradução no Brasil de “Introdução aos Estudos aos Estudos Históricos” (1898) de Charles Seignobos e Charles V. Langlois organizada pela editora Renascença (Nova Jurisprudência), no Rio de Janeiro em 1944. A tradução desta obra é reveladora da importância que a metodologização do conhecimento histórico assumiu na década de 1940, no contexto historiográfico brasileiro. Assim, o historiador marca a importância da publicação da obra de seu colega, José Honório frente à “dependência” ao manual francês.

Em outro artigo, desta vez de 1952 acerca das contribuições da História Econômica, Sérgio Buarque exemplifica uma gama de virtudes a partir da figura de Alice Piffer Canabrava,

¹¹⁵ Ibidem, p.131.

¹¹⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Apologia da História. In: COSTA, Marcos (org.). *Op. cit.*, pp109-110.

começou a destacar-se do círculo ainda limitado de seus colegas e discípulos. O fato prende-se apenas em parte a especialização que escolheu e a que se entregou com devotamento bastante raro, mesmo entre os oficiais de seu mesmo ofício: **ofício onde a exigência do rigor metódico, obstinação de trabalho, paciência, prudência, é paga normalmente com o sacrifício de toda a popularidade fácil.**(grifo nosso)¹¹⁷

Se o trabalho intelectual da historiadora é glorificado segundo a verossimilhança com a imagem da vida monástica, o “rigor metódico” surge como controle, “sacrifício” das pulsões em prol da fé historiográfica. O que aparece como um critério atribuído a subjetividade de Canabrava, na realidade, é professado como uma faculdade que reivindica os laços antigos entre intelectuais e religiosos. Neste sentido, queremos chamar a atenção para aos efeitos moralizantes do discurso dos métodos, como reconhecimento espiritual e agora intelectual, como virtudes religiosas que se fundiam em virtudes epistêmicas.

Nesta breve seção, nosso objetivo foi o de trazer a lente para a *persona* metódica de Buarque. A sua trajetória é tratada como o símbolo da profissionalização do historiador por excelência. Vastamente defendida pela sua incursão metódica, “monográfica” e “acadêmica”, entre as décadas de 1930-1950, o seu itinerário é vangloriado como um símbolo de transformação do ensaísmo para se transformar no consagrado historiador acadêmico. Servimo-nos exclusivamente de um breve sobrevôo sobre a relação de Sergio Buarque com o discurso dos métodos, a partir de uma historiografia e dos textos do autor. Com isso, chamamos a atenção para que o contato de Sérgio Buarque com as práticas metodológicas não seja essencializado pela sua relação com Afonso Taunay ou com Henri Hauser. A relação com os métodos, antes de tudo, se relaciona através da circulação intelectual do historiador em diversos espaços sociais. O que é importante que seja ressaltado é que existiram outras instâncias de classificação do trabalho do historiador que não necessariamente a universidade, como as Bibliotecas, Museus, Arquivos cujo investimento também foi fundamental para que o estado oferecesse condições materiais para a formação do discurso nacional, ao quais esses historiadores se beneficiaram profissionalmente.

A partir da análise dos mitos que envolvem tanto a figura de Sérgio Buarque de Holanda quanto de José Honório Rodrigues e outros autores, é possível diagnosticar as virtudes atribuídas a eles. O que o pesquisador João Rodolfo Ohara revela é que para

¹¹⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Econômica. In: COSTA, Marcos (org.). *Op. cit.*, p.136.

Buarque, os seus comentadores indicavam que a sua genialidade era garantida pelo incansável labor intelectual do historiador, ainda alguns assinalavam o apego as fontes e aos métodos, ou seja, a sua preocupação com o trabalho documental:

Assim, na medida em que se atribui a Sérgio Buarque o papel de iniciador da historiografia brasileira moderna, projeta-se um determinado sentido a um projeto historiográfico, definindo **certos critérios para delimitar aquilo que se pode considerar moderno – e, portanto, mais científico, mais refinado – em contraste ao tradicional – e, portanto, antiquado, ultrapassado.**(grifo nosso)¹¹⁸

Os signos de “moderno”, “científico” e “refinado” reforçam a imagem do historiador ideal que se confundiria com o historiador Sérgio Buarque. Já José Honório é valorizado pela atuação emocional em seus trabalhos, pela erudição incansável e pelo gosto pessoal por arquivos, museus e bibliotecas. A narrativa que circunda as contribuições do historiador fortalece não a sua figura pessoal, mas efetivamente como o seu trabalho é situado e rememorado.

Em suma, estes dois historiadores se formaram pela mesma Universidade, ainda que em outros contextos, privilegiaram-se das oportunidades de pesquisa nos EUA e na Europa, foram correspondentes de um dos mais importantes jornais da época “O Jornal”, passaram pelo Instituto Nacional do Livro e por fim, pela Biblioteca Nacional, contexto este em que distanciaram seus espaços profissionais. Apesar das tarefas diferentes em cada lugar, as normas de funcionamento e os sentidos de profissionalização que cultuavam tornam a proximidade entre ambos e a sua relação com os métodos passíveis de ser analisa por meio de suas afinidades.

Importante sinalizar, no entanto, que ambos tinham um acesso privilegiado à imprensa, o que se tornou um espaço fundamental na configuração e no alcance de suas concepções. Ainda assim, o discurso dos métodos não ficou refém do espaço universitário, uma vez que estes historiadores usufruíam de suas intervenções no periódico para ampliar os seus interlocutores. Há de se destacar que na década de 1940 ainda não havia revistas universitárias especializadas em História, ou seja, as revistas das Instituições como o do IHGB ou a do IHGSP não foram eleitas por eles como o reduto destas discussões. As demandas de universitarização dos métodos promovidas por Buarque e Honório no Rio de Janeiro foram reivindicadas por dois bacharéis em

¹¹⁸ OHARA, João Rodolfo Munhoz. *Virtudes epistêmicas na historiografia brasileira (1980-1990)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017, p.82-88.

Direito, especialistas em História, que na época estavam fora da academia, direcionando estas demandas por meio de artigos esporádicos em jornais.

Outro fator importante para a difusão dos métodos entre os autores foi a circulação ou o crescente intercâmbio internacional dos intelectuais brasileiros para o exterior. Na realidade, a promoção dos interesses sócio-econômicos sobre o Brasil no século XX foi fortalecida pelo governo de Franklin Roosevelt. Enquanto os franceses se estabeleciam nas Faculdades de Filosofia na década de 1940, nos Estados Unidos da América, os intelectuais brasileiros como Sérgio Buarque de Holanda, José Honório Rodrigues, Gilberto Freyre, Rubens Borba de Moraes e Érico Veríssimo recebiam convites com patrocínio de bolsas de pesquisa para suas viagens em instituições norte-americanas.¹¹⁹ Assim, as experiências em acervos, bibliotecas e as passagens por cursos universitários nos EUA alteraram, como vimos, os sentidos de profissionalização do historiador para Buarque e Honório. Com isso, é possível afirmar que a circulação internacional entre instituições e países foi um fator notável para alteração dos registros que passaram a emitir acerca do discurso dos métodos. Enquanto José Honório protagonizou a defesa da metodologização universitária da História, Sérgio Buarque empreendia essa defesa maneira mais difusa, a defesa do discurso dos métodos.

Por fim, o discurso dos métodos na década de 1940 e 1950 se dirigia agora ao contexto disciplinar da História em plena universitarização. Com ambos os historiadores, percebemos que os modos de reivindicação dos métodos se alteram com a criação das universidades, ainda que não tenham ficado condicionados a ela. Afinal, o discurso dos métodos tal como ele foi incorporado por historiadores profissionais, se deu principalmente e inicialmente por agentes fora da universidade naquele período, ou seja, por José Honório e Sérgio Buarque.

No próximo capítulo, o nosso objetivo é investigar a emergência das disciplinas “meta-históricas” nos cursos de História do Brasil. Com base em um estudo de caso, analisaremos como os métodos passaram a integrar os discursos memoriais, se tornando um marcador de excelência, signo de “vocação” reivindicado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em especial do curso de História da USP.

¹¹⁹NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *Op. cit.*, p.103-104.

Conclusão

Neste primeiro capítulo, investigamos alguns dos sentidos configurados aos métodos históricos entre o século XIX até meados do século XX no Brasil. Com isso, examinamos as imbricações do léxico do “método” no modelo jurídico, bem como o papel dos bacharéis em Direito na conformação daquilo que os historiadores alegam como sua especialidade: o método/crítica histórica. Por diversos ângulos, apresentamos as facetas dos tais métodos históricos beneficiados pelas interações com as “ciências auxiliares” e com a antiga crítica textual. Sobre a sobrevida dos métodos, observamos que se dispensava o trabalho de definição exaustiva, aliás, era exatamente a plasticidade terminológica, a sua função auto-explicativa, que garantiam a mobilidade e assim a longevidade do rótulo disciplinar. Na prática, o discurso dos métodos serviu como um guarda-chuva de uma infinidade de sentidos. Assim, como o postulado da tal “concepção moderna de história”, os historiadores iam pregando o método como profissão da fé “moderna” baseando-se na negociação com o modelo europeu de História. Mas a sua efetiva mudança não foi apenas no plano simbólico e/ou discursivo, verificam-se as alterações no regime de produção e divisão do trabalho historiográfico. No entanto, foi a circulação de pessoas, obras e idéias que propiciou a difusão dos métodos, como vimos especificamente no caso de José Honório Rodrigues e Sérgio Buarque de Holanda. Com a criação das universidades, as demandas em torno do discurso dos métodos eram pleiteadas para a transmissão sistemática, no formato de disciplinas para o currículo de História. Ah, é claro, não nos esqueçamos do chamado à ordem do método e das cobranças encabeçadas pelas figuras socialmente mais prestigiadas entre os historiadores, que enunciavam e tratavam de policiar os dissidentes. Com isso, a nossa hipótese é a de que os métodos não se encerravam no âmbito do discurso e nem das práticas intelectuais, que longe de serem neutras, se tornaram parte integrante da constelação de virtudes epistêmicas professadas e reconhecidas na recente comunidade de historiadores.

Capítulo 2: A universitarização dos métodos históricos

Na discussão promovida no primeiro capítulo, apresentamos como o discurso dos métodos atuou na organização do saber histórico no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Com isso, nosso objetivo foi o de demonstrar como esses discursos estavam pulverizados nos institutos, mas não institucionalizados como uma prática compulsória entre aqueles que se dedicavam à pesquisa em História. Com a criação das universidades, e especificamente, a partir da década de 1940, o discurso dos métodos foi direcionado para atender as demandas de uma formação universitária em História. Analisamos como as viagens ao estrangeiro tornaram Sérgio Buarque e José Honório Rodrigues agentes fundamentais na profetização do discurso dos métodos no Brasil. Neste sentido, defendemos que a circulação internacional foi central para o modo e para ênfase que passaram a atribuir aos métodos históricos na formação dos historiadores no país.

Se com Buarque e Honório foi possível captar as defesas em prol da metodização do conhecimento histórico, este movimento também corresponde às novas condições sociais nas universidades que floresceram na década de 1940, mas que serão visíveis principalmente entre as décadas de 1950 e 1960 no Brasil. A composição desse panorama é o mote deste segundo capítulo, cujo objetivo é o de demonstrar a universitarização do discurso dos métodos, a partir da criação de disciplinas meta-históricas, bem como da publicação de manuais historiográficos. Examinaremos o caso da constituição do curso de História da USP com vistas à institucionalização dos métodos como prática, uma vez que as demandas em prol da técnica para pesquisa se intensificaram na década de 1950. A USP é um exemplo privilegiado porque, ainda que não tenha sido exclusiva neste processo, teve um papel central no debate sobre os métodos. Isto fica visível por meio da extensão de publicações sobre os métodos na “Revista de História”, da rede institucional que viabilizou a publicação de dois manuais historiográficos e da referência que as disciplinas meta-históricas assumiram no cenário historiográfico brasileiro.

A primeira seção deste capítulo “Um estudo de caso: A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL /USP)” examinará o processo de regramento da atividade intelectual, especificamente nos cursos da FFCL, demonstrando como o caso da

História estava na realidade, imbricado com um contexto mais amplo, o das ciências humanas em geral. Afunilando especificamente para o nosso problema de pesquisa, as transformações do curso de História da USP serão protagonistas da segunda seção, intitulada “Uma breve história sobre o Curso de História da USP (1934-1955)”. Assim, reconstituiremos as condições sociais específicas que propiciaram a criação de disciplinas meta-históricas.

Optamos pela caracterização destas disciplinas como *meta-históricas*, dado que o conteúdo lecionado era justamente teórico, metodológico e historiográfico. A categoria de meta-história serviu para fins didáticos, uma vez que nos servirá para investigação sobre o processo histórico de transformação destes termos em disciplinas. Com isso, contaremos com a meta-história para traçarmos a trajetória das disciplinas de “Introdução aos Estudos Históricos”, “Teoria da História” e “Metodologia da História” no currículo do curso de História na USP entre 1957 até 1968.

Para não incorreremos no perigo de creditarmos ao curso de História da USP a exclusividade da discussão sobre os métodos, a terceira seção visa justamente examinar a criação da primeira disciplina obrigatória de caráter meta-histórico, intitulada “Introdução aos Estudos Históricos” em outras universidades do Brasil, analisando como a inserção destas disciplinas correspondeu a demandas de reflexão sobre a função dos historiadores na década de 1950 no Brasil.

Já a quarta seção investiga especificamente “A meta-história: valores e agentes” analisamos as articulações entre a eleição de um perfil docente e o destino das disciplinas meta-históricas. Longe de ter sido um mero acaso, analisaremos as estratégias que pautaram a escolha dos professores franceses que ficaram encarregados por estas disciplinas dentro de uma rede de valores que eram cultuados no período. Na quinta seção nos dedicaremos exclusivamente às disciplinas meta-históricas na USP (1957-1968), compondo a trajetória de “Introdução aos Estudos Históricos”, “Teoria da História” e “Metodologia da História”, com base na análise dos programas de curso e dos documentos institucionais sobre os professores encarregados.

No entanto, não foram as disciplinas exclusivamente destinadas ao regramento técnico dos historiadores. Soma-se a este contexto, a publicação de dois manuais historiográficos no Brasil, o de José van den Besselaar, em 1956 e de Jean Glénisson, em 1961. Para compreendermos a especificidade destes manuais, a seção “Uma

introdução aos estudos históricos: da disciplina ao manual” analisará a constituição e reedição destes manuais, bem como a rede de relações que tornou as publicações possíveis.

Por fim, em “Uma escola metódica uspiana?” trataremos de examinar como a despeito da memória acadêmica oficial do curso de História sacralizar habitualmente “o método da USP” sob a vanguarda da França, ou seja, dos “Annales”, no fundo, as figuras que foram convocadas para o estabelecimento das discussões metodológicas na instituição, os historiadores formados pela “École Nationale des Chartes” ficaram pouco conhecidas, ainda que tenham sido protagonistas de um processo que foi sistematicamente atribuído ao signo dos “Annales”. Referimo-nos aos “chartistas” Jean Glénisson e Yves Bruand e à brasileira Emília Viotti da Costa, que trataremos de analisar neste capítulo.

1. Um estudo de Caso: A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL /USP)

“As *trincheiras*, em ciência, talvez tenham significado aparente nos momentos em que são valorizadas, mas acabam por perderem consistência com o passar do tempo”. Prof. Dr. Pasquale Petrone, Geografia-USP, 1994.

A criação da Universidade de São Paulo (USP) significou, em 1934, a materialização de um antigo projeto dos liberais paulistas de promover a “modernização” do país por meio da educação. A USP foi idealizada e implementada como um importante instrumento de formação das elites dirigentes brasileiras¹, as quais deveriam então promover uma política a nível nacional.²A institucionalização de um estabelecimento científico, isto é, de uma universidade que deteria o monopólio da organização do trabalho científico³, atendia ao interesse das elites paulistas em transpor para o âmbito da ciência, o domínio econômico e político. Para a formação dos

¹ “Em 1954, quando do XX aniversário da fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, foi dito pelo paraninfo da nossa primeira turma de licenciados, dr. Júlio de Mesquita Filho, que São Paulo, que perdera a Revolução de 1932 no campo militar, ia ganhá-la no campo cultural.”¹ PAULA, Eurípedes Simões de. “A Universidade e a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras”. *Revista de História*. São Paulo, nº 54, 1963, p. 528-529.

² LEOPOLDO E SILVA, Franklin. *Universidade, Cidade, Cidadania*. Hedra, 2014; LIMONGI, Fernando. “Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo”. In: MICELI, S. (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Vértice: IDESP: FINEP, 1989.

³ ELIAS, Norbert. “Scientific establishments”. In: ELIAS, Norbert; Martins, Erminio; WHITLEY, Richard D. (orgs). *Scientific Establishments and Hierarquies*. Dordrecht: D. Rieder, 1982, p.3-69.

primeiros cursos foram convocadas as famosas “missões universitárias estrangeiras”, julgando serem elas capazes de romper com o “atraso brasileiro” e impor inovação à nascente academia.⁴

No caso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL /USP), sua criação⁵ mobilizou a vinda de oito professores franceses e apenas de um espanhol e outro português, o que evidenciava o profundo vínculo institucional e educacional com a França⁶. O recrutamento dos estrangeiros ficou a cargo do então diretor da FFCL, o matemático e engenheiro Teodoro Augusto Ramos, a pedido de George Dumas, integrante do *Groupement des Universités et Grandes Écoles de France pour les relations avec l'Amérique Latine (1907-1940)*.⁷ Se por um lado essa recepção inegavelmente modificou o rumo das ciências humanas no Brasil, por outro criou-se um

⁴ Fernanda Peixoto identificou três momentos da “missão universitária” francesa na USP. O primeiro diz respeito à contratação dos professores titulares da Universidade, responsáveis por inaugurar os cursos e que ficaram no Brasil cerca de seis meses e por até um ano. O segundo momento foi caracterizado pela chegada dos jovens “agregés”, isto é, pelos professores dos liceus franceses (com pouca experiência no ensino superior) que, assumiram, em meados dos anos 30, a formação dos cursos. O terceiro momento se apresenta no pós-guerra e foi um ponto de clivagem em relação aos momentos anteriores tanto pela permanência dos docentes no Brasil como pela dificuldade de se fazer novas contratações, o que culminou em geral numa presença mais rarefeita de professores visitantes na USP. Para mais informações, conferir: MASSI, Fernanda Peixoto. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo*. Campinas, 1990, Dissertação de Mestrado defendida no Departamento de Antropologia da Unicamp. Mimeo.

⁵ O decreto de 6 de abril de 1935 distribuía os FFCL em três seções: Filosofia, Ciências e Letras. A quinta subseção de Ciências era constituída pelo curso de História e Geografia e a estrutura da faculdade como um todo organizava-se da seguinte maneira: “Na primeira havia apenas o curso de Filosofia, com quatro cadeiras. Na seção de Ciências havia seis subseções com os seguintes cursos: Ciências Matemáticas, com três cadeiras; Ciências Físicas, com duas cadeiras; Ciências Químicas, com duas cadeiras; Ciências Naturais, com seis cadeiras; Geografia e História, com cinco cadeiras e Ciências Sociais e Políticas, com cinco cadeiras. Na terceira seção se concentrava os cursos de Letras Clássicas e Português, com cinco cadeiras, e Línguas Estrangeiras, com cinco cadeiras (mas que nos anos seguintes foram se desdobrando em cursos independentes).” ROIZ, Diogo da Silva. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*. Curitiba: Appris, 2012, p.43.

⁶ A tal “missão francesa” não foi de forma alguma inédita no país, mas parte de um processo de aproximação do Brasil com o universo intelectual francês que se manifestou desde o início do século XIX por meio de diversas missões científicas e culturais. A fundação de institutos e o estreitamento das relações entre o ensino superior do Brasil e a Universidade de Paris foram de suma importância. Ocorreram missões universitárias francesas na USP, em 1934, Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, e na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNfi-UB), em 1939. Para mais informações, conferir: FERREIRA, Marieta de Moraes. Os professores franceses e a redescoberta do Brasil. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, ano XI, n.43 – 246, abr. maio. jun., 2005, p.227; PETITJEAN, Patrick. As missões universitárias francesas na criação da Universidade de São Paulo (1934-1940). In: HAMBURGUER, Amélia I.(org.). *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Edusp/Fapesp. 1996.

⁷ CAPELATO, M. H. & PRADO, M. L. C. – “À l’origine de La collaboration franco-brésilienne: une mission française à La Faculté de Philosophie de São Paulo”. In: *Préfaces*, Paris, 14: 100-105, 1989; CARELLI, Mário – *Culturas cruzadas: intercâmbios culturais entre França e Brasil*. Campinas. Papyrus, 1994; LEFÈVRE, Jean Paul – *Les missions universitaires françaises au Brésil dans les années 1930. Vingtième Siècle – Revue d’Histoire*, 38, 1993.

mito de sua origem. A certidão de nascimento da USP evoca constantemente a “missão francesa”, conferindo a ela tal destaque que, por consequência, oblitera ou, no mínimo dilui a participação dos professores e alunos brasileiros neste processo.⁸ Pesquisas recentes têm investigado a contribuição dos brasileiros no desenvolvimento das subseções da FFCL⁹ e nos alertam para não cairmos em determinismos “missionários”, bem como instigam a qualificar melhor as relações entre franceses e brasileiros. Nesse sentido, é importante salientar que não foi sem resistência que os franceses foram abrigados por diversos setores sociais paulistas e as constrictões a que estiveram submetidos aqui marcaram a trajetória e a memória desses intelectuais sobre a estadia do país.¹⁰

A primeira década de implantação dos currículos e das faculdades foi caracterizada, sobretudo, pela ênfase na formação de quadros para o ensino básico e superior.¹¹ A partir da década de 1940, por conta da Segunda Guerra Mundial, as “missões estrangeiras” para a USP diminuíram e os brasileiros recém formados nos cursos ocuparam gradualmente a direção das cátedras. Nesse contexto, modificava-se não só o perfil docente, mas ainda a estrutura das disciplinas. Analisaremos, portanto, como a partir de meados da década de 1940 houve um investimento intenso dos cursos

⁸ARANTES, Paulo Eduardo. Certidão de Nascimento. *Novos Estudos Cebrap*, 23 de março, 1989, p.3.

⁹ ROIZ, Diogo da Silva. *A dialética entre o “intelectual-letrado” e o “letrado intelectual”*: projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). 2013. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2013; RODRIGUES, Lidianne Soares. Armadilha à francesa: homens sem profissão. *Revista de História da Historiografia*. Nº 11. Ouro Preto. 2013; COSTA, Aryana. Um regime de transição: o papel do IHGSP no curso de história da Universidade de São Paulo (1934). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 32, nº 67, p. 530-548, maio-agosto 2019. (Esse artigo é fruto da tese defendida pela autora em 2018, ainda não disponível para acesso até o presente momento).

¹⁰ A missão francesa não foi tão bem recebida como diz a narrativa institucional. A dissertação de Fernanda Peixoto contribui para dessacralizar as credences acerca da “missão francesa” na USP e traz uma ampla gama de acusações feitas aos docentes franceses. Dentre elas, qualificações desses sujeitos como subversivos, apoiadores do Charles de Gaulle, bem como de instrumentalizarem a universidade e a transformarem em palco político. As dificuldades encaradas por esses professores mereceriam uma pesquisa mais detalhada. Um deles foi feito por Pierre Monbeig: “já se passaram muitos anos para mencionar as críticas que, em São Paulo, acolheram professores estrangeiros, talvez os franceses mais que os outros. Por meio de nós, os críticos visaram a política universitária do governo de São Paulo. Para a equipe francesa, criticou-se sua juventude que permitiu duvidar de suas habilidades. Contra Júlio de Mesquita, foi feita a acusação de dar a faculdade aos estrangeiros”. MONBEIG, Pierre. Aula Magna, 1984. Pour le cinquantenaire de l'Université de São Paulo. In: THÉRY, Hervé; DROULERS, Martine. *Pierre Monbeig un géographe pionnier*. Paris: CREDAL, 1991. Collection Travaux et Mémoires de l'IHEAL n.55.

¹¹COSTA, Aryana Lima. O Papel dos Cursos de Graduação em História: uma discussão sobre a formação dos profissionais de História. *AEDOS*. Num. 6, vol. 3, Janeiro - Junho 2010.

da FFCL na orientação para a pedagogia da pesquisa por meio de teorias, técnicas e metodologias consideradas científicas.

O curso de Filosofia ilustra como a pedagogia se apoiou sob o signo da ciência. Nele o método estrutural ocupou uma posição central, por volta de 1950, instalando-se de maneira hegemônica no curso de Filosofia a partir dos textos de Martial Guéroult e Victor Goldschmidt.¹² Este método orientava os estudantes na busca pela “arquitetônica”, ou seja, pelo arcabouço lógico do texto, o que acabou por ditar o ritmo e o repertório filosófico uspiano e, posteriormente, brasileiro. O método do Martial Guéroult orientou também as leituras do famoso “Seminário Marx” (1958-1964), grupo de professores e alunos da faculdade, dentre eles integrantes como José Arthur Gianotti, Fernando Henrique Cardoso e Fernando Novais, cuja produção intelectual foi fundamental na articulação de análises sobre o Brasil.¹³ Assim, a leitura estruturalista dos textos filosóficos incorporou uma determinada classificação francesa dos modos e meios de se praticar a filosofia acadêmica como indicativo de valor científico de sua prática.

Na Geografia da USP, “o arcabouço metodológico de predominante sotaque francês” conferia um sentido de grupo aos formados no curso.¹⁴ Um expressivo número de franceses acompanhou a criação do curso, Pierre Deffontaines (1934), Pierre Monbeig (1935 e 1946), Emmanuel de Martonne (1937), Roger Dion (1947) e Pierre Gourou (1948). O estado disciplinar da Geografia pré-universitária dispunha de poucos canais de produção, divulgação e sistematização desse conhecimento. A criação da universidade e a atuação desses estrangeiros foram fundamentais para a uniformização de metodologias de pesquisa, além da solidificação de novos canais de comunicação do curso.¹⁵ Sob a relação entre os franceses e o método, professores de áreas tão distintas

¹²CANHADA, Julio. *Construções de um século: discursos filosóficos no Brasil oitocentista*. Tese de Doutorado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Filosofia, FFLCH / USP, 2017, pp.14-42.

¹³No caso do “Seminário Marx” o método era o aporte técnico para a leitura do *Capital* e em torno dele se reuniu, entre 1958-1964, um grupo heterogêneo de leitores e interdisciplinar do ponto de vista analítico. O exercício do método não implicava na uniformidade das leituras, ele não encerrava a questão de *como ler a obra*, mas colocava sob escrutínio o próprio método marxista. Par mais informações, acessar: RODRIGUES, Lidiane Soares. *A produção social do marxismo em São Paulo (1958-1978): mestres, discípulos e ‘Um seminário’*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP. 2011.

¹⁴NOGUEIRA, C. E. Território, sertão e ciência: expedições civilizatórias e geografia no Brasil (1900-1930). *Geous. Espaço e Tempo* (Online), v. 22, n. 1, 2018, p.47.

¹⁵ Segundo Nilo Bernardes, “logo no pós-guerra consolidou-se o primeiro núcleo governamental de pesquisas geográficas permanentes no antigo Conselho Nacional de Geografia (CNG), fundado em 1937 e incorporado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao mesmo tempo em que se verificou um processo de “maturação” e consolidação de um núcleo de pesquisa na Universidade de São

da Geografia como Aroldo de Azevedo (Geografia Humana, do Brasil) e João Dias de Silveira (Geografia Física) apontavam que “nada mais natural, por isso, que a orientação dada ao ensino obedeça, em suas linhas mestras, à metodologia francesa”.¹⁶

Essa imagem corporificada do referencial intelectual francês extrapolava os filósofos e geógrafos da USP.¹⁷ A década de 1940 teria representado segundo Antônio Cândido para as Ciências Sociais a ascensão de um “novo espírito” aglutinador de modalidades científicas em torno de métodos e técnicas. Se por um lado isso seria indicativo de maturidade científica, por outro romperia com o lastro ensaístico tradicional do pensamento brasileiro.¹⁸Essa fase da Sociologia se referia à consolidação das Ciências Sociais como “ciência e profissão”, diferenciando-a das disciplinas vizinhas: “a produção muda de aspecto, constituindo-se cada vez mais de estudos empíricos metodicamente conduzidos ou teorias empiricamente fundamentadas”.¹⁹Em outras palavras, o estado das Ciências Sociais acompanhava as transformações sociais, como por exemplo, as demandas por novas instâncias da produção cultural da época, como revistas, jornais, instituições culturais, e delas escoavam outras possíveis modalidades de participação e inserção dos cientistas sociais da época.²⁰

Paulo. A implantação e a difusão, mais ou menos rápida, da pesquisa geográfica no Brasil se deve creditar também e de modo muito especial, à Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGE) criada em São Paulo em 1934, mas que somente em 1945 foi reestruturada em caráter nacional reunindo os dois grupos, do Rio e de São Paulo”. BERNARDES, Nilo. A influência estrangeira no desenvolvimento da Geografia do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 44, n. 3, 1982. Rio de Janeiro, IBGE, jul/set, pp. 519-527.

¹⁶AZEVEDO, A.;SILVEIRA, J.D. O ensino de Geografia na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia*, FFCL/USP, n.3, p.72-87, out.1949.

¹⁷ É claro que não exaurimos a literatura sobre esses cursos e não o julgamos como fruto de processo pacífico e homogêneo. Projetos atuantes e conflitantes certamente fizeram parte do seu desenvolvimento.

¹⁸ Fernando Nicolazzi indica que a partir de 1950, a crítica a essa tradição ensaísta foi, sobretudo pela institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, contando com a figura de Florestan Fernandes e os seus esforços para estabelecer os pressupostos definidores da sociologia científica no país. NICOLAZZI, Fernando. *O ensaísmo no Brasil*. s.d. Mimeografado; JACKSON, Luiz Carlos. A tradição esquecida: estudo sobre a sociologia de Antonio Candido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 2001, vol.16, n.47, pp.127-140.

¹⁹ CÂNDIDO, Antônio. A sociologia no Brasil. *Enciclopédia Delta-Larousse*, Rio de Janeiro, Delta S.A., pp. 2216-2232; 2ª ed. 1964, tomo IV, pp. 2107-2123. (redigido em 1956, publicado originalmente em 1959).

²⁰ Sobre a criação de novas instâncias de circulação do conhecimento das ciências sociais, destacamos a criação das revistas paulistas *Clima* (1941), *Anhemi* (1950) e *Brasiliense* (1955), além da elevação da “Sociedade Paulista de Sociologia em associação” em nível nacional e internacional, em 1950, como nome de “Sociedade Brasileira de Sociologia”. Além disso, sublinhamos a criação das duas primeiras revistas estritamente acadêmicas em São Paulo, a revista *Sociologia* (1939) e a *Revista de Antropologia* (1954). Contamos também nessa época com a criação da “Sociedade Brasileira de Antropologia” fundada em 1955, bem como a criação “Instituto Superior de Estudos Brasileiros” naquele mesmo ano. Todas essas instituições compõem essa fase de amadurecimento da profissionalização científica. MICELI, Sergio. (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré/Fapesp, 199, p.104.

A cooperação entre os intelectuais foi acompanhada pelo combate pela aquisição de postos acadêmicos e dos modelos de proeza intelectual defendidos no período.²¹ Isto fica visível através da ementade 1951 da disciplina de Sociologia I dirigida por Florestan Fernandes. Esta era dividida entre “manuais” e “leituras fundamentais” segmentadas entre “problemas do método” e “problemas de sociologia aplicada”.²² A difusão de manuais sociológicos e o monitoramento pelos métodos era significativo de uma cultura acadêmica que privilegiava o regramento da Sociologia na qual Fernandes era um profundo defensor. A disciplina caracterizada como “métodos da sociologia” por Fernando Novais era reconhecida e requisitada mesmo entre os não sociólogos.²³ As preocupações metodológicas não poderiam ser estéreis, segundo Florestan Fernandes deveriam ser aplicadas aos objetos de investigação dos cientistas sociais, o que revelava esta preocupação com a pedagogia a partir de princípios regrados, segundo a racionalização das etapas de trabalho intelectual dos cientistas humanos.

O investimento na profissionalização do trabalho intelectual e na implantação do rigor científico atravessou trajetória de alguns dos nomes mais familiares da FFCL, para citarmos alguns exemplares, Florestan Fernandes na cadeira de Sociologia II e José Arthur Giannotti na cadeira de Lógica no curso de Filosofia²⁴. No caso do curso de Letras, uma figura que ilustra a preocupação com a metodização de pesquisa, ainda que com capitais familiares completamente diferentes das duas figuras citadas acima foi o sociólogo Antônio Cândido. Em 1945, ele apresentava a sua tese para o concurso da cátedra de Literatura Brasileira, intitulada “Introdução ao método crítico de Sílvio Romero”. O título dificilmente poderia ser mais emblemático, uma vez que indicava o adensamento das preocupações metodológicas verticalizadas para a literatura brasileira

²¹ PULICI, Carolina. (2004), De como o sociólogo deve praticar o seu ofício: as cátedras de Sociologia da USP entre 1954 e 1969. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCHUSP; SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. *Trajétoias intelectuais: professoras do curso de ciências sociais da FFCL-USP (1934-1969)* – São Paulo: Humanitas -FAPESP, 2011.

²² “Cadeira de Sociologia II – Introdução à Sociologia”. Curso a cargo do assistente: Florestan Fernandes, 1951. Disponível no acervo da Administração da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

²³ Na entrevista com Fernando Novais, o historiador revela a importância da disciplina intitulada *Métodos* e oferecida por Florestan: “*também quis fazer o famoso curso de Métodos da Sociologia*, de Florestan Fernandes, sobre Durkheim, Weber e Marx. Como minha leitura na área de Sociologia era muito rala, restrita ao manual de Curvillier, não ia entender nada, e ele recomendou o curso de Introdução à Sociologia. Fiquei totalmente desconcertado, mas segui sua recomendação; depois fiz o curso de Florestan e percebi que ele tinha razão”. NOVAIS, Fernando A. *Aproximações: ensaio de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p.341.

²⁴ RODRIGUES, Lidiane Soares. Um departamento municipal no ultramar francês: o cosmopolitismo de José Arthur Giannotti. *Campos - Revista de Antropologia*. v. 18, p. 61-88.

do período. Além disso, a publicação da obra *Formação da Literatura Brasileira* (1959) tornou-se um importante marco metodológico tanto para crítica literária quanto para a historiografia no Brasil.²⁵

Sendo assim, novas concepções de trabalho intelectual forjaram outras interpretações sobre a cultura brasileira em um período no qual a maioria da intelectualidade embarcou em projetos do reformismo nacionalista.²⁶ A *intelligentsia* brasileira na década de 1950 visava estabelecer uma ordem intelectual decisiva e que acompanhasse o novo enquadramento da nação.²⁷ E o rigor do método atenderia a esse processo amplo de controle das etapas de produção do conhecimento científico nesse contexto histórico marcado pela modernização urbana, industrial e educacional. A linguagem da modernização participava do léxico comum dos intelectuais da época e eram projetadas também em nome da FFCL. Pedro Moacyr Campos publicou um artigo, em 1954, no qual atribuía à criação da USP e ao método europeu “os fundamentos sobre os quais seria de se esperar pudesse florescer uma moderna historiografia brasileira”.²⁸ Ao contrário dos autodidatas, os candidatos formados na FFCL revelariam “sinais de maior desenvoltura no trato com a bibliografia especializada, bem como maior segurança no setor do método”.²⁹ Essa “segurança” supostamente trazida pelo “método” anunciava, na realidade, a racionalização do trabalho intelectual como eixo modernizador. Como vimos no primeiro capítulo dessa dissertação, não era inovadora a associação entre os métodos e uma produção dita “moderna”. Todavia, a novidade do período é que o discurso dos é incorporado

²⁵ Segundo Paulo Arantes, “Antônio Cândido dava enfim forma metódica ao conteúdo básico da experiência intelectual brasileira. Mais exatamente, pondo em evidência elementos da assim chamada formação nacional, que alimentavam as escolhas estéticas dos escritores, acabava desentranhando do fato bruto, a que se resumia a referida formação nacional”. In: ARANTES, Paulo (1997). *Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo*. In: ARANTES, Otilia Fiori e ARANTES, Paulo Eduardo. *O sentido da formação – três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997; OLIVEIRA, Waltencir Alves de. *Antonio Candido e a Formação da Literatura Comparada. Itinerários*, Araraquara, n. 30, p.49-64, jan./jun. 2010.

²⁶ MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. Pontos de partida para uma revisão histórica, 1933-1974, 5.a ed., São Paulo, Ática, 1985, p. 193-200.

²⁷ Sérgio Miceli ao se referir as ingerências das principais instâncias do sistema de produção cultural das décadas 1940 e 1950, argumenta: “É nesse contexto do sistema mais amplo de produção cultural que se pode tentar construir o perfil emergente das novas disciplinas, dando-se conta ao mesmo tempo dos modelos intelectuais e doutrinários em que se inspiram os seus praticantes, das modalidades de participação política aceitáveis pela comunidade profissional emergente, e da escolha de objetos e problemáticas imediatamente percebidos como sinais ostensivos de identidades associados a posição relativa em que os cientistas sociais passam ao ocupar no campo intelectual interno”. *Op cit*, p.119.

²⁸ CAMPOS, Pedro Moacyr. O estudo da História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. *Revista de História*, v.8, n.18, 1954, p. 503.

²⁹ Idem, p.501.

definitivamente ao modo de transmissão do conhecimento na universidade se tornando um recurso de distinção institucional.

Marco das narrativas acadêmicas e memoriais sobre os cursos da FFCL, a herança intelectual estrangeira e, majoritariamente, francesa tornou-se uma espécie de qualidade genética da instituição. As “missões” e os sucessivos intercâmbios entre intelectuais franceses e brasileiros são apresentados como símbolos de distinção, de “excelência” da FFCL. Tais missões, porém, não foram uma propriedade exclusivamente da USP, mas de outras universidades (como a Universidade do Distrito Federal – UDF, no Rio de Janeiro) que receberam proeminentes intelectuais franceses. Apesar disso, na determinação de uma imagem de distinção da USP, as metodologias francesas são justificadas como virtudes, especificamente nas narrativas sobre as histórias dos cursos de Geografia, Filosofia e História. É claro que não estamos aqui contestando a contribuição francesa na estruturação da FFCL, no entanto, buscamos compreender como na criação da autoimagem destes cursos se cristaliza uma gama de idealizações e mitologias que servem para legitimar práticas disciplinares estruturadas a partir de determinadas metodologias.

Afinal, ao que essas evocações aos métodos faziam referência? A definição dos métodos dependia da natureza do conhecimento de cada curso, comportando assim diferentes modos de leitura, autores, operações analíticas e modelos de pesquisa. Mesmo assim, acionar o discurso dos métodos significava relatar uma ordem de sentido às disciplinas definida pela projeção da objetividade, a partir de virtudes científicas que passaram a ser socialmente reconhecidos entre os pares. Em outras palavras, a mobilidade e a indefinição do significado preciso do termo “método”, e mais ainda, ao seu valor como prática nas disciplinas tornava o investimento na sua evocação uma estratégia de inserção e reconhecimento no ambiente acadêmico.

Demonstramos como a partir da década de 1940 se torna rotineira a entronização de metodologias específicas nos cursos da FFCL. Todavia, os métodos passaram a ser identificados como marcadores da distinção desta Faculdade frente às outras universidades.³⁰ Este suposto “rigor metodológico” permeou não só discursos científicos

³⁰CARLOTTO, Maria Caraméz. Relato pessoal ou primazia da estrutura? Da história oral à história estrutural como modelo para a sociologia histórica institucional. In: *18º Congresso Brasileiro de Sociologia* 26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF). Disponível em: <<http://www.adaltech.com.br/anais/sociologia2017/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-0651-2.pdf>>. Acessado em: 23-09-2019.

como também marcou a memória e a imagem legitimada da universidade. Mais do que uma função discursiva ou prática efetiva, o rigor metodológico se transformou em triunfo da suposta virtuosidade uspiana. A longevidade deste discurso fica visível através entrevista de Fernando Henrique Cardoso, feita em 2004 e intitulada “A Universidade precisa de mais método e menos ideologia”. Nela o sociólogo e ex-presidente argumentava: "se há, portanto, um papel relevante para a USP, e mais especificamente para o que foi o espírito da FFCL, esse é o de voltar à vocação inicial de valorizar um método de análise, no qual a pluralidade cultural e a paixão pela pesquisa não ficam submersos na ideologia".³¹

Enfim, demonstramos como a partir da década de 1940, há uma novidade no papel que o discurso dos métodos passa a exercer entre as ciências humanas. Se cada curso tratou de incorporar metodologias a partir de obras, autores e referências específicas, a próxima seção prestará especificamente a análise sobre as condições sociais que propiciaram a metodização do curso de História na USP.

2. Uma breve história sobre o Curso de História da USP (1934-1955)

A criação da subseção de História e Geografia da USP contou com a referência do modelo francês.³² A ênfase pela “história geográfica” e pela “geografia histórica” defendida pelos franceses envolvia dois domínios do conhecimento e que eram compreendidos e ensinados numa mesma formação. Émile Coornaert e Pierre Deffotaines eram dois nomes consagrados no cenário acadêmico francês quando criaram as cátedras de “Geografia” e “História da Civilização Moderna” na USP, em 1934.³³ Apesar de terem sido os primeiros responsáveis pela formulação do programa

³¹CARDOSO, Fernando Henrique. Universidade precisa de mais método e menos ideologia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 jan. 2004. Caderno USP: 70 anos, p.13.

³² Na França, a História e a Geografia concretizaram-se como par no âmbito da efervescência do nacionalismo da Terceira República Francesa. Consequentemente, essas frágeis fronteiras institucionais permitiram profícuas relações entre historiadores, geógrafos e o Estado Francês. DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *Correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Traduzido por Roberto Ferreira Leal. Rio de Janeiro: Editora FGV; São Paulo: Editora Unesp, 2012, p.109.

³³Ambos os professores ficaram na USP durante o ano de 1934. Deffotaines foi encarregado de criar a cadeira de Geografia em 1935 na Universidade do Distrito Federal e, também foi um dos responsáveis pela fundação da “Associação dos Geógrafos Brasileiros”, coletivo que se reunia quinzenalmente. Além disso, Deffotaines realizou diversas expedições retratadas na recém-criada “Revista Brasileira de Geografia”. Émile Coornaert era um nome estimado na década de 30 na França e havia derrotado, na década de 1930, Marc Bloch na disputa pela direção da “École Pratique des Hautes Études”, em Paris.

curricular das cadeiras, a passagem de ambos foi menos marcante na memória institucional do que a de seus sucessores. Fernand Braudel e Pierre Monbeig são frequentemente rememorados como as verdadeiras figuras que inauguraram estas cátedras. Isso se deve menos à posição institucional esses jovens professores exerciam na época e mais pela repercussão posterior de suas carreiras.

A dificuldade de se escolher uma especialização entre a Geografia e a História aparece em um relato de Alice Canabrava: “Pierre Monbeig e F. Braudel conquistaram o estudante intelectualmente. Quando terminei os três anos de curso não tinha bem a idéia do que queria fazer: ser geógrafa ou historiadora”.³⁴ A formação compartilhada entre historiadores e geógrafos correspondia ao compartilhamento da diplomação entre historiadores e geógrafos e perdurou até 1955 no Brasil. A distribuição das cadeiras entre 1934 e 1938 na FFCL/USP contava com: Geografia (que se desdobrava em três cátedras, “Relevo e Clima”, “Clima e Vegetação” e “Geografia da Circulação”), História da Civilização (que compreendia História Antiga, História Medieval, História Moderna e Contemporânea), Etnografia Brasileira e Noções de Tupi-Guarani, Tupi-Guarani, História da Civilização Americana (abarcando inclusive o período pré-histórico), e História da Civilização Brasileira. No entanto, não podemos deixar de pontuar que a organização do curso de História e Geografia se complexificou ao longo do tempo em termos de programa curricular.

A criação e o estabelecimento das cadeiras não eram ações restritas apenas ao corpo docente. A cadeira de Tupi-Guarani, por exemplo, foi fruto de uma intensa articulação entre os pesquisadores do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo (IHGSP) e agentes do governo do Estado de São Paulo, além de indicativa das relações sociais entre historiadores e figuras da administração governamental como aspectos fundamentais na eleição do quadro docente para as disciplinas. É claro que fazer parte

Foi encarregado da criação da cátedra de História Moderna na USP. Segundo Marieta Moraes existia uma diferença importante na herança francesa da Geografia e da História no Brasil. Os historiadores trouxeram métodos e técnicas de pesquisa, e a temática do Brasil nunca ganhou destaque na sua produção, posto que o campo dos estudos históricos brasileiros era controlado por parte do Estado e das elites dirigentes. Enquanto isso, os geógrafos estabeleceram laços mais profundos com o Brasil, tendo permanecido mais tempo por aqui e se responsabilizando pela criação de instituições e produção de materiais de pesquisa num contexto em que a geografia era “incipiente” e a pesquisa praticamente inexistente. In: FERREIRA, Marieta Moraes. Perfis e trajetórias dos professores universitários do curso de história no Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, A. J. B. (org.). *A universidade e lugares de memória*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008, pp.250-260.

³⁴ERBERELI JR., Otávio. De preterida a preferida: considerações em torno da trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava (1935-1951). *História da historiografia*, Ouro Preto, n.22, dez. 2016, p.189.

do IHGSP era uma parte importante do processo de socialização dos historiadores, todavia, a publicação de livros, participação na imprensa, em suma, os trânsitos intelectuais e políticos que se davam para além do circuito da instituição eram fundamentais para que esses nomes fossem privilegiados. Esse foi o caso de Afonso Taunay, Plínio Marques da Silva Ayrosa e Alfredo Ellis Júnior, cujo trânsito pelo IHGSP se revelou uma condição privilegiada para que assumissem as primeiras cadeiras do curso de História e Geografia. Estas figuras reivindicavam, na universidade, as práticas que orientavam o instituto caracterizadas, sobretudo pela organização de material, produção e coleta de dados.³⁵ Assim sendo, se por um lado os franceses que aqui vieram eram historiadores de formação (a maioria oriunda da Sorbonne), o primeiro quadro de professores brasileiros era composto por bacharéis de Direito e Engenharia. Os professores franceses se preocupavam majoritariamente com a formação docente, enquanto os professores brasileiros transportaram e modelaram as normas praticadas no IHGSP para a USP, isto é, valorizando a sistematização do conhecimento historiográfico, a divulgação de fontes e as publicações na área.³⁶

De modo geral, a base curricular do curso permaneceu a mesma até 1940. A modificação da estrutura curricular dependia de decretos-lei federais e estaduais, articulados entre professores e membros do conselho da universidade, o que não significa que os professores não tivessem flexibilidade para conduzir suas disciplinas. Em 1939, a federalização dos cursos das faculdades de Filosofia do país ajustava o funcionamento e organização dessas instituições em um currículo mínimo comum. O modelo estabelecido remetia a organização curricular da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNfi-UB), no Rio de Janeiro. Na USP, essa mudança ocorreu concretamente apenas em 1942, promulgada através do decreto estadual n.12.511.³⁷ Naquele ano, iniciava-se um período profícuo de estruturação dos

³⁵O trabalho de Aryana Costa revela como a criação das disciplinas de Etnografia Brasileira e Tupi-guarani foi fruto da pressão do então presidente do Instituto de Estudos Históricos e Geográficos, Theodoro Sampaio junto ao Armando de Sales Oliveira com expectativa de que o futuro profissional do curso da FFCL fosse condizente ao praticado no instituto: demarcar os elementos indígenas na formação paulista e brasileira. O que nos demonstra a historiadora é que a rede de sociabilidade letrada paulista foi fundamental na composição do quórum de professores brasileiros da 5ª subseção, estabelecendo uma linha de sucessão entre a prática historiográfica do instituto paulista e a nova forma acadêmica. In: COSTA, Aryana. Um regime de transição: o papel do IHGSP no curso de história da Universidade de São Paulo (1934). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 32, nº 67, 2019, p. 530-548.

³⁶ Idem.

³⁷ ROIZ, Diogo da Silva; SANTOS, Jonas Rafael. *As transferências culturais na historiografia brasileira: leituras e apropriações do movimento dos Annales no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012, p.151.

curso: a institucionalização do doutorado (ainda que foram criadas, apenas em 1952 as disciplinas necessárias para a aquisição do título de doutor),³⁸ a padronização nacional das disciplinas oferecidas pela FFCL, bem como a distinção entre o grau de bacharel e licenciado.³⁹ Nesse último caso, a segmentação do título representou um importante marco na divisão formal entre ensino e a pesquisa, pois para a obtenção do título de licenciado, o aluno deveria percorrer além do bacharelado em três anos, mais um ano no currículo, contando com quatro disciplinas no curso de Didática.

Aos poucos, o número de pesquisas aumentou com a diplomação dos bacharéis. Entre 1942 e 1951, oito teses foram defendidas no curso e os recém-doutores para assumiram cadeiras na instituição.⁴⁰ Outros esforços coletivos ocuparam os historiadores de formação, como, por exemplo, a fundação da *Sociedade Paulista dos Estudos Históricos*, em 1942. Nela eram discutidos os trabalhos de historiadores e cientistas sociais em sessões quinzenais, frequentadas em sua maioria por professores da FFCL/USP.⁴¹ A associação, porém, teve vida curta e perdurou apenas por alguns meses e os motivos do desfecho permanecem ainda desconhecidos.⁴² Não nos parece inapropriado sugerir que foi devido a fatores externos ao grupo, uma vez que o Brasil estava se preparando para enviar o exército para a Segunda Guerra Mundial, e não nos parece coincidência que um dos principais expoentes do grupo e um dos seus

³⁸ Regimento de doutoramento. Decreto n.21.780 de 15 de outubro de 1952. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, 1952, 1953, pp.79-84.

³⁹ Em termos de distribuição de disciplinas, o número aumentou exponencialmente. Para um quadro mais detalhado, ver ROIZ, Diogo da Silva, 2012.

⁴⁰ José Ribeiro Quirino (1943), Zamela Mafalda (1951), Eurípedes Simões de Paula (1942), Astrogildo Rodrigues de Mello (1942), Alice Piffer Canabrava (1942), Olga Pantaleão (1942), Eduardo D'Oliveira França (1945), Pedro Moacyr Campos (1945).

⁴¹ Pedro Moacyr revela: “graças à iniciativa de um grupo de intelectuais entre os quais se encontrava Prof. Gagé, o Prof. E. Simões de Paula, o então editor da Biblioteca Municipal, Dr. Rubens Borba de Moraes, o historiador Caio Prado Jr, e outros. Durante algum tempo havia a Sociedade mantido regularmente as suas sessões, no próprio prédio da Biblioteca Municipal (ou melhor, nos prédios, porquanto tratava-se justamente da fase de mudança, da rua Sete de Abril para as atuais instalações), graças à gentileza de seu diretor. Uma série de vicissitudes, porém, determinou a suspensão das reuniões, e, assim, o fim da Sociedade”. CAMPOS, Pedro Moacyr. O estudo da História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. *Revista de História*. N.18, 1954, pp.500-501.

⁴² Segundo Odilon Nogueira, um dos encarregados da organização da sociedade: “por vários motivos, em dezembro de 1942, a Sociedade em tão boa hora fundada, interrompeu suas atividades, não sendo ex(s)tranho a este fato o afastamento temporário ou definitivo de alguns dos membros que mais a prestigiaram”. MATOS, Odilon Nogueira de. Sociedade dos estudos históricos. *Revista de História*, v.2.n.5, 1951,p.1.

fundadores, Eurípedes Simões de Paula tenha sido convocado e se apresentou para o serviço militar como oficial da reserva.⁴³

No que diz respeito às disciplinas, um novo decreto viabilizava, em 1946, o trânsito entre seções e subseções da FFCL. O aluno teria possibilidade de escolher entre duas ou três disciplinas oferecidas por outras seções ou subseções da faculdade.⁴⁴ Além da já mencionada obrigatoriedade do cumprimento de disciplinas didáticas para a obtenção do diploma de licenciado, outra novidade no currículo nesse momento foi a criação de um diploma de “especialista”, exigindo que os alunos cursassem os três anos obrigatórios, mas ainda que se inscrevessem em uma das três especialidades prescritas na subseção, ou seja, História, Geografia ou Etnografia. Por fim, além de cursarem uma nova gama de disciplinas, os estudantes deveriam estagiar nas respectivas subseções.⁴⁵

Outro aspecto que marcava o curso de História e Geografia era a divisão por gênero entre os alunos e professores no regime de cátedras que imperava em toda a Universidade. Neste sentido se faz necessário o entendimento desta estrutura específica e das atribuições de cada agente: cátedra se referia à permanência vitalícia do concursado eleito (catedrático) desempenhando funções de administração da cadeira, organização do ensino e da pesquisa. Já os assistentes, estes eram contratados por períodos temporários ou em regime permanente com tempo parcial de trabalho, geralmente de 1 até 3 assistentes e 1 auxiliar de ensino. A hierarquia entre eles se dava através da titulação ou das relações específicas com os catedráticos. Já disciplinas que não eram vitalícias, ainda que obrigatórias no currículo, tinham contratações temporárias de professores e de um auxiliar de ensino. Entre 1936 e 1944, a média de mulheres no curso de História e Geografia era expressiva, e elas poderiam chegar a compor até 84,5% do corpo discente, como no ano de 1941, porém, a linha de sucessão

⁴³THEODORO, Janice. Eurípedes Simões de Paula. *Revista de História*, nº 160. Dossiê Eurípedes Simões de Paula (1º semestre de 2009), pp. 17-50.

⁴⁴ BRASIL, Decreto-lei n.9092, de 26 de março de 1946. Amplia o regime didático das faculdades de filosofia e dá outras providências. Coleção das Leis (1946, vol. I).Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. (verificar)

⁴⁵ A reivindicação de um quarto ano de formação para o curso de História e Geografia era uma demanda que nasceu com o próprio curso. Os geógrafos Pierre Monbeig, João Dias de Silveira e Aroldo Azevedo pleiteavam, em 1935, junto ao ministério de Gustavo Capanema a união e a existência de mais um ano de curso para uma melhor adaptação dos estudantes a “mentalidade universitária”. A especialização em História, Geografia e Etnografia foi idealizada, no plano discursivo, com o objetivo de que professores não ficassem alheios ao espírito e aos métodos científicos, permitindo ao recrutamento aos pós-graduandos perpetuarem os seus estudos. Essa medida foi em parte incorporada, posto que em 1946 o currículo do curso estava afinado com essa orientação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p.42.

das cadeiras era automaticamente conduzida pela dominação masculina.⁴⁶ A organização catedrática geralmente começava pela função de assistente da cátedra (posteriormente, auxiliar de ensino), na qual o recém-formado aprendia a manejar os conteúdos da disciplina, a administração da cadeira e era formalmente introduzido à pesquisa na área. Geralmente essas pesquisas culminavam na tese de doutorado. Todavia, o título não era garantia de estabilidade na cadeira, e os laços sociais entre catedrático e o auxiliar eram condições centrais para o desenvolvimento de sua carreira. Sobre a eleição dos discípulos, por parte dos catedráticos, Miriam Lifchitz Moreira Leite, formada em Ciências Sociais e doutora em História, afirmou numa entrevista em 1990:

Você era escolhido por alguém com quem você ia trabalhar [...] Apesar de eu ter, com o tempo, apreciado muito, eu nunca me senti à altura de trabalhar na Escola [FFCL/USP]. Bom, eu preciso também dizer que eu fui aluna das primeiras turmas de Florestan Fernandes e do Antônio Cândido. Então, você imagina quem eram as pessoas que eram convidadas. Não dava para você pensar que você seria uma delas.⁴⁷

A disparidade de gênero atravessava as relações de trabalho no regime catedrático. Podemos perceber o forte grau de intervenção das relações sociais na construção das carreiras masculinas. Eduardo D'Oliveira França, licenciado em História e Geografia, em 1937, desenvolveu toda a trajetória acadêmica na USP e dizia numa entrevista concedida no mesmo ano que Miriam Lifchitz:

Um colega meu que já estava na regência da cátedra – tinha sido assistente – me indicou para seu assistente, deferência para com Braudel. Fui assistente dele durante algum tempo até que Braudel voltou e me chamou para a assistência. [...] É mais ou menos essa história. História igual a de vários outros colegas de minha geração; história de ex-alunos que sucedem aos mestres.⁴⁸

Depreendemos desses depoimentos que o gênero não apenas incidia na construção de redes de sociabilidade e na importância determinante delas na aquisição dos postos acadêmicos, mas ainda designava quem seriam as figuras legítimas na sucessão das cátedras. Apesar das mulheres representarem o maior contingente de formandos, apenas 40% das teses foram defendidas por elas no período de 1939 e 1957.⁴⁹ Não poderíamos deixar de assinalar que as possibilidades se abriam para as mulheres no Regime Catedrático. Um exemplo disso foi o concurso para a cátedra de

⁴⁶ ROIZ, *op cit*, p.51.

⁴⁷ FREITAS, Sônia Maria de. *Reminiscências*. Editora Maltese, 1994., p.255-256

⁴⁸ ROIZ, *op cit*, pp.192-193.

⁴⁹ Idem.

“História da Civilização Americana”, em 1946 cuja candidata Alice Canabrava, a despeito de todas as qualificações acadêmicas, das melhores notas do concurso e da qualidade do trabalho apresentado, foi “naturalmente” colocada em segundo lugar, atrás de Astrogildo Rodrigues de Mello.⁵⁰

O ano de 1950 foi um marco para o curso de História e Geografia da USP. Neste ano data a criação dos cursos noturnos na faculdade e foi um importante indicativo de expansão e amplificação do ensino universitário para uma comunidade de saber cada vez mais especializada.⁵¹ Nesse momento, foi recriada a antiga associação dos historiadores ligados à faculdade, chamada agora de “Sociedade dos Estudos Histórico” (SEH). Acreditamos que a supressão do termo “paulista” que correspondia ao nome da antiga sociedade indica o abandono do registro comumente associado aos institutos históricos que carregavam como marca a propriedade federativa dos estados, nos parece que o espírito de 1950 era o de justamente nacionalizar esforços dos professores universitários. Esta associação era coordenada por Eurípedes Simões de Paula e Odilon Nogueira de Matos, segundo eles, dela poderiam participar “todos aqueles que se interessarem pelos seus objetivos, que são pesquisar, estudar e divulgar assuntos de interesse histórico, principalmente brasileiro”.⁵² A sociedade realizava cursos, palestras e debates e permaneceu ativa por alguns anos após a morte de Eurípedes, em 1977. Também foi criada no ano de 1950, a “Revista de História”, o primeiro periódico acadêmico brasileiro dedicado exclusivamente aos estudos históricos. A *Revista de História* se tornou um importante órgão de divulgação sistemática dos trabalhos e pesquisas na área, feitos por pesquisadores estrangeiros e brasileiros, docentes e discentes das faculdades de Filosofia de todo o país.⁵³ Em 1951, ela foi oficialmente incorporada a “Sociedade dos Estudos Históricos” e, posteriormente, ao Departamento de História da USP.⁵⁴ Nesse primeiro momento, entre 1951 e 1960, grande número de

⁵⁰ ERBERELI JÚNIOR, Otávio. *A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava: um ofício como sacerdócio (1935-1997)*. 2019. 369 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019, p.36-53.

⁵¹ A criação dos cursos noturnos correspondia ao mesmo decreto dos cursos diurnos, com o número máximo de até 30 inscritos. ROIZ, D. A instituição do ensino universitário de geografia e história na FFCLUSP entre 1934-1956. *Agora*, v. 13, n. 1, jan./jun., 2007.

⁵² MATOS, Odilon Nogueira de. Sociedade dos estudos históricos. *Revista de História*, v.2.n.5, 1951, p.1.

⁵³ Para um estudo mais detalhado, ver: ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar; BENTIVOGLIO, Julio. (orgs). *As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico*. Serra: Editora Milfontes, 2017.

⁵⁴ “A Revista de História, cujo espírito, já perfeitamente definido através de um ano de atividades, é bem idêntico ao da Sociedade ora fundada, prontificou-se, num gesto de solidariedade e colaboração dos mais valiosos, a acolher em suas páginas os trabalhos que nela forem apresentados, desde que, evidentemente,

artigos da Revista de História estava voltado para a difusão de métodos e de técnicas de pesquisa⁵⁵, o que parece indicar a disposição dos historiadores para a reflexão sobre o seu *métier* em meio às modificações curriculares, ao refinamento das orientações intelectuais e à nova configuração identitária da profissão.⁵⁶ A abrangência da revista correspondia à amplitude do circuito intelectual que Eurípedes Simões de Paula administrava em suas cartas e convites de participação aos docentes estrangeiros e brasileiros.

A instituição de mecanismos de cooperação científica entre os historiadores denuncia uma fase de controle e unificação não só do processo de produção científica, mas também da difusão do conhecimento histórico produzido na universidade. Faltava, no entanto, para a consolidação da área o apoio financeiro necessário para a realização e fomento das pesquisas. Em 1951 foram criados o “Conselho Nacional de Pesquisa” (CNPq) e a “Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior” (Capes) que viabilizaram o patrocínio da produção científica no país. Outra importante agência de incentivo à pesquisa foi criada pouco depois, em 1962, a “Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo” (FAPESP).⁵⁷

Assim sendo, a partir da década de 1950, ampliaram-se os vínculos de solidariedade entre os historiadores em revistas, associações e também a vinculação burocrática e material ao Estado por meio de agências de fomento. Tudo isso contribuiu decisivamente para a formação de um ambiente coletivo de produção, difusão e divulgação do trabalho historiográfico. Fica visível neste contexto o intenso investimento na organização dos vínculos sociais e intelectuais entre os historiadores, ao passo que novas condições materiais de incentivo à pesquisa são criadas. É neste sentido que o discurso dos métodos reverbera com o papel de difundir a pesquisa

julgados dignos de publicação e se assim o autorizarem os seus autores”. DE MATOS, Odilon Nogueira. Sociedade dos Estudos Históricos. *Revista de História*. V.2.n.5.1951, p.1.

⁵⁵ NASCIMENTO, Bruno César. *Revista de História: trajetórias historiográficas na Universidade de São Paulo*/ Bruno César Nascimento. Serra: Editora Milfontes, 2018, p.94.

⁵⁶ NICODEMO, Thiago Lima SANTOS, PEDRO AFONSO CRISTOVÃO DOS ; PEREIRA, MATEUS HENRIQUE DE FARIA. *Uma introdução à historiografia brasileira 1870-1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2017, p.113.

⁵⁷ Na criação do CNPq em 1951, estava prevista na lei que uma das responsabilidades do órgão era de conceder “bolsas de estudo ou de pesquisa e promovendo estágios”, ainda assim, é necessário um estudo aprofundado sobre a concessão de bolsas de Doutorado para a História. A partir da análise dos dados fornecidos pelo “Centro de Memória” do CNPq, a primeira aparição de bolsas para área de ciências sociais é apenas em 1966. Para mais informações, acessar:

<https://centrodememoria.cnpq.br/fomento62.html>. Disponível em: 20-11-2021

acadêmica e assentar metodologias que favoreçam o desenvolvimento de investigações em História. É no meio dessa década, no ano de 1955, que se deu um marco simbólico e definidor da profissionalização dos historiadores: a separação “administrativa e pedagógica” das disciplinas de História e Geografia na USP, segundo a promulgação de uma lei federal.⁵⁸

3. A criação das disciplinas de Introdução à História no Brasil

Já na década de 1940, existiam discussões entre geógrafos e historiadores sobre a separação dos cursos. Em 1946, esse debate apareceu na congregação da Universidade do Brasil.⁵⁹ Algumas investidas foram feitas nesse sentido, como no projeto enviado por Pierre Monbeig e Delgado de Carvalho, em 1944, para o então ministro da Educação, Gustavo Campanema. No entanto, é apenas em 1950 que um projeto de lei é submetido, de autoria do deputado José Alves Linhares, marido da historiadora Maria Yedda Linhares. Nele é justificado que História e Geografia eram “especializações diversas” e que enquanto “um exige trabalhos atenciosos em gabinetes e seminários, o outro requer dispêndio em atividades no campo”. O projeto de lei evocava a metáfora do atraso, já que, na França, os cursos tinham se separado na década de 1940, além disso, defendia-se que deveria ficar a cargo da UDF o estabelecimento do currículo mínimo disciplinar.⁶⁰ No entanto, um dos maiores entraves para a separação dos cursos não era epistemológico, mas burocrático, como o repasse de recursos financeiros para a admissão de novos professores, o que motivava os atrasos na resolução.

Importante destacar o papel mediador da historiadora Maria Yedda Linhares casada com o deputado que enviou o projeto de lei para a separação do curso e “pupila” de Delgado de Carvalho (historiador e responsável pelo envio do primeiro projeto de separação). Ainda assim, a promulgação efetiva ocorre somente em 1955 e, é a partir da separação dos cursos que as grades curriculares são reformuladas. No curso de História

⁵⁸ Noticiado por Eurípedes Simões de Paula na Revista de História em 1956, “Em virtude da lei federal n.º 2.594, de 8-IX-1955 ter desdobrado o Curso de Geografia e História das Faculdades de Filosofia em Curso de História e Curso de Geografia, baixou o Governo estadual o decreto n.º 25.701, de 4-IV-1956, regulamentando a aplicação dessa lei na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.” PAULA, Eurípedes Simões. Noticiário. Revista de História. N 25 – 1 trimestre de 1956. O lei que promulgou o desdobramento: BRASIL. Lei n. 2594, de 8 de setembro de 1955. Dispõe sobre o desdobramento dos cursos de geografia e história nas Faculdades de Filosofia.

⁵⁹ ARANHA, Patricia. *Geografia como profissão: campo, auto-representação e historiografia (1934-1955)*. Tese de Doutorado em História Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017, p.93-111.

⁶⁰ Idem, p.102.

houve diminuição expressiva das cadeiras de Geografia, a divisão de disciplinas que já existiam no currículo anterior e, por fim, a inserção de novas disciplinas optativas. Foi nessa ocasião que a disciplina de “Introdução aos Estudos Históricos” se tornou obrigatória e foi implementada nos cursos de História de todo o Brasil, a partir de 1955. Analisaremos, então, como foi o processo de institucionalização desta disciplina nos cursos de História do país.

A CRIAÇÃO DA DISCIPLINA DE “INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS”			
Ano de criação	Disciplina	Instituição	Docentes encarregados
1955	Teoria da História, antiga Propedêutica e Metodologia da História (1943)	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)	Roberto Piragibe da Fonseca
1955	Introdução aos Estudos Históricos	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	-
1956	Introdução Metodológica à História	Universidade do Brasil (UB) atual UFRJ (1965)	Jayme Coelho
1957	Introdução aos Estudos Históricos	Universidade de São Paulo (USP)	Jean Glénisson (1957-58); Yves Bruand (1960-1963) Assistente: Emília Viotti da Costa
1961 (não há certeza da data de criação)	Introdução aos Estudos Históricos e Teoria da História	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) (a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília é incorporada em 1976)	Maria Clara R.T. Constantino
1961	Introdução à História	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Cecília Westphalen
1963	Introdução aos Estudos Históricos	Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FCFS)	José Silveiro Leite Fontes
1963	Introdução aos Estudos Históricos	Universidade estadual de ponta grossa história (UEPG) (a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa é incorporada em 1970) (FEFCL-PG)	Guízela Veleza Frey Holzmann

A universidade pioneira na criação de uma disciplina sobre métodos no currículo da História foi a Puc-Rio. Roberto Piragibe foi o primeiro docente da disciplina “Propedêutica e Metodologia da História”, em 1943, e fazia questão de destacar isso no manual publicado por ele em 1967. Dizia, então sobre a disciplina: “terá ela sempre a alegria de ver-me apontada, com justiça, como a precursora, no País, do ensino e dos problemas metodológicos e também dos problemas filosóficos da História, vale dizer, como a pioneira incontestável, no Brasil, do ensino da Teoria da História”.⁶¹ A disciplina era facultativa e extracurricular, porém tornou-se obrigatória quando se deu a cisão

⁶¹ NICODEMO, Thiago; SANTOS, P. A. Cristóvão dos; PEREIRA, M. H. de Faria. *Uma introdução à história da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2018, p.158.

entre o curso de História e Geografia na Puc-Rio e, passou a ser nomeada como “Teoria da História”. A centralização das discussões teóricas e metodológicas em uma disciplina específica na década de 1940 era algo inédito e desacompanhava o estado geral dos cursos em outras universidades brasileiras.

As denúncias sobre a insuficiência curricular do curso de História aparecem em algumas entrevistas de ex-estudantes e professores da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNfi-UB).⁶² Uma delas é de Francisco Falcon, formado em 1955 que assinalava que o curso não tinha qualquer base teórica e metodológica. O primeiro contato de Falcon com autores da área se deu em uma disciplina de extensão chamada “Metodologia Científica da História” ministrado por Jayme Coelho. Coelho foi justamente a figura encarregada de criar a disciplina “Introdução à Metodologia Histórica” na universidade, em 1956. Embora o depoimento de Falcon tenha sido realizado em condições distintas da criação da disciplina na época, é notável a orientação da disciplina segundo a pedagogia do método nesta universidade. Podemos citar, no caso das disciplinas, do ciclo de palestras de Guy de Hollanda realizado em 1959, intitulado “Técnica da pesquisa histórica”.

Na UFRGS, as disciplinas “Metodologia da História e Geografia” e “Filosofia da História” apareciam como obrigatórias no primeiro currículo do curso de História e Geografia, em 1939, mas foram suprimidas, diluindo assim as preocupações da ordem da pesquisa em favor da formação didática de docentes.⁶³ A implementação das disciplinas metodológicas fez parte de um movimento de renovação geral dos departamentos de História, cuja missão de formação dos professores era vista como demasiadamente limitada.⁶⁴

Na UFPR, a separação do curso de História e Geografia ocorreu entre 1961 e 1963 e Cecília Westphalen ficou encarregada da disciplina “Introdução à História”, atuando desde a sua instituição, em 1961.⁶⁵ Westphalen criou junto com a disciplina o

⁶² FERREIRA, Marieta de Moraes. *Op. cit.*, p.59.

⁶³ RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *A institucionalização da formação superior em história: o curso de geografia e história da UPA/UFRGS, 1943 a 1950*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2002.

⁶⁴ FICO, Carlos. O campo da Teoria da História e da Historiografia no Brasil. In: *Novas Questões de Teoria e Metodologia da História e Historiografia*. Org. Benito Bisso Schmidt. São Leopoldo: Oikos, 2011, p.40.

⁶⁵ MACHADO, Daiane V. Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis. 2016, pp.97-120.

regime regular de pesquisa na Biblioteca Pública do Paraná e no Arquivo Público do Paraná, ambos em Curitiba, com o objetivo de aproximar os historiadores em formação do trato documental. Assim, os alunos eram ensinados a submeter a documentação à crítica interna e externa, respondendo às operações analíticas prescritas pelo clássico manual de Langlois e Seignobos. Ainda que não existissem disciplinas sobre Teoria da História e Historiografia no currículo da UFPR, eram ensinadas as “noções de historiografia” ou “perspectivas atuais da historiografia” e inscritas na disciplina “Introdução à História”. A disciplina era justificada como um “farol” aos historiadores-cientistas para as regras da pesquisa em História.⁶⁶ Com a separação do curso de História e Geografia na UFPR, outra disciplina foi criada em 1961, chamada “Métodos e Técnicas de Pesquisa”, a qual era oferecida em revezamento entre Altiva Pilatti Balhana e Cecília Westphalen. Com o objetivo de incentivar à pesquisa e ao ensino universitário, sobrepunham-se os conteúdos das disciplinas de “Introdução” e “Métodos de Pesquisa”, que atribuíam às disciplinas o papel de instrumentalizar futuros historiadores e pesquisadores, por meio do ensino de métodos científicos, práticas de arquivo, coleta de fontes, técnicas quantitativas e bibliográficas.⁶⁷

A busca de instrução para a pesquisa também se expressava na emergência da disciplina de “Introdução aos estudos históricos” em Sergipe, na FCFS. A disciplina foi inaugurada em 1963, com a separação do curso de História e Geografia, “seguindo uma tendência nacional de inclusão de disciplinas teóricas com o objetivo de capacitar o pesquisador da História para além das aptidões do professor do ensino secundário”.⁶⁸ No mesmo ano, era criada uma disciplina homônima na FEFCL-PG, em Ponta Grossa, a cargo da professora Guízela Veleza Frey Holzmann. No entanto, a despeito da aprovação da docente, um parecer do Conselho Federal de Educação indicava que “a matéria para a qual pretende habilitar-se, excede, pelo seu conteúdo e pela novidade, às credenciais da candidata”. À professora foi recomendada a realização de um estágio

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ OLIVEIRA, João Paulo Gama. Disciplinas, Docentes e Conteúdos: *Itinerários da História na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1951-1962)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Núcleo de Pós-Graduação Em Educação, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2011, p.67.

numa Universidade como a USP, de maneira a adquirir bagagem para o exercício da docência na área.⁶⁹

De fato, a USP recebia frequentemente historiadores para estagiar nas disciplinas oferecidas pelo curso de História. Nas palavras de Eurípedes Simões de Paula, na cerimônia de outorga de título de doutor *honoris causa* para Jean Glénisson, em 1966:

Continuamente temos sido solicitados por Faculdades distantes, dentre elas as de São Luís, Fortaleza, Natal, Salvador, Curitiba, Florianópolis e mesmo as do nosso Estado — Franca, Assis, Marília — no sentido de lhes encaminhar professores de História ou Metodologia e Teoria da História. Dada a impossibilidade de atender a tôdas, pois faltam-nos professores especializados, recomendamos-lhe o livro do Prof. Glénisson, ou então, sugerimos que as próprias Faculdades nos enviem professores e assistentes para seguirem os cursos.⁷⁰

A institucionalização por lei da disciplina de “Introdução aos Estudos Históricos” e a sua expressão no campo contribuiu na prática para reforçar a reputação da USP no Brasil como referência na área. Em suma, demonstramos como criação da disciplina de “Introdução aos Estudos Históricos” no Brasil estava associada a uma demanda específica que atravessava as mais distintas localidades do país: a sua emergência correspondia ao contexto de separação do curso de História e de Geografia e visava refletir sobre a prática específica e autônoma do historiador. Ainda assim, esta reflexão era realizada dentro de um regime específico, que era o registro da formação técnica, da pedagogia dos elementos rudimentares de análise de fontes, que eram defendidos como centrais para formação dos alunos cujo destino profissional também era do historiador como pesquisador.

Na próxima seção, voltaremos ao estudo de caso da FFCL/USP com o objetivo de examinar a trajetória dos docentes e da assistente das disciplinas meta-históricas nesta instituição com vistas à lógica de eleição destas figuras dentro da rede de valores epistêmicos cultuados na época.

⁶⁹ O parecer indicava: “Impõe-se nesse caso um estágio numa Universidade como a de São Paulo, onde a candidata reunirá ao seu cabedal de preparo básico a complementação específica para a cadeira a qual pretende habilitar-se. Dessa forma é que as Escolas Superiores em fase de desenvolvimento poderão vencer as suas possíveis limitações, com o concurso das experiências mais aperfeiçoadas. Somos, pois, de parecer que a Profa. Guízela Holzmann complete a sua habilitação para a cadeira, mediante estágio numa Universidade em que tais estudos se realizam em nível adequado”. In: CARVALHO, Silvana Maura de Batista. *A formação do professor de História na Faculdade de Filosofia da Universidade Estadual de Ponta Grossa de 1950 a 1970: propostas curriculares e memórias docentes*. Dissertação apresentada ao Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná para obtenção do título de Doutora em História, 2010, p.194.

⁷⁰ SIMÕES DE PAULA, Eurípedes. A outorga do título de doutor “Honoris Causa” pela Universidade de São Paulo ao professor Jean Glénisson. *Revista de História*, São Paulo, n.68, vol 4, 1966, p.591.

4. A “meta-história”: valores e agentes

Para compreendermos a formulação do programa curricular das disciplinas meta-históricas no curso de História da USP é preciso recuar no tempo. As discussões sobre a institucionalização da disciplina de “Introdução aos Estudos Históricos” se adensaram a partir da década de 1940, com José Honório Rodrigues, como observamos no capítulo anterior. O tema volta a aparecer, em 1951 com o comentário de Eduardo D’Oliveira França sobre “Teoria da História do Brasil” de José Honório:

De acôrdo com a idéia de criação de uma cadeira de Introdução aos Estudos Históricos nas Faculdades de Filosofia. José Honório Rodrigues poderia com proficiência regê-la ou, pelo menos, ministrar cursos de extensão. **O interêsse dos estudantes por estudos dessa natureza confirma sua necessidade. A plétora do currículo atual, entretanto, é grave obstáculo.**(grifo nosso)⁷¹

A prerrogativa do ensino metodológico dependia das credenciais específicas de cada catedrático, bem como das suas motivações. Ao comentar a obra de José Honório, Eduardo França defendia a criação de disciplinas especializadas, apresentando a sua preocupação com o estado do currículo. Ele organizava as suas aulas entre seminários expositivos e documentais, e buscava fazer do curso de História mais do que apenas exercício de docência.⁷²

Apesar de reconhecida a importância do ensino dos métodos já no início da década de 1950, foi apenas com a Reforma Curricular de 1955 e a sua concretização, em 1957, que foi criada a disciplina de “Introdução aos Estudos Históricos” foi criada na FFCL/USP.⁷³ Indicado por Fernand Braudel e intermediada por Eduardo França, o francês Jean Glénisson foi nomeado para a inauguração da disciplina e permaneceu como docente dela entre 1957 e 1958, período em que atuou também, ainda que de

⁷¹FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. A Teoria Geral da História: Considerações a propósito de um livro recente. *Revista de História*, n.7- 3trim, 1951, 138.

⁷² RODRIGUES, Lidiane Soares. Armadilha à francesa: homens sem profissão. *Revista de História da Historiografia*. Nº 11. Ouro Preto. 2013: 85-103.

⁷³ O primeiro programa de curso de “Introdução aos Estudos Históricos” está no Arquivo da Administração da FFCL/USP e data do ano de 1956. O professor responsável era Ricardo Román Blanco, porém, ele nunca assumiu a disciplina, como consta na documentação referente ao professor no Arquivo Geral da USP, lecionando apenas na disciplina de “Paleografia”. A estreia da disciplina se deu, de fato, com a vinda de Jean Glénisson.

maneira irregular na disciplina de “Paleografia”.⁷⁴ O bastão da disciplina foi entregue para outro francês, Yves Pérotin⁷⁵ que por motivo desconhecido não pode vir ao Brasil e acabou substituído por um terceiro francês: Yves Bernard Bruand, que permaneceu como docente de três disciplinas (Introdução, Teoria e Metodologia da História) entre 1960 e 1969. Foi sucedido por outro francês, Charles Olivier Carbonell.

Com isso, é possível afirmar que a participação francesa nas disciplinas meta-históricas se tornou um padrão de sucessão em um contexto no qual a vinda de professores franceses para USP já não era tão regular. Os ritos de consagração acadêmica dos historiadores franceses na época nos auxiliam a compreender o que estava em jogo na seleção de Glénisson e de Bruand para a direção das disciplinas meta-históricas no Brasil.⁷⁶

Visando a construção de uma carreira consagrada na França, a passagem pela *École des Chartes* garantia aos seus estudantes a aquisição de capitais sociais e intelectuais decisivos para a conquista de cargos na administração arquivística tanto na França como no estrangeiro. Isso se dava pela habilitação oferecida pela experiência em arquivos e na área de Paleografia, eixo privilegiado desde a fundação da instituição.⁷⁷ Entre as áreas mais consagradas na hierarquia disciplinar da História na França estavam

⁷⁴ Ainda que a passagem de Glénisson pela USP tenha sido breve, ela foi marcante e aparece nas memórias de uma de suas alunas brasileiras, Maria Odila Leite da Silva Dias: “Em 1958. Fiz vestibular para História na USP, então ainda localizada na Rua Maria Antonia. Foi uma sorte, porque coincidiu com a vinda de um professor visitante francês, o qual logo no primeiro ano fui aluna. Chamava-se Jean Glénisson, era medievalista especializado na peste negra do século XIV. Este curso deu origem ao livro *Iniciação aos estudos Históricos*. Inscrevi-me numa optativa de Paleografia e acabei sendo a sua única aluna. Por isso, deu o curso sob a forma de aulas particulares em sua casa, onde sempre fui recebida por Paulette, sua mulher. Ficamos muito amigos e hoje ainda os visito de vez em quando em sua casa em Jonzac, na Haute Charente [França].” *Ibidem*, 2002, p.185.

⁷⁵ Yves Pérotin (1922-1981) foi formado na Faculdade de Letras de Bordeaux, posteriormente se engajou na resistência francesa durante a Segunda Guerra. Com o seu fim, retornou para “*École des Chartes*”, e obteve o diploma de arquivista-paleógrafo em 1948. Especializou-se na conservação e organização de arquivos, com destaque nos países tropicais, fruto que lhe rendeu a organização da obra “*Manuel d’archivistique tropicale*” (1970), entre outros. Ocupou cargos prestigiados na arquivística francesa e mundial, como por exemplo, cargos de direção no “*Archive de France*” e nas Nações Unidas.

⁷⁶ Infelizmente, são poucos os dados sobre a passagem de Bruand e Glénisson pela USP e o que existe está no “Arquivo Geral da Universidade de São Paulo”. Sobre Jean Glénisson há apenas uma pasta, referente à “concessão do título de doutor honoris Causa” datada de 28 de julho de 1966. De Yves Bruand, existe uma pasta que abriga renovação de contratos, currículo e outros documentos burocráticos.

⁷⁷ A *École des Chartes* foi criada em 1821 com o objetivo de formar quadros de funcionários do Estado, majoritariamente paleógrafos e arquivistas. Os *chartistas* concorriam para o monopólio específico de erudição e da produção técnica preponderante no século XIX. As disputas por monopólio da prática historiográfica se davam entre os *chartistas* e os chamados *normaliens* que eram estudantes da *École Normale*. In: OSÉS, Mariana Ladeira. “*Nós, os Annales*”: Marc Bloch, Lucien Febvre e a produção da Revista dos Annales (1929-1944). Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018, p.55-64.

os estudos clássicos e medievais que eram altamente prestigiados no sistema de ensino do país. Yves Bruand e Jean Glénisson enveredaram justamente por estas áreas, como podemos constatar na tabela que consta em anexo. Depois de formados na *École des Chartes*, Bruand passou dois anos na *École Française de Rome* (EFR) e Glénisson foi para a mesma instituição, porém num braço particular dela, a *École Française d'Archéologie et d'Histoire de Rome*.⁷⁸ Os historiadores geralmente ficavam na instituição entre um e quatro anos em Roma na condição de funcionário-pesquisador do governo francês. Circulavam entre as elites letradas da época, participavam de expedições de escavação e entravam em contato com documentos originais, o que por vezes se desdobrava, em pesquisas de ponta. De volta à França, os historiadores costumavam elaborar as suas teses de doutorado a partir do material angariado no estrangeiro.

A formação dentro e fora da França resultava, por vezes, no ingresso em instituições de ensino centrais da época. O saldo da passagem de Glénisson e Bruand pelo itinerário descrito foi o passaporte direto para arquivos de referência. A junção das técnicas arquivísticas e da paleografia garantiria a esses historiadores a operação controlada das ditas “ciências auxiliares” da História, os habilitando ao gerenciamento de uma conduta cientificamente exemplar e disciplinarmente replicável. Esses estoques de conhecimento vinculados à crítica documental e as técnicas paleográficas correspondiam a valores técnicos, cada vez mais acalentados entre os historiadores profissionais no Brasil e que se concretizaram na criação de disciplinas do curso de História, na década de 1950. Como vimos no primeiro capítulo, as técnicas eram divulgadas de maneira difusa através da sociabilidade historiadora em institutos, academias e revistas, mas era ainda incorporada de maneira muito irregular entre os estudiosos de História. Com a criação da Universidade, observamos que os rudimentos técnicos da profissão ficavam a cargo dos professores e do direcionamento de suas

⁷⁸ O ingresso na *École Française de Rome* (1875) dependia de boas notas no exame de *agrégation*, currículo e a apresentação de cartas de recomendação. A instituição fazia parte de uma tradição francesa de criação de escolas no estrangeiro. A mais antiga instituição francesa de ensino e pesquisa criada no exterior foi a *École Française d'Athènes*, fundada na segunda metade do século XVIII com o propósito de enviar artistas e técnicos para o estudo metódico do classicismo, sobretudo de edifícios e esculturas. Posteriormente, surgiram outras instituições desse tipo, como a *École Française de Rome* (1875) e o *Institut des Hautes Études Hispaniques* (1909), instituições nas quais circularam Jean Glénisson e Yves. Para uma análise mais detalhada, acessar: BENTHIEN, Rafael Faraco. *Interdisciplinaridades: latinistas, helenistas e sociólogos em revistas (França, 1898-1920)*. 2011. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

cátedras em questão. Ainda assim, é fundamental sublinhar como a institucionalização de uma disciplina obrigatória no currículo indica a preocupação com a difusão desses saberes por meio da universidade.

Os *chartistas* foram os responsáveis efetivos pela criação e desenvolvimento das disciplinas meta-históricas na USP, muito embora mereça o devido destaque a historiadora Emília Viotti da Costa na construção e condução destas disciplinas como a única assistente durante onze anos.

Emília Viotti da Costa (1928-2017) ingressou no curso de História e Geografia em 1948 e se formou em 1951 (cursou o quarto ano de especialização em História Medieval, Moderna e Contemporânea).⁷⁹ Prosseguiu sua formação com uma bolsa de estudos na França, entre 1953 e 1954, como aluna da *École de Hautes Études*.⁸⁰ A experiência no exterior, segundo ela, foi fundamental para o seu aperfeiçoamento na pesquisa documental e o contato com a história quantitativa.⁸¹ Logo após o seu retorno, Viotti acumulou três empregos tornou-se professora catedrática de “História Geral e do Brasil” no Instituto de Educação de Jundiaí, em 1955; professora da cadeira de “História Civilização Moderna e Contemporânea” na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba; e professora auxiliar na USP, inicialmente sem remuneração, na cadeira de “História da Civilização Moderna e Contemporânea” comandada por Eduardo França.⁸² Na USP, porém, o seu contrato de 1956 foi negado e, em resposta, Eurípedes Simões de Paula fez uma extensa reconsideração em seu favor de Viotti.⁸³ Entre 1956 e 1958, a historiadora foi contratada e remunerada pela universidade como professora assistente

⁷⁹ Emília Viotti era filha de um imigrante português, Albano da Costa, e de Zilda Abranches Viotti, descendente de figuras importantes no Império, como Frederico José Cardoso de Araújo Abranches, presidente da Província do Paraná e do Maranhão (bisavô de Emília). Seus familiares transitavam no seio da elite intelectual e econômica no Brasil, o que propiciou a Viotti um ambiente familiar movimentado e altamente politizado. Se pela mãe adquirira o hábito de leitura, com o pai acompanhava a efervescência das discussões políticas e econômicas do período. Estudou no secundário em proeminentes colégios paulistas da época, como o Colégio Visconde de Porto Seguro e o Mackenzie. Para mais informações, acessar: RODRIGES, Pedro Conter. *Emília Viotti da Costa: contribuições metodológicas para a historiografia da escravidão*. Tese de Dissertação de Mestrado- Universidade Estadual Campinas, Instituto de Economia, SP, 2018, p.27-31.

⁸⁰ Lá, ela fez os seguintes cursos: “Les rapports entre la Sociologie et ‘Histoire’”, por Georges Gurvitch, “Histoire Economique et Sociale de la France (1790-180)” por Paul Leuilliot e “Histoire économique et sociale de La Révolution” por Ernest Labrousse. Essas disciplinas afirmam o contato de Emília Viotti com a História Econômica.

⁸¹ Ibidem.

⁸² RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Uma homenagem a Emília Viotti da Costa (1928-2017). *História econômica & História de empresas*, vol. 20 n. 2, 2017, pp. 511-522.

⁸³ Emília Viotti da Costa. Arquivo Geral da USP, SP, Abertura: 18.11.1987. Caixa: 5141-08. Doc Base: 42660 /FFCL Assunto: Contrato Docente.

extranumerária, exercendo funções de auxílio à didática e a pesquisa. No entanto, uma desavença com Eduardo França levou ao seu pedido de demissão e rescisão do contrato:

O incidente que levou a essa decisão teve a ver com o nascimento de uma segunda filha. Quando anunciei que precisaria um ajustamento do horário para amamentar, o professor Oliveira França me fez um discurso dizendo que se eu pretendia ter filhos nunca seria uma intelectual. Furiosa, disse a ele que, se pretendia cercar minha vida pessoal, eu preferia me demitir. Foi o que fiz. No dia seguinte apresentei a demissão do cargo que tanto almejava. Comecei então a dar aulas num curso de Introdução aos Estudos Históricos recém-criado no Departamento e recebi, depois de algum tempo, minha indicação para a nova posição.⁸⁴

A postura de Eduardo França revela como a divisão sexual do trabalho imperava no regime de cátedras, ainda que não fosse produto exclusivo dele. Nessa dinâmica de poder, a força do trabalho feminino deveria servir exclusivamente ou ao universo intelectual ou ao ambiente doméstico. A construção desse antagonismo (academia versus maternidade) era estruturada pela dominação masculina e se reproduzia objetiva e subjetivamente como violência simbólica. Esse incidente envolvendo Emília Viotti evoca as dificuldades para a ascensão de mulheres a postos acadêmicos legislados pelos homens. Eram eles que sancionavam a própria existência material do regime catedrático composto em sua ampla maioria por professores titulares, entre outros homens nos cargos administrativos, os quais eram encarregados pela determinação da ascensão e perpetuação dos contratos de seus assistentes.

Enquanto as cadeiras de “História da Civilização Brasileira” e “História Moderna e Contemporânea” envolviam simbólica e materialmente as disputas mais acirradas entre historiadores, a recém-criada disciplina de “Introdução aos Estudos Históricos” se anunciava, em 1957, como a oportunidade acadêmica perfeita para a conversão da trajetória de Emília Viotti.⁸⁵ A historiadora traduzia-se também como a melhor candidata pelo capital intelectual e social garantido e reconhecido pela sua

⁸⁴ BASSETTO, Sylvia. Entrevista com Emília Viotti da Costa. São Paulo, *Revista da Adusp*, 1999, p. 26.

⁸⁵ O ano de 1957 marca um momento chave na trajetória de Viotti: estreia como assistente na disciplina de *Introdução*, e o início de uma série de quatro publicações sobre o ensino de História contextualizados como a “inauguração da área de pesquisa sobre ensino da História”. In: COSTA, Aryana Lima; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. O ensino de História como objeto de pesquisa no Brasil: no aniversário de 50 anos de uma área de pesquisa, notícias do que virá. *Saeculum: Revista de História*, João Pessoa, jan./jun. 2007. Os primeiros artigos publicados por Viotti nesse recorte são: COSTA, Emília Viotti da. O material didático no ensino da História. *Revista de Pedagogia*, São Paulo, Universidade de São Paulo, n. X, 1959; COSTA, Emília Viotti da. Sugestões para a melhoria do ensino da História no curso secundário. *Revista de Pedagogia*, São Paulo, Universidade de São Paulo, ano 6, vol. VI, n. 11/ 12, 1960; COSTA, Emília Viotti da. O problema da motivação no ensino de História. *Revista de Pedagogia*, São Paulo, Universidade de São Paulo, n. XIII, 1963.

experiência como bolsista na França, além de experiências como docente e pesquisadora no Brasil.⁸⁶ A emergência de uma disciplina nova e pouco tradicional representava uma chance promissora, ainda que periférica, para a inserção feminina na academia.

Se aos franceses cabia a tutela das discussões teóricas e expositivas, o lugar de assistência pedagógica e prática era a porta possível para as mulheres. A própria trajetória de Viotti revela como o gênero atuava como um diferenciador na classificação das posições de poder e funções intelectuais postas no regime catedrático. A dedicação da historiadora em uma disciplina em vias de constituição se tornava um atrativo neste cenário estreito. Apesar disso, ainda que a historiadora ocupasse o cargo de assistência nas disciplinas meta-históricas, ela orientou a sua tese para a área de História do Brasil. Na realidade, estas disciplinas foram fundamentais para o resultado do seu trabalho, uma vez que geravam material de discussão entre os alunos, além do que a pesquisa em arquivos com eles era uma atividade obrigatória. A historiadora verticalizava tanto as discussões quanto a investigação em arquivos com os alunos para o seu interesse que era a historiografia brasileira. O material levantado foi convertido também para as suas publicações e reflexões posteriores. Após a sua demissão como assistente na cadeira de “História da Civilização Moderna”, Viotti tornou-se auxiliar de ensino, entre 1957 e 1968 nas disciplinas de “Introdução aos Estudos Históricos”, “Metodologia da História” e “Teoria da História”. Sobre a preparação dos programas, em uma entrevista de 2002, Emília Viotti lembrava:

Quando os cursos de Introdução aos Estudos Históricos e Teoria da História foram criados, fiquei encarregada delas [...] Quando Jean Glénisson chegou, o curso já estava organizado. Ele se incumbiu das aulas de Teoria da História, cabendo a mim os seminários de historiografia e o curso de orientação a pesquisa. A contribuição de Jean Glénisson foi valiosa para o desenvolvimento dos cursos de Introdução aos Estudos Históricos no Brasil.⁸⁷

⁸⁶ O caso da Viotti não é isolado. Cecília Westphalen também foi para a França fazer pesquisa sobre História moderna francesa. No seu retorno, ela direcionou o seu objeto para História regional do Brasil e se encarregou das disciplinas metodológicas do curso de História na UFPR. As disciplinas de método que realizou na França e o trabalho prático em arquivos, mostravam-se fundamentais para o seu percurso intelectual e garantiram a Westphalen as credenciais socialmente reconhecidas para assumir posição semelhante a de Emília Viotti. Sobre este tema especificamente, vamos nos ater no próximo capítulo. Para mais informações sobre a trajetória de Westphalen, conferir: MACHADO, Daiane V. *Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis. 2016, p.97-120.

⁸⁷ MORAES, José Geraldo Vinci de & REGO, José Márcio (orgs.). *Conversas com historiadores Brasileiros*, São Paulo: Editora 34, 2002, p.72.

A historiadora escreveu o seu doutorado sob a orientação de Sérgio Buarque de Holanda, e mesmo sem o ter defendido, inscreveu-se no concurso de livre-docência para a cadeira de “História da Civilização Brasileira”. Fato é que a ausência do título de doutor não apareceu como grande entrave para a livre-docência, que foi muito elogiada pela banca em 1964.⁸⁸ Após a realização da banca, Emília Viotti é contratada, a pedido de Yves Bruand, em regime integral de docência e de pesquisa. A justificativa desse pedido residia no tempo de contribuição de Viotti para o desenvolvimento prático e teórico das três disciplinas meta-históricas, além de ter sido ela a única assistente destas por aproximadamente 10 anos. Em 1967, a historiadora lecionou a disciplina de Pós-Graduação intitulada “Metodologia da História”.

O engajamento na Reforma Universitária de 1968, bem como uma conferência dada por ela, intitulada “A crise da Universidade” evidenciam o olhar crítico da historiadora sobre as condições sociais do ensino público da época. Graças à repercussão da palestra com o então ministro da Educação, Tarso Dutra, para uma entrevista televisiva, a historiadora passou a ser sistematicamente perseguida.⁸⁹ Viotti se lembrou dessa palestra em seu discurso na ocasião da entrega do título de Professora Emérita:

Fiz um histórico da Universidade de São Paulo, desde a sua fundação em 1934 até 1968, e concluí que realmente havia necessidade de reformar a Universidade, mas não segundo os moldes propostos pelo projeto de governo, que a transformava num centro de treinamento tecnológico ligado à indústria, onde os alunos e professores eram tratados como mão de obra e não como indivíduos.⁹⁰

A professora vinha sendo monitorada pelo Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) desde julho de 1968 por conta de uma palestra sobre política educacional, organizada pela União Estadual dos Estudantes e realizada na Fundação Getúlio Vargas.⁹¹ Em 1969, ela foi aposentada compulsoriamente pelo AI-5 junto a outros intelectuais da época. Mesmo com a sua cassação, Viotti continuou na mira dos

⁸⁸ MACHADO, Brasil Pinheiro. Livre-docência na cadeira de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, *Revista de História*, v. 33, n.67, 1966, p. 272-274. Em uma próxima ocasião, faremos uma análise de gênero sobre as virtudes epistêmicas atribuídas a historiadora no processo de livre-docência.

⁸⁹ Arquivo Geral da USP, Caixa: 2172, Assunto: Contagem de tempo de serviço. Doc Base: 61/FFCL. Interesse: Emília Viotti da Costa. NF: 083330.

⁹⁰ “Discurso proferido quando da entrega do título de professor emérito”. Outorga do Título de Professor Emérito Emília Viotti da Costa. São Paulo / SDI / FFLCH / USP, 2002, p.16.

⁹¹ SILVA, Janice Theodoro. Entrevista com Emília Viotti da Costa. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: IPM e cassados. São Paulo: Novatécnica Editorial, volume 8, 2018, p.195.

militares. Em 20 de abril de 1970, a historiadora foi presa na “Operação Tarrafa”. Segundo ela, quando David Rockefeller veio ao Brasil, os militares temiam que fosse feita alguma denúncia sobre violação aos direitos humanos e, por isso, detiveram-na, por três dias, junto com Octavio Ianni e outros intelectuais.⁹²

Foi nessa época que Viotti aceitou o convite de Michael Hall, um brasileiro que foi orientado por ela durante uma pesquisa no Brasil, em 1967, para lecionar na Universidade de Toulaine em Nova Orleans. Segundo Viotti: “Aceitei a proposta e fiquei seis meses naquela universidade. Foi um período bastante difícil porque, embora conhecesse a língua inglesa, não tinha prática nenhuma em falar inglês”.⁹³ Posteriormente, ela desenvolveu a sua carreira em outras universidades nos Estados Unidos, principalmente na Universidade de Yale, onde lecionou por vinte anos. Em 2002, Emília Viotti foi laureada como professora Emérita da USP e no seu discurso, longe de fazer uma retrospectiva da carreira, expôs os percursos da História brasileira com um olhar arguto sobre a crise do país e o estado das universidades públicas.

Nesta seção, buscamos investigar a relação entre a seleção dos agentes e a constituição das disciplinas, esse entrelaçamento que longe de ser aleatório ou neutro, apontava para uma gama de virtudes epistêmicas que eram cultuadas na USP, as quais, os *chartistas* junto com a Viotti pareciam performar o melhor exemplo. Na próxima seção, analisaremos os programas das disciplinas meta-históricas, as suas mudanças e transformações curriculares no curso de História da USP.

5. As disciplinas meta-históricas na USP (1957-1968)

Como vimos, a separação dos cursos de História e Geografia decretada em 1955 acarretou a efetiva reelaboração da grade curricular dos cursos entre 1956 e 1957.⁹⁴ No curso de História da USP, o currículo foi dividido nos três primeiros anos entre quatorze

⁹² Idem, p.36. A sua prisão é um fato pouco conhecido de sua trajetória, o qual a própria historiadora não relatou nas ocasiões em que foi entrevistada, salvo no evento citado acima.

⁹³ Idem, p.37.

⁹⁴ Esse momento anunciaria eventos isolados, mas importantes para o campo historiográfico, posto que nele foram reacomodados institucional e individualmente a produção e os produtores da história na França e no Brasil tanto pela entrada de Sérgio Buarque de Holanda na cadeira de “História da Civilização Brasileira”, quanto pela morte de Lucien Febvre e a ascensão de Fernand Braudel a “IV Seção da École Pratique des Hautes Études”. Para mais informações, acessar: MARTINEZ, Paulo Henrique. Fernand Braudel e a primeira geração de historiadores universitários da USP (1935-1956): notas para estudo. *Revista de História*, São Paulo, n. 146, 2002.

cursos obrigatórios e dois optativos e⁹⁵ no quarto ano, era possível cursar disciplinas para a obtenção do diploma de licenciado em História. As cadeiras de Antropologia continuaram a exercer uma função expressiva no número de disciplinas do curso e apenas as disciplinas de “Introdução aos Estudos Históricos”, “História da Civilização Ibérica” e “Geografia” foram incorporadas como obrigatórias. Outras disciplinas de caráter técnico emergiram nesse novo currículo na condição de optativas, como a “Numismática” e a “Paleografia”.⁹⁶

A expressão dessas disciplinas técnicas na época não pode ser subestimada. Entre as principais palavras-chave da “Revista de História” entre 1950 e 2016, “numismática” é uma das mais citadas. Um dos principais expoentes da “Associação de Numismática Brasileira”, Álvaro Da Veiga Coimbra foi docente da disciplina de “Numismática” entre 1956 e 1961, a convite de Eurípedes Simões de Paula.⁹⁷ Além disso, ele cooperou com artigos diversos na “Revista de História” entre 1956 e 1964, sobre Numismática, Medalhistica e outros temas. Álvaro da Veiga foi o autor de maior produção na “Revista de História”, com 29 ocorrências, estando bem a frente, por

⁹⁵ As disciplinas obrigatórias se dividiram da seguinte maneira: 1º ANO: Introdução aos Estudos Históricos, História da Civilização Antiga, História da Civilização Medieval, Antropologia, Geografia; 2º ANO: História da Civilização Moderna, História da Civilização Brasileira I, História da Civilização Americana, Etnografia Geral, História da Civilização Ibérica; 3º ANO: História da Civilização Contemporânea, História da Civilização Brasileira II, História da Civilização Americana II, Etnografia do Brasil e Noções de Tupi-Guarani. As únicas disciplinas adicionadas ao novo currículo no quadro de obrigatórias foram: “Introdução aos Estudos Históricos”, “História da Civilização Ibérica”, além da disciplina de “Geografia” que resguardava o antigo vínculo entre a História e a Geografia. Bem como, foram propostas as seguintes optativas: Numismática, Paleografia, História das Ideias Políticas, História da Filosofia, História Econômica, História da Educação e História da Literatura.

⁹⁶ Ricardo Román Blanco foi contratado para inaugurar a disciplina de “Paleografia Diplomática”, a qual, segundo os termos dos contratos vigorou entre 1954 e 1961, na condição de agregada da cátedra de História da Civilização Americana sob responsabilidade de Astrogildo Rodrigues de Mello. Nos primeiros anos, a disciplina tinha como encargo o ensino do manejo do aparato técnico, a manipulação de fontes e divulgação de documentação para estímulo à pesquisa. Ainda assim, no contrato expedido em 1959, o curso de Paleografia deveria contar também com aulas sobre Diplomática, Cronologia e Crítica Histórica, revelando o privilégio para a área da pesquisa. A contribuição do historiador na disciplina rendeu a escrita de um livro: “não existe no Brasil, obra nenhuma, para a leitura e interpretação de documentos que pudesse servir de consulta a nossos alunos, vimo-nos na necessidade imperiosa de tratar de ajudá-los a remediar tão precária situação bibliográfica. Com esse fim, escrevemos uma modesta obra de três volumes, intitulada: *Lâminas da Paleografia*” (tradução nossa). In: Relatório das Atividades do Prof. Ricardo Román Blanco. Arquivo Geral da USP, 1954, p.3; BLANCO, Ricardo Román. *Lâminas de Paleografia*. São Paulo, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1956.

⁹⁷ Segundo a análise dos programas disciplinares disponíveis, esta disciplina foi lecionada por Álvaro da Veiga Coimbra 1956-61. foi Álvaro da Veiga Coimbra (a convite de Eurípedes Simões) cooperou também com artigos entre (1956-1964) com publicações esporádicas, embora não menos periódicas acerca da Numismática, Medalhistica, etc. Veiga se transformou em um dos principais expoentes da “Associação de Numismática Brasileira” na época. O programa da disciplina foi publicado na Revista de História, em 1956, por Eurípedes Simões de Paula, disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/66053/68663>

exemplo, de Joaquim Barradas de Carvalho, que tem 13 ocorrências no periódico neste período. A informação indica a escala que os instrumentos de análises de fontes se tornaram para os historiadores da USP, assim como a importância de difusão desses conhecimentos pela Revista. A ênfase em disciplinas técnicas fomentava a construção de uma ampla rede de saberes fundamentais para a pesquisa, entendida como parte da especialização dos historiadores. Longe de ser uma novidade para o campo historiográfico, dada a valorização, por exemplo, no IHGSP, dos estudos sobre Heráldica, Numismática e Nobiliarquia,⁹⁸ o espaço conferido às disciplinas especializadas nas “ciências auxiliares” na universidade respondia à preocupação com orientação para a área da pesquisa. Com isso, é possível inferir como não existe um ensino determinado de um método histórico singular, apesar de “o método” pairar no vocabulário comum dos historiadores, as práticas efetivas desses métodos respondem a demandas múltiplas das análises das fontes.

Os métodos das ditas “ciências auxiliares” eram entendidos como fundamentais na capacitação da corporação profissional, ou seja, dos “historiadores de ofício”, cujo trabalho artesanal deveria seguir parâmetros comuns de reprodução técnica de saberes especializados. O investimento nas disciplinas optativas como a Heráldica, Numismática e Paleografia, na década de 1950, por exemplo, designa uma nova expectativa com relação ao ofício, demonstrando a expansão do acesso aos saberes técnicos e revelava a preocupação de formar historiadores dentro de condutas científicas específicas e legitimadoras para a investigação historiográfica. Os instrumentos aos quais os historiadores uspianos recorriam demandavam o estoque disciplinar das ditas ciências auxiliares convocadas na institucionalização da História na universidade francesa desde o século XIX.⁹⁹

Esta seleção de saberes fica particularmente visível através dos programas de curso, posto que apresentam aquilo que os docentes entendiam como fundamentais para o ensino histórico. No caso do curso de História da USP, embora a disciplina de

⁹⁸ FERREIRA, A. C. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 129.

⁹⁹ “Graças aos progressos das ciências e dos métodos científicos, a história possui hoje maravilhosos meios de investigação. Pela filologia comparada, pela antropologia, até pela geologia, ela mergulha seus olhares em épocas para as quais os monumentos fazem falta, assim como os textos escritos. As ciências acessórias, a numismática, a epigrafia, a paleografia, a diplomática, lhe fornecem documentos de uma autoridade indiscutível”. MONOD, G, “Do progresso dos estudos históricos na França desde o século XVI” [1876]. In: MALERBA, J (org.), *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2010, tradução e apresentação de Teresa Malatian, p. 343.

“Introdução aos Estudos Históricos” tenha vigorado entre 1957 e 1963, apenas três ementas estão no acervo da Administração da FFCL. Isso se explica tanto pela função que exerciam os programas no período quanto pelas condições de preservação do material.¹⁰⁰ Os programas de curso da época não eram expedientes de diferenciação curricular, nem carregavam as marcas individualizantes dos cursos, mas eram, na verdade, documentos burocráticos invariavelmente replicados, o que dificulta acompanhar as suas transformações temporais. Ainda assim, são uma fonte essencial na medida em que apresentam um projeto pedagógico e uma expectativa em relação aos conteúdos fundamentais para a formação dos historiadores. As ementas retratavam e traduziam um modelo curricular e o preâmbulo do primeiro programa de curso de “Introdução aos Estudos Históricos” previa o seguinte:

Cremos, pois, ser de máxima importância as Normas Metodológicas às quais se subordinará. Em linhas gerais, a orientação que acreditamos deve ser dada à nova disciplina de INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS, para que se obtenha do seu ensino, os frutos desejados. **Entendemos por Introdução aos Estudos Históricos aquela soma de conhecimentos técnicos, práticos, teóricos e metodológicos necessários a todo aluno de História** para que se possa se movimentar com absoluta liberdade, assim como assimilar, com inteira perfeição e completo aproveitamento dos ensinamentos e preleções que, no campo da História receberá durante o transcurso de sua carreira. Trata-se, portanto, da disciplina a mais fundamental e chave de todo o currículum de História (grifo nosso).¹⁰¹

Este trecho evidencia o caráter introdutório da disciplina, a profecia da liberdade do historiador estava posta pelo controle da técnica, da prática, da teoria e da metodologia da História. Na análise que fizemos dos programas de curso entre 1957 e 1962, percebemos que a disciplina estava orientada por alguns eixos centrais da obra “Introdução aos Estudos Históricos” de Charles V. Langlois e Victor Seignobos, cuja única tradução para o português foi feita em 1946.¹⁰² Estruturalmente, a repartição das aulas dava-se como nos capítulos da obra clássica, caracterizadas por certas noções

¹⁰⁰ Os programas de curso até 1954 eram acoplados em anuários e estão disponíveis no “Centro de Apoio a Pesquisa Histórica” (CAPH), do Departamento de História da USP, o que permite um estudo mais detalhado e diacrônico do currículo. Com o fim dos anuários a preservação dessa documentação foi comprometida e o que resta dos programas de curso são algumas ementas soltas e que não estão catalogadas, sob a guarda da Administração da FFFCH. A partir de 1987, os programas do curso de História estão digitalizados e disponíveis pela internet em: <<http://historia.fflch.usp.br/graduacao/programadasdisciplinas>>. Acessados em: 13/02/2019.

¹⁰¹ “Preambulo – Disciplina de Introdução aos Estudos Históricos, 1956, Administração da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas”; Arquivo Geral da USP, Abertura: 23/11/1987 (RUSP). Caixa: 1983. Interesse: Rcardo Roman Blanco. Doc Base: 61/FFCL. Assunto: Contagem de tempo de serviço.

¹⁰² LANGLOIS, C.V.; SEIGNOBOS, C. *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo, Renascença (Nova Jurisprudência), 1946. [1898]

fundamentais: o conceito de história, noções temporais, crítica interna, externa e as ciências auxiliares. Apesar da estrutura das aulas estar em consonância com o manual, as temáticas extrapolavam o seu conteúdo. Apareciam discussões contemporâneas sobre “geo-história”, historiografia do conceito de história, filosofia da história, subjetividade e objetividade, a relação da História com a arte e a ciência, a natureza do “método da Escola dos Annales”, gêneros historiográficos e o lugar das “ciências auxiliares”. Os limites entre Teoria da História, Metodologia da História e História da Historiografia se misturavam reciprocamente na organização do currículo como partes da disciplina de “Introdução aos Estudos Históricos”.

Os programas de curso de Glénisson e Bruand são idênticos. Como é escassa a documentação sobre a presença de ambos na universidade, é difícil distinguir como esses docentes encaminharam particularmente as disciplinas que ministraram. Em comparação, o acervo de Emília Viotti no “Arquivo Geral da USP” é mais extenso, o que justifica a nossa análise sobre o desenvolvimento das cadeiras meta-históricas através da sua participação. Contamos com os relatórios das atividades da historiadora nas disciplinas, documentos de admissão, mudanças contratuais de regime, entre outras fontes.

A bibliografia das obras nas ementas infelizmente não constava, na época, no documento e só apareceriam nos programas de curso a partir de 1969. Sabemos, no entanto, que a organização da disciplina de “Introdução aos Estudos Históricos” era segmentada entre uma parte teórica-expositiva que consistia num processo de teorização e exposição por parte do professor francês e outra parte prática-oficina era da análise metodológica de fontes supervisionada por Emília Viotti. A historiadora, todavia, também lecionava, por vezes, os cursos didáticos, quando convocada. O contrato de 1960 de Viotti previa as seguintes funções:

A assistente deverá orientar os trabalhos práticos de pesquisa bem como se incumbirá dos seminários e colóquios realizados pelos alunos, atividades que já vem desempenhando na Cadeira há dois anos como assistente extra-numerário. Sendo o curso ministrado pelo professor estrangeiro ficam também a encargo da assistente os exames orais do fim do ano e as provas de segunda época, bem como a participação nas bancas de vestibular.¹⁰³

Este trecho evidencia a gama de atividades desempenhadas por Viotti na disciplina. As avaliações contavam com exposições dos alunos sobre historiografia e

¹⁰³ Emília Viotti da Costa. Arquivo Geral da USP, SP, Abertura: 18.11.1987. Caixa: 5141-08. Doc Base: 42660 /FFCL Assunto: Contrato Docente.

questões dos textos, bem como trabalhos práticos feitos em arquivos e bibliotecas investigando temas como a escravidão na região do café de São Paulo. A novidade da disciplina consistia no endosso empírico da função tecnicista do ofício esperado do historiador, instruindo objetiva e criticamente os jovens estudantes no processo de gênese do pensamento histórico, instruindo a cartilha dos métodos, a gramática dos historiadores. A parte técnica e empírica desta disciplina foi lembrada pelo então reitor da USP, Jacques Marcovitch, na ocasião da outorga do título de professor emérita a Viotti, em 2002:

Recentemente, dizia-me José Sebastião Witter, atualmente Professor Titular do Departamento de História e ex-aluno de Emília, que ela costumava realizar os seminários de seu curso na sala do Arquivo Público Estadual. Ali, mostrando jornais e documentos relacionados ao tema em discussão, ela tornava o seminário mais vivo e dinâmico. De outros ex-alunos, recolhi opiniões igualmente enfáticas sobre o seu desempenho docente. Em sala de aula, como assistente do catedrático Jean Glénisson, a nossa homenageada estimulava os alunos com a sua capacidade didática e impressionante descortino sobre a matéria ensinada.¹⁰⁴

Para além do efeito laudatório que o discurso de titulação como professora emérita produz, é confirmada a fama de Viotti como professora dedicada à investigação com fontes e as experiências em arquivos, elevando a professora a aquilo que Marcovitch sinalizou como: “o mito positivo que essa Universidade quer cultivar”.¹⁰⁵

Percebemos assim como a disciplina “Introdução aos Estudos Históricos” representava uma oportunidade de síntese dos meios e dos modos possíveis de elaboração da História, além de orientar especificamente os historiadores as práticas do ofício. No relatório de atividades desempenhadas na disciplina, Emília Viotti chegou a prever como atividade programada a elaboração final da sua tese de doutoramento a respeito do trabalho escravo e livre na cafeicultura brasileira no século XIX. Segundo os interesses dessa docente, ela organizou o material levantado por ela e seus alunos em arquivos e bibliotecas, o que culminou em documentação primária para a escrita da sua tese que se desdobrou na sua livre docência, defendida em 1964 e dois anos depois no seu famoso livro, “Da Senzala à Colônia”. A pesquisa contou com um extenso levantamento documental angariado em visitas a diversos arquivos como o Arquivo Geral de São Paulo (onde os alunos do curso eram geralmente levados para

¹⁰⁴“Discurso proferido quando da entrega do título de professor emérito”. Outorga do Título de Professor Emérito Emília Viotti da Costa. São Paulo / SDI / FFLCH / USP, 2002, p.16.

¹⁰⁵ Idem, p.23.

pesquisarem), no Arquivo Público Mineiro, bem como pela consulta de atas e jornais das províncias, sobretudo do Rio de Janeiro. Essa articulação entre História do Brasil, as reflexões e atividades realizadas como assistente na disciplina de “Introdução ao Estudos Históricos” está claramente manifesta nos trabalhos apresentados pela historiadora na década de 1960, como “José Bonifácio – Mito e História” e “Sistema Eleitoral no Segundo Reinado”. Até a publicação de sua tese de livre-docência, Viotti havia publicado 16 artigos sobre História do Brasil com ênfase em ensino, didática e historiografia.¹⁰⁶ Essas publicações revelam como a historiadora orquestrava a historiografia sobre o tema, a crítica documental e a incursão de questões teóricas sobre o objeto tratado.

A disciplina de “Introdução aos Estudos Históricos” permaneceu no currículo da USP entre 1957-1963. Entre 1957 e 1958, ficou a cargo do francês Jean Glénisson e da assistente Emília Viotti. Já o desdobramento desta disciplina em “Teoria da História” e “Metodologia da História” ocorreu em função da moção de número 22 promovida no I Simpósio da APUH (analisaremos com mais cautela este encontro no próximo capítulo). Na USP, esta disciplina foi desmembrada, em 1963, em “Teoria da História” e, em 1964, “Metodologia da História”. Yves Bruand, professor encarregado, argumentava que o ensino de Metodologia era central aos estudantes para que eles pudessem: “compreender o que verdadeiramente era a História” e considerar “Teoria da História” como “matéria tão fluída e pouco definida”, ele ficou encarregado justamente, a partir de 1963, do curso de Teoria da História.¹⁰⁷ Na ementa oferecida por Yves Bruand, tendo Emília Viotti como assistente, a disciplina era dividida entre quatro tópicos expositivos: (1) Teoria da História e Filosofia da História, Teoria da História e História da Historiografia e História e Filosofia (2) A renovação da História no século XIX, bem como a renovação do pensamento filosófico, a partir de autores como Hegel, Ranke, August Comte, Wilhelm Dilthey, H. Rickert (3) A concepção marxista da História e a aplicação da teoria marxista na História (4) História e Filosofia da História no século XX na busca por um sistema coerente de explicação histórica a partir de

¹⁰⁶RODRIGUES, Pedro. *Emília Viotti da Costa: contribuições metodológicas para a historiografia da escravidão*. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018, p.31.

¹⁰⁷BRUAND, Yves. Metodologia da História, Teoria da História e História da Historiografia. *Revista de História*. n.º 54 – 2.º Semestre de 1963, pp.516-522.

autores como Oswald Spengler, Arnold Toynbee, Johan Huizing, Marc Bloch, Henri-Irénée Marrou, Benedetto Croce, Raymond Aron.

Bruand era resistente aos temas teóricos e suas posições acabaram predominando na formatação do conteúdo das disciplinas meta-históricas na USP, instituição que lecionava.¹⁰⁸ Em primeiro lugar, concretizou-se a incorporação prevista por ele de História da Historiografia à disciplina de “Teoria da História”. Em segundo lugar, enquanto a disciplina de “Teoria da História” era lecionada em função da “explicação de textos”, em “Metodologia da História” foi aproveitado o programa de curso de “Introdução aos Estudos Históricos” e sua função era de introduzir os alunos em “exercícios práticos de bibliografia”, pesquisas em arquivos e em bibliotecas, além da eventual exposição de textos historiográficos.¹⁰⁹ Em terceiro lugar, a pesquisa e especialidade do docente eram trazidas para a disciplina de “Metodologia da História” como eixo de debate historiográfico, no caso de Bruand pela discussão de textos a respeito do XVI, dada sua especialidade. Este recorte não era uma novidade, posto que Glénisson (especialista em História Medieval) já havia introduzido a discussão na disciplina de *Introdução*, por meio do mapeamento do conceito de História desde o século XVI até a Época Contemporânea. Como era comum, ambos traduziam as suas pesquisas e especialidades como eixo de debate historiográfico.

Outro aspecto notável que podemos observar através da análise das disciplinas meta-históricas é como operava a divisão hierárquica do trabalho intelectual no regime catedrático. Apesar de cada disciplina ter a sua estrutura e especificidade, as disciplinas meta-históricas entre 1957 e 1968, foram representadas pelo par docente-francês e professora-assistente. Enquanto ao docente estrangeiro cabia a função expositiva, o ensino teórico e a orientação da bibliografia do curso, a assistente organizava os seminários, fazia a interlocução com os alunos, lidava com os trabalhos finais, indispensável na disciplina de “Metodologia da História”, gerenciava pesquisas em arquivos. No caso do curso de História da USP, tal função coube a Emília Viotti, que

¹⁰⁸ Referimo-nos a resistência de Bruand com as discussões teóricas e filosóficas, uma vez que esse posicionamento fica claro na controvérsia intelectual entre ele e a filósofa Maria Clara R. Teixeira Constantino, professora da disciplina de “Introdução aos Estudos Históricos” na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, em artigos publicados na “Revista de História” entre 1961 e 1963.

¹⁰⁹ A postura do assistente de encaminhar os alunos para visitas e pesquisas no Arquivo do Estado não foi uma prática iniciada por Viotti. Na realidade, conformava uma das funções do cargo de assistência, ainda que muitas vezes, a depender do acordo e da dinâmica com o catedrático ela não se efetivava. Desde 1937, Eurípedes Simões de Paula encaminhava os alunos do primeiro e segundo ano ao Arquivo. MASSI, op.cit., p.215.

mobilizou essas atribuições para o desenvolvimento das suas investigações particulares, o que foi de suma importância para o desenvolvimento de sua carreira universitária.

Apesar da aglutinação das disciplinas de “Teoria” e “Metodologia”, em 1965, sob a rubrica “Metodologia e Teoria da História”, o *Relatório de Atividades Didáticas de Emília Viotti da Costa*, entre 1965 e 1969, indica que estas disciplinas permaneceram separadas. Segundo o documento, as funções de Viotti como assistente na disciplina de Metodologia eram: (1) levantamento de bibliografia (2) visitas a arquivos e bibliotecas (3) crítica histórica (4) síntese histórica. Nos seminários, ela orientava as pesquisas, abordando, em 1965, os sistemas eleitorais no Brasil oitocentista e, em 1966, a respeito da emancipação política do Brasil. Esse material de aula foi sintetizado por Viotti e publicado, conforme a historiadora avançava nas suas pesquisas e publicações, assim eram modificados os temas indicados aos alunos de “Metodologia da História”. Enquanto isso, a disciplina de “Teoria da História” representava o par complementar perfeito dos interesses intelectuais de Emília Viotti que fundamentavam o seu enquadramento para suas pesquisas empíricas: “o curso visava estudar as determinações da consciência histórica e analisar empiricamente, a partir de um exemplo (Silvio Romero) a consciência histórica no Brasil, entre 1870 e 1920 e as contradições do pensamento liberal”.¹¹⁰

Assim sendo, se por um lado, Emília Viotti tratava, em “Metodologia da História”, das técnicas, do levantamento de dados e da crítica, por outro, ela reforçava, na disciplina de “Teoria da História”, a análise de síntese sobre o desenvolvimento da historiografia brasileira. O efetivo controle dessas duas disciplinas permitiu a Viotti um espaço privilegiado para a construção das suas pesquisas particulares e publicações em seu nome, indispensavelmente auxiliadas pelos alunos, por meio de suas pesquisas promovidas pelas disciplinas nos arquivos. O controle da bibliografia teórica e metodológica se relevava também pelo texto que a historiadora escreveu para o manual de Jean Glénisson. Viotti investiu amplamente na publicação de seus textos e participava de eventos nacionais e internacionais sobre a História (para mais informações, verificar a tabela em anexo). Além disso, pela sua experiência em acervos na França e pela intimidade com a língua, ela representava o canal mais desobstruído entre os catedráticos franceses e os alunos brasileiros, o que lhe permitia também um

¹¹⁰Arquivo Geral da USP. Abertura: 18/11/1987. Caixa: 5141/08. Interesse: Emília Viotti da Cost. Doc Base: 42660/FFCL. Assunto: /Contrato Docente.

controle sobre este circuito. As disciplinas meta-históricas se tornaram recursos importantes mobilizados por Viotti e que são visíveis pelas suas interpretações sobre História do Brasil. Em “Metodologia da História”, o protagonismo era das análises de fontes, etapas de descrição e crítica documental e em “Teoria da História” ocorria a operação, elaboração da escrita e validação de síntese historiográfica.

Nota-se, contudo que Emília Viotti desenvolvia suas pesquisas sobre História e Historiografia Brasileira, ao passo que era assistente das disciplinas meta-históricas entre 1957-1968. Mesmo quando aposentada da USP, e já no exterior, Viotti continuou a orientar a sua produção para o tema da escravidão brasileira. Em 1994, publicou “Coroa de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823.” Ainda assim, quando migrou para os Estados Unidos da América, comandou a disciplina de “História da América Latina” nas universidades estrangeiras. Tudo isso ia ao encontro de uma cultura acadêmica voltada para a profissionalização da pesquisa como um eixo importante de investimento na formação dos historiadores. No caso de Viotti, esse cruzamento fica visível nas suas investigações acerca da transformação da realidade do país, da técnica e da natureza da História, bem como da modernização do Estado brasileiro e da defesa do papel social do Historiador. A historiadora tratava de se apoiar nas disciplinas meta-históricas estrategicamente para desenvolver os seus trabalhos sobre historiografia brasileira dispensando-se de integrar o campo minado e tão disputado que era a então cadeira de “História da Civilização Brasileira”.

Investigadas as condições de possibilidade da emergência das disciplinas meta-históricas, uma questão fundamental que demonstramos é a centralidade das discussões meta-históricas, ainda assim, eram socialmente rebaixadas no quadro do regime de cátedras. O que induz a uma aparente contradição, afinal, como uma discussão central se constitui como uma disciplina rebaixada? Entendemos as disciplinas na condição de periféricas dentro do sistema de cátedras. Em outras palavras, elas não tinham o status de cátedra, ou seja, as condições de existência da disciplina não estavam garantidas eternamente (ou seja, a sua permanência não é obrigatória e nem vitalícia entre as cátedras do curso), o que quer dizer que os contratos dos professores e assistentes estavam passíveis de instabilidade e rescisão, como foi o caso da própria Viotti. Ainda assim, apesar de não terem a mesma estrutura e estabilidade das cátedras, estas

discussões foram fundamentais na legitimação da profissão do historiador como pesquisador.

Em suma, a soma das pesquisas em arquivos, das discussões teóricas e historiográficas proporcionadas pelas disciplinas meta-históricas colaborou efetivamente para a contribuição intelectual e para o legado da historiadora. A herança intelectual de Emília Viotti é inquestionável, além de ter participado da formação de um número significativo de importantes historiadoras e historiadores. A partir da década de 1970 há uma mudança na chave de circulação dos intelectuais pela transformação do perfil docente nestas disciplinas que antes era majoritariamente estrangeiro, francês e que passa a ser brasileiro e feminino. É expressivo o número de mulheres que assumem essas disciplinas a partir de 1968: Ana Maria de Almeida Camargo, Sylvia Basseto, Maria de Lourdes Mônaco Janotti, Maria Beatriz Nizza da Silva e Raquel Glezer. Essa modificação é interessante para entendermos a relação que se estabeleceu entre um novo contexto institucional (a reforma universitária, extinção do regime de cátedras e a consolidação de um sistema de pós-graduação na USP) e a hegemonia feminina no quadro docente das disciplinas meta-históricas na USP, ainda que não exclusivamente nestas. Esperamos promover uma análise mais apurada sobre isso em pesquisas futuras.

6- Uma introdução aos estudos históricos: da disciplina ao manual

Ainda que as disciplinas tenham exercido um importante enquadramento no processo de reflexão e construção disciplinar da História, como podemos constatar na produção de Emília Viotti, outro importante marcador do processo de sistematização das etapas da pesquisa que ocupou a formação dos historiadores do período foram os manuais metodológicos. Os manuais são popularmente conhecidos como um gênero pedagógico, capaz de orientar os modos de se entender e atuar sobre determinado conhecimento. O reflorescimento do gênero no século XIX e XX ocorreu *pari passu* à institucionalização universitária da História, orientando os seus praticantes aos padrões de regimento do ofício. A literatura composta pelos manuais metodológicos representaria um código importante das polêmicas e intervenções sobre a natureza do conhecimento histórico, isto é, extrapolando os ditames metodológicos e sendo uma

plataforma de controvérsias intelectuais, tornando-se um campo de divergências acerca dos objetivos, condutas e posturas epistemológicas.¹¹¹

Ainda que hoje em dia os manuais tenham perdido prestígio nos cursos de História, não podemos ignorar o tanto que os manuais são geralmente mais citados do que formalmente lidos, o que reitera a relevância do gênero para a história da disciplina.

Os manuais foram instrumentos fundamentais na formação dos historiadores nos últimos dois séculos por conta dos “objetivos [que] determinam muito do que os estudiosos associam como conduta acadêmica profissional, variando de sofisticação metodológica a técnica e virtuosidades epistêmicas”.¹¹² Se os manuais se tornaram um suporte eficiente dentro das estratégias pedagógicas de racionalização das etapas do trabalho historiográfico, não é à toa que a profusão desse gênero pedagógico acompanhou, desde o século XIX, o processo de institucionalização e universitarização da História na França e na Alemanha. Com isso, citamos os textos clássicos e, portanto, mais pesquisados, de Johann Gustav Droysen “Grundriss der Historik” (1858), Charles Victor Langlois e Charles Seignobos e “L’Introduction aux études historiques” (1887) e Ernst Bernheim “Lehrbuch der Historischen Methode und der Geschichtsphilosophie” (1889). Estas obras deveriam ser lidas no contexto de fundação de uma comunidade transnacional de historiadores, posto que resultaram de viagens e intercâmbios intelectuais entre pessoas e países e compreendidas à luz da ideologia nacionalista e imperialista do período.¹¹³ Como todo o gênero literário, os manuais respondem a estruturas de organização e temática comuns e, ainda assim, conduzem os temas abordados por eles de maneiras distintas. Apesar do pouco prestígio que usufruem hoje entre os historiadores brasileiros, os manuais não deixaram de ser publicados e esse movimento constante revela como cada historiador buscou e ainda busca imprimir a sua forma de refletir e orientar a condução da disciplina e dos historiadores em geral.

Abordaremos aqui brevemente a publicação de dois manuais escritos no contexto de profissionalização da História no Brasil. Tendo em vista as preocupações desta dissertação, elegemos três questões norteadoras na interpretação desses manuais: quem foram os seus escritores; o que eles entendiam por “métodos” ou “metodologias”;

¹¹¹ PAUL, Herman. Manuals on Historical Method: A Genre of Polemical Reflection on the Aims of Science. *The Making of the Humanities*, vol. 3, ed. Rens Bod, Jaap Maat, and Thijs Weststeijn, Amsterdam: Amsterdam University Press, 2012, pp. 171-182.

¹¹² PAUL, Herman. *Op cit*, p.12.

¹¹³ ALFAIX, *opc cit*.

e como justificavam publicação dos manuais. Ambas as publicações orbitavam um sistema de relações muito específico e contaram com o auxílio de Eurípedes Simões de Paula. Ainda assim, pelo que se sabe foram os únicos manuais metodológicos publicados no país por professores estrangeiros entre as décadas de 1950 e 1960.

A primeira publicação foi resultado da compilação de quatro artigos publicados na “Revista de História” entre 1954 e 1958 e com amplo incentivo do editor do periódico, Eurípedes Simões de Paula.¹¹⁴ A compilação veio ao público também, em 1956, publicada pela Diefel e intitulada: “Introdução aos Estudos Históricos”. O autor era José van den Besselaar (1916-1991), professor holandês formado em Filologia Clássica pela Universidade Católica de Nijmegen, entre 1934 e 1940, onde defendeu a sua tese de doutorado, em 1943. Besselaar esteve no Brasil entre 1950 e 1961 e foi contratado para dirigir as disciplinas de “História Antiga” e “Metodologia da História” na Pontifícia Universitária Católica de São Paulo, entre 1952 e 1958, encarregado das disciplinas de língua latina na UNESP de Assis, entre 1958 até 1960. No Brasil, publicou além do manual historiográfico, um compêndio “com apurado gosto do latim e do português”, em 1960, mas foram as análises sobre o sebastianismo e o padre Antônio Vieira que suscitaram o olhar dos pesquisadores brasileiros, com uma publicação reeditada, em 2002, pela editora da UFRJ.¹¹⁵ O reconhecimento aparece no obituário de Besselaar escrito pelo também católico e classicista José Geraldes Freire: “historiador de vasta cultura e um investigador de sólida formação católica e dominador das fontes literárias da Idade Média, da Patrística e da Bíblia poderia haver-se tão galhardamente perante a argumentação fascinante do P. Vieira”.¹¹⁶ Besselaar possuía as credenciais clássicas de muitos metodólogos: católico, filólogo e medievalista. O que de fato, nos remete a uma relação antiga, como demonstramos brevemente no capítulo anterior, da relação dos “métodos históricos” com a filologia e a exegese bíblica. Outra questão curiosa, portanto, e que merece um estudo mais atento, é o fato de os métodos históricos

¹¹⁴ Disponível para acesso em: <https://revhistoria.usp.br/index.php/edicoes>.

¹¹⁵ BESSELAAR, José Van Den. Antônio Vieira. Profecia e Polêmica. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. Outro livro publicado no Brasil é BESSELAAR, J. van den. Propylaeum Latinum. Sintaxe Latina Superior. São Paulo: editora Herder, 1960. Além de BESSELAAR, O Progressismo de Sêneca. *Publicações da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis*, 1960. Outras obras também foram publicadas em português, no mercado editorial português.

¹¹⁶ Para mais informações sobre a trajetória e as obras do filólogo, ver: FREIRE, Geraldes José. In Memoriam de Jose Van Den Besselaar (1916-1991). *Noticiário* – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Humanitas, n.41-41.

serem mobilizados como instrumentos da neutralidade (quiça, de uma projeção de laicidade), embora sejam defendidos com afincos por historiadores religiosos.

O manual de Besselaar foi inicialmente publicado em forma de artigo na “Revista de História” na seção “Questões Pedagógicas” e com o mesmo título que teria posteriormente para a obra: “Introdução aos Estudos Históricos”. Nessa primeira publicação, feita em 1954, a primeira nota de rodapé adicionada é assinada por Eurípedes Simões de Paula:

Com o presente número da Revista iniciamos a publicação do interessante trabalho do Prof. Dr. José van den Besselaar que, **por representar uma necessidade para os nossos alunos desprovidos de bons manuais**, não tivemos dúvidas em estampar, apesar do seu tamanho. Nos números seguintes publicaremos as outras três partes e, finalmente, depois de todo publicado será reunido em livro e aparecerá na coleção de Cadernos da Revista de História (grifo nosso).¹¹⁷

Os textos publicados na revista foram escritos na forma de livro e o próprio autor não omitia o destino final do texto: a publicação era orientada como “nosso livro”. Como vimos anteriormente, os textos sobre as “ciências auxiliares ganhavam destaque naquela época na seção pedagógica do periódico, bem como discussões metodológicas, destinadas a suprir, conforme as palavras de Eurípedes Simões, as “necessidades dos alunos”. A dimensão pedagógica dos manuais era reforçada por Besselaar, no segundo artigo publicado: “Escrevemos para alunos das Faculdades de Filosofia, não para especialistas. Estes encontrarão em nosso trabalho poucas novidades e muitas omissões, e até poderão ficar escandalizados por algumas simplificações, aliás, voluntárias, e pelo tom “dogmático” da nossa exposição”.¹¹⁸ O caráter iniciador do gênero aparecia como justificativa da existência do manual.

Já sobre a definição de métodos como condição de ensino, Besselaar argumentava da seguinte maneira:

Aliás, a metodologia histórica é essencialmente prática: resume e sistematiza os métodos, utilizados pelos grandes mestres, que a praxe provou serem valiosos. **Dá muitas informações úteis a respeito dos vários conceitos e termos, como também acerca das diversas técnicas e operações que um futuro historiador não pode ignorar impunemente.** Além dessas informações práticas, dá também certa “formação”, prevenindo o principiante contra alguns erros e desvios, e indicando-lhe algumas maneiras práticas de resolver certos problemas da historiografia [...] A metodologia histórica é um

¹¹⁷ BESSELAAR, José Van Den. Introdução aos estudos históricos (II) – Questões pedagógicas. *Revista de História*, p.442.

¹¹⁸ Idem.

modesto instrumento para consolidar e divulgar o progresso da historiografia.¹¹⁹

Para o autor, filólogo de formação, os métodos serviam também para informar conceitos e estariam a serviço da historiografia. O trecho acima reforça como os manuais se tornam instrumento por excelência do tirocínio metodológico, no sentido específico atribuído na época de um ensino elementar, uma prática baseada na repetição. Em outras palavras, os manuais eram justificados como necessários aos historiadores em início de carreira. Segundo Besselaar, o matemático e o químico não precisariam do manual, porque tal como o filósofo, o historiador se beneficiaria da introdução por se tratar de um objeto “complexo e concreto”. O autor fazia também uma referência direta ao artigo de Eduardo França, publicado na mesma revista. Besselaar se servia do conceito de Eduardo França de “higienização das fontes” para defender que os documentos longe de escravizarem o historiador, receberiam das regras da Crítica da História a “disciplina” do espírito “acostumando-os a respeitar as suas próprias normas”.

O manual de Besselaar veio a público no mesmo ano da implementação das primeiras disciplinas metodológicas nas universidades brasileiras, em 1956, mesmo assim, o filólogo publicou o último artigo referente ao tema do livro em 1957 na “Revista de História”, incorporando o texto em outra edição. No livro em si, Besselaar retomava o argumento de que a obra acompanhava o contexto reorganização curricular após a separação do curso de História em relação à Geografia:

Com o desmembramento do curso de História e Geografia nas nossas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, viremos a dispor de mais tempo para a formação dos futuros historiadores. E aí se dará também a possibilidade de iniciarmos nossos alunos nos métodos, nos instrumentos e nos pressupostos filosóficos da disciplina tão complexa, que é a História.¹²⁰

Segundo o próprio autor no prefácio da segunda edição, a obra teria sido bem recebida em sua primeira edição pelo seu “inesperado esgotamento”, em suas palavras: “o que prova que o livro saiu em hora oportuna e veio a preencher uma lacuna realmente existente nos meios universitários no Brasil”.¹²¹ A estratégia de afirmação da

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ BESSELAR, José Van Den. Prefácio à segunda edição. *Introdução aos Estudos Históricos*, Editôra Herder, São Paulo, 1958.

¹²¹ Consultamos este prefácio na segunda edição do livro, que foi a que tivemos acesso. BESSELAR, José Van Den. Prefácio à primeira edição. *Introdução aos Estudos Históricos*, Editôra Herder, São Paulo, 1958.

obra sobre a “lacuna” ou a “necessidade” marcam a centralidade que as discussões teóricas e metodológicas assumiam entre os historiadores no período. Pela falta de documentação, não temos informações mais precisas sobre Besselaar e nem mesmo sobre a sua relação com Eurípedes Simões de Paula. Resta-nos, apenas, o agradecimento do filólogo no prefácio da primeira publicação: “considero como simples dever de gratidão agradecer ao ilustre Professor Dr. Eurípedes Simões de Paula, Redator-Chefe da “Revista de História”, sem o qual este trabalho, muito provavelmente, nunca teria sido publicado.”¹²² Embora não conheçamos exatamente o tamanho das tiragens do manual de Besselaar, sabemos que o livro recebeu quatro reimpressões: a primeira em 1956, a segunda em 1958, uma terceira em 1970, todas elas pela editora Herder e uma última edição publicada pela Editora Pedagógica Universitária, a Edusp, em 1974. É sabido que a segunda versão do manual (a qual nós tivemos acesso) recebeu acréscimos do escritor sobre a filosofia da história.

Ainda que Besselaar seja mais reconhecido pelas suas obras sobre Vieira, as sucessivas reimpressões do manual historiográfico indicam a demanda do público brasileiro. Curioso notar, ainda que não como resposta unilateral, que a última edição do manual seja de 1974, no contexto de criação e difusão dos sistemas de Pós-Graduação no Brasil.

O segundo manual de História publicado no Brasil por um estrangeiro data de 1961. Trata-se do livro “Iniciação aos Estudos Históricos” de Jean Glénisson, publicado pela Difusão Europeia do Livro (DIFEL), e em coautoria com Emília Viotti (assistente da disciplina de “Introdução aos Estudos Históricos” na FFCL/USP) e Pedro Moacyr Campos, (professor da cadeira de “História da Civilização Antiga e Medieval” na mesma instituição). O manual foi resultado da passagem por dois anos de Glénisson como professor da disciplina de “Introdução aos Estudos Históricos” na USP. Escrito originalmente em francês, o livro foi traduzido por Pedro Moacyr que acrescentou a seção “Esboço da Historiografia Brasileira dos séculos XIX e XX”,¹²³ enquanto Emília Viotti contribuiu particularmente para o manual com a seção “Algumas tendências da

¹²² Idem.

¹²³ No seu esboço, Pedro Moacyr defendia a presença decisiva dos professores franceses na FFCL, argumentando: “pela primeira vez, no Brasil, trabalhava-se *metodicamente*, sob a orientação de um mestre europeu”. Além disso, apontava que a maior familiaridade com os problemas da história geral, trazida pelos franceses para os especialistas da história brasileira, abriria novos horizontes e “novas possibilidades no campo do método”. In: GLÉNISSON, Jean; CAMPOS, Pedro Moacyr; COSTA, Emília Viotti da. Iniciação aos estudos históricos. São Paulo: Difusão Européia, 1961, p. 287-288.

historiografia contemporânea”. Apesar de especialista em História Antiga, Pedro Moacyr tinha proximidade com os estudos sobre História do Brasil. Em 1960, organizou a obra “História geral da civilização brasileira”, com Sérgio Buarque de Holanda.

A respeito dessas contribuições, percebemos que enquanto a seção escrita por Pedro Moacyr já foi objeto de análise,¹²⁴ a seção escrita por Viotti no manual de Glénisson não recebeu qualquer atenção até hoje. A seção foi originalmente escrita para o “Congresso Internacional de História” realizado em 1955, em Roma e extrapolava a apreciação da historiadora sobre o evento, apresentando um texto sobre as tendências das “historiografias nacionais”, com base em problemas centrais para o historiador: tempo, periodização, métodos, documentos e a utilidade da sua prática. Ao perpassar esses temas caros à história disciplinar, Viotti demonstrava controle e intimidade com a historiografia internacional, bem como estudos sobre Sociologia, Geografia e Filosofia. Este texto pode ser lido como um sismógrafo das tendências historiográficas da década de 1950 detectadas pela historiadora, o que contraria, em alguma medida, a imagem sacralizada em torno de Emília Viotti como a historiadora majoritariamente interessada na historiografia brasileira. A dedicação dela aos debates teóricos, metodológicos e historiográficos em nível internacional aponta para uma versão de Viotti pouco conhecida, ainda que fundamental para a sua contribuição historiográfica.

Por múltiplos ângulos, Viotti apresentava, em diversos momentos desse texto, argumentos a favor das Metodologias diante da Filosofia da História, não deixando de pontuar como essa era uma questão muito cara aos franceses. Já Glénisson rechaçava abertamente à Filosofia da História já na abertura do manual: “esta coleção evitará qualquer recurso a uma filosofia da história que só poderia ser subjetiva, aventureira e, por conseqüente, discutível; trata-se, para nós, de descrever e explicar, e não de julgar em virtude da comparação com um tipo de civilização ideal”.¹²⁵ A estratégia de distanciar o manual das filosofias da história não era nova. Este recurso também esteve presente na primeira página de “Introduction aux études historiques” de Langlois e Seignobos. Na abertura da edição de 1897, os franceses faziam a seguinte advertência na versão traduzida pelo português em 1946: “com ou sem razão (sem razão, é indubitável), a filosofia da história, por não ter sido cultivada apenas por homens bem

¹²⁴ NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, *op.cit.*, p. 130-131.

¹²⁵ *Idem*, p.5.

informados, prudentes e de vigorosa e sadia inteligência, caiu em descrédito. Para os que dela desconfiam como para os que a prezam e cultivam, aqui fica a advertência: dela não cuidaremos aqui”.¹²⁶ A fidelidade de Glénisson ao antigo manual francês é atualizada em diversos momentos de sua obra e ele incorpora como parte da justificativa do seu próprio manual, a realidade universitária brasileira: “a lei de reorganização dos estudos históricos nas Universidades brasileiras previu a instituição, no primeiro ano, de um curso de introdução aos estudos históricos – denominação idêntica, aliás, ao título da obra de Langlois e Seignobos”.¹²⁷

Apesar da distância de aproximadamente 60 anos em relação ao manual de Langlois e Seignobos, Glénisson retomava do clássico francês as reflexões historiográficas e o aporte técnico que não corresponderiam necessariamente às ditas filosofias da história. Segundo ele, os “estudantes brasileiros” se admiravam por não terem tido na universidade um curso de “filosofia da história” no estilo hegeliano, sendo essa demanda passível de crítica:

O século XX não é uma época em que seja permitido mascarar, sob generalíssimas reflexões, um desconhecimento profundo dos problemas reais. Quem pensaria em confiar a construção de uma ponte, de uma usina, a **engenheiros que se limitassem a especular acerca do sentido profundo da arquitetura e da legitimidade dos trabalhos públicos?** (grifo nosso)¹²⁸

A polaridade entre métodos e filosofia continuava a ser reencenada pelos historiadores no século XIX e no XXI, o que demonstra que para Glénisson, estabelecer a posição do “método” significaria criar a estruturas profissionais e institucionais efetivas ao invés de buscar o “sentido da história” tal como as filosofias da história. Essa defesa do historiador metódico em detrimento do exercício filosófico percorre todo o manual: “pouco a pouco devemos compreender a impossibilidade de pretensões ao título de historiador, sem o cuidado de se assimilarem previamente umas tantas técnicas, um método específico: o método histórico, determinado no decorrer dos séculos, que chegou a algumas certezas, mas continuando a progredir, evoluindo sob nossos olhos”.¹²⁹ E nesse mesmo trecho, Glénisson alertava os historiadores sobre as responsabilidades da História: “tais responsabilidades são reais, num século em que filosofias, concepções de vida muitas vezes radicalmente opostas”. O “método” é

¹²⁶ LANGLOIS, CH. SEIGNOBOS, C. *Opc cit*, p.5.

¹²⁷ GLÉNISSON, Jean. *Opc cit*, p.16.

¹²⁸ Idem, p.5.

¹²⁹ Idem, p.12.

entendido, portanto, como uma responsabilidade real e concreta dos historiadores frente ao seu objeto em face das “concepções” que buscariam um sentido como sintoma de uma filosofia inarticulável a realidade da História.

Como pudemos depreender da análise sobre a estrutura dos manuais mencionados até aqui, são muitos semelhantes aos temas e a ordem dos capítulos, isto é, existe mais do que uma semelhança de título entre *Introduction aux études historiques* de Langlois e Seignobos, “Introdução aos Estudos Históricos” de Besselaar e “Iniciação aos Estudos Históricos” de Glénisson, Mocyr e Viotti. Acreditamos que isso tenha a ver com o respeito a um código comum, a uma ordem de valores e de repertórios replicados, que permitem que esses manuais sejam integrados e confirmem homogeneidade ao gênero que pertencem. Os manuais escritos no Brasil seguiam os caminhos traçados pelo clássico de Langlois e Seignobos, em um contexto em que esta obra já era consagrada entre os historiadores em geral. Segundo Pierre Bourdieu, a escola e, poderíamos pensar a universidade, transmitem um programa ou submetem a cultura a uma programação “capaz de facilitar sua transmissão metódica”.¹³⁰ Os manuais e as antologias constituiriam, assim o gênero por excelência das obras “subordinadas a função de valoração e ordenação que cabe à escola”. Assim, para o sociólogo francês, nos manuais se encontram os discursos inteiramente organizados em função de determinado tema, funcionando pedagogicamente como parte do discurso professoral.¹³¹ A partir disso, poderíamos dizer que os manuais gerenciam um programa de pensamento e ação, regrando os historiadores a um corpo comum de comandos intelectuais.

Nesse sentido, é importante lembrar que manuais não se publicam apenas em função do desejo do autor. A dependência deles em relação ao *establishment* é incontornável. Isto fica evidente no prefácio de Glénisson. Os agradecimentos ali registrados nos dão alguma informação sobre a rede envolvida na publicação. Glénisson agradecia aos seus colaboradores, a algumas figuras pelo incentivo e também pelo trabalho de auxílio ao manual. O Professor João Cruz Costa, interlocutor, assinou a orelha do livro com a seguinte consideração: “pode parecer estranho que um professor de filosofia faça a apresentação desta obra e de seu autor [...] Método, técnicas e, bem

¹³⁰BOURDIEU, P. Sistemas de ensino e sistemas de pensamento. In: MICELI, S. (Org.). *Pierre Bourdieu: a economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 203-230.

¹³¹ Idem, p.215.

mais ainda, ofício do historiador é o que cumpre em filosofia. E a filosofia da história e a filosofia virão por acréscimo”. Glénisson agradece a contribuição do “Professor Eurípedes Simões de Paula”, “Professor Pedro Moacyr Campos” e, reparemos na “*Dona Emília Viotti da Costa*” (grifo nosso). Novamente, o gênero aparece como diferenciador que estrutura não só as relações de poder, mas ainda as formas com que as mulheres são representadas e as suas contribuições nomeadas nas obras. Ainda assim, naquele contexto, o termo “Dona” pode ser justificado porque ela ainda não era livre docente e nem professora titular.

A importância do manual de Glénisson para o público brasileiro é inegável e visível pelas seis reimpressões que a obra teve até a década de 1990. A primeira publicação de “*Iniciação aos Estudos Históricos*” foi, como já dissemos, em 1961, feita pela Difel. Daí foi feita uma seguida segunda reimpressão, em 1977, uma terceira em 1979 e uma quarta, em 1983 pela mesma editora. O manual teve uma quinta reimpressão, em 1986, e uma sexta edição, em 1991, publicadas pela Bertrand Brasil. Infelizmente, no entanto, pela dificuldade de acesso às Bibliotecas e Acervos em razão da pandemia de Covid-19, não temos informações mais precisas se todas estas publicações foram reimpressões ou novas edições. Apesar disso, o número de reimpressões por si só e o fato de o manual ter sido recorrentemente tanto nos programas de curso das disciplinas meta-históricas da USP, quanto de outras universidades brasileiras indicam que a obra teve um amplo alcance entre os historiadores no Brasil.

Eurípedes Simões de Paula atuou como intermediário na publicação do manual de Glénisson e de Besselaar. A convivência entre Glénisson e Eurípedes se estendeu muito além da permanência do primeiro na USP. Apesar do pequeno número de cartas entre ambos (existem apenas seis) no arquivo de Eurípedes Simões de Paula no “Centro de Apoio à Pesquisa em História” (CAPH), a correspondência data de até um ano antes da morte do brasileiro, em 1977, o que sugere que as trocas entre ambos eram mais extensas, uma vez que as cartas nos informam que mantinham contato telefônico. O conteúdo dessas cartas revela como elas intermediavam convites de participação de eventos, como a participação na Revista de História e celebravam a contribuição de Glénisson para a USP (ou seja, a concessão do título de honoris causa para o francês),

além de serem veículos de discussões sobre temas vinculados à História Medieval.¹³² Infelizmente, faltam fontes e informações mais precisas sobre a relação entre Glénisson, Besselaar e Eurípedes Simões de Paula, embora, entre os manuais existam agradecimentos ao incentivo do professor brasileiro à publicação. Isso nos sugere que, o brasileiro soube estrategicamente cultivar, desde muito cedo na FFCL, as suas interlocuções com professores estrangeiros. É notável o investimento nas relações cultivadas o que se materializam nas publicações da Revista, bem como nos esforços evidentes para a publicação dos manuais. As inquietações do brasileiro sobre a formação acadêmica, disponibilizando fontes e técnicas ficam visíveis, por exemplo, nos diálogos frequentes entre História com a Paleografia, Diplomática e a Numismática no período que era o editor.¹³³

Em suma, a publicação desses manuais é um indicativo de uma versão universitarizada do discurso metodológico, em razão tanto do contexto disciplinar de publicação quanto pelas justificativas que ofereceriam. Eles sugerem que o objetivo era de fornecer o preparo metodológico aos “jovens historiadores brasileiros”, já que usufruíam de disciplinas especializadas na reflexão histórica. Não se trata, portanto, de outorgar aos manuais a exclusividade das discussões teóricas e metodológicas, mesmo que tenham se tornado a plataforma por excelência para elas. O ano de 1961 marcava a primeira edição do manual de Glénisson, Viotti e Moacyr e assinalava também o avanço das discussões meta-históricas entre os historiadores profissionais, por meio tanto do reforço entre os discentes da disciplina de “Introdução aos Estudos Históricos” quanto da realização do “I Congresso de Universitários”, bem como do “I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior”. Os congressos acadêmicos espelham os investimentos na adequação dos métodos ao espaço universitário e serão tratados no capítulo seguinte. Outro indicativo da importância desse processo na profissionalização dos historiadores foi o “fortalecimento de um mercado editorial que ajuda a disputar e a

¹³²As seis cartas disponíveis no arquivo de Eurípedes Simões de Paula no CAPH entre ele e Glénisson foram de um período posterior à presença de permanecem no arquivo de “Eurípedes Simões de Paula” estão disponíveis para consulta.

¹³³ SILVA, Patrícia Helena Gomes da. *Um soldado do ofício: análise da trajetória intelectual de Eurípedes Simões de Paula nos anos 1940-1960*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2019, p.103.

moldar as demandas do público universitário”.¹³⁴ Os manuais estão, portanto, na confluência das disciplinas recém-criadas, de um mercado editorial universitário em expansão, tendo respondido à sua maneira, às demandas do ambiente acadêmico brasileiro da década de 1960.

A difusão dos manuais colaborou para a interiorização de esquemas de regramento das ações entre os historiadores que cada vez mais passavam a se entender e se organizar no Brasil enquanto categoria profissional. Como parte da composição do gênero que pertenciam, os manuais traduziam um idealismo disciplinar e forjavam uma representação de como as coisas deveriam ser em matéria de historiografia. Idealmente, eles simbolizavam uma autoimagem da História enquanto disciplina, articulando mitos que legitimaram práticas vigentes até os dias de hoje.¹³⁵ Os manuais procederam na formação de consensos historiográficos, na programação dos indivíduos, no sentido atribuído por Pierre Bourdieu, de dotá-los de “um programa homogêneo de percepção, de pensamento e de ação constituindo o produto mais específico de um sistema de ensino”.¹³⁶ Assim sendo, não podemos ignorar que os manuais foram publicados por estrangeiros no Brasil e apenas neste país. Mesmo quando esses professores retornaram para os seus países de origem, os textos pedagógicos escritos por eles não foram publicados em suas línguas e países maternos.

Por fim, percebemos que os destinos destas obras como assinalaram os próprios autores respondia à conjuntura historiográfica própria do Brasil, caracterizada pela separação dos cursos de História e de Geografia e pela criação de uma disciplina específica, a de “Introdução aos Estudos Históricos”. Logo, o que nos interessa sublinhar é que o discurso dos métodos nunca foi um átomo isolado, transmitido de maneira automatizada e atemporal entre os historiadores. Longe de ser neutro ou desinteressado, esse discurso foi conduzido pela interação entre inúmeros fatores que tornam a sua evocação e, mais ainda, a força da sua propagação, tributária do contexto disciplinar que descrevemos aqui. Assinalamos também a importância das relações sociais para a realização da publicação de ambos os manuais em português,

¹³⁴NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)*. Rio de Janeiro: FGV, 2018. 232 p.100-101.

¹³⁵ PAUL, Herman. Self-Images of the Historical Profession: Idealized Practices and Myths of Origin. *Storia della Storiografia*, 59-60 (2011): 157-170

¹³⁶BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva; 2004, p.206.

efetivamente pelo diálogo dos autores com Eurípedes Simões de Paula e pela tradução e acréscimos de Pedro Moacyr e Emília Viotti. Percebemos no Brasil a organização de uma comunidade historiográfica, cujo contato entre estrangeiros e brasileiros nas décadas de 1950 e 1960, determinou a realização desses manuais que nas constantes reimpressões expressavam a valorização da disciplina de “Introdução aos Estudos Históricos” afirmando a importância das discussões meta-históricas para o curso de História no período. Não obstante, os manuais, por si só não foram responsáveis pela ampliação das discussões metodológicas, mas eram sintomas da preocupação que se generalizava com a formação dos historiadores brasileiros como pesquisadores especializados.

7. Uma escola metodológica uspiana?

Eleger a USP como estudo de caso não significou defender a instituição, aliás, a análise crítica sobre os seus processos, bem como a constituição dos seus ritos e mitos se torna fundamental para análise que empreendemos aqui sobre o discurso dos métodos. A memória acadêmica oficial do curso de História, ou seja, os discursos que se ocuparam de constituir e reconstituir o passado da instituição estabeleceu a presença francesa como marco de uma suposta “excepcionalidade” universitária, especificamente, pela referência dos “Annales” como o signo de distinção de uma produção uspiana. Sem a dimensão crítica necessária, o “método francês” serviu ao longo das décadas como um lugar comum de referências para os profissionais formados oferecendo a ideia de um suposto programa definido, incorporado e sistematizado na instituição.

Este argumento fica evidente no texto de balanço sobre o curso de História em uma edição comemorativa dos 100 anos da criação da USP, publicado em 1994, por Vera Ferlini, Raquel Glezer e Maria Helena Capelato. Segundo elas, a contribuição do grupo: “no plano intelectual, os franceses introduziram a preocupação com a orientação metodológica e com o rigor da análise documental, iniciando uma relação com temas da historiografia francesa, especialmente a dos Annales, vanguardas da época”.¹³⁷ Para as historiadoras, o tal destaque da produção do Departamento de História se relacionaria a

¹³⁷ CAPELATO, M. H.; GLEZER, R.; FERLINI, V. L. A. Escola uspiana de história. *Estudos Avançados*, v. 8, n. 22, set./dez. 1994, p.351.

“base erudita, rigor metodológico, a procura de coerência interna do trabalho”, estes valores seriam o indicativo da comunhão da “escola histórica uspiana”.¹³⁸ O argumento da filiação dos uspianos aos “Annales” são rotineiramente presentes nas análises sobre o curso¹³⁹ e em outros discursos memoriais.¹⁴⁰

A partir do referencial teórico de Pierre Bourdieu, buscamos decifrar e desenterrar esquemas que conformam uma “transmissão institucionalizada de uma cultura”¹⁴¹ e é nesse sentido que compreendemos o culto a ideia “do método dos Annales”. Ao tratar dos sistemas de ensino, o sociólogo propõe a análise das criações culturais como os ritos ou os mitos por meio dos esquemas que organizam o pensamento cultivado nas sociedades “escolarizadas” através dos esquemas inconscientes que encobre.¹⁴² O que nos levou ao seguinte problema: ao cristalizarmos o método historiográfico em exercício na USP sob a chancela *dos* “Annales” (embora tivessem estes mesmos isentos de um programa teórico-metodológico definido),¹⁴³ incorre-se em um anacronismo metodológico, isto é, o de que existiria desde sempre (e para sempre), no curso de História da universidade, um programa metodológico exclusivo e singular, apagando a multiplicidade dos entendimentos acerca dos métodos. Ainda assim, é possível aventar como as reivindicações sobre o método dos “Annales” se intensificam e se escalonaram à medida que o grupo responsável pela revista francesa capitalizava recursos e prestígios no campo historiográfico internacional.

Trabalhos críticos com relação ao protagonismo dos “Annales” na USP têm se intensificado nas últimas décadas, justamente como fruto de um contexto da história da

¹³⁸ Idem, p.350.

¹³⁹ Esta contribuição também está presente na análise de Laima Mesgravis publicado em 1983: “As primeiras teses defendidas de 1939 até os fins da década de 1960 revelam uma decidida concentração de interesse nos estudos de história econômica do Brasil, das Américas e da Europa. É que as primeiras gerações de pesquisadores estavam sintonizados com as correntes predominantes na escola francesa dos Annales a que se filiavam os mestres franceses”. MESGRAVIS, Laima. O curso de Pós-Graduação do departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Revista Brasileira de História, São Paulo, 3 (5): 87-188, mar, 1983, p. 90.

¹⁴⁰ “Na realidade, a historiografia de ponta é a historiografia francesa. A Inglaterra tem uma tradição historiográfica muito forte, mas não pode ser comparada com a da França – os próprios ingleses sabem disso. Realmente, a grande renovação da historiografia em nosso tempo é a do grupo dos *Annales*. Há, entretanto, algumas outras que são muito importantes”. NOVAIS, Fernando. Opc.cit, p.127 *VER PAGINAÇÃO NO LIVRO FÍSICO

¹⁴¹BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p.205.

¹⁴²BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva; 2004, p.204.

¹⁴³OSÉS, Mariana Ladeira. “Nós, os Annales”: Marc Bloch, Lucien Febvre e a produção da revista dos Annales (1929-1944). 2018. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

historiografia voltada à análise das imagens, das identidades e das estratégias de legitimação das disciplinas e instituições, acompanhando o trabalho cada vez mais atual de historiadores no desmonte da monumentalização dos discursos oficiais.¹⁴⁴ Acreditamos que essa projeção autodeclarada pelos historiadores uspianos de uma orientação metodológica dos “Annales” recai sobre evocações anacrônicas e atemporais das múltiplas concepções de métodos que estiveram em voga no curso de História. Certamente, não pretendemos deslegitimar a importância dos “Annales” na construção da historiografia brasileira, muito menos é o nosso trabalho rastrear-la. A associação de *um método* uspiano com *os “Annales”* é mais complexa do que faz supor o discurso tradicional do curso de História, além disso, a partir da análise das fontes apresentadas neste capítulo, outros agentes que foram protagonistas no estabelecimento das discussões meta-históricas na instituição.

O nosso objetivo com esse capítulo foi demonstrar como o discurso dos métodos ao longo da história do curso de História da USP encampou usos sociais distintos e estrategicamente maleáveis. Distante de uma evocação neutra, o discurso dos métodos foi (e é) acionado e reinventado sob as tendências que aqueciam o campo historiográfico, movendo com isso a luta e as estratégias dos agentes em busca de prestígio acadêmico. O conteúdo particular e definido desses métodos estava em aberto a diferentes tendências, textos, recortes e sujeitos em disputa, sobretudo na formação das disciplinas meta-históricas, muito embora essa diversidade e tensões inerentes tenham sido obliteradas por uma suposta filiação genética e sacralizada na historiografia uspiana com o nome dos “Annales”.

As disciplinas meta-históricas criadas pelos professores franceses e pela Viotti, não cravavam um programa disciplinar coeso e contavam com inúmeras abordagens e fronteiras disciplinares, que não poderiam se resolver apenas com o nome dos “Annales”. Isto não quer dizer que se dispensasse a obra de seus participantes: o contrário, como vimos, a bibliografia destes cursos contava com as obras escritas por filiados ao grupo. Ainda assim, em termos de atuação no estabelecimento concreto das discussões meta-históricas na USP foram efetivamente os “chartistas”, Yves Bruand e

¹⁴⁴Citamos, por exemplo, os artigos recentes de: Fernandes Freire, D. J. Memória, história e identidade: o caso da “escola uspiana de história”. *Artcultura*, 21(39), (2019), p. 139 – 153; COSTA, Aryana. A Escola Uspiana de História: panorama das contribuições da história da historiografia para um tema clássico. *Rev. Bras. Hist.* 40 (85), Sep-Dec 2020.

Jean Glénisson e a brasileira Emília Viotti da Costa, os docentes que dirigiram as disciplinas teóricas e metodológicas do curso de História da USP entre 1957-1968. Enquanto Jean Glénisson tratou de publicar o manual metodológico com apoio de Pedro Moacyr e Emília Viotti, Yves Bruand participava também dos congressos e polarizava suas opiniões sobre o destino destas disciplinas. Integraram-se, dentro das condições, no debate e no futuro destas disciplinas, e mais ainda, na fundação pedagógica dos métodos históricos nos quadros de formação dos historiadores. Para além do papel dos “chartistas”, a brasileira Emília Viotti da Costa merece o devido destaque, no qual não apenas nas discussões meta-históricas, mas na configuração e condução das disciplinas, o que ainda não lhe foi dado (e nem por ela reivindicado) o merecido reconhecimento.

Em suma, a participação dos “Annales” no quadro de referência dos historiadores uspianos nublou a participação dos “chartistas”, formados na “École des Chartes”, convidados para a sedimentação das discussões meta-históricas na USP. Na disputa pela legitimação do conhecimento histórico na França, a formação dos “chartistas” representava o símbolo de uma “velha” tradição historiográfica, pela predileção institucional da História clássica e medieval, além de conhecimentos especializados sobre arquivologia e paleografia. Na realidade, a convocação dos “chartistas”, se pensarmos em termos de renovação ou “revolução” é muito mais conservadora, em outros termos, menos vanguardista do que a narrativa sobre o curso de História trata supor, Yves Bruand e Jean Glénisson panfletavam uma história metódica, apoiada nos rudimentos da pesquisa em arquivos, como é possível depreender de suas trajetórias (tabela em anexo). A indicação de Jean Glénisson pelo próprio Fernand Braudel indicava como esses papéis são menos estanques e intransponíveis do que geralmente o tratam os signos da “tradição disciplinar”. A recepção dos “chartistas” representava a expectativa com relação ao ensino das técnicas, na gestão de conhecimentos caros aos historiadores metodológicos, a arquivística, paleografia, numismática, filologia que eram introduzidas com a proposta de corrigir as “deficiências metodológicas” do curso de História, como assinalam os discursos de época. Ainda assim, a defesa pela ética do trabalho metódico não justifica apenas a eleição dos “chartistas” para a criação das disciplinas meta-históricas, mas visível através das publicações na “Revista de História” entre as décadas de 1950 e 1960. Somados, os trabalhos de “Teoria e Metodologia da História” e de “Crítica

Historiográfica e Documental” são mais numerosos do que as publicações de “História do Brasil” no periódico. Além disso, entre as referências mais consideráveis no periódico constava o manual publicado por Charles V. Langlois e Charles Seignobos.¹⁴⁵

Com isso, defendemos como a criação de uma nova infra-estrutura para a difusão do discurso dos métodos, ou seja, de disciplinas e manuais, alça a meta-história na chave das discussões técnicas para um novo patamar, fruto de um contexto em que a pedagogia da pesquisa se tornava um investimento como porta profissional para os titulados em História. Esta preocupação, longe de ser exclusiva de qualquer instituição, é constituinte do estado geral do campo historiográfico e será visível através do escopo do próximo capítulo. No terceiro capítulo, buscaremos examinar o investimento no discurso dos métodos como uma estratégia de profissionalização mobilizada por algumas historiadoras. Com isso, investigaremos como a defesa dos métodos destacava os agentes que o incorporavam como linguagem profissional.

Conclusão

As alterações do discurso dos métodos provocadas pela criação das universidades são visíveis especificamente a partir da década de 1950, uma vez que os historiadores passaram a investir em diferentes modos de transmissão dos conhecimentos vinculados a este discurso. Neste sentido, nas décadas de 1940 e 1950 abriu-se um novo horizonte de defesa da tecnicidade e dos métodos como modelos de gestão das disciplinas universitárias concebidos sob o signo da “ciência”. Institucionalizou-se assim um espaço próprio para a autoreflexão sobre diferentes ofícios intelectuais, visível, sobretudo pela atuação dos historiadores universitários em um contexto de “modernização” do Brasil. Embora neste capítulo nos restringíssemos ao impacto do discurso dos métodos no curso de História da USP, e particularmente na FFCL da USP, é visível como esse movimento não era singular e exclusivo dos historiadores, mas um investimento de profissionalização das ciências humanas em geral, como na Geografia, Ciências Sociais, Filosofia e Letras.

¹⁴⁵ ALVES, Fabrício. *Folheando páginas, descobrindo histórias: a Revista de História e a difusão da historiografia dos Annales no Brasil (1950-1960)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010, p.120.

Oferecemos aqui uma fotografia que nos permitiu compreender como a reivindicação deste discurso maximizava o acúmulo de prestígio, sobretudo quando hasteada por figuras menos prestigiadas (dominadas) no campo, como era o caso de Emília Viotti da Costa, argumento este que também se aplicaria a outros agentes sociais, como veremos. Observamos até aqui como o discurso dos métodos não é uma forma atemporal, mas que existem muitos conteúdos e referências que alteram os seus registros e efeitos, sobretudo as suas formas e o seu valor social. Na prática, os métodos se tornavam um recurso na aquisição de prestígio para quem o evocava e para quem investia na sua pregação. E tal evocação dos métodos estava ligada à composição do contexto, do quadro de interações sociais e circulações internacionais. A publicação dos manuais metodológicos, por exemplo, tornava-se possível naquele contexto através do capital de relações que os autores mantinham com figuras da universidade, especialmente com Eurípedes Simões de Paula, e das credenciais obtidas no estrangeiro, como medievalistas e filólogos, que eram significativas naquele período no Brasil.

Capítulo 3: As mulheres, os métodos e a profissionalização da História

Como vimos no capítulo anterior, o discurso dos métodos se tornou a plataforma que orientou posições, conversões de carreira e comportamentos tanto na versão disciplinar quanto nos manuais historiográficos em nome do regramento da atividade intelectual dos historiadores. Os esforços coletivos em torno do investimento de novas categorias de trabalho, organização e sociabilidade intelectual revelavam, na década de 1960, a preocupação com o destino profissional dos titulados em História.

As discussões em torno da profissão dos historiadores marcaram os primeiros encontros organizados por alunos e, principalmente, por professores do ensino superior nos cursos de História do país. Tendo isso em vista, examinaremos mais atentamente neste capítulo como a reivindicação dos métodos foi feita em um evento particularmente importante para a profissionalização da História no Brasil: o “I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior”, realizado em 1961, na cidade de Marília (SP), e que resultou na criação da “Associação de Professores Universitários de História” (APUH, futuramente ANPUH).

A partir desse evento, buscamos demonstrar, em primeiro lugar, o papel que o discurso dos métodos assumiu naquele contexto de profissionalização da História no país. O primeiro encontro da APUH foi marcado por disputas acerca do significado e do lugar que teriam teoria, metodologia e historiografia na formação dos historiadores. Um dos resultados mais importantes do evento foi a aprovação da moção de número 22, que previa o desdobramento da disciplina de “Introdução aos estudos históricos” em duas disciplinas autônomas, “Teoria da História” e “Metodologia da História”. Apesar de a moção orientar a criação dessas disciplinas em todo o Brasil, não havia consenso sobre os conteúdos a serem lecionados e nem a respeito de sua finalidade.

O I Simpósio da APUH permite demonstrar também, e é este o objeto central deste capítulo, como a mobilização do discurso dos métodos se tornou uma ferramenta de disputa em um campo profissional cada vez mais acirrado, reivindicação essa feita com mais veemência por parte de algumas historiadoras brasileiras. Em outras palavras, examinaremos como o investimento nos métodos se tornou um recurso na profissionalização da carreira de Alice Canabrava, Olga Pantaleão e Cecília Westphalen. As trajetórias acadêmicas dessas historiadoras (e também de Emília Viotti,

abordada no capítulo anterior) nos mostram como a incorporação e defesa sobre métodos se tornara uma, dentre outras estratégias de profissionalização das historiadoras em um contexto de subalternização da carreira de mulheres no regime catedrático.

Acreditamos, portanto, que advogados determinados métodos teve (e tem) implicações para além da padronização das práticas e da elaboração das narrativas em História, pois produziu (e produz) efeitos na inserção de agentes no campo, na legitimidade dessas figuras e na configuração do exercício do poder disciplinar.

1. A reivindicação do método no I Simpósio da APUH

O ano de 1961 foi um marco para a socialização profissional dos historiadores na condição tanto de discentes quanto docentes na universidade. O “I Congresso Brasileiro de Universitários” foi realizado naquele ano, e nele os estudantes e profissionais de História fizeram apresentações de trabalhos da área, bem como discussões relacionadas aos problemas na formação. A importância do evento se explica não apenas por se tratar do primeiro encontro dessa natureza, mas ainda por contar com a presença expressiva de alunos de diversos lugares do país. Reuniram-se na FFCL, entre 20 e 23 de junho de 1961, oitenta delegados, oriundos de dezessete faculdades e oito estados brasileiros. E na última sessão do evento foi criada a “Federação Brasileira de Centros de Estudos Históricos” com o objetivo de executar as resoluções de cada um dos congressos, que deveriam ser realizados anualmente.

Sobre o perfil das críticas à formação universitária dos historiadores, em um artigo da “Revista de História” escrito por Rozendo Garcia, ele diz: “desde a falta de autonomia da Universidade que dificulta imenso a dinamização e atualização de seu funcionamento, até a fundamentação desse ensino na aula preleção, que relega a pesquisa, os trabalhos práticos, os seminários e a formação técnica e profissional do futuro historiador e professor a um segundo plano.”¹ A fala do estudante demonstra a insatisfação com a dimensão técnica e a prática do ofício. Os alunos defendiam a persistência de uma disciplina especificamente dedicada ao assunto: “Da mesma forma,

¹Rozendo Garcia era assistente da Cadeira de História da Civilização Americana da FFCL/USP. GARCIA, Rozendo Sampaio. I Congresso Brasileiro de Universitários. Noticiário. *Revista de História*, nº 45 - 1º trimestre, 1961, p.277.

é generalizada a intenção de garantir no primeiro ano de História, o funcionamento da cadeira de Introdução aos Estudos Históricos, com a função de iniciar o aluno nos problemas da metodologia e da historiografia, preparando-o para a crítica histórica”.² Além disso, em diversos momentos do texto o argumento sobre as deficiências da “formação técnica e pedagógica do futuro profissional de História” apareciam, ecoando o tom das discussões desse primeiro congresso estudantil de História. Estava em jogo para os alunos a busca por maior integração entre o currículo formativo e a realização de atividades de pesquisa na área.

Essa preocupação se apresentava aos docentes. Também no ano de 1961 ocorreu o "I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior”, realizado em Marília (SP), em 1961, como citado acima.³ De forma semelhante ao congresso dos alunos, esse primeiro encontro entre professores reuniu profissionais de diversos estados do Brasil e de fora do país. No evento, percebemos um campo tensionado em razão tanto do estabelecimento de um currículo comum para todos os cursos de História quanto de planos em curso para a realização de uma reforma universitária. A questão da insuficiência do currículo de História no ensino superior aparece como mote das discussões do simpósio e a organização da comunidade historiográfica em nível nacional (capaz de debater, disputar e chancelar as modificações do curso universitário) mostrou-se um importante passo para defesa do historiador como pesquisador.

Ao longo de todo o capítulo, tomamos esse primeiro encontro entre docentes como vitrine das posições tomadas por três historiadoras na APUH: Cecília Westphalen, Olga Pantaleão e Alice Canabrava. Estas três historiadoras mobilizaram estrategicamente o discurso dos métodos de maneira muito semelhante, ainda assim, os mecanismos de afirmação individual foram específicos e correspondiam às trajetórias singulares de cada uma delas. O nosso objetivo é examinar como o apoio ao discurso dos métodos foi um dentre tantas estratégias de profissionalização bem-sucedidas por elas no período.

A questão central naquele evento, isto é, a insuficiência do currículo de História, é investigada aqui através da análise do gênero como elemento crucial na inserção de

² Idem, p.277.

³ A atuação da APUH era inicialmente dirigida ao ambiente da graduação e pós-graduação em História. Aos poucos, a associação ampliou a sua base de membros através da inclusão dos professores do ensino secundário. Diversas modificações no perfil dos associados ocorreram ao longo de tempo. Em 1993, a instituição passou a ser chamada de “Associação Nacional de História” (ANPUH).

historiadores e historiadoras na universidade da época. A partir da análise dos anais da APUH identificamos as posições ocupadas por essas intelectuais e a relação estabelecida por elas com a discussão a respeito do lugar dos métodos nos cursos de História no Brasil.

Na ocasião, Cecília Weshtphalen e Alice Canabrava representavam, diante de seis historiadores, o coeficiente feminino da Diretoria da APUH.⁴ Olga Pantaleão fazia parte da Comissão Executiva, junto com José Roberto do Amaral Lapa, regente da cadeira de História do Brasil em Marília, Oswaldo Elias Xidieh, regente da cadeira de Noções de Sociologia, Uacury Ribeiro de Assis Bastos, regente da cadeira de História da Civilização Americana, ambos na FFCL em São Paulo, e todos eles foram encarregados da produção do relatório final do encontro.

O “I Simpósio da APUH” foi organizado segundo temas considerados centrais para a discussão, os chamados “temários” estabelecidos pelos organizadores. Foram estabelecidos seis recortes que agrupariam os problemas e questões das cátedras do ensino universitário: “Antiga e Medieval”, “Moderna e História Contemporânea”, “História da América e História do Brasil”, bem como alguns temas gerais “Matérias Auxiliares”, “O lugar das disciplinas pedagógicas”, “A especialização e o curso de História do Brasil” e a “Reestruturação do currículo”. A partir desses recortes, vemos, portanto, que o ponto central do simpósio era a articulação de questões curriculares com ênfase nos problemas de cada área. No plano geral, a tônica da “especialização” ganhava o vocabulário dos participantes, mobilizando a atuação dos professores do ensino superior. Além disso, se apresentavam as disputas frontais em torno das disciplinas particulares e dos seus modos de condução e se revelava a hierarquia disciplinar na formação dos historiadores da época.

A escolha dos relatores dos temários (ou seja, das figuras convocadas para conduzir as mesas) expressava a predominância do eixo São Paulo - Rio de Janeiro e demarcava a expressão desses lugares no campo intelectual brasileiro. Cinco professores eram paulistas e dois cariocas. Os próprios presidentes das mesas-redondas

⁴ A primeira diretoria da APUH era composta por ambas as historiadoras, bem como por Eremildo Luiz Viana, Sérgio Buarque de Hollanda, Antônio Camilo Faria Alvim Armando Souto Maior, Jorge Calmon, José Roberto do Amaral Lapa. Para mais informações sobre as posições institucionais desses e de outros agentes do campo acadêmico, consultar: ERBERELI JUNIOR, Otávio. *A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava: um ofício como sacerdócio 1935-1997*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

Rubens Borba de Moraes e Sérgio Buarque de Holanda detinham o controle e a gestão do tempo, a direção dos debates, a expressão ou supressão das falas nos tópicos em questão.⁵ Além disso, era também notável na organização dos temários a expressão feminina. Dos sete temários, três deles foram dirigidos por historiadoras. Isso não significava, porém, que inexistissem adversidades provocadas pela diferenciação de gênero. Demonstraremos com o gênero pode ser um dos tantos marcadores de diferenciação das estratégias adotadas na construção de carreiras acadêmicas, na inserção no campo historiográfico, e efetivamente, como veremos em suas posições durante a primeira APUH.

Alice Canabrava e Olga Pantaleão foram relatoras respectivamente dos temários “O estudo da História da América e da História do Brasil no curso universitário: ensino tradicional e renovação” e “Reestruturação do Currículo”. Cecília Westphalen, por outro lado, atuou obstinadamente como participante em todas as mesas do evento. A escolha por se observar especificamente a atuação dessas mulheres se justifica pela ênfase que as três atribuíram aos discursos dos métodos no evento. É claro que a ANPUH não refletiu exatamente todas as discussões do período, no entanto, elegemos o evento especificamente para analisarmos as questões que preocupavam os historiadores, o que nos permitiu investigar a diferenciação na tomada de posição destas mulheres no Simpósio. Também não podemos deixar de ressaltar, embora nossa análise esteja centrada apenas nas três figuras mencionadas acima, a importância da participação de outras intelectuais, como Maria Yedda Linhares, catedrática em História Moderna e Contemporânea na Universidade do Brasil, Maria Clara Constantino, regente interina de Introdução aos Estudos Históricos em Marília, e Amélia Americano Domingues, assistente em Didática Geral e Especial na FFCL em São Paulo nas discussões e orientações das moções no simpósio.

⁵SILVA, Paulo Thiago Santos Gonçalves da. *A Associação Nacional dos Professores Universitários de História: espaço de identificação profissional e legitimação do saber histórico (1961–1977)*. 2014. 333 f. Tese (Doutorado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014, p.164.

2. O método, os temários e as disputas na APUH

Para demonstrarmos, como enunciamos na introdução deste capítulo, tanto a centralidade que a discussão sobre os métodos adquiria na formação dos historiadores na época quanto a atuação estratégica das historiadoras que se apropriaram desse discurso, examinaremos brevemente cada um dos sete temários do I Simpósio da APUH com destaque para os posicionamentos de Alice Canabrava, Cecília Westphalen e Olga Pantaleão.

A primeira mesa-redonda do evento foi orientada por Eurípedes Simões de Paula, catedrático em “História da Civilização Antiga e Medieval” na USP e foi intitulada “História Antiga e História Medieval: dois espíritos e duas especializações”. Na apresentação do temário, o historiador advogou em favor de quatro pontos: o desdobramento da cadeira de História Antiga e Medieval em duas especialidades próprias; a incorporação de disciplinas auxiliares ao currículo dos historiadores como cursos optativos; o adensamento de seminários formativos para a “familiarização com técnicas e a bibliografia especializada”; e, por fim, a dedicação integral do professor às disciplinas de sua especialidade.

Após a apresentação de Eurípedes Simões, Olga Pantaleão saiu em defesa dos seminários de formação nas duas falas que realizou. Numa delas declarou (e assim foi registrado nos anais do evento, sempre em terceira pessoa): “No tocante à especialização, lembra a professora a necessidade que há de contatos dos alunos com os arquivos; e termina advertindo que a História Geral é necessária até para a História do Brasil, que sem ela torna-se-ia limitada e provinciana.”⁶ No tocante ao problema de especialização em História Antiga e Medieval, Cecília Westphalen fez um breve comentário: “Insiste que o importante não é História-matéria, mas o treinamento em métodos e técnicas.”⁷ Além dessa fala em defesa da técnica, a historiadora intercedeu no debate em favor do “entrosamento” entre as Ciências Sociais e a História. Essas duas posições (a defesa de técnica e do entrosamento da História com outras disciplinas)

⁶ SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR, 1., 1961, Marília. *Anais...* São Paulo: [s.n.], 1962. p.91

⁷ *Idem*, p.96.

polarizavam a opinião dos historiadores, todavia os mecanismos particulares em defesa da História ficam visíveis pelo posicionamento das historiadoras.

No caso da historiadora, o apelo feito naquela ocasião à técnica e à proximidade da História com as Ciências Sociais faziam sentido à luz de sua trajetória até ali.⁸ Bisneta de imigrantes alemães, estudante do Colégio Estadual do Paraná e da Escola Normal do Instituto de Educação do Paraná, Cecília Westphalen diplomou-se, em 1950, no curso de História e Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Formou-se em Direito, em 1952, que era sua primeira escolha profissional, porém não exerceu o ofício. Especializou-se na História do Paraná, ocupando inclusive o cargo da secretária do “Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná (IHGEPR), entre 1956 e 1957. Também conduziu a cátedra de “História Moderna e Contemporânea” como professora assistente na UFPR desde 1951 e, por essa razão, orientou a sua pesquisa para a Idade Moderna. Sua tese “Carlos V (1500-1558): seu Império universal” (1955) foi escrita majoritariamente a partir de bibliografia e fontes raras tornando-se a porta de entrada para o concurso, em 1957, no qual a historiadora foi titulada junto à universidade.

A partir daí, Westphalen empreendeu uma viagem ao exterior, entre 1958 e 1959, em busca da divulgação da sua tese e também para se aperfeiçoar nos estudos em centros de referência na Europa. Passou pela Universidade de Colônia e pela “École Pratique des Hautes Études”, em Paris. Na Alemanha Ocidental, Westphalen cursou disciplinas de História Econômica e assim consolidou o seu interesse no assunto. Foi, porém a passagem pela França que marcou de maneira decisiva sua trajetória. Na ocasião, Westphalen tratou de escrever para Fernand Braudel sobre o seu trabalho, dado que ambos haviam pesquisado sobre Carlos V. Fernand Braudel recebeu a historiadora como membro da “Sociedade Marc Bloch”. Em resposta ao objetivo de Westphalen de visitar arquivos, colher materiais e ouvir conselhos para as suas investigações, Braudel indicou Jean Glénisson (professor de “Introdução aos Estudos Históricos” na USP e que tinha acabado de chegar à França vindo da USP) para guiá-la nos Arquivos Nacionais e

⁸ Para o que segue, ver: MACHADO, Daiane Vaz. *Por uma “ciência histórica”*: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998. Tese de Doutorado - Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista, 2016.

exercer o papel de “professor-tutor” durante a estadia da historiadora em Paris.⁹ Essa foi a primeira experiência direta de Westphalen em arquivos, posto que até então exercia suas investigações no Brasil através de “pesquisas bibliográficas” e livros com fontes compiladas.

Ao retornar, Cecília Westphalen terminou por abandonar os seus estudos sobre Carlos V e a Idade Moderna, dedicando-se à “técnica quantitativa e de longa duração” aplicada à História do Brasil. Foi por essa altura que Westphalen estreitou laços com Eurípedes Simões de Paula, Eduardo França e Alice Canabrava e se engajou na reformulação do curso de História e Geografia da UFPR, com o objetivo de fomentar a pesquisa em História. Como parte dessa nova orientação, ela participou, por exemplo, da criação do “Seminário de Pesquisa Histórica”, a partir da vivência e observação da importância dos seminários dentro da estrutura universitária francesa e alemã como estratégias de pesquisa, institucionalizando a história regional à luz da “modernização metodológica” da História. A historiadora passou a defender seus estudos quantitativos, preocupados sobretudo com a história regional, como vinculados à prática dos “Annales”. Assim, a história demográfica baseada em documentos e levantamentos de arquivos locais foi a aposta feita por Westphalen no campo historiográfico.

Quando foi implementada, a disciplina de “Introdução à História”, ou “Introdução aos Estudos Históricos” na UFPR, em 1961, Cecília Westphalen “implantou um regime regular de pesquisa de campo na Biblioteca Pública do Paraná e no Arquivo Público do Paraná, ambos em Curitiba, compreendendo-os como espécies de laboratórios da História”.¹⁰ Tratava-se de um modelo bastante semelhante daquele praticado por Emília Viotti na USP: as disciplinas meta-históricas tornavam-se não apenas lugar de treinamento metodológico e incentivo a visita em arquivos, mas ainda espaço de sociabilidade entre profissionais (e futuros profissionais) em História, caracterizado pela vivência conjunta em arquivos e bibliotecas e também pela autorreflexão sobre as práticas da profissão (discussões teóricas, historiográficas e

⁹ A relação entre Cecília Westphalen e Jean Glénisson parece ter se estendido substancialmente no tempo. Um exemplo disso é que, em 1977, o texto publicado pelo historiador francês na “Revista de História” foi traduzido justamente pela historiadora brasileira.

¹⁰ Daiane Vaz Machado empreende na sua tese de doutorado uma análise sobre a modificação curricular de “Introdução aos Estudos Históricos” demonstrando como, a partir de 1963, há a incorporação ao curso das suas leituras dos *Annales* sobre temas como “fato, conjuntura e estrutura”, que orientavam análises já praticadas no Departamento de História da UFPR. A disciplina oferecia aos alunos do curso as técnicas metodológicas e a “formação de hábitos para a pesquisa histórica”, bem como, reflexões teóricas e historiográficas sobre os sentidos de ser historiador. Idem, p.113-115.

metodológicas). Foi, portanto, a partir dessas circunstâncias que Westphalen advogava essas defesas no I Simpósio da APUH.

O segundo temário do encontro foi presidido por Eduardo França, catedrático de História da Civilização Moderna e Contemporânea na USP, e tratava do problema do currículo justamente da cátedra que lhe dizia respeito.¹¹ O historiador seguiu as linhas abertas pela fala de Eurípedes Simões, e resumizava: “em lugar de matéria, dar técnica de trabalho”. Eduardo França sinalizava a necessidade de separação entre História Moderna e Contemporânea, ao passo que reafirmava o valor de cada um desses cursos e os laços que teriam eles com a História Brasileira. O historiador também falava, de maneira polêmica, acerca do modelo catedrático e defendia as garantias institucionais como “liberdade catedrática”. A respeito desse ponto, Maria Yedda Linhares foi a primeira a intervir: “Acha que há confusão entre liberdade de cátedra, cátedra vitalícia e professor catedrático. A supressão da cátedra vitalícia não envolve a liberdade do professor”.¹² Francisco Falcon concordava com Maria Yedda, da qual fora assistente em 1956 na Universidade do Brasil e que, desde 1958, atuava como professor na PUC-RIO, dizendo: “Protesta que a Cátedra seja um conjunto de garantias. Essas devem ser mantidas, mas os privilégios indevidos, cortados”.¹³

O assunto principal, porém, eram as formas específicas com que a tal “especialização” da História incidiria sobre o material didático dos alunos, nos conteúdos lecionados e nos modos efetivos de ensino superior (como exposição ou como seminário). Isso preocupava substancialmente um dos presentes na ocasião, Paulo Pereira de Castro, professor assistente da cátedra de “História da Civilização Brasileira na USP”, dizendo o seguinte: “O relator lembra que a exclusiva preocupação da especialização é perigosa”.¹⁴ Pela proximidade da discussão com os seus interesses, Cecília Westphalen hasteava novamente a bandeira da tal “especialidade”:

Concorda com o Professor França, quando levanta o problema das mudanças estruturais. A História não tem necessidade de continuar utilizando o método da História Tradicional. Há lugar para aplicar os métodos e técnicas das demais ciências sociais. Já que não é possível ensinar tudo, o mais importante

¹¹ O texto que consta nos anais do evento não é de Eduardo França, (o qual não enviou relatório ao simpósio), mas de autoria obra da própria comissão do encontro. FRANÇA, Eduardo D'Oliviera. Resumo do relatório do prof. Eduardo D'Oliviera França. In: *Anais*: 1962, p.103-110.

¹² *Ibidem.*, 110.

¹³ *Ibidem.*, 116

¹⁴ *Ibidem.*,

é a transmissão de técnicas de trabalho. Daí decorre a importância do treinamento. Estudando um curso, aprenderá a trabalhar em outros.¹⁵

O afastamento da chamada “história tradicional” permitiria, dentro dessa concepção (caracterizada como nova ou moderna), que pedagogos e cientistas sociais pudessem lecionar e trabalhar com História, graças à proximidade e aos intercâmbios da disciplina histórica para além dos métodos. Isso não era novo entre os historiadores (basta lembrar do célebre artigo de Fernand Braudel sobre a longa duração, publicado em 1958 e mencionado pela historiadora),¹⁶ mas fornecia a Cecília Westphalen, a possibilidade de incorporar os seus trabalhos de pesquisa na disciplina que ministrava de “Introdução à História”. Em relação aos discursos dos métodos, a fala da historiadora reforça a nossa argumentação de que esta era uma plataforma que incorporava disputas e tomadas de posição entre os historiadores sobre as suas concepções de História.

O argumento em favor da técnica também era defendido por Olga Pantaleão, cuja participação nesse segundo temário foi mais extensa dentre todos os demais participantes. Para ela, que era especialista em História Moderna, a discussão sobre a cronologia dos marcos da História Moderna e Contemporânea deveria ser repensada, já que a proposta colocada na mesa era justamente rever as balizas das cadeiras. E, mais importante, ela exprimia sua preferência por um programa de aulas que levasse em conta as necessidades dos alunos, reafirmando que o objetivo final do curso de História deveria ser o oferecimento de técnicas de pesquisa aos graduandos.

O temário era atravessado por muito mais do que observações desinteressadas sobre a História em geral e uma de suas especialidades. A rivalidade entre Olga Pantaleão e Eduardo França remontava a um contexto de disputa pela cátedra de História Moderna e Contemporânea da FFCL. Sobre as alianças masculinas, isto fica evidente em uma carta enviada para Eurípedes Simões de Paula por Cruz Costa, professor do curso de Filosofia da FFCL.

Naturalmente nós todos preferimos que a futura vaga do Gagé seja preenchida pelo França. É homem, é amigo. Isso de faculdade com catedráticos femininos não me parece coisa séria. Salvo para as exceções e, - aqui entre nós - a Olga nada tem de excepcional.¹⁷

¹⁵Ibidem., 112-113.

¹⁶ 1 BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A Longa Duração. In: Escritos *sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 41-78.

¹⁷AESP. Carta de Cruz Costa ao titular. 28/01/1945. Cx 23, n. 1818. Trecho extraído do artigo: COSTA, Aryana. O permanente da Olga. HuMANAS: Pesquisadoras em Rede, 9 de Jul de 2020. Acessado em: 13/06/2020. Disponível em: <https://www.humanasrede.com/post/o-permanente-da-olga>

Na ocasião, Eurípedes Simões na Europa servindo ao exército, porém era informado frequentemente pelos colegas sobre a situação no curso de História e Geografia da USP. Outras menções depreciativas em relação à historiadora surgiam também de maneira mais recorrentemente nas cartas de Cruz Costa a outro professor do curso de História, Pedro Moacyr.

Olga Pantaleão é considerada (e ela via a si mesma como) uma das “pioneiras” da FFCL e se formou em História e Geografia ainda 1938, no mesmo ano em que Alice Canabrava. Realizou pesquisas no Rio de Janeiro e, em, 1944, tornou-se doutora com a tese “A penetração comercial da Inglaterra na América Espanhola de 1713 a 1783”. Também atuou nessa época, entre 1939 e 1947, como professora assistente e professora interina na cadeira de “História da Civilização Moderna e Contemporânea” na FFCL. O retorno do professor Jean Gagé para a França, entre 1946 e 1947, colocou Olga Pantaleão na regência de umas das cadeiras mais disputadas do curso. Jean Gagé tornara-se, em 1938, o sucessor de Braudel na USP e a cátedra que ocupava, História da Civilização, foi posteriormente desdobrada em duas cadeiras: História da Civilização Antiga e Medieval e História da Civilização Moderna e Contemporânea. A primeira passou para as mãos de Eurípedes Simões e a segunda ficou com Gagé até seu retorno à França. Nesse momento, Olga Pantaleão, que foi orientada pelo próprio Gagé, preparava-se para a abertura do concurso, enquanto escrevia a tese para a cátedra. Em recordações memoriais, Pantaleão refletiu sobre o momento do concurso:

Eu, por exemplo, fui um desses elementos: fui contratada como I^a Assistente da Cadeira de História Geral, do setor de História Moderna e Contemporânea, indicada pelo Professor Jean Gagé, da Missão Francesa, o qual sempre me deu total apoio. E assim fiz parte do grupo de mulheres pioneiras que participaram do corpo docente inicial da Faculdade de Filosofia. Então, as coisas começaram a mudar. Uma reação masculina contra as mulheres começou a se manifestar por força de vários fatores: quando a mulher se mostra mais competente do que os homens do mesmo campo de estudo e de ensino, quando ocupava ou passava a ocupar lugar desejado por algum colega do sexo masculino, ou pela simples razão do preconceito antifeminista. [...] Durante quase um ano, de julho de 1946 a junho de 1947, mais uma mulher, eu mesma, pode aparecer nesse quadro, regendo interinamente a Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea. Durou pouco tempo: por pressão e ação do grupo masculino dominante no curso de Geografia e História tive de deixar a Faculdade, tendo feito o restante de minha carreira fora da USP.¹⁸

¹⁸ PANTALEÃO, Olga. “Olga Pantaleão. Historiadora”. In: BLAY, Eva Alterman & LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *Mulheres na USP: horizontes que se abrem*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004, p.112-114.

A citação acima é de mais de 30 anos após a realização do concurso e os recursos para que a historiadora formulasse a sua experiência (ou seja, as condições sociais de percepção e elaboração das violências de gênero) condiziam com o momento em que ela realizou a entrevista, em 1984. Embora não tenhamos informações precisas e detalhadas sobre o concurso para cátedra, o depoimento da historiadora condiz com as cartas escritas por João Cruz Costa a Eurípedes Simões e Pedro Moacyr: existia na ocasião uma organização masculina que se provou capaz de impedir o sucesso de Pantelão na conquista pela cátedra. Para escaparmos do perigo da narrativa da excepcionalidade individual daquelas que conquistaram os postos apesar das dificuldades impostas, nos interessa examinar como esses grupos remontavam as suas redes e estabeleceram um conjunto de estratégias de conquista dos espaços de poder.

Por fim, o concorrente de Olga Pantaleão era homem, formado em Direito e foi orientado por Eurípedes Simões, usufruindo assim das credenciais mais prestigiadas no período.¹⁹ Eduardo D'Oliveira França foi aprovado como catedrático, em 1952, e após o concurso Olga Pantaleão pediu transferência para a recém-criada - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília. Lá ela foi professora titular da cadeira de "História da Civilização Moderna e Contemporânea", entre 1959 e 1975, e diretora da Faculdade entre os anos de 1971 e 1975. Como a Faculdade de Marília, que sediava o I Simpósio da APUH era nova, as preocupações em torno da estruturação curricular para o curso História tonificam a atuação e o engajamento de Olga Pantelão, como analisaremos em instantes.

A terceira mesa-redonda presidida por Alice Canabrava foi intitulada como "O estudo da História da América e da História do Brasil no curso universitário: ensino tradicional e renovação". Na sua fala como relatora do temário, a historiadora traçava uma espécie de genealogia da historiografia brasileira, levantando os seus principais autores e os espaços de configuração do saber histórico. Anunciava-se uma fase "infantil" da ciência histórica: "O apelo da equipe de História do Brasil e da América deste Simpósio é uma ressonância daquele que foi formulado pelos diretores dos

¹⁹ Lidiane Rodrigues chama atenção para o papel de Braudel na composição do destino das cátedras no período: "Braudel extraiu o rendimento da conversão da formação prévia desses alunos "adiantados", auxiliou seus escolhidos, orientou seus sucessores franceses, e manteve-se atentíssimo ao significado das escolhas para os brasileiros. Longe de ser aleatória, a operação seletiva em jogo denota senso para as demandas da elite e aproveitamento máximo dos recursos humanos num mínimo de tempo disponível." *Op cit, p.88.*

Annales em 1929, Marc Bloch e Lucien Febvre, o de colocar a História entre as outras ciências, fazer da História uma disciplina enquadrada nas conquistas intelectuais do nosso tempo”.²⁰ Ainda na sua fala, Canabrava saía em defesa das pesquisas em História Social e Econômica e afirmava que elas, mesmo quando na forma de História Quantitativa seriam fecundas, por exemplo, para a História Comparada e, finalizava: “falamos em História, de um modo geral. Não nos parece que haja um método específico da História do Brasil ou da História da América, mas o método histórico, o método da ciência histórica”.²¹

Após a apresentação da relatora, Cecília Westphalen fez duas intervenções. A primeira sugeria a criação de um grupo trabalho para “a revisão da terminologia científica da História”, no momento em que insistia na aproximação entre História e Ciências Sociais “para buscar o auxílio de resultados e usar os seus métodos e técnicas”. Já na segunda intervenção, a historiadora advogava pelos métodos próprios de cada ciência e que esses deveriam ser exercitados com muito cuidado.²² Francisco Falcon concordava, com o receio de que poderia ocorrer uma identificação quase que completa entre História, Economia, Sociologia e Política: “Por outro lado, afastando-nos dessas disciplinas corremos o risco de ver tratada a História Brasileira não por historiadores mas por especialistas naquelas matérias”.²³

A polêmica ficaria a cargo de Eduardo França. O professor questionava a necessidade imposta por Canabrava de enquadrar a História como ciência, argumentado que haveria uma contradição entre a posição da relatora (especificidade da História do Brasil frente a outras disciplinas) e a atuação dela como professora e pesquisadora, posto que suas pesquisas privilegiavam a História do Brasil no eixo da História Comparada. A única intervenção de Sérgio Buarque de Holanda registrada nos anais do evento foi feita nessa ocasião de maneira diplomática, embora em favor de Alice Canabrava: “Concorda em que a História do Brasil é parte da História Moderna, mas cada uma dessas disciplinas tem sua matéria própria, da qual o método não pode ficar independente”.²⁴ Para ele, a História do Brasil não poderia ficar fechada a outros cientistas e nem ser posta no centro da órbita de todo o curso de História. Em resposta,

²⁰Ibidem.,p.122.

²¹Ibidem.,p.125.

²²Ibidem.,p.135.

²³Ibidem.,p.130.

²⁴Ibidem., p.137.

Eduardo França argumentava: “Contestando o Prof. Sérgio B. de Holanda, encontra uma contradição entre duas de suas afirmações, a primeira que rejeita a idéia de que a História seja reservada para o historiador, a segunda que frisa a especificidade da História do Brasil tendo em vista matéria própria com método próprio”. França ironizava e dizia que a História do Brasil fosse aberta para os sociólogos, outras cátedras na Sociologia deveriam ser abertas para os historiadores.²⁵

Diante da polêmica, Alice Canabrava salientou no relatório que a História Econômica (nos seus métodos e aportes) seria fundamental para a realização da História do Brasil. A historiadora se posiciona assim estrategicamente por meio dos seus discursos, práticas e, naquilo que era mais evidente no simpósio, no seu investimento sobre a História Econômica. Ao investir nessa disciplina, Canabrava reforçava o valor da cadeira e da sua própria trajetória, buscando dar a ela mesma um lugar de destaque não apenas no campo historiográfico, mas ainda na própria historiografia sobre o Brasil.

Junto com Olga Pantelão, Alice Canabrava foi reconhecida décadas após a APUH como pioneira no emprego do aparato metodológico da História Quantitativa no Brasil. Alice Canabrava estudou no colégio Caetano de Campos, freqüentado por ela entre 1926 e 1930. Recebeu, inclusive, o prêmio “Barão do Rio Branco” pelo destaque nessas disciplinas de História e Geografia. A clivagem de gênero se fazia visível na escola pelo fato de que enquanto aos alunos cabia a disciplina de Economia Política, as alunas se dedicavam à Economia Doméstica.

O ingresso de Canabrava no curso de História e Geografia da FFCL, em 1935, foi por comissionamento, isto é, por meio de uma prova especial em razão de ela ter sido professora primária.²⁶ Graças ao investimento nos estudos, Canabrava teve destaque entre os professores, sobretudo os franceses. Fernand Braudel, em 1937, indicou a historiadora para o doutorado e ela também cultivava boas relações com Pierre Monbeig. Em 1938, a historiadora é contratada como auxiliar de ensino de Paul Vanorden Shaw, regente da cadeira de “História da Civilização Americana”. Isso significava a possibilidade de permanecer, de maneira remunerada, na faculdade e de se “aproximar da especialização em História do Brasil”.²⁷ Canabrava concluiu em 1942, sua

²⁵ Ibidem., p.137-138.

²⁶ Todas as informações biográficas sobre a historiadora foram extraídas deste trabalho: ERBERELI JÚNIOR, Otávio. *A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava: um ofício como sacerdócio (1935-1977)*. Tese de Doutorado, História Econômica, FFLCH/USP, 2019.

²⁷ BLAY & LANG, op. cit, p.81.

tese, intitulada: “O Comércio Português no Rio da Prata: 1580- 1640”. O trabalho lhe valeu elogios da crítica nacional e estrangeira, como, por exemplo, a resenha escrita por Fernand Braudel vinculando a tese da historiadora à orientação dos “Annales”.

Em 1946, com a partida de Paul Shaw para o exterior, a porta estava aberta para a inserção como regente de Alice Canabrava na cátedra de História da Civilização Americana. No entanto, apesar de ela ter obtido as melhores notas do concurso, a cadeira foi destinada ao segundo colocado, Astrogildo Rodrigues de Mello. Tal qual no concurso de Olga Pantaleão para a cadeira de História Moderna e Contemporânea, entrava em ação uma clara articulação em favor do candidato masculino e que, operava para manter o controle dos homens no gerenciamento das cadeiras. Essa articulação era resultado, bem como promotora de uma cultura acadêmica machista dentro da universidade. Nas palavras da própria Alice Canabrava, décadas depois do concurso, em 1984: “Deste modo, fechados e protegidos pela organização interna do grupo, os colegas do sexo masculino se favoreciam de uma estrutura legal, por eles elaborada, para servir a seus interesses”.²⁸ Fato é que as condições das mulheres para a ascensão aos postos acadêmicos, sobretudo para uma cadeira vitalícia, não eram exclusividade do curso de História e Geografia. Observamos o mesmo fenômeno, por exemplo, na trincheira que foi organizada por Florestan Fernandes contra Paula Beiguelman em um concurso realizado em 1968 para a cadeira de Política, tendo em vista facilitar o ingresso dos seus discípulos homens. Como vimos, o gênero é, sem dúvida, um marcador fundamental no resultado dos concursos realizados na universidade naquele período.

Preterida no concurso da FFCL, Alice Canabrava direcionou sua trajetória para a recém-criada Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA). Lá ela prestou o concurso para “História Econômica” e se tornou, em 1951, a primeira catedrática da FCEA e também da USP, chegando à posição de diretora da faculdade entre 1954 e 1957, um período de crise interna e readequação curricular. O ambiente da FCEA era novo para Canabrava e estava marcado por demandas de profissionalização acadêmica e de modificações nas disciplinas e eixos temáticos da formação. Assim, o aprofundamento dos interesses de Canabrava nas reformas curriculares e na defesa da metodologia quantitativa para a História também se justificariam em razão do novo

²⁸ BLAY & LANG, op. cit., p. 102.

espaço social ocupado pela historiadora na FCEA. O reconhecimento de seus trabalhos na área de História Econômica foi estabelecido através de suas pesquisas presentes desde o doutorado, bem como na tese para o concurso na FFCL e da apresentada na FCEA. A história “social e econômica” praticada por Alice Canabrava é recorrentemente associada à sua relação com os professores franceses na USP e ao vínculo reivindicado por ela com os “Annales”.

As interações entre Economia e História também perpassaram as discussões de outra mesa-temática da APUH, intitulada “Matérias complementares e auxiliares o alargamento do horizonte no estudo da História.” O relator do temário era Eremildo Luiz Vianna, catedrático de “História Antiga e Medieval” na UB, que defendeu ser importante para a História a distinção entre matérias auxiliares (de caráter técnico, como a Paleografia) e complementares (por exemplo, “Doutrinas Econômicas” e “História da Arte”). A respeito da disciplina de “Introdução aos Estudos Históricos”, dizia-se o seguinte:

Na discussão mantida pela equipe, verificou-se que aos currículos de História não poderiam ser estranhas a Paleografia e a Metodologia Científica da História, esta sob as rubricas de Introdução Metodológica à História e de Teorias da História. Julgamos que a Introdução Metodológica à História deverá ser obrigatoriamente incluída nos currículos, quem sabe na primeira série, deixando-se para a última série o estudo particularizado das Teorias da História, que já abrange aspectos altamente filosóficos.

A despeito da certeza com que se falava da necessidade dos métodos para a formação dos historiadores no país e diferenciava metodologia e teoria em História, percebemos disputas em torno da diferença dos conteúdos feita pelo relator entre matérias auxiliares e complementares. Nas discussões do temário, o padre Júlio Lopes perguntava sobre o lugar da história eclesiástica nesse modelo, Ricardo Róman Blanco defendia a sua própria especialidade dentro da FFCL de São Paulo, isto é, o ensino de Paleografia (bandeira que carregou em todas as suas intervenções no evento) e Pedro Calmon destacava a importância da cadeira de Tupi. Alice Canabrava foi, porém, bastante direta: “A única dúvida que tinha no tocante ao relatório era se, entre as matérias complementares, seriam incluídas a Economia Política e a Estatística, tendo obtido do Relator resposta afirmativa para ambas”.²⁹ Nessas intervenções, é possível percebermos as linhas de força sobre o tema: o estímulo à Paleografia, pelo trato direto com os documentos necessários à pesquisa, a posição da Filosofia da História e da

²⁹Ibidem.

História da Historiografia na disciplina de “Introdução aos Estudos Históricos”. O estabelecimento desta última disciplina nos cursos de História abria o discurso dos métodos à disputa entre praticantes de diversas especialidades, sobretudo pelo fato de que ficaria a cargo de cada faculdade e do professor orientar o conteúdo da disciplina.

O lugar do professor foi assunto do temário coordenado por Maria Yedda Linhares, intitulado “O lugar das disciplinas pedagógicas no Curso de História”. Tratava-se de pensar os cursos de História como formadores de docentes para o ensino básico. Diante do tema, a historiadora empreendeu, na condição de relatora, uma análise histórica sobre a formação do professor de História no Brasil. Maria Yedda propôs a aplicação de algumas propostas imediatas para discussão e contou com o apoio de Amélia Americano de Castro, Guy de Hollanda, assistente de cadeira de História da América na UB e Altiva Pillati Ballana, catedrática em “História da América na UFPR”. As propostas giravam em torno das cadeiras de licenciatura, de uma didática específica aos professores de História, da edição de livros didáticos e cursos específicos para professores do ensino superior, bem como da necessidade de autonomia para cada universidade.

O assunto mais debatido foi a criação de uma formação “média” para o professor de História, pretensamente mais eficiente. Nesse sentido, seriam indicados alguns cursos introdutórios, gerais e regionais sobre História, com requisitos mínimos e disciplinas especializadas na formação técnica. A proposta era que existissem dois cursos de formação em História: um voltado para a formação de historiadores, outro especificamente destinado à formação de professores de História. O destaque dado a essa proposta ficou a cargo de Amélia Americano de Castro, então professora de Didática Geral na FFCL/USP e especialista em Metodologia de Ensino. No entanto, a ideia era defendida por Amélia Americano encontrou resistência. Cecília Westphalen e Uacury Ribeiro registraram a intenção de que esses cursos fossem realizados em regiões menos favorecidas e ao final, esta opinião foi acatada.³⁰ Olga Pantaleão também discordava da proposta, argumentando que seria utópico prever dois cursos diferentes, já que a preocupação com a especialização em didática era recorrente entre a maioria dos alunos. O argumento foi rebatido por Maria Yedda, a qual dizia no relatório do temário: “só objeta ao aparte da Professora Olga Pantaleão, dizendo que se é verdade

³⁰ SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR, 1., 1961, Marília. *Anais...* São Paulo: [s.n.], 1962, p.184.

que na grande maioria os alunos optam pela licenciatura, é verdade também que para a pesquisa encaminham-se os mais dotados, não se podendo neste caso ficar prêso a um critério quantitativo para a organização do curso”.³¹ Indispensável notar como a hierarquia social entre licenciados e pesquisadores era desenhada neste encontro.

A palavra “especialização” ecoou durante todo o encontro (a palavra é registrada mais de 120 vezes nos anais do evento) sobretudo no temário conduzido por Carl Valeer Franz Laga, regente da cadeira de História Antiga e Medieval na FFCL de Marília, intitulado “A especialização: as condições por ela pressupostas e as possibilidades inerentes ao Curso de História do Brasil”. O historiador argumentou que a especialização nas universidades se tornava incontornável à pesquisa. Contudo, as condições materiais precisariam ser aprimoradas para oferecer qualidade aos pesquisadores, fosse nos arquivos (cuja falta era lamentada pelo relator), fosse nas bibliotecas, ambos entendidos como espaços para a “coleta de dados”. Para Carl Laga, todas as cadeiras deveriam ser capazes de oferecer uma especialização aos alunos e esses mesmos alunos deveriam ser preparados nas “técnicas e métodos” através das experiências em seminários. A fala do relator sintetizada, na realidade, as principais questões levantadas em todos os outros temários: a denúncia das condições materiais para pesquisa na área em História, a estrutura das cátedras e os caminhos de incentivo à investigação na universidade, bem como o desejo pela criação da tão esperada pós-graduação.

O primeiro registro de intervenção foi de Cecília Westphalen:

Concorda com o relator quando êle liga a pesquisa à especialização, pois especialista nada mais é do que pesquisador em campo determinado. Tranquiliza-se ao ouvir que não se cogita unicamente formar professôres: o desenvolvimento de um país depende do progresso científico, progresso êste fundamentalmente ligado à pesquisa. É de opinião que, para a licenciatura, é necessário um trabalho pessoal, baseado numa pesquisa pessoal.³²

Segundo a historiadora, até mesmo o espaço de preparação à docência deveria vir acompanhado da pesquisa. As falas dos outros participantes do temário se pautaram pela experiência de especialização nas universidades por meio do incentivo à pesquisa, ainda que essa não fosse uma preocupação universal entre os presentes. Havia aqueles como o professor Fernando Sgarbi, que olhavam com receio a fórmula de direcionamento para a pesquisa durante a formação: “A ânsia de formar pesquisadores,

³¹ Ibidem., p.187.

³² Ibidem., p.105.

o mais cêdo possível, nas Faculdades, pode conduzir a uma produção de "bárbaros especialistas".³³

O sétimo e último temário contava com a participação de todos os relatores e secretários da APUH. Nomeado como "Reestruturação do Currículo", o temário era responsável pela produção de um relatório geral, o qual ficou a cargo de Olga Pantaleão e cujo texto foi assinado por ela. O objetivo era promover um amplo debate sobre o currículo mínimo e oferecer orientação para as faculdades no país. O relatório discutia, entre outras coisas, "matéria e técnicas auxiliares" e organizava o assunto em duas disciplinas. A primeira disciplina era "Introdução aos Estudos Históricos", na qual os alunos deveriam conhecer a Diplomática, a Cronologia, a Numismática, entre outras próprias ao estudo de técnicas. Olga Pantaleão previa, inclusive, que todas as disciplinas tivessem uma introdução própria à metodologia da História. O objetivo seria fornecer "especial cuidado à crítica histórica, com exercícios práticos abundantes".³⁴ A segunda disciplina "Teoria da História" e deveria, segundo ela, receber algum destaque e independência (como já ocorria no curso de História em Marília), diferentemente do que ocorria na maioria das faculdades, onde era englobada pela disciplina de "Introdução aos Estudos Históricos". Para a historiadora, os alunos de graduação, ainda no primeiro ano, não teriam formação suficiente para esse tipo de estudo. Recomendava então disciplinas separadas: "Introdução aos Estudos Históricos" para o primeiro ano, "Teoria da História" para o terceiro, que poderiam ser (ou não) lecionadas pelo mesmo professor.

A reação dos participantes do simpósio à proposta curricular foi diversa. Eduardo França julgava que "Teoria da História" deveria ficar no quarto ano da graduação. Já o padre e professor Carlos Weiss defendia "Introdução à Filosofia" já no primeiro ano, Metodologia (incluindo Paleografia) no segundo e, por fim, "Filosofia" ou "Teoria da História" no quarto ano de graduação. Para Alice Canabrava, não havia fundamento em separar as duas disciplinas: "Tomando como base quatro autores diferentes que tratam do método e da introdução aos estudos históricos, verifica-se que a massa dos problemas fundamentais nêles tratados nestes quarenta anos é a mesma."³⁵ Apesar dessas observações, Olga Pantelão não reviu o seu plano e sinalizava que os

³³ Ibidem.,207.

³⁴ Ibidem., p. 243.

³⁵ Ibidem., p.268.

cursos de Pós-Graduação permitiriam a expansão em direção a outras disciplinas, as quais seriam agregadas ao currículo dos historiadores profissionais. Neste temário, observamos a defesa pela obrigatoriedade da disciplina de “Teoria da História” para todos os cursos do país, segmentada das discussões técnicas, a cargo da disciplina de “Introdução aos Estudos Históricos”, que como demonstramos no capítulo anterior, já estavam institucionalizadas em muitos dos cursos de História antes do simpósio.

Vemos assim como o apelo a técnica e a busca pela especialização se tornavam sinônimos do incentivo à pesquisa para os historiadores presentes no simpósio. A atenção para com a “especialidade” adquiria formas diversas: críticas ao currículo insuficiente, apelos à reforma curricular, ênfase na criação da pós-graduação do país, bem como a revisão da periodização das cátedras (e, portanto, dos recortes temporais e temáticos) e da institucionalização de seminários de pesquisa na ordem curricular. Analisamos, por fim, como as disputas em torno dos métodos de análise de fontes se tornam um eixo fundamental para a efetivação das múltiplas formas de especializar a História.

3. Historiadoras e o método como estratégia de distinção

A importância da diferenciação de gênero como marcador de sentido das disputas no mundo acadêmico, embora não seja o único fator que a configura, é identificável através da participação e das moções promovidas e assinadas por Olga Pantaleão, Cecília Westphalen e Alice Canabrava. Dentre as 24 moções apresentadas no I Simpósio da APUH, uma delas (a moção 5) recebeu a assinatura das três historiadoras, junto de José Amaral Lapa. Essa moção previa a organização de um grupo de trabalho voltado para revisão, no idioma nacional, da terminologia científica da História, “sobretudo, dos conceitos básicos da ciência histórica que os termos encerram”. Pouco se sabe sobre a existência desse grupo, contudo a proposta assinala, por parte dessas historiadoras, que defendiam o estatuto científico da História.

Cecília Westphalen assinou também as moções de número 8, em louvor dos participantes (a qual assinaram todos os presentes), a moção 9, que recomendava a separação do curso de História e Geografia às instituições que ainda não a tivessem realizado, e, por fim, a moção de número 10, a qual pedia que os formados em

Pedagogia, Filosofia e Ciências Sociais pudessem lecionar História. Olga Pantelão promoveu sozinha, em resposta à insuficiência das condições de pesquisa, a moção de número 12 que versava sobre a necessidade de importar livros, cópias, microfilmes, revistas e fichas. Outra moção importante assinada pela historiadora foi a de número 14, a qual solicitava aos presentes no simpósio que se posicionassem sobre o direito dos historiadores de exercer o papel de arquivistas, “historiógrafos de museus”, “conservador de museu”. Tratava-se de uma reivindicação por mais postos de trabalho reservados aos historiadores, os quais deveriam ser os grandes responsáveis pelos cuidados da arquivística. Além dessas duas moções, Olga Pantaleão assinou a moção sobre os “cursos de férias” com ênfase na história local e regional junto com Sérgio Buarque e Maria Conceição Martins. Por fim, Alice Canabrava subscreveu, além da moção 5, a moção de número 23 que recomendava às faculdades a atribuição de recursos financeiros para a realização de cursos breves sobre História Contemporânea, orientados para o momento presente no âmbito nacional e internacional.

A assinatura dessas moções nos revela como a pesquisa não estava generalizada no curso de História e também como as historiadoras verticalizaram suas preocupações para o ensino técnico e metodológico, dentro das quais o ensino superior deveria se ocupar de fornecer as condições materiais para o incentivo à investigação histórica. Estas moções também revelam de maneira mais contundente a defesa destas historiadoras em torno de um novo espaço disciplinar, fundamentalmente em torno do oferecimento de condições voltadas à pesquisa em História. Em outras palavras, é visível como as mulheres atuavam na seara da profissionalização da história e na ética do trabalho intelectual do historiador, preocupadas com as condições sociais de pesquisa. Em termos de estrutura, é visível como o I Simpósio da APUH foi marcado por discussões em torno da especialização do historiador como pesquisador, orientado em prol das disciplinas, seminários e materiais para o desenvolvimento de pesquisas no curso, além de indicar transformações mais abrangentes e de fundo ao campo historiográfico, como a reforma curricular e a criação da pós-graduação. O discurso em favor dos métodos e de técnicas de pesquisa, a afirmação científica da História Econômica são encampadas pelas três historiadoras, ainda que não exclusivamente por elas.

Embora o apelo ao método científico e a História Econômica faça sentido à luz da trajetória de cada uma das historiadoras em questão (e das restrições encontradas por elas em seus percursos), não podemos afirmar que nesse encontro se desenhava uma articulação feminina, no sentido de um grupo coordenado. Essas historiadoras tinham interesses e projetos intelectuais distintos dentro de horizontes de referência semelhantes, porém é indiscutível que elas reconheciam o jogo e os alvos pelas posições que tomavam individualmente sobre a reestruturação do regime catedrático, o apelo à cientificidade da História, a técnica como condição para o desenvolvimento da formação dos historiadores denunciando do estado da pesquisa no Brasil.

O investimento delas nesses âmbitos e os seus interesses em comum nos mostram como o I Simpósio da APUH é legível através dos posicionamentos dessas historiadoras. Apesar das barreiras erguidas nos concursos a Olga Pantaleão e Alice Canabrava continuava valendo a pena jogar: longe de se encolherem após esses acontecimentos, ambas converteram suas carreiras para novos institutos, se destacaram na gestão da APUH e buscaram afirmar os seus poderes disciplinares em outros espaços exercendo importantes cargos de gestão. As historiadoras atuam estrategicamente investindo em áreas consagradas no campo, como a História Moderna e História Brasileira por meio de análises que levassem em conta as transformações socioeconômicas em voga no período. Isso contribuiu decisivamente para as tomadas de posição durante o I Seminário da APUH e para o renome dessas historiadoras futuramente no campo.

Defendemos que a incursão em determinados métodos não era desinteressada, uma vez que no evento se protagonizava a discussão entre os historiadores e historiadoras acerca da estruturação do campo da pesquisa histórica. Naquele momento, alegar a importância dos métodos da História e defender mecanismos específicos de ensino (como a existência de seminários e a reconfiguração curricular das disciplinas) reforçava sobre os investimentos de uma formação voltada à investigação, reafirmando o vínculo com a técnica de pesquisa, movimento que pode ser lido, entre as historiadoras examinadas, como uma estratégia de profissionalização e prestígio em um contexto disputa no campo universitário, já que elas se destacavam por estes investimentos. Em 1961, ano da realização desse primeiro Simpósio da APUH, as três

historiadoras atuavam nas respectivas instituições que fariam carreira, fosse em São Paulo, em Marília ou em Curitiba.

Além disso, a ênfase no discurso dos métodos era o ponto de contato dessas historiadoras com os professores franceses e as inseria numa lógica transnacional de trocas intelectuais, o que conferia a elas recursos para o estabelecimento de relações intelectuais e sociais fundamentais para a construção da carreira universitária no período. Por um lado, o apelo aos métodos históricos já estava bem estabelecido na época para além de contextos temporais e geográficos específicos. Por outro, e não menos importante, oferecia às historiadoras em questão a possibilidade de se vincular à prática reconhecida como francesa de “história econômica e social” e, no limite, à história praticada pelos “Annales”.³⁶

Se na investigação acerca da legitimação da revista pelos fundadores dos “Annales” importava mais a enunciação de uma “identidade” do que a definição substancial de um programa teórico-metodológico,³⁷ então acreditamos que não se possa ignorar que para essas três historiadoras o aporte da “história econômica e social” se tornava um recurso estratégico de identificação e diferenciação dos seus objetos de pesquisa e de suas próprias carreiras. Isto fica evidente no argumento rotineiro de que Pierre Monbeig e Fernand Braudel teriam exercido forte “influência” de matriz teórica e metodológica sobre Olga Pantaleão e Alice Canabrava e por meio delas enraizado plantado a semente da História Econômica na FFCL/USP.³⁸ Outro exemplo é a filiação e identificação de Cecília Westphalen às práticas dos “Annales” em História Econômica e Social, o que demonstra que essa não era uma especificidade do curso de História da USP, mas um contato próprio dessas historiadoras com tradições intelectuais francesas.³⁹

A quantificação se tornava um componente ideal para essas historiadoras na qualificação de uma imagem cientificista da História. Os dois paradigmas explicativos

³⁶ Sobre a relação entre a etiqueta “história social e econômica” e os “Annales”, ver: OSÉS, M. L. “Do ponto de vista dos nossos Annales”: a Revista dos Annales e a produção da história econômica e social (1929-1944). *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 435–463, 2021.

³⁷ OSÉS, Mariana Ladeira. O trabalho que se faz: a atividade diretorial nos Annales d’ Histoire Économique et Sociale (1929-1938). *HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA*, v. 10, p. 60, 2017, p.73.

³⁸ RIBEIRO, Maria Alice Rosa. As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no Brasil. *História Econômica & História de Empresas*, ABPHE, vol. 2(2), 1999, p.16.

³⁹ VAZ, Daiane, *Opc. cit.*, p. 80.

que pautavam majoritariamente a investigação história nas décadas de 1950 e 1960 estavam ligados aos “Annales” e a historiografia marxista, que uniam a preocupação com a longa duração e as estruturas econômicas e sociais. Disto, derivaria a ênfase na utilização de fontes e métodos propícios a quantificação e seriação.⁴⁰ A identificação dessas historiadoras com a História Econômica não se expressava de maneira genérica, mas circunscrita à Idade Moderna e Contemporânea, muito em razão do valor social que essas disciplinas exerciam no período. As teses de Alice Canabrava, Cecília Westphalen e Olga Pantaleão privilegiavam respectivamente esse recorte: “O Comércio no Rio da Prata de 1580-1640”, “Carlos V, 1500 e 1558: seu Império universal” e “A Penetração Comercial da Inglaterra na América Espanhola de 1713-1873”. Mas para além da exigência do próprio método quantitativo por quantidades expressivas de documentos, a opção dessas três historiadoras por tal recorte cronológico e espacial as colocava na órbita das cadeiras de “História da Civilização Moderna e Contemporânea” e “História da Civilização Brasileira”. Eram justamente aquelas que envolviam as disputas mais acirradas em termos inserção no campo acadêmico.

Esse também foi o caso de Emília Viotti da Costa, apesar de pertencer a uma geração posterior. Numa entrevista dada em 2002, ela dizia:

Só fui realmente aprender a pesquisar depois de formada, quando uma bolsa de estudos do governo francês me permitiu estudar em Paris. [...] Em Paris, freqüentei o Arquivo Nationale participei de seminários na École Pratique des Hautes Études, XVI Section da Sorbonne. Os mais proveitosos foram os do professor Ernest Labrousse, um militante socialista que se dedicava a história dos preços, e os do sociólogo Georges Gurvitch, cujo seminário era freqüentado, às vezes, por Lucien Febvre.⁴¹

Cecília Westphalen dizia, em um texto escrito em 1985, algo semelhante sobre a experiência de estudos na França:

De regresso da França, em 1959, onde estudara com Fernand Braudel, Jean Meuvret e outros, eu própria traria para difusão entre os meus colégias e discípulos, o conhecimento da escola de Annales, com os conceitos fundamentais da multiplicação do tempo histórico e o emprego da quantificação na História.⁴²

⁴⁰ FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. História Econômica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 27-43.

⁴¹ MORAES, José Geraldo Vinci de & REGO, José Márcio (orgs.). *Conversas com historiadores Brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002, p.70.

⁴² WESTPHALEN, C. M. Momentos da historiografia paranaense. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRIA (SBPH), IV, 1984, Rio de Janeiro. Anais... São Paulo: SBPH, 1985, p. 60.

O interesse de ambas nos cursos e seminários sobre técnicas e ferramentas da História Econômica em momentos distintos (Viotti viajou entre 1953 e 1954 e Westphalen entre 1958 e 1959) apontava para os investimentos dessas historiadoras para uma das áreas mais prestigiadas no epicentro que era a França naquele momento. Além disso, percebemos a convergência de investimentos no desenvolvimento de suas carreiras: a aproximação pela História Moderna, o investimento na viagem de estudos para a França, a realização de disciplinas orientadas para práticas quantitativas, a visita a arquivos franceses, o retorno para o Brasil, a aproximação com as disciplinas meta-históricas e a conversão de seus respectivos objetos de pesquisa para historiografia brasileira. Em outras palavras, é notória a semelhança dos percursos traçados por elas, ou seja, como elas iniciam as suas pesquisas sob o recorte da História Moderna apostaram em experiências e trocas intelectuais viajando até a França, e lá concentram o interesse na História Social e Econômica e nas práticas de arquivos e, ao retornar, deslocam suas orientações de pesquisa e de inserção acadêmica, encabeçando a formalização e desenvolvimento das disciplinas meta-históricas nos novos currículos dos cursos de História no Brasil na USP e na UFPR. Com relação às discussões meta-históricas, como analisamos, o tema estava dado no campo acadêmico dos historiadores, ainda assim, elas conduziram a estruturação desse novo campo disciplinar ao assumirem a disciplina de “Introdução aos Estudos Históricos”, posteriormente coordenando seminários técnicos, ensinando os alunos o trato com fontes em arquivo. É claro que, essa breve súpula de suas trajetórias não pretendeu dar conta de toda a extensão e interesses de suas carreiras, mas de iluminar a correspondência de aspectos determinantes. Estas duas trajetórias nos apontam para as estratégias de diferenciação da carreira (investimento em temas, disciplinas e na viagem ao exterior) fruto de uma luta pela inserção acadêmica feminina em um contexto marcado pela subalternização das mulheres no regime de cátedras. A partir das movimentações intelectuais, sociais e pessoais dessas historiadoras podemos compreender as condições de estabelecimento de uma carreira intelectual para as historiadoras no período.

Outra trajetória que não foi analisada neste capítulo, mas que integra uma movimentação muito semelhante à de Viotti e Westphalen é a de Maria Yedda Linhares. Optamos por não introduzir a sua trajetória na análise desse capítulo simplesmente porque a historiadora não apresentou um investimento direto no discurso dos métodos

no evento. Ainda assim, há algo fundamental sobre a trajetória de Yedda que vale ressaltarmos e que ilustrará o nosso esquema argumentativo.

Grosso modo, a incursão de Yedda para a “opção” pela História Moderna ilustra como era menos uma “escolha livre e desinteressada de objeto”, e muito mais um mecanismo de adaptação às condições de possibilidade de seu contexto universitário. Em outras palavras, a aproximação com Delgado de Carvalho, então catedrático de “História Moderna e Contemporânea” na Universidade do Brasil⁴³ que estava prestes a se aposentar, e o súbito falecimento do seu discípulo, Antero Manhães, abriram a porta que Yedda assumisse essa cátedra interinamente em 1955. Por incentivo de Carvalho, Yedda se apressou a realizar a sua livre-docência, realizada em seis meses e depois concretizou o seu posto no concurso como catedrática em 1957. Ainda assim, não é apenas a cadeira que torna as trajetórias de Yedda a Viotti e Westphalen possíveis de comparação. A historiadora logo no início da Graduação ganhou uma bolsa de estudos para os EUA onde permaneceu por dois anos na Universidade de Columbia. No retorno, em 1942, diplomou-se em 1944 na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro. Lá ela assumiu esta cátedra e declarava que muita resistência para que outros historiadores se aproximassem de pesquisas sobre História do Brasil. Pelo seu engajamento na Universidade, a historiadora foi aposentada compulsoriamente em aposentada pelo AI-5. No exílio, na década de 1970, já com uma carreira consolidada no exterior, a historiadora retorna ao Brasil e passa a se debruçar sobre História Agrária Brasileira com obras relevantes, tema este que se debruçou até o final de sua vida.⁴⁴

Somam-se aos pontos destacados sobre Yedda estratégias semelhantes adotadas por outras historiadoras do período. Embora elas tivessem tido interações diretas com os professores franceses e tenham justificado a partir daí a intimidade com a metodologia quantitativa, Viotti e Westphalen tomaram como fator de diferenciação o contato que tiveram durante suas viagens de pesquisa com aquilo que era entendido como o “santo graal” da História na época, isto é, o método quantitativo e a pesquisa documental na

⁴³ Este argumento fica visível através da entrevista concedida por Maria Yedda Linhares em 1991: “Acho também que foi ele quem me levou à história das relações internacionais. Embora nunca me tenha dito isso, acho que ele tinha clareza de que dificilmente se poderia fazer uma história moderna e contemporânea européia aqui no Brasil. O melhor que se poderia fazer seria uma boa história das relações internacionais”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013, p.223.

⁴⁴ LIBLIK, Carmem S. F. K. Trajetória de Maria Yedda Linhares"notas sobre a construção de um devir. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 22, 2016, p.127.

França. O intercâmbio e tudo que derivava dessa circulação internacional conferiam os laços sociais e intelectuais fundamentais para a construção de uma carreira possível para as mulheres no período. Depois da passagem pela França, Cecília Westphalen dedicou-se à História regional e brasileira, apesar de sua titularidade na cadeira de “História Moderna e Contemporânea” na UFPR, enquanto Emília Viotti, conduzindo como assistente as disciplinas meta-históricas na USP, voltou-se também para a historiografia brasileira e teve sua livre docência orientada por Sérgio Buarque. A dinâmica espacial também é fundamental na análise das adaptações dessas historiadoras. Outro aspecto notável que é elucidado pela trajetória da Alice Canabrava é o deslocamento da própria História Econômica dos Departamentos de História nas décadas de 1960 e 1970 com a criação de institutos e Departamentos de História Econômica para que não ficassem reféns das discussões dos cursos de História, como foi criado o curso na FCEA/USP.

A despeito da atuação intelectual no âmbito da História do Brasil, Emília Viotti dizia o seguinte, em 2002 ao ser questionada sobre o seu orientador em uma entrevista: “Quando Sérgio Buarque de Holanda veio integrar o Departamento de História da USP, eu já estava formada e ensinando. Convidou-me para ser sua assistente. Declinei o convite por preferir permanecer no curso de Introdução aos Estudos Históricos, longe dos conflitos de uma cadeira que tinha numerosos assistentes”.⁴⁵ A fala nos revela algo importante: a cadeira de “História da Civilização Brasileira” era a mais prestigiada da época e também a mais conflituosa. Ainda assim, Buarque era reconhecido pela eleição de um contingente expressivo de mulheres como auxiliares de ensino e assistentes de pesquisa, em 1967, entre oito, cinco eram mulheres,⁴⁶ ainda que mulheres de estratos sociais mais altos. Viotti justificava a sua decisão de seguir na disciplina de “Introdução aos Estudos Históricos” pelas lutas intestinas a cadeira mais prestigiada do campo, a de Brasil.

Diante da assimetria das forças entre mulheres e homens, nos interessa deslocar o pólo do argumento da “excepcionalidade” daquelas que superaram as barreiras e construíram as suas carreiras intelectuais. Assim, se desenhava como opção para historiadoras como Alice Canabrava, Olga Pantaleão, Cecília Westphalen, Emília Viotti, entre outras, o deslocamento e a conversão para disciplinas, faculdades e institutos recentes. Essa era a tática possível e provavelmente a mais viável para o desenvolvimento de suas trajetórias

⁴⁵ Ibidem., p.79.

⁴⁶ ERBERELI JÚNIOR, p. 189.

intelectuais. Com isso, argumentamos como estas historiadoras hasteavam a bandeira da pesquisa e do pesquisador(a) para a profissionalização da História, incorporando os dispositivos de uma escrita historiográfica e metodológica sob o signo cientificista. E para reforçar sua posição institucional, elas se ancoravam na História Quantitativa chancelada pelos “Annales” ou viajando diretamente para a França ou EUA, coordenando e distribuindo de maneira eficiente os símbolos mais lucrativos e valorados na época.⁴⁷

Outro fator essencial, e que merece uma investigação mais apurada do que a que seremos capazes de realizar é o investimento das mulheres na área de História Econômica, como foi dito anteriormente. Essa inclinação aos métodos e as teorias econômicas surgem de diversos fatores, e longe de terem sido um fenômeno geracional ou institucional. Além disso, tratava-se menos ainda de uma exclusividade paulista, como demonstram as próprias trajetórias de intelectuais como Cecília Westphalen e Altiva Pilatti Balhana no Paraná, bem como Maria Yedda Leite Linhares, Eulália Maria Lahmeyer Lobo e Maria Bárbara Levy, no Rio de Janeiro.⁴⁸

Enquanto a História do Brasil possibilitava o contato direto com arquivos dos estados e municípios, os métodos quantitativos eram chancelados no campo brasileiro pela “vanguarda Annalista”. Apesar de terem direcionado suas carreiras para a área da História do Brasil, Olga Pantaleão, Alice Canabrava, Emília Viotti e Cecília Westphalen não lecionaram na então disputada cadeira de “História da Civilização Brasileira”,⁴⁹ a qual no Departamento de História da USP teve, em 1971, a primeira mulher na condição de regente interina, Myriam Ellis, historiadora e filha de Alfredo Ellis Júnior, que fora o segundo professor da mesma cadeira após a saída de Afonso Taunay, em 1939.

Em suma, três argumentos nos saltam aos olhos ao compararmos essas trajetórias femininas: 1) a incursão para a cadeira de História Moderna era menos uma

⁴⁷ A longevidade desse discurso fica evidente em uma entrevista realizada em 2003 em que Alice Canabrava argumenta sobre a sua formação em História e Geografia na USP entre 1935-1938: “Obrigavamos a nós mesmas, à consulta aos artigos de revistas especializadas, em Geografia, como em História. Nesta, incursionávamos pelo Annales, que até hoje se qualifica pelo pioneirismo quanto aos estudos históricos”. CANABRAVA, Alice P. “O caminho percorrido”. *Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica*. Setembro de 2003.

⁴⁸ RIBEIRO, *op. cit.*, p.26-30.

⁴⁹ A cadeira de “História da Civilização Brasileira” recebeu os seguintes professores concursados durante o regime catedrático – Afonso Taunay (1934-1937), Alfredo Ellis Jr. (1938-1951?) e Sérgio Buarque de Holanda (1958-1969).

“livre escolha de objeto” e estava relacionada diretamente a condições de adaptação específicas nas instituições que essas mulheres atravessaram 2) relatos sobre as dificuldades e barreiras criadas em torno do desenvolvimento de pesquisas voltadas exclusivamente aos estudos de Brasil (e claro, as disputas intestinas a cadeira de “História da Civilização Brasileira”). Ainda assim, todas elas, a partir do momento em que se consolidam em suas trajetórias voltaram as suas pesquisas diretamente aos estudos sobre o Brasil 3) Investimento na História Econômica, uma das áreas mais prestigiadas na França no período como estratégia de diferenciação de seus objetos e pesquisas.

Em suma, nosso objetivo foi demonstrar até aqui como o discurso e a prática dos métodos se tornaram recursos fecundos para o desenvolvimento da carreira de mulheres na universidade em um contexto de profissionalização do historiador como pesquisador. As associações universitárias, as colaborações intelectuais e as interações entre as historiadoras examinadas fortaleceram a posição de cada uma delas, mas não apenas isso: a atuação delas contribuiu para firmar laços num grupo profissional, o dos historiadores, e para a expansão dos seus poderes disciplinares. É aí que acreditamos estar mais bem situado o protagonismo dessas historiadoras na defesa do ensino secundário de História e na regulamentação da profissionalização de historiador no Brasil, afinal, elas que encabeçaram o projeto de regulamentação da profissão dos historiadores e historiadoras no país na década de 1970. Afirmamos, enfim, que Alice Canabrava, Olga Pantaleão, Cecília Westphalen e Emília Viotti pautaram-se por critérios objetivos de seleção de objetos que, por um lado, reforçaram seus próprios laços de pertencimento ao grupo e, por outro, eram repaginados por elas na forma de discurso dos métodos, apoio a cientificidade da História, orientando-se para a História Econômica. Essa tríade de elementos discursivos e práticos enfatizava a despersonalização das autoras frente aos textos em um contexto de valorização dessas tendências historiográficas Brasil a fora, o que reforça o nosso argumento sobre o papel que a circulação intelectual atuou na difusão do discurso dos métodos no país. Essas mulheres foram contra o padrão historiográfico diletante, e, o que se vê aqui é a defesa de uma imagem específica de conhecimento, isto é, de uma ética do trabalho intelectual promovida pela alfabetização historiográfica da pedagogia da pesquisa histórica.

O que nos parece interessante é que para além destas mulheres, outros agentes das

camadas socialmente dominadas no mundo acadêmico ascenderam sob o investimento da cientificização e da profissionalização dos seus respectivos cursos. A equação entre a intensa dedicação à pesquisa, a defesa pela tecnicidade do ofício, a racionalização das etapas de trabalho, a ênfase no discurso dos métodos e a gestão controlada do tempo formavam uma unidade de fatores diferenciais, servindo de arma e escudo contra os recursos desproporcionais dos agentes no regime catedrático e (fora dele). Este investimento é visível na trajetória de Florestan Fernandes (1920-1995), professor de origem popular, apostou na universidade e na política como meio da ascensão social, assumindo a cadeira de Sociologia I na USP na década de 1950.⁵⁰ Em linhas gerais, o sociólogo comprometeu-se com a profissionalização da Sociologia através da racionalização da ciência e do intenso estudo teórico e metodológico, entre outros tantos temas. No sistema de oposições, ele personificava condutas avessas aos padrões intelectuais diletantes, ou seja, dos “indisciplinados dos polígrafos grã-finos” marcados pelos grupos cujos capitais culturais foram adquiridos pela família, geralmente inclinados a produção literária⁵¹, como por exemplo, os intelectuais que compunham o Grupo Clima.

Outro caso emblemático de investimento no protagonismo da técnica foi Antônio Ferreira Cesarino Junior (1906-1992), professor negro e de origem popular que se tornou catedrático de uma nova disciplina jurídica, a de Legislação Social, na Faculdade de Direito da USP conhecido por ser um professor rigoroso, metódico cuja defesa foi incansável pelo ensino profissional do Direito, o que alguns na época até nomeavam como “neurose”.⁵² Na contramão dele estava o “tipo ideal do franciscano”, ou seja, figuras que se apegavam a propriedades derivadas da origem de classe, como por exemplo, Goffredo da Silva Telles cuja família era de políticos, bem nascido, se tornou professor da FD e apostava no ensino filosófico contra o discurso técnico já que para ele, o curso deveria formar líderes políticos.

⁵⁰RODRIGUES, Lidiane Soares. *Entre a academia e o partido: a obra de Florestan Fernandes (1969/1983)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2006.

⁵¹RODRIGUES, Lidiane Soares. Rivalidades científicas e metropolitanas: São Paulo e Rio de Janeiro, Sociologia e Ciência Política. *Urbana: urban affairs and public policy*, v. 18, 2017, p.87.

⁵² VALLE, Franco Della. *A construção da autoridade de jurista: Cesarino Junior, a Faculdade de Direito da USP e o Direito do Trabalho (1938-1976)*. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História, 2022.

No caso da História, como vimos, quem apostou nessa nova plataforma de disputa foram as mulheres. Elas notadamente apostaram em outra ideologia de trabalho como, por exemplo, era professada por Eduardo D'Oliveira França. O historiador que acreditava que a pontualidade na sala de aula era uma coisa medíocre reafirmava mais uma vez como os estratos tradicionais se relacionavam com o cotidiano e o mundo intelectual. Ainda assim, o historiador e propagava uma História “arrastadamente emocional”, avessa à submissão dos métodos, já que para ele, quando entrava o espírito, emergia a História.⁵³

Estes casos ilustram um sistema de oposições entre os dominados, ou seja, aqueles que investiram na ascensão social via universidade, que apostando na ética científica de trabalho intelectual como uma forma democrática de acesso ao conhecimento e na ênfase dos métodos. Do outro lado, estavam os estratos sociais que elaboravam intelectualmente as suas origens de classe, que apostavam nas incursões literárias, cujas marcas do autor eram reforçadas como propriedades distintivas de suas contribuições.

A nossa hipótese é a de que as figuras socialmente dominadas na universidade contribuíram com destaque para o processo de profissionalização dos seus respectivos cursos na década de 1950 e 1960. Elas se ocuparam materialmente das lutas em prol de melhores condições para o desenvolvimento da pesquisa, apostando na disponibilidade de recursos e fontes, variando, se sobrecarregando e diversificando a sua atuação sempre sob a égide de um trabalho intelectual documentado. Por fim, a questão não era que elas fossem às primeiras pessoas a defenderem esses parâmetros de cientificidade, mas de convencerem as outras pessoas de que elas eram. Não queremos dizer com isso que foram conservadoras, apenas que foram estratégicas: elas sabiam o que estava em jogo, sofreram com a desigualdade das regras e por isso, equiparam-se para jogar.

⁵³RODRIGUES, Lidianne Soares. Armadilha à francesa: homens sem profissão. *História da Historiografia*, n. 11, Ouro Preto-Rio de Janeiro, 2013, pp. 94-98.

Conclusão

Neste capítulo, buscamos demonstrar como o discurso dos métodos serviu não apenas como estratégia de profissionalização da História, mas ainda como certas historiadoras se valeram da cientificização das pesquisas em um período de ampla disputa acerca das condições de afirmação da História e dos historiadores como categoria profissional. Com isso, entendemos que o gênero era um marcador social e operava num quadro profundamente assimétrico e que induzia a adoção de estratégias e de projeção distintas dos demais agentes no campo. É neste sentido que ao cruzar a trajetória e a atuação em particular de Alice Canabrava, Olga Pantelão, Cecília Westphalen, Emília Viotti observamos como foi possível que elas se inserissem no mundo acadêmico, subvertendo as constrictões impostas por um regime machista, disputando espaço. Todas essas historiadoras investiram de maneira semelhante na racionalização da pesquisa histórica, evocando os seguintes elementos: a chancela de suas atuações pelo vínculo com os “Annales”, a importância de uma “História Social e Econômica”, a filiação com a história científica, quantitativa e técnica. Além disso, quando empossadas em posições de poder, voltaram suas contribuições de pesquisa para o quinhão historiográfico mais disputado da época, as pesquisas sobre História do Brasil. Valendo-se da sacralização dos métodos históricos, essas historiadoras ocuparam posições no campo universitário em vias de profissionalização e se tornaram referências historiográficas.

Considerações Finais

Devemos rever a imagem que temos de nós mesmos é o título que nomeia a entrevista conduzida por Sylvia Basseto a Emília Viotti da Costa em julho de 1999. A ocasião celebrava o título de Professora Emérita da FFLC/USP naquele ano.¹ Sobre a sua experiência formativa, Viotti argumentava:

Coube a cada um de nós encontrar seu próprio caminho, construir a sua própria síntese histórica. Mais tarde preferi seguir Caio Prado, em vez de acompanhar Gilberto Freire, cuja falta de rigor metodológico, impressionismo e principalmente conservadorismo me faziam vê-lo como porta-voz das oligarquias.

Dois dos signos foram convocados pela historiadora na defesa da sua livre-docência de 1964, (trecho que abriu a introdução deste trabalho) aparecem novamente em sua fala, 35 anos depois. Referimo-nos ao argumento da busca pela “síntese histórica” e o reforço do papel do “método”, ou do “rigor metodológico”. Neste trecho também fica evidente as características do historiador ideal para a Viotti, ou seja, rigoroso, fiel as fontes e progressista.

Neste trabalho, analisamos uma dentre as características que passaram a definir internamente e externamente os historiadores e historiadoras, ou seja, o discurso dos métodos. Tais discursos serviram como instrumentos práticos, simbólicos e retóricos, ao final, mobilizados como recursos de diferenciação entre os praticantes da disciplina. Para traçarmos uma genealogia dos usos sociais desse discurso, optamos pelo recuo estratégico para o século XIX com o objetivo de analisar as diferentes enunciações do que se entendia por métodos na configuração do saber histórico no Brasil. Com isso, concluímos como a expressiva quantidade de bacharéis em Direito que se dedicaram aos estudos históricos aproximava o modelo jurídico das formulações sobre os métodos históricos, como por exemplo, o papel da prova, da testemunha, da função judiciária. Por diversos ângulos, apresentamos como as facetas dos tais métodos históricos eram beneficiadas pelas interações com as “ciências auxiliares” e pela antiga crítica documental.

Os procedimentos de pesquisa denominados como parte da “concepção moderna” de História provenientes de tradições epistemológicas muito anteriores ao

¹ BASSETO, Sylvia. “Devemos rever a imagem que temos de nós mesmos”. *Revista ADUSP*, 1999, p.15.

estabelecimento dos métodos históricos, tornaram-se auxiliares na medida em que se reconhecia nos métodos, a instância legítima, ou seja, de gestão e síntese desses saberes. Defendemos que foi justamente o caráter elástico que se emprestou à noção de métodos que garantiu o efeito e a longevidade desse discurso. Isto ficou particularmente visível com as análises que nos pautamos sobre Capistrano de Abreu, Afonso Taunay e Rodolfo Garcia, entre outras figuras. Assim, foi possível investigar o processo de incorporação do discurso dos métodos no vocabulário e na prática dos historiadores e como isto atuou na racionalização das etapas do trabalho intelectual corroborando para uma autoimagem do especialista em História, apoiado em uma gama de virtudes epistêmicas que passaram a conformar a *persona* do historiador e o seu ofício desde o século XIX.

Ainda assim, uma questão chave parecia de difícil solução: como e por onde circulava o discurso dos métodos? Com a dificuldade de rastrear como se dava a circulação das obras metodológicas no contexto pré-universitário, qualificamos como é recorrente a atribuição dessa transmissão através do IHGB, das relações entre mestres e discípulos ou da justificativa que esses historiadores faziam parte de uma concepção historiográfica comum, ou seja, a “moderna historiografia brasileira”. Apesar do IHGB possuir normas e técnicas para a História, a incorporação destas prescrições não era integral e nem muito menos homogênea entre os estudiosos. Em suma, havia muito mais uma adaptação de métodos, teorias e práticas ao ofício, do que uma formulação metodológica compulsória do Instituto aos seus membros.

Entre o século XIX e início do século XX, no desenho de uma comunidade historiográfica, concluímos como o discurso dos métodos passou a garantir um efeito de ordenamento da relação dos historiadores com as fontes de pesquisa. A gestão da História passava pelo esforço de policiar, avaliar e cobrar posturas metodológicas, o que partia dos historiadores mais consagrados, que não apenas legislavam sobre os rumos da história do Brasil, mas ditavam sobre os meios legítimos com que esta deveria ser feita.

Já na metade do século XX, o caso de José Honório Rodrigues e Sérgio Buarque de Holanda se tornou particularmente interessante porque ilustrou como a circulação internacional foi central para o modo e para a ênfase que passaram a atribuir aos métodos históricos na formação dos historiadores no país. Até a década de 1950, ambos estavam encarregados de funções em instituições culturais que também dependiam da

elaboração de critérios científicos de organização e gestão de fontes como no *Instituto Nacional do Livro*. Ainda assim, o discurso dos métodos se tornava um instrumento pelo qual defendiam a especialização do historiador, reivindicado por eles por meio da transmissão em disciplinas específicas nas recém criadas universidades brasileiras. Eles advogavam isso na década de 1940 e 1950 fora da universidade e para além do campo universitário através de jornais específicos do período. Com eles analisamos como as discussões meta-históricas não necessariamente foram encabeçadas pelos professores universitários, mas destacamos como a transnacionalização do discurso dos métodos foi fundamental para o estabelecimento e a sobrevivência destas discussões. A comparação destes bacharéis em Direito e historiadores de profissão agregaram três pontos centrais para a nossa análise: 1) a incorporação do léxico e dos instrumentos jurídicos nos métodos históricos 2) a transnacionalização de pessoas como fator fundamental para a difusão do discurso dos métodos 3) como a defesa dos métodos históricos não era um fator exclusivo dos professores universitários, pelo contrário, era vocalizada por dois bacharéis que trabalhavam em instituições culturais no gerenciamento de arquivos.

Com isso, analisamos como não foi com o advento da universidade que os métodos foram de pronto, universitarizados. Isto não quer dizer que não havia nenhum tipo de ensino metodológico, afinal, os seminários de documentos faziam parte de algumas das cátedras do curso de História, mas ficavam a cargo do catedrático e não eram obrigatórios. A partir do estudo de caso da USP, analisamos como a metodização das Ciências Humanas correspondeu a um processo em voga partir da década de 1940. No caso da História, entre as décadas de 1950 e 1960, uma série de ações coletivas foi realizada no sentido de profissionalizar a atividade dos historiadores, como a criação da Revista de História, a separação do curso de Geografia ao de História, a publicação de manuais metodológicos, criação de disciplinas meta-históricas, formação de espaços de discussão e socialização do conhecimento universitário, como a “Sociedade dos Estudos Históricos” e posteriormente, a APUH/ANPUH, em 1961.

A publicação de manuais e a criação das disciplinas meta-históricas evidenciaram o ato legislador do discurso dos métodos na universidade. A institucionalização e o desenvolvimento das disciplinas de “Introdução aos Estudos Históricos”, “Teoria da História” e “Metodologia da História” na USP foram encarregadas aos franceses, Jean Glénisson (1957 e 1958) e Yves Bruand (1959-1969) e

a assistente brasileira Emília Viotti da Costa (1957-1968). Os dois primeiros, formados na “Écoles des Chartes”, cultivavam uma história metódica, apoiada sobre a paleografia e a arquivologia. A recepção dos “chartistas” representava aos anseios dos brasileiros com relação ao ensino das técnicas, na gestão de conhecimentos caros aos historiadores metódicos, arquivística, paleografia, numismática, filologia que eram introduzidas com a proposta de corrigir as “deficiências metodológicas” do curso de História da USP. Apesar dos “Annales” constituírem, entre historiadores, um signo de inovação no campo historiográfico, objetivamente quem estabeleceu e conduziu a versão disciplinar da discussão meta-histórica na USP foram os “chartistas”. Isto significou que na década de 1950 e 1960, a expectativa com relação à formação inicial dos historiadores era de uma pedagogia da pesquisafundamentada na transmissão dos métodos, mas não exclusivamente, afinal as discussões teóricas e historiográficas pautavam os programas de curso.

A rotinização das preocupações meta-históricas também fica evidente na publicação (e nas sucessivas reedições) de dois manuais historiográficos de estrangeiros, “Introdução aos Estudos Históricos” por José van den Besselaar (1956) e “Iniciação aos Estudos Históricos” por Jean Glénisson (1961). Essas publicações sinalizavam que tinham como objetivo sanar as “insuficiências” curriculares na formação dos historiadores, em um contexto de separação do curso de História e Geografia no Brasil. Esse é outro importante indicativo de como se viabilizavam intelectualmente os instrumentos de pesquisa no campo da História muito antes da criação do sistema de Pós-Graduação no país. É possível inferir que a universitarização do discurso dos métodos contou com a criação de duas plataformas consagradas de ensino dos métodos, ou seja, as disciplinas e os manuais metodológicos.

Neste sentido, nas décadas de 1950 e 1960 abriu-se um novo horizonte de defesa da tecnicidade e dos métodos como modelos cientifizantes dos cursos. Institucionalizou-se assim um espaço próprio para a reflexão sobre os instrumentos específicos de cada curso através da universidade. A partir da análise do caso da universitarização do discurso dos métodos na USP foi possível argumentar como este discurso se tornou um recurso que maximizava o acúmulo de prestígio, sobretudo quando hasteada por figuras menos prestigiadas no campo. A trajetória de Emília Viotti da Costa elucidou bem esses pontos. Apesar da sua experiência nas disciplinas meta-

históricas ser menos reconhecida (ousamos dizer, desconhecida sobre a historiadora), esta experiência foi fundamental na formação e produção intelectual de Viotti, que foi a única assistente das disciplinas desde 1957 até a sua aposentadoria compulsória em 1968. Com essas disciplinas, verificamos com a linguagem meta-histórica esteve na ponta da lança das discussões sobre a ética de trabalho do historiador como pesquisador, instrumentalizadas pela historiadora nas suas mais diversas contribuições intelectuais.

O protagonismo das mulheres na profissionalização da História ficou evidente na articulação de Alice Canabrava, Olga Pantaleão, Cecília Westphalen no primeiro encontro da APUH. O investimento no discurso dos métodos por elas evidenciou o papel estratégico e simbólico que ele passou a exercer entre os historiadores, mais ainda, em suas identidades profissionais. Em outras palavras, os investimentos na racionalização das etapas de trabalho, na gestão de tempo, na ênfase da pesquisa se tornaram estratégias em um contexto de estruturação do estatuto científico das ciências humanas no Brasil. Este fenômeno é visível entre as figuras socialmente dominadas, mas que apostaram na academia como forma de ascensão social, como Florestan Fernandes, Antônio Cesarino e principalmente entre as mulheres na História. Afinal, as suas estratégias foram semelhantes, ou seja, apostaram na ética científica de trabalho intelectual como uma forma democrática de acesso ao conhecimento e na ênfase dos métodos em seus respectivos cursos.

Em suma, defendemos que foi justamente a plasticidade terminológica, a função auto-explicativa do discurso dos métodos, que garantiram a mobilidade e assim a longevidade desse rótulo disciplinar. Acreditamos que o discurso dos métodos atuou simbólica e materialmente no processo de profissionalização da História entre as décadas de 1950 e 1960 no Brasil, bem como na constituição da autoridade intelectual dos historiadores como pesquisadores. Por fim, essa pesquisa buscou por diversas lentes, desautomatizar os discursos e símbolos que soam umbilicais à formação dos historiadores e historiadoras, buscando acima de tudo *rever a imagem que temos de nós mesmos*.

A FORMAÇÃO INSTITUCIONAL E PRODUÇÃO DOS DOCENTES/ASSISTENTE DAS DISCIPLINAS “META-HISTÓRICAS”

	Jean Alexandre Henri Glénisson (1921-2010)	Yves Bernard Bruand (1926-2011)	Emília Viotti da Costa (1928-2017)
FORMAÇÃO ESCOLAR UNIVERSITÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> - Collège de Cognac (1931-1938)- França - Faculté de Lettres de Poitiers – (1938-1940) -Bacharel em Filosofia (1938) - Licenciado em Letras, menção em História (1938-40) com certificados em: História Antiga, História Medieval, História Moderna e Estudos Literários e Clássicos - École Nationale des Chartes (1941-44) - Diploma de técnico de bibliotecas (1942) - Diploma de arquivista e paleógrafo (1946) - Tese na École des Chartes: “Les enquêteurs réformateurs de 1270a 1328”. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudos Primários e Secundários no Liceu de Montluçon(Allier) - França - Université de Clermont-Ferrand - Bacharel em Letras (Filosofia e Letras); Licenciado em Letras com certificado em: Estudos Latinos, História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea. - ÉcoleNational desChartes (diploma de arquivista e paleógrafo), em 1951. - Écoledu Louvre – título de “Estudos superiores” - Tese de doutorado: “L’ architecture Contemporanaine au Brésil”,1973,Lille, Srtul 	<ul style="list-style-type: none"> -Curso Primário: Instituto de Educação Caetano de Campos; Colégio Mackenzie (1935-1938); Curso de Admissão – 1939. - Curso Secundário: Colégio Mackenzie (1940-1945) e Colégio Visconde de Porto Seguro (1946). - Bacharel e Licenciatura em História e Geografia na USP com curso de especialização em História Medieval, Moderna e Contemporânea (1948-1953) -Bolsista do governo francês (1953-1954) -Diploma na École du Louvre (Paris) – “Histoire de La peinture française”; “L’impressionism et Le debutdu XX ssiécle”. - Bolsa de Estudos da Reitoria da USP (1954)
CARGOS	<ul style="list-style-type: none"> -Membro da École Française d’Archéologie d’Histoire a Rome (1946-48) - Membro dos Archives Nationales (1952) - Chefe do Archives de la Bibliothèquede l’Afrique Équatoriale Française à Brazzaville” (1952–1957) - Catedrático na USP (1957-1958) na disciplina Introdução aos Estudos Históricos - Assistente de Direção de Estudos na École Pratique dès HautesÉtudes (1957) - Diretor de Estudos na École Pratique des Hautes Études - Diretor do L’Institut de Recherche et D’histoire des Textes (1986) 	<ul style="list-style-type: none"> - Membro da ÉcoleFrançaise de Rome(1952-1954) - Membro da ÉcoledesHautes-EtudesHispaniques na Casa Velasquez de Madrid (1954-1955) - Bibliotecário no Cabinetdes Estampes de La Bibliothèquede Nationale (1955) - Catedrático na USP da disciplina de Introdução aos Estudos Históricos (1960-1963), Teoria da História (1963-1969), Metodologia da História (1964-1969)e História da Arte (1962). -Chefe de equipe de Arte na Sociedade dos Estudos Históricos (1961) 	<ul style="list-style-type: none"> - Professora de História Geral no Curso Secundário do Instituto Mackenzie (1951) - Professora Catedrática de História Geral e do Brasil no Instituto de Educação em Jundiá (1955-1956) - Professora Contratada da Cadeira de História Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba (1955) - Assistente Contratada da Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea da FFCL-USP (1955-1958) - Assistente do Curso de Introdução aos Estudos Históricos da FFCL – USP (1957-1960). - Professora de História Geral e do Brasil no Colégio de Aplicação, anexo àFFLC-USP (1958-1960) - Assistente Extra-Numerária, sem remuneração, do curso de Introdução aos Estudos Históricos da FFCL-USP (1960-1962) - Concurso de Livre Docência – Cadeira de História da Civilização Brasileira (1964) - Assistente Docentena disciplina de Metodologia da História e Teoria da História (1962-1968) - Regime de Dedicção Exclusiva nas disciplinasde Teoria da História e Metodologia da História (1965-1969)
PUBLICAÇÕES ANTERIORES OU COMO DOCENTES NAS CADEIRAS	<ul style="list-style-type: none"> - La Peste Noire, auxédition Arthaud, em colaboração com Mme. Elisabeth Carpentier. Publicação de Documentos: 	<ul style="list-style-type: none"> -“L’Architecture militaire em Bourbonnaisdu XIII au XV siècle”. Étudehistoriqueetarchéologique – Paris 1951 (Tese da ÉcoledesChartes) 	<ul style="list-style-type: none"> - A revolta camponesa de 1381 na Inglaterra: sintoma dos desajustes sociais e econômicos do século XIV” In: Revista de História, 13, 1953. - Tentativa burguesa de limitação do poder real

<p>- Clément VI (1342-1352). Lettres closes, attentsetcuriales se rapportant a laFrance, Paris, de Boccard, 1958-1961. (Bibliothèquedes Écoles franceses d'Atheneset de Rome). Em collaborationavec G. Mollatet E. Deprez.</p> <p>- Registres Du TrésordesChartes, Tome I. Regne de Philippele el. Paris, ImprimerieNationale, 1958 (ArchivesNationales. Inventairesetdocuments). Sous La direction de R. Fawtier, em collaborationavec J. Guérout.</p> <p>- L'administration dès Etats de l'Egliseau XIV siècle. Correspondan dès deslégatsetvicaires-généraux. Gil Albornoz et Androin de la Roche (1353-1357). Paris, 1964. BibliothèquedesÉcolefrançaise d'Atheneset de Rome, fasc. 203. Em collaorationavecMgr. G. Mollat, Membre de l'Institut.</p> <p>- Participação na direção do Sr. Fawtier, a reformulação do "Manual das fontes da história da França". Redação de registros referentes ao período 1270-1380. Um primeiro estado "reneótipo" deste trabalho foi submetido, em 30 de maio de 1964, aos diferentes colaboradores do "Nouveau Molinier".</p> <p>Artigos:</p> <p>- Um agente de La Chambre apostoliqueauXIV^e siècle. Lesmissions de Bertrand de Mazel (1364-1378), dans LesMélanges d'archéologieet d'histoire de l' Ecolefrançaise de Rome, année 1947, p.88-199.</p> <p>- Documentidell' Archivio Vaticano relativi ala collotoriodiSicilia (1372-1375) dansRivistadiStoria dela Chiesa in Italia, année 1948, p.225-262.</p> <p>- Notes d'histoiremilitaire: quelqueslettres de défidu XIV sicle, dansBibliothèque de L'École dès Chartes, t. XVII (1947-1948), p.235-250.</p> <p>- Une administration medieval eauxprisesavecladisette. La questiondesblésdans lês provincesitaliennes de l'Etat pontifical em 1934-1375 dans Le Moyen-Age, année 1951, n.3-4, p.305-328.</p> <p>- Les origines de la revolte de l'Etat pontifical em 1375. Lessubsidesextraordinairesdans lês provincesitaliennes de l'Egliseautemps de Grégoire XI, DansRivistadiStoria dela Chiesa in Italia, anée 1951, p.145-148.</p> <p>- La politique de Lous de Gonzague, seigneur de Mantoue, pendant laguerre entre Grégoire XI et BernaboViscontini (1371-1375), dansBibliothèque de L'ÉcoledesChartes, t. CIX, (1951), p.232-276.</p> <p>- "Um emigrante francês no Brasil": Jean-</p>	<p>- "La position strategiquedesChâteauxduBoubonnaisauMoyen-Âge", artigo publicado em Bulletin Monumental, CX, 1952, p. 101-118.</p> <p>- "Histoire de lacollectionLudovisi-Boncompagni (1621-1901)"</p> <p>- "Contributìonal'étudeduMécénatà Romeau XVII siècle. Mémoire apresente à l'AcademiedesInscriptions et Belles-Lettres1952, commetravaileeffectué em tant que membre de l'Écolefrançaise de Rome".</p> <p>- "Lessculpturesantiquesetmodernes de La collectionLudovisi-Boncompagni". Tese apresentada na "Écoledu Louvre" em9 de outubro de 1954, para obtençãodo diploma de estudos superiores da referida escola.</p> <p>- "San Gimignanoetdesanceintes", artigo publicado nos Mélanges d'Archéologie et d'Histoire, publicação da "Écolefrançaise de Rome", ano 1955, p.259-277.</p> <p>- "La restauration dès sculpturesantiques de La collectionLudovisi (1621-1633)", artigo publicado nos Mélangesd'Archéologie et d'Histoire, publicado pela "Écolefrançaise de Rome", ano 1956, p.397-418. O mesmo trabalho foi objeto de uma comunicação a - "SociétéNationale dès Antiquaires de France", em 13 de junho de 1956, com algumas modificações. Ver Bulletin de laSociétéNationaledesAntiquaires de France, 1956, p.84.</p> <p>- "De l'importancehistoriqueet de La valeurmilitaires dès ouvragesfortifiésen Vieille-Castilleau XVsiècle", artigo publicado em Moyen-Âge, 1957, p.61-66.</p> <p>- "Des forteressescastillanesdu XV siècle" comunicação a "sociétéNationale dès Antiquaires de France" em 3 de abril de 1957, p.76-77.</p> <p>- "BibliothèqueNationale-Exposition Fontenelle- Novembre-December 1957". Catálogo (em colaboração com Lise Dubier e Henri-Jean Martin), Paris, 1957.</p> <p>- "Planetélévation de l'église Saint-Jean de Sens (d'aprèsdessdocumentinédits); comunicação apresentada a "SociétéNationaledesAntiquaires de France" a 9 de junho de 1958. Ver Bulletin, 1958, p. 132-134.</p> <p>- "Le château de Gisors. Principalescampagnes de construction", artigo publicado no Bulletin Monumental, CXVI, 1958, p.243-265.</p> <p>- "Um grandcollectionneur, marchand etgraveurdu XVIII siècle. Gabriel Huquier (1695-1772)", artigo publicado em 1959 na "--</p>	<p>durante a Guerra dos Cem anos sua expressão nos Estados Gerais de 1357. In: Revista de História, n.1, 1953.</p> <p>- Contribuição para o estudo da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX. In; Revista de História, n.10</p> <p>- Propriedades de japoneses na região de Cotia. In: Boletim Paulista de Geografia, n.9, outubro de 1951 (co-autoria)</p> <p>- Cotia e Itapeirica: subúrbios de São Paulo In; A cidade de São Paulo. Cia Editora Nacional, São Paulo, 1958</p> <p>- O movimento republicano em Itu: os fazendeiros do Oeste Paulista e os prodromos do movimento republicano".In: Revista de História, n.27, 1956.</p> <p>-Os objetivos do ensino da História no Curso Secundário. In: Revista de Pedagogia, n.11, 1957.</p> <p>-Sugestões para a Melhoria do Ensino de História no Secundário. In: Revista de Pedagogia, n.11, 1961.</p> <p>- Algumas tendências da Historiografia Contemporânea no Congresso Internacional de Roma em 1955. Iniciação aos Estudos Históricos, de Jean Glénisson e colabs. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1961.</p> <p>- O material didático no ensino de História. In: Revista de Pedagogia, n.10, 1960</p> <p>- Consciência da crise da Civilização Ocidental, Spengler, Toynbee, Huizinga e Schweitzer. In: Anhembi, 23, 1962</p> <p>Resenhas:</p> <p>Emile Leonard: Histoire Du protestantisme. In: Revista de História, n.12, 1958.</p> <p>O Centenário do conselheiro Rodrigues Alves. In: Revista de História, n.13, 1953.</p> <p>Karl, Heinz Hanse. Primeiro encontro com a arte. In; Revista de História, n.23, 1955.</p> <p>Noticiário:</p> <p>Concurso para a Cátedra de História Moderna e Contemporânea na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP. In: Revista de História, n.12</p> <p>- A cadeira de Introdução aos Estudos Históricos na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP. In: Boletim de História, Rio de Janeiro, 1960</p> <p>Traduções;</p> <p>"Do outro do Sudão à Prata da América, Fernand Braudel". In: Revista de História, n.13</p> <p>- História, Economia e Estatística, LucienFebvre.</p>
---	--	---

<p>Etienne Seraine (1827-1854). Revista de História (São Paulo), n.46. (1961), p.445-474.</p> <p>- "Bilan et méthodes: la démographie française au XIV siècle. Annales, année 1962, n.1, p.109-129. En collaboration avec Elisabeth Carpentier.</p> <p>-</p> <p>"Observations sur les finances et la comptabilité de villes françaises entre Loire et Pyrénées (XIII-XVI). Em collaboration avec M.Ch. Higounet.</p> <p>- "Um témoignage sur les "crises" du XVI siècle: l'enquête pontificale sur les biens des Hospitaliers 1373.</p> <p>- "Inventaire analytique des registres JJ 60-64 (1319-1328) por F. Soehnée, H. Jassemin, R. Marichal e J. Glénisson</p> <p>Inventaire analytique des registres JJ 73-79 (1338-1350) por Jacques Monicat, R.H. - Bautier, Didier Ozanam e J. Glénisson</p> <p>Thèse d'École des Chartres: Les enquêteurs réformateurs de 1270 a 1328 (Seus ont été imprimés les positions, dans Positions des thèses promotion de 1946, p.81-88).</p> <p>- Mémoire de L'École française de Rome: Etude sur l'administration des provinces italiennes de l'Etat pontifical, de Lamort d'Albornoz au Grand Schisme.</p> <p>- Chronique des revues françaises d'histoire dans la Revue d'Histoire ecclésiastique de Louvain, de 1950 a 1952.</p> <p>- Contribution française a l'International Bibliography of Historical Sciences, de 1950 a 1952.</p> <p>- Obra: "Iniciação aos Estudos Históricos" (com colaboração de Pedro Moacyr Campos e Emília Viotti da Costa). São Paulo, Difusão Europeia do Livro 1960, 350 p.</p>	<p>- "Gazette des Beaux-Arts" (2 semestre de 1951, publicado somente em 1959), p.99-114.</p> <p>- "Église de Saint-Pere- sous-Vézelay", monografia publicada no "Congrès archéologique de France"; CXVI session, 1958 (saído em 1959), p.383-391.</p> <p>- "Chronique du Bulletin Monumental", tomo CXVI, 1958, p.135-146; e 273-279; tomo CXVII, 1959, p.123-136 e 293-308; tomo CXVIII, 1960 p.211-222.</p> <p>- "Hubert Gravelot et l'Angleterre. L'influence de l'artiste sur l'art anglais et l'importance de son séjour outre-Manche dans la carrière", artigo publicado na "Gazette des Beaux-Arts", 1960, p.35-44.</p> <p>- "Chronologie de l'église de Saint-Pere-sous-Vézelay", comunicação apresentada a "Société Nationale des Antiquaires de France" em fevereiro de 1950. Ver Bulletin de la Société. 1959, p.68-70.</p> <p>- "Restauration des châteaux-forts em Espagne au cours des vingt dernières années", comunicação apresentada a "Société Nationale des Antiquaires de France", em julho de 1959. Ver Bulletin de la Société, 1959, p.227-230.</p> <p>- "Bibliothèque Nationale-Catalogue de l'exposition; La gravure originale en France au XVIII siècle, janvier-fevrier 1960". Paris, 1960.</p> <p>- "Ambiência história no tempo de Schopenhauer" em Kriterion, revista da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, t.XIII, n.53-54, julho-dezembro 1960, p.513-518.</p> <p>- "L'expérience de Brasília. Essai de synthèse des principales critiques concernant la nouvelle capitale Du Brésil". Information d'histoire de l'art. Ano, n.4., setembro-outubro 1961, p.111-120 e n.5, novembro-dezembro 1961, p.142-152.</p> <p>- "A experiência de Brasília: tentativa de síntese", mesmo artigo com algumas modificações, no "O Estado de São Paulo", 20 de outubro de 1962, Suplemento Literário, n.302-p.2-3.</p> <p>- "Bibliothèque Nationale. Département des Estampes: Inventaire Du fonds français. Graveurs du XVIII siècle par Edmond Pognan, conservateur et Yves Bruand, bibliothécaire. Tomo neuvième: Ferrard (Français) - Gaucher (C.E.) Paris, Bibliothèque Nationale, 1962, 562, p.8. (Parte redigida por Y. Bruand; Flipart-Fraisse, p. 203-293. Fratrel-Gaucher, p.354-562).</p> <p>- "Hérison (étude archéologique du château d')", no Bulletin des Amis de Montluçon, troisième</p>	<p>In; Revista de História, n.14.</p> <p>- A História das Palavras, Lucien Febvre. In: Revista de História, n.15.</p> <p>Conferências e Palestras</p> <p>- Associação dos Geógrafos Brasileiros: Comunicação sobre Itapicirica e Cotia, 1953.</p> <p>- Aspectos do ensino de História no Brasil, janeiro de 1954, na Faculdade de Letras de Toulouse.</p> <p>- Primeiros povoadores do Brasil. In: Sociedade dos Estudos Históricos, setembro de 1955.</p> <p>- Relações Humanas através da História. In: Hospital Municipal, 1959.</p> <p>- Os partidos políticos no Segundo Império ao Colégio Estadual Américo Brasiliense. Santo André, 1961.</p> <p>- José Bonifácio: Mito e História – conferência proferida no Museu Paulista por ocasião das comemorações do bi-centenário do nascimento de José Bonifácio. São Paulo, junho de 1963.</p> <p>- A Revolução Republicana de 1889 – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Pontifícia Universidade Católica – 1965.</p> <p>- História e Literatura – Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Pontifícia Universidade Católica – 1965.</p> <p>- A Proclamação da República – No Museu Paulista, em junho de 1965.</p> <p>- A Cultura Brasileira – 1870-1920 – na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Pontifícia Universidade Católica, 1966.</p> <p>- A função social da História – na Faculdade de Direito em 22 de agosto de 1966.</p> <p>- A Emancipação política do Brasil – na Folha de São Paulo, em 30 de outubro de 1966.</p> <p>- Aspectos da Realidade Brasileira – a convite do Centro A.E. Taunay do Departamento de História, em 3 de março de 1967.</p>
---	---	--

		<p>série, n.14, 1963, p.7-22.</p> <p>-“A obra de Chardin”, no O Estado de São Paulo, 8 de junho 1963, Suplemento Literário, n.333, p.6, e, 15 de junho de 1963, Suplemento Literário, n.334, p.6.</p> <p>-“Metodologia da História, teoria da história e história da historiografia”, na Revista de História, n.54, 1963, p.515-522.</p> <p>-“A escultura francesa na Idade Média”, no O Estado de São Paulo, 19 de outubro, 1963, Suplemento Literário n.352, p.6, e, 26 de outubro 1963, Suplemento Literário n.353, p.6.</p> <p>-“O “Art nouveau” europeu”, no O Estado de São Paulo, 13 de junho de 1964, Suplemento Literário n.384, p.6 e 20 de junho 1964, Suplemento Literário n.385, p.6.</p> <p>-“L’ambiguïté de l’art nouveau em architecture”, em “L’information d’histoire de l’art”, 9année, maio-junho, 1964., p.118-124.</p> <p>-“Os franceses na Guanabara (Publicação e comentário de duas cartas a Calvino, escritas pelo Almirante Villegagnon e os pastores Chartier e Richier quando da expedição francesa de 1557)”, em colaboração com José Gonçalves Salvador, em Revista de História, n.57, 1964, p.209-238.</p> <p>-“L’église de Saint-Pere-sousVézelayetlacollégiale Saint-Sulpice de Diest”, em Bulletin Monumental, CVVII, out-de. 1964, p.349-354.</p> <p>-“Do realismo a arte abstrata”, em O Estado de São Paulo, 30 de janeiro 1965, Suplemento Literário n.415, p.6, e, 6 de fevereiro 1965, Suplemento Literário n.416, p.6.</p> <p>-“Le plan-sepentialdandl’architecturecontemporaine” em “L’Information d’histoire de l’art, 10 ano, janeiro-fevereiro 1965, n.1,p.18-29.</p> <p>-“Baroqueet rococó dansl’architecture de Minas Gerais” em “Gazette des Beaux-Arts”, maio-junho, 1966,p.321-338.</p>	
--	--	--	--

BIBLOGRAFIA

1) Fontes

Arquivo Geral da USP. Abertura: 18/11/1987. Caixa: 5141/08. Interesse: Emília Viotti da Cost. Doc Base: 42660/FFCL. Assunto: /Contrato Docente.

BRUAND, Yves. Metodologia da História, Teoria da História e História da Historiografia. *Revista de História*. n.º 54 – 2.º Semestre de 1963.

BLAY, Eva Alterman & LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *Mulheres na USP: horizontes que se abrem*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004, p.112-114.

BESSELAR, José Van Den. Prefácio à primeira edição. Introdução aos Estudos Históricos, Editora Herder, São Paulo, 1958.

BESSELAAR, José Van Den. Introdução aos estudos históricos (II) – Questões pedagógicas. *Revista de História*, 1954-1956.

CAMPOS, Pedro Moacyr. O estudo da História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. *Revista de História*. N.18, 1954, pp.500-501.

CARDOSO, Fernando Henrique. Universidade precisa de mais método e menos ideologia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 jan. 2004. Caderno USP: 70 anos, p.13.

COSTA, Emília Viotti da. O material didático no ensino da História. *Revista de Pedagogia*, São Paulo, Universidade de São Paulo, n. X, 1959.

COSTA, Emília Viotti da. Sugestões para a melhoria do ensino da História no curso secundário. *Revista de Pedagogia*, São Paulo, Universidade de São Paulo, ano 6, vol. VI, n. 11/ 12, 1961.

COSTA, Emília Viotti da. O problema da motivação no ensino de História. *Revista de Pedagogia*, São Paulo, Universidade de São Paulo, n. XIII, 1963.

“Discurso proferido quando da entrega do título de professor emérito”. Outorga do Título de Professor Emérito Emília Viotti da Costa. São Paulo / SDI / FFLCH / USP, 2002.

Emília Viotti da Costa. Arquivo Geral da USP, SP, Abertura: 18.11.1987. Caixa: 5141-08. Doc Base: 42660 /FFCL Assunto: Contrato Docente.

GLÉNISSON, Jean; CAMPOS, Pedro Moacyr; COSTA, Emília Viotti da. Iniciação aos estudos históricos. São Paulo: Difusão Européia, 1961,

PAULA, Eurípedes Simões de. “A Universidade e a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras”. *Revista de História*. São Paulo, nº 54, 1963, p. 528-529.

“Preambulo – Disciplina de Introdução aos Estudos Históricos, 1956, Administração da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas”; Arquivo Geral da USP, Abertura: 23/11/1987 (RUSP). Caixa: 1983. Interesse: Rcardo Roman Blanco. Doc Base: 61/FFCL. Assunto: Contagem de tempo de serviço.

SIMPÓSIO DE PROFESSÔRES DE HISTÓRIA DO ESNSINO SUPERIOR, 1., 1961, Marília.

SIMÕES DE PAULA, Eurípedes. A outorga do título de doutor “Honoris Causa” pela Universidade de São Paulo ao professor Jean Glénisson. *Revista de História*, São Paulo, n.68, vol 4, 1966, p.591.

SILVA, Janice Theodoro. Entrevista com Emília Viotti da Costa. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: IPM e cassados. São Paulo: Novatécnica Editorial, volume 8, 2018ais... São Paulo: [s.n.], 1962, p.184.

GARCIA, Rozendo Sampaio. I Congresso Brasileiro de Universitários. Noticiário. *Revista de História*, nº 45 - 1º trimestre, 1961, p.277.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Livre-docência na cadeira de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, *Revista de História*, v. 33, n.67, 1966.

MESGRAVIS, Laima. O curso de Pós-Graduação do departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 3 (5): 87-188, mar, 1983.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Uma homenagem a Emília Viotti da Costa (1928-2017). *História econômica & História de empresas*, vol. 20 n. 2, 2017.

2) Bibliografia Geral

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A história tem juízo: o juiz e o inquérito como modelos de autoria e procedimento analítico na escrita historiográfica. *História da Historiografia*, v. 13, n. 34, p. 17-40, 2020.

ANDRADE E SILVA, Raul de; CASTRO, Luís Antônio de Moura. Livre-docência na cadeira de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, v. 33, n. 67, p. 263-284, 1966.

ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira: a historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006.

ARANTES, Paulo Eduardo. Certidão de Nascimento. *Novos Estudos Cebrap*, 23 de março, 1989.

ARANHA, Patricia. *Geografia como profissão: campo, auto-representação e historiografia (1934-1955)*. Tese de Doutorado em História Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017, p.93-111.

ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar; BENTIVOGLIO, Julio.(orgs). *As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico*. Serra: Editora Milfontes, 2017

ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 57, n. 90, 1894.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, 1988.

ARAÚJO, Valdeir Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. *História da Historiografia*, v. 12, p. 34–44, 2013.

ALVES, Fabrício. *Folheando páginas, descobrindo histórias: a Revista de História e a difusão da historiografia dos Annales no Brasil (1950-1960)*. 2010. Dissertação

(Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

ASSIS, Arthur Alfaix. Schemes of historical method in the late 19th century: cross-references between Langlois and Seignobos, Bernheim, and Droysen. *In*: FERNANDES, Luiz Estevan de Oliveira; PEREIRA, Luísa Rautner; MATA, Sérgio da (org.). *Contributions to theory and comparative history of historiography: German and Brazilian perspectives*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2015.

AZEVEDO, A.;SILVEIRA, J.D. O ensino de Geografia na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia*, FFCL/USP, n.3, p.72-87, out.1949

BASSETO, Sylvia. “Devemos rever a imagem que temos de nós mesmos”. *Revista ADUSP*.

BENTHIEN, Rafael Faraco. *Interdisciplinaridades: latinistas, helenistas e sociólogos em revistas (França,1898-1920)*. 2011. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BENTHIEN, Rafael Faraco. Por uma história cruzada das disciplinas: ponderações de ordens prática e epistemológica. *Revista de História*, n.179, p.1-23, 2020.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva; 2004,

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p.205.

BRAUDEL, Fernand. O ensino de história e suas diretrizes. *In*: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1935)*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1937.

BRÖNSTRUP, Gabriela D’Avila. Rodolfo Garcia esboçado em cartas: tensões entre o erudito e o intelectual. *História da Historiografia*, v. 24, p. 114-129, 2017.

BRÖNSTRUP, Gabriela D'Ávila. *Um ofício polivalente: Rodolfo Garcia e a escrita da história (1932-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015.

CANHADA, Julio. *Construções de um século: discursos filosóficos no Brasil oitocentista*. Tese de Doutorado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Filosofia, FFLCH / USP, 2017,

CÂNDIDO, Antônio. Um homem, duas cidades. In: *A ATUALIDADE DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 2011. Disponível em: <http://iptv.usp.br/portal/video.action?idItem=8867>. Acesso em: 05 fev. 2022.

CAPELATO, M. H.; GLEZER, R.; FERLINI, V. L. A. Escola uspiana de história. *Estudos Avançados*, v. 8, n. 22, set./dez. 1994.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Silvana Maura de Batista. *A formação do professor de História na Faculdade de Filosofia da Universidade Estadual de Ponta Grossa de 1950 a 1970: propostas curriculares e memórias docentes*. Dissertação - Universidade Federal do Paraná para obtenção do título de Doutora em História, 2010.

CARLOTTO, Maria Caraméz. Relato pessoal ou primazia da estrutura? Da história oral à história estrutural como modelo para a sociologia histórica institucional. In: *18º Congresso Brasileiro de Sociologia* 26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF).

CEZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. In: GUIMARÃES, Manoel (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2006. p. 29-41.

CEZAR, Temístocles. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. *História*, v. 24, n. 02, p. 207-240, 2005.

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história da historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004.

CEZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, v. 8, n. 15, p. 159-2-7, jul-dez. 2007.

COSTA, Aryana. Um regime de transição: o papel do IHGSP no curso de história da Universidade de São Paulo (1934). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 32, nº 67, 2019, p. 530-548.

COSTA, Aryana. O permanente da Olga. HuMANAS: Pesquisadoras em Rede, 9 de Jul de 2020.

COSTA, Aryana. A Escola Uspiana de História: panorama das contribuições da história da historiografia para um tema clássico. *Rev. Bras. Hist.* 40 (85), Sep-Dec 2020.

CONRAD, Robert. João Capistrano de Abreu: Brazilian historian. *Revista de História da América* v. 59, 1965.

COUTINHO, Afrânio. *Euclides, Capistrano e Araripe*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.

COSTA, Aryana Lima. Um regime de transição: o papel do IHGSP no curso de história da Universidade de São Paulo (1934). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 32, nº 67, p. 530-548, maio-agosto, 2019.

COSTA, Aryana Lima; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. O ensino de História como objeto de pesquisa no Brasil: no aniversário de 50 anos de uma área de pesquisa, notícias do que virá. *Saeculum: Revista de História*, João Pessoa, jan./jun. 2007

COSTA, Aryana Lima. O Papel dos Cursos de Graduação em História: uma discussão sobre a formação dos profissionais de História. *AEDOS*. Num. 6, vol. 3, Janeiro - Junho 2010.

DASTON, Lorraine; GALISON, Peter. *Objectivity*. New York: Zone Books, 2007.

DELLA VALLE, Franco. *Vida e morte do bandeirante: Alcântara Machado e a produção da história paulista*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ELIAS, Norbert. “Scientific establishments”. In: ELIAS, Norbert; Martins, Erminio; WHITLEY, Richard D. (orgs). *Scientific Establishments and Hierarquies*. Dordrecht: D. Rieder, 1982.

ERBERELLI JÚNIOR, Otávio. *A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava: um ofício como sacerdócio (1935-1997)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

EUGÊNIO, João Kennedy. *Um ritmo espontâneo: o organicismo em Raízes do Brasil e Caminhos e Fronteiras de Sérgio Buarque de Holanda*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: UNESP, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Os professores franceses e a redescoberta do Brasil. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, ano XI, n.43 – 246, abr. maio. jun., 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

Fernandes Freire, D. J. Memória, história e identidade: o caso da “escola uspiana de história”. *Artcultura*, 21(39), 2019.

FICO, Carlos. O campo da Teoria da História e da Historiografia no Brasil. In: *Novas Questões de Teoria e Metodologia da História e Historiografia*. Org. Benito Bisso Schmidt. São Leopoldo: Oikos, 2011, p.40.

FRANÇOZO, Mariana. *Um outro olhar: a etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. A Teoria Geral da História: Considerações a propósito de um livro recente. *Revista de História*, n.7- 3trim, 1951, 138.

FREIXO, André de Lemos. José Honório Rodrigues na Biblioteca Nacional (1946-1953): (re)considerando as relações entre memória e história. *Escrita da História*, v. 1, n. 2, p. 49-81, 2015.

FREIXO, André de Lemos. José Honório Rodrigues (1913-1987). In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (org.). *Os historiadores: clássicos da história do Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, Editora PUC, 2018, v. 4.

FREIXO, André de Lemos. Ousadia e redenção: o Instituto de Pesquisa Histórica de José Honório Rodrigues. *História da Historiografia*, v. 6, n. 11, p. 140-161, 4 mar. 2013.

FREITAS, Sônia Maria de. *Reminiscências*. Editora Maltese, 1994.,

GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 388, p. 459-613, 1995.

GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal. Primeiro congresso de história nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. *Tempo*, v. 9, n. 18, p. 147-170, 2005.

GUIMARÃES, Manoel. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 93-122.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da história. *Humanas*, v. 23, n. 1/2, p. 111-143, 2000.

HANSS, Stephen. The fetish of accuracy: perspective on early modern time(s). *Past and Present*, n. 243, mai 2019.

HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2003.

HAUSER, Henri. Brésil: au payz des chercheurs d'or. *Revue Bleue: Politique et Littéraire*, 1937.

HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA PODCAST. A (In)disciplina obediente dos historiadores. Entrevistadora: Luísa Rautiner Pereira. Entrevistada: Lidiane Soares Rodrigues. 17 jul. 2020. Disponível em: <https://hhmagazine.com.br/aindisciplina-obediente-dos-historiadores-entrevista-com-lidiane-soares-rodrigues>. Acesso: 04 fev. 2022.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Apologia da História. In: COSTA, Marcos (org.). *Para uma nova história*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Econômica. In: COSTA, Marcos (org.). *Para uma nova história*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

HOLANDA, Sergio Buarque de. Missão e profissão. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 ago. 1948, quarta seção p.1.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Para uma nova História. In: COSTA, Marcos (org.). *Para uma nova história*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, 1988.

JACKSON, Luiz Carlos. *A tradição esquecida: estudo sobre a sociologia de Antonio Candido*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 2001, vol.16, n.47, pp.127-140.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LANGLOIS, C.V.; SEIGNOBOS, C. *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo, Renascença (Nova Jurisprudência), 1946.

LEOPOLDO E SILVA, Franklin. *Universidade, Cidade, Cidadania*. Hedra, 2014;
LIMONGI, Fernando. “Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo”. In: MICELI, S. (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Vértice: IDESP: FINEP, 1989.

LEFÈVRE, Jean Paul –Les missions universitaires françaises au Brésil dans les années 1930. *Vingtième Siècle – Revue d’Histoire*, 38, 1993

LIBLIK, Carmem S. F. K. Trajetória de Maria Yedda Linhares"notas sobre a construção de um devir. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 22, 2016, p.127.

LIMA, José Adil Blanco de. *A obra de Henri Hauser e sua trajetória intelectual no Brasil (1866-1946)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MACHADO, Daiane Vaz. *Por uma “ciência histórica”*: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998. Tese de Doutorado - Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista, 2016.

MASSI, Fernanda Peixoto. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo*. Campinas, 1990, Dissertação de Mestrado defendida no Departamento de Antropologia da Unicamp. Mimeo.

MALERBA, J (org.), *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2010.

MARIN, Jerri Roberto; MARIN, Ana Paula. Alfredo Maria Adriano D’Escragnolle Taunay e seus múltiplos olhares sobre Mato Grosso: entre a civilização e o sertão. *História & Perspectivas*, v. 31, n. 58, p. 119-134, 2019.

MARQUES, Ana Luiza. *José Honório Rodrigues: uma sistemática teóricometodológica a serviço da história do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2000.

MATOS, Odilon Nogueira de. Sociedade dos estudos históricos. *Revista de História*, v.2.n.5, 1951, p.1

MICELI, Sergio. (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré/Fapesp, 199, p.104.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: Edusc, 2004.

MOMIGLIANO, Arnaldo. História antiga e o antiquário. *Anos 90*, v. 21, n. 39, p. 19-76, jul. 2014.

MONBEIG, Pierre. *Aula Magna, 1984*. Pour le cinquantenaire de l'Université de São Paulo. In: THÉRY, Hervé; DROULERS, Martine. *Pierre Monbeig un géographe pionnier*. Paris: CREDAL, 1991. Collection Travaux et Mémoires de 'IHEAL n.55.

MORAES, José Geraldo Vinci de & REGO, José Márcio (orgs.). *Conversas com historiadores Brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. Pontos de partida para uma revisão histórica, 1933-1974, 5.a ed., São Paulo, Ática, 1985.

NASCIMENTO, Bruno César. *Revista de História: trajetórias historiográficas na Universidade de São Paulo*. Serra: Editora Milfontes, 2018.

NICODEMO, Thiago Lima. O cânone da impermanência. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 49, p. 157-164, mar-set. 2009.

NICODEMO, Thiago Lima. Sérgio Buarque de Holanda (1902- 1982). In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (org.). *Os historiadores: clássicos da história do Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, Editora PUC, 2018.

NICODEMO, Thiago Lima. *Urdidura do vivido: Visão do Paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*. São Paulo: EDUSP, 2008.

NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)*. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

NOVAIS, Fernando A. *Aproximações: ensaio de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. *Disciplinas, Docentes e Conteúdos: Itinerários da História na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1951-1962)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Núcleo de Pós-Graduação Em Educação, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2011.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. *Virtudes epistêmicas na historiografia brasileira (1980-1990)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. Virtudes epistêmicas na prática do historiador: o caso da sensibilidade histórica na historiografia brasileira (1980-1990). *História da Historiografia*, v. 9, n. 22, dez. 2016.

OLIVEIRA, Itamar Freitas de. Seminário e método entre historiadores que visitaram a Alemanha (1877 - 1909). *Varia historia*, v. 33, n. 62, p. 491-521, mai-ago 2017.

OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853–1927)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

OSÉS, Mariana Ladeira. O trabalho que se faz: a atividade diretorial nos Annales d' Histoire Économique et Sociale (1929-1938). *HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA*, v. 10, 2017.

OSÉS, Mariana Ladeira. “Nós, os Annales”: Marc Bloch, Lucien Febvre e a produção da revista dos Annales (1929-1944). 2018. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

OSÉS, Mariana Ladeira. “Do ponto de vista dos nossos Annales”: a Revista dos Annales e a produção da história econômica e social (1929-1944). *História da*

Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 14, n. 36, 2021.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. *O triunfo do fracasso: Rüdiger Bilden o amigo esquecido de Gilberto Freyre*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

PASCHOAL, Maíra Guimarães. Por uma história geral e filosófica do Brasil: o IHGB nos limites da modernidade europeia. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH*, 2013. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875176_bdcf34fdd5f65440407c5faea782ae72.pdf. Acesso: 05 fev. 2022.

PAUL, Herman. Self-Images of the Historical Profession: Idealized Practices and Myths of Origin. *Storia della Storiografia*, 59-60 (2011).

PAUL, Herman. Manuals on Historical Method: A Genre of Polemical Reflection on the Aims of Science. *The Making of the Humanities*, vol. 3, ed. Rens Bod, Jaap Maat, and Thijs Weststeijn, Amsterdam: Amsterdam University Press, 2012.

PETITJEAN, Patrick . As missões universitárias francesas na criação da Universidade de São Paulo(1934-1940). In: HAMBURGUER, Amélia I.(org.). *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*.São Paulo:Edusp/Fapesp.1996.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. Odisseias do conceito moderno de história: Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen de Capistrano de Abreu e O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos de Sérgio Buarque de Holanda revisitados. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 50, p. 27-78, set./mar. 2010.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no Brasil. *História Econômica & História de Empresas*, ABPHE, vol. 2(2), 1999.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *A institucionalização da formação superior em história: o curso de geografia e história da UPA/UFRGS, 1943 a 1950*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2002.

RODRIGUES, Pedro. *Emília Viotti da Costa: contribuições metodológicas para a historiografia da escravidão*. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

RODRIGUES, José Honório. Afonso Taunay e o Revisionismo Histórico. *Revista de História*, v. 17, n. 35, 1958.

RODRIGUES, José Honório. A necessidade da metodologia da história. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1946.

RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

RODRIGUES, José Honório. A universidade norte-americana trabalha para o bem comum do país. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 de junho de 1944.

RODRIGUES, José Honório (org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/INL/MEC, 1977.

RODRIGUES, José Honório. *História e historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970.

RODRIGUES, José Honório. Novos rumos da metodologia da história. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1946.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1979 [1949].

RODRIGUES, Lidiane Soares. *Entre a academia e o partido: a obra de Florestan Fernandes (1969/1983)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2006.

RODRIGUES, Lidiane Soares. *A produção social do marxismo em São Paulo (1958-1978): mestres, discípulos e ‘Um seminário’*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP. 2011.

RODRIGUES, Lidiane Soares. Armadilha à francesa: homens sem profissão. *História da Historiografia*, v. 6, n. 11, 2013.

RODRIGUES, Lidiane Soares. Um desejo chamado ensaio. *História da Historiografia*, v. 7, n. 16, p. 258-264, 2014.

RODRIGUES, Lidiane Soares. Rivalidades científicas e metropolitanas: São Paulo e Rio de Janeiro, Sociologia e Ciência Política. *Urbana: urban affairs and public policy*, v. 18, 2017.

RODRIGUES, Lidiane Soares. Um departamento municipal no ultramar francês: o cosmopolitismo de José Arthur Giannotti. *Campos - Revista de Antropologia*. v. 18.

ROIZ, D. A instituição do ensino universitário de geografia e história na FFCLUSP entre 1934-1956. *Agora*, v. 13, n. 1, jan./jun., 2007

ROIZ, Diogo da Silva. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*. Curitiba: Appris, 2012.

ROIZ, Diogo da Silva; SANTOS, Jonas Rafael. *As transferências culturais na historiografia brasileira: leituras e apropriações do movimento dos Annales no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012, p.151.

ROIZ, Diogo da Silva. *A dialética entre o “intelectual-letrado” e o “letrado intelectual”*: projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). 2013. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2013.

SCHNEIDER, Alberto Luiz; MARTINS, Renato. A expansão paulista em Afonso de Taunay e Sérgio Buarque de Holanda. *Revista de História*, n. 178, p. 1-27, 2019.

SHAPIRO, Barbara J. *A culture of fact: England 1550-1720*. Ithaca: Cornell University Press, 2000.

SILVA, Paulo Thiago Santos Gonçalves da. *A Associação Nacional dos Professores Universitários de História: espaço de identificação profissional e legitimação do saber*

histórico (1961–1977). 2014. 333 f. Tese (Doutorado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014,

SILVA, Patrícia Helena Gomes da. *Um soldado do ofício: análise da trajetória intelectual de Eurípedes Simões de Paula nos anos 1940-1960*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2019, p.103.

SILVEIRA, Pedro Telles da. Gloriosos bastardos e casamentos desfeitos: antiquariato, prova e o sublime em Horace Walpole, Clara Reeve e Ann Radcliffe (1764-1791). *História e Cultura*, v. 4, n. 3, p. 304-326, dez. 2015.

SMITH, Bonnie G. Gender and the practices of scientific history: the seminar and archival research in the nineteenth century. *The American Historical Review*, v. 100, n. 4, p. 1150-1176, 1995.

SMITH, Bonnie G. *The gender of history: men, women and historical practice*. Cambridge, London: Harvard University Press, 1998.

SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. *Trajetórias intelectuais: professoras do curso de ciências sociais da FFCL-USP (1934-1969)* – São Paulo: Humanitas -FAPESP, 2011.

TAUNAY, Afonso d'Escragolle. Os princípios gerais da moderna crítica histórica. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 26, p. 323-344, 1914.

TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: questões sobre um gênero. *História da Historiografia*, v. 6, n. 13, p. 78-95, 2013.

TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. *História da Historiografia*, v. 2, n. 2, p. 12-28, 2009.

UHIARA, Érika. *Ensaio de José Honório Rodrigues: em busca de uma historiografia brasileira*. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Social) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2014.

VARNHAGEN, Adolfo de. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01819210#page/1/mode/1up>. Acesso: 10/06/2019.

VALLE, Franco Della. *A construção da autoridade de jurista: Cesarino Junior, a Faculdade de Direito da USP e o Direito do Trabalho (1938-1976)*. Tese (Doutorado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História, 2022.

VENANCIO, Giselle; WEGNER, Robert. Uma vez mais Sérgio e Gilberto: debates sobre o ensaísmo no suplemento literário do Diário de Notícias (1948-1953). *Varia Historia*, v. 34, n. 66, p. 729-762, set-dez. 2018.

XAVIER, Luiz Felipe. O método histórico-crítico: origem, características e passos metódicos. *Portal de Periódicos Científicos da Faculdade Baptista de Minas Gerais*, 2012.

WEHLING, Arno. Capistrano de Abreu e o descobrimento do Brasil: os ensaios e estudos. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 1-10, 1999.